PREVIDÊNCIA

Coletânea de artigos recentes

P.Timm (org) – 2018/19

- **Seguridade Social**
- **VINCULAÇÃO DE RECEITAS**
- **Previdência: reformar para excluir? Rodrigo Boa Ventura**
- **Especialista chileno desmente fake news de Paulo Guedes sobre a Previdência diariodocentrodomundo.com.br**
- **Origem da insistência da Reforma da Previdência**
- **Entra em vigor a Previdência Complementar do servidor por Antonio Augusto Queiroz**

. A ESQUERDA E A REFORMA DA PREVIDÊNCIA P- Timm

- **PREVIDÊNCIA:REFORMA OU REVOLUÇÃO? Paulo Timm**
- A Reforma da Previdência KAPUT... Paulo Timm
- **De Collor a Dilma: o que pensam ex-ministros da Previdência sobre a PEC de Bolsonaro Juca Guimarães**
- **Da "explosão demográfica" ao "envelhecimento populacional": 220 anos de falácias Henrique Júdice Guimarães**

- **REFORMA DA PREVIDENCIA Paulo Timm**
- **A Reforma da Previdência KAPUT... Paulo Timm**
- **E se a Reforma da Previdência não for aprovada? É o fim do Brasil? Jose Luiz Oreiro**
- **GUEDES : O biruta de aeroporto 16 março folha.uol**
- **OIT DESMASCARA REFORMA DA PREVI nocaute.blog.brl**
- **Guedes e os próximos passos na ponte para o abismo Leda Paulane**
- **Privatização da Previdência fracassa no mundo, diz estudo da OIT Esmael Moraes**
- **Governo inclui artigo "cavalo de Troia" para destruir Previdência, alerta ex-ministro da Fazenda Jornal GGN**
- **TIMM PREVI**
- **Como é se aposentar no Chile, o 1º país a privatizar sua Previdência** Ivanisa Teitelroit Martins
- **Eduardo Fagnani: "O 'déficit' da Previdência é uma pós-verdade" carta capital**
- **A vaga reservada no topo da cadeia alimentar A vaga reservada no topo da cadeia alimentar Valor Econômico Maria Cristina Fernandes**

CIDADES

- **Brasil será país de indigentes se reforma da Previdência de Bolsonaro passar, afirma professor da Unicamp Sara Granemann**
- **Enfim, a temerária Reforma da Previdência Paulo Timm**
- **Paulo Kliass: Não mexam na aposentadoria!**
- **PAULO TIMM- Comentário NP**
- **(Des)ajuste de Previdência não vai ter trabalhador para contribuir Luiz Gonzaga Belluzzo**
- **OS ÇABIOS UNIRAM MARAJÁS AOS MISERÁVEIS** Elio Gaspari

ECONOMIA

- **Reforma da Previdência: por que 4 países da América Latina revisam modelo de capitalização, prometido por Paulo Guedes** **Camilla Veras Mota**
-
- **TEXTÃO SOBRE REFORMA DA PREVIDÊNCIA** Cesar Benjamin
- MOURÃO: MILITARES NÃO NEGOCIAM 'INTEGRALIDADE E PARIDADE' NA REFORMA DA PREVIDÊNCIA TV247
- **De Collor a Dilma: o que pensam ex-ministros da Previdência sobre a PEC de Bolsonaro** **Juca Guimarães**
- **OAB ALERTA PRESIDENTE SOBRE R.PREVI** inRead invented by Teads
- Paulo Guedes, um gênio Correio do povo
- **PREVIDENCIA – Por Rodrigo Medeiros**
- **Ladislau Dowbor – Os péssimos cálculos sobre a previdência**
- **Governadores do NE fulminam BPC, aposentadoria rural e capitalização** **Helena Chagas**
- **Dowbor: "Crise na Previdência é política, de governança; os banqueiros estão no poder"**

- **Só 'vontade de Deus' não basta opinião.estafdão.com**

- **Conselho Federal de Economia: reforma da previdência de Bolsonaro aumenta as desigualdades e prejudica os mais pobres Jornalistas Livres**
- Reforma da previdência já era, diz vice-presidente da Câmara esmaelmoreaes
- **Líder do PT na Câmara prevê rejeição da 'reforma' da Previdência e desintegração do governo Bolsonaro** esmaelmoraes
- **Nota dos partidos de oposição sobre a Reforma da Previdência lula.com**
- **CNBB divulga nota sobre a Previdência: "A aposentadoria é um direito!"** pt.org
- **Aposentar-se aos 53 e solteiras que herdam pensões... Os abismos da Previdência brasileira pt.org**
- **Reforma da Previdência não acaba com privilégios, mas com a aposentadoria Por Gilson Camargo**
- **Chilenos exigem o fim da capitalização da Previdência** Por Hora do Povo
- **PSOL pede explicações sobre escritório de lobby em prol da reforma da Previdência Esmael Moraes**

- **Chilenos exigem reajuste nas aposentadorias e fim do sistema de capitalização dialogodosul.operamundi.uol**
- **Milhares de manifestantes disseram um sonoro não à reforma que o presidente Sebastián Piñera quer implementar Leonardo Wexell severo**

- **Centrais Sindicais publicam nota conjunta contra a PEC da Previdência** Esmael Morais
- Quem ganha e quem perde com a reforma da Previdência Milton Saldanha

- **Reforma da Previdência e risco da ditadura institucional** J. Carlos de Assis
- **De onde vem o nosso super-ministro da economia? Por Ladislau Dowbor**
- **Previdência: emenda garante aposentadoria de atuais parlamentares veja.abril.com**
- **Guedes esconde os dados da Previdência para enganar o povo** J. Carlos de Assis
- **Anfip: "não é reforma da Previdência que vai resolver baixo crescimento econômico do país" Por Hora do Povo**
- **Nova Previdência atinge ricos e privilegiados? Por *Kleber Cabral | Para o Valor BRASÍLIA**
- **SEM EXPECTATIVA DE SER OUVIDO POR BOLSONARO, BOULOS LANÇARÁ CONTRAPROPOSTA PARA PREVIDÊNCIA ELISA MARTINS**
- **STF confirma pensão a filhas de servidores federais com mais de 21 anos** André de Souza e Renata Mariz
- **Por que o governo impõe modelo que está dando errado no mundo todo?** Por Maria Lúcia Fattorelli
- **Reforma da Previdência: alguns pingos nos is para entender Carta Capital**

- **Jair Soares: problema da Previdência é o desvio de seus recursos pelo governo**

. Economistas destroem 'mitos' da 'reforma' da Previdência e lançam manifesto

. Adriana Duarte – Recursos?

Seguridade Social

https://www.youtube.com/watch?v=WEJAeV0w_tE

A **seguridade social** é definida na **Constituição** Federal, no artigo 194, caput, como um "conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência **social**".

t. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. Compete ao poder público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

I - universalidade da cobertura e do atendimento;

II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;

III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;

IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;

V - eqüidade na forma de participação no custeio;

VI - diversidade da base de financiamento;

VII - caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados.

- **VINCULAÇÃO DE RECEITAS**

UNIÃO

Vinculação é um *liame jurídico* que une determinado grupo de receitas para uso em certa finalidade. São exemplos de *vinculação* constitucional a obrigação imposta à **União de aplicar 15% de sua receita corrente líquida em ações e serviços públicos de saúde (artigo 198, parágrafo 2º**, I), ou ainda a obrigação de estados e municípios de aplicar 25% de sua receita de impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino (artigo 212). Nesse sentido, há destinação específica dessas receitas por meio desse *vínculo jurídico* que as une a uma determinada ação estatal específica.

- **Previdência: reformar para excluir?**

Rodrigo Boa Ventura,

- **Especialista chileno desmente fake news de Paulo Guedes sobre a Previdência**

https://www.diariodocentrodomundo.com.br/especialista.../

- **Origem da insistência da Reforma da Previdência:**

Sabiam que o BTG/Pactual atuava no Chile com os fundos de pensão que querem na deforma da Previdência?
https://www.sul21.com.br/.../por-que-os-chilenos-lutam.../

Sabem de quem é o BTG/Pactual?
https://theintercept.com/.../alckmin-bolsonaro-btg-pactual/

Bolsonaro previdência
https://youtu.be/Lwboyy2BjXk
Eduardo Bolsonaro
https://youtu.be/RQ1OVpLirrI

Dívida atualizada empresas
https://cartacampinas.com.br/.../atualizada-divida-do.../

- **Entra em vigor a Previdência Complementar do servidor**

https://www.conjur.com.br/2013-fev-07/antonio-queiroz-entra-vigor-previdencia-complementar-servidor

7 de fevereiro de 2013 – (Governo Dilma)

Por Antônio Augusto de Queiroz

Nesta data, de 5 de fevereiro de 2013, começa a vigorar a Previdência Complementar dos Servidores Públicos, instituída pela Lei 12.618, de 30 de abril de 2012. O governo, por meio da Portaria 44, de 31 de janeiro de 2013, publicada no *Diário Oficial da União* de 4 de fevereiro de 2013, editada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), aprovou os planos de benefícios e o Convênio de Adesão da União à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal, além de, por decreto sem número de

12 de novembro de 2012, publicado no *Diário Oficial* do dia seguinte, ter nomeado os integrantes dos conselhos deliberativo e fiscal provisórios da Funpresp.
Com isto, segundo o artigo 30 da Lei 12.618, os novos servidores serão filiados obrigatórios do Regime Próprio do Servidor até o limite de R$ 4.159,00, que equivale ao teto de contribuição e benefício do INSS. Se desejarem uma aposentadoria com valor superior ao teto do INSS, poderão aderir à Previdência complementar.

Os servidores que já estavam no serviço público antes de 5 de fevereiro, se desejarem, poderão aderir à previdência complementar nos próximos 24 meses, portanto até 5 de fevereiro de 2015, renunciado ao direito à aposentadoria integral pelo regime próprio, no caso de quem ingressou até 31 de janeiro de 2003, ou à aposentadoria pela média de suas contribuições pela totalidade da remuneração, no caso de que ingressaram entre 1º de janeiro de 2004 e 31 de janeiro de 2013.

Para os servidores em exercício antes de 5 de fevereiro de 2013, basta dizer que existem quatro possibilidades de aposentadoria pelas regras do regime próprio, que precisam ser consideradas antes de qualquer decisão sobre a adesão ou não à previdência complementar.

Com o propósito esclarecer algumas dúvidas a respeito da Previdência Complementar do servidor público, apresentamos alguns esclarecimentos sobre esta nova modalidade de previdência para os detentores de cargo efetivos na União.

Este texto, elaborado sob a forma de perguntas e respostas, portanto, destina-se a responder as principais dúvidas dos servidores públicos sobre o novo regime previdenciário. Esses esclarecimentos, em nossa avaliação, podem contribuir para preencher uma importante lacuna nesse momento de apreensão e até angustia dos servidores públicos com relação ao futuro de suas aposentadorias.

Não deixe de acessar e ler

https://www.facebook.com/guimaraes13pt/videos/340160983276099/?t=96

A ESQUERDA E REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Paulo TIMM

Muito se tem discutido sobre a questão da Previdência no Brasil, sendo digno de nota a forte oposição da esquerda, à qual me associo, ao Projeto PEC em curso no Congresso Nacional. Isso significa que as esquerdas não tiveram nem têm uma visão crítica da Previdência no BRASIL?
Não.
Lula, no início de seu Governo, instituiu a TAXA PREVIDENCIÁRIA sobre os proventos dos servidores aposentados da União- (11% que somados aos 27,5% representam uma mordida de 38,5% nos proventos dos servidores da UNIÃO) o que acarretou, aliás, forte reação de alguns deputados do PT que, inclusive, se desligaram da legenda, como Luciana Genro, Baba e Heloísa Helena, que foram fundar o PSOL. Particularmente, nunca concordei com esta TAXA PREVIDENCIÁRIA pois a considerei inadequada, inconstitucional - porque incidente sobre direito constituído - e incapaz de produzir qualquer resultado significativo para o déficit da previdência **pública** da União ou paridade com celetistas.

Dilma também aprovou uma Reforma da Previdência que entrou em vigor em 2013 - Lei 12.618/12 - https://www.conjur.com.br/2013-fev-07/antonio-queiroz-entra-vigor-previdencia-complementar-servidorb , voltada, basicamente, para o estabelecimento de um teto para a aposentadoria dos servidores da União. Nesta medida, acredito que Dilma foi no ponto certo: abrir caminho para a equalização das aposentadorias entre setor público e setor privado. Faltou, também, estender este LIMITE SUPERIOR a Estados e Municípios (o que poderá ser feito, por iniciativa parlamentar a qualquer momento) .Lamentavelmente, ao associar tal limite à criação do instituto da Previdencia Complementar opcional, esta Lei ficou entravada e até hoje não vem sendo cumprida.

IMPORTANTE TAMBÉM QUE SE REGISTRE que, se alterações devam ser feitas sobre aposentadorias dos funcionários públicos isso nada tem a ver com DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA. Este, na União é pura fantasia, decorrente do desvio de recursos destinados à SEGURIDADE SOCIAL como um todo. Até o ex Ministro da Previdência, Jair Soares o diz: https://horadopovo.org.br/jair-soares-problema-da-previdencia-e-o-desvio-de-seus-recursos-pelo-governo/ Nos Estados e Municípios, porém, mais frágeis do ponto de vista fiscal, é diferente e o déficit em seus sistemas previdênciários acentuou-se gravemente em decorrência da recessão econômica.

A questão da PREVIDENCIA, portanto, sempre esteve senão na prioridade dos economistas de esquerda, jamais deixou de ser objeto de avaliação crítica, SOBRETUDO NO TOCANTE AS GRAVES DISTORÇÕES ENTRE APOSENTADORIAS DE SERVIDORES E TRABALHADORES DO SETOR PRIVADO.

Junto com a preocupação em conferir paridade entre servidores públicos e privados nas respectivas aposentadorias, a esquerda jamais poderá, também, deixar de se pronunciar sobre as diferenças salariais entre um outro no serviço ativo. É inadmissível que servidores tenham como teto 40 SALARIOS MÍNIMOS quando 100 milhões de brasileiros ganham até 1 Mínimo. Pior: saber-se que castas do Legislativao e Judiciário ainda somam a este teto penduricalhos e vantagens inadmissíveis num regime republicano. E muito pior, ainda, saber-se que a tais castas se somam, agora, oficiais militares que não apenas alcançarão o teto dos 40 Mínimos, ora vigente, como terão a garantia de paridade com militares da ativa e ainda mais: Correção automática dos respectivos soldos. Vale dizer: Privilégios mais privilégios, frutos de fortes corporações . E ainda têm a cara de pau de dizerem aos quatro cantos que a atual REFORMA em tramitação terá caráter redistributivo. Oressa!

TODOS À MANIFESTAÇÃO DIA 30. CONTRA A REFORMA E CONTRA ESTE GOVERNO.

APOIO - Economistas destroem ‘mitos’ da ‘reforma’ da Previdência e lançam manifesto
PEC de Bolsonaro não garante sustentabilidade do sistema de aposentadorias nem contribui para a retomada do crescimento, segundo especialistas ouvidos pela Frente Parlamentar em Defesa da Previdência
Publicado por Redação RBA 14/05/2019 - https://www.redebrasilatual.com.br/economia/2019/05/economistas-destroem-mitos-da-reforma-da-previdencia-e-lancam-manifesto/?fbclid=IwAR0krC-cwZntSZ6MUHrG5qeqe26CKhH2olUxUHO_f232BpAhJG7qaAqzHX0

CONTRA A REFORMA DA PREVIDENCIA:
https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,opositores-se-juntam-em-acao-contra-bolsonaro,70002836997?fbclid=IwAR0sqhryfvzD7jbPgq-Z7ius3iqOhDtY-T-LGR80BBbGyvBwNeym1c1wfX0

- **PREVIDÊNCIA:REFORMA OU REVOLUÇÃO?**
  Paulo Timm . Publicado A FOLHA, Torres RS – Abril 04

O assunto em pauta em todas as esferas de governo, entre os analistas de conjuntura e na mídia é a Reforma da Previdência. Neste semana, dia 03 o Ministro da Fazenda foi à COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA da Câmara dos Deputados explicar o conteúdo e implicações do Projeto da Reforma

em tramitação naquela Casa e foi um Deus nos Acuda. O Ministro ficou praticamente sozinho apanhando por todos os lados. No fim de cinco horas, esgotado, ao ser chamado de tchuhcuca por um deputado do PT explodiu: Tchuchuca é a mãe... . Fim de papo. Encerrou-se a sessão. A Bolsa caiu, o dólar subiu e os prognósticos econômicos para 2019 pioraram... Imediatamente, o Presidente Bolsonaro, percebendo as repercussões negativas do fato, convidou todos os Presidentes de Partido alinhados com o Governo para uma reunião de entendimentos no Palácio do Planalto, que viria a ocorrer, sem grandes resultados no dia 4. Port sorte, a semana vai terminando e dará tempo ao Governo para avaliar melhor sua estratégia para a aprovação da Reforma da Previdência no Congresso Nacional. A tática de desmerecer, senão atacar, os parlamentares com base no velho apetite destes pela indicação dos milhares de cargos em comissão no Governo, não deu certo. É boa para a guerrilha de twitters, mas ruim para a formação do indispensável consenso político entre Governo e Base Parlamentar para o andamento dos projetos governamentais.

Até aqui, entretanto, a Reforma da Previdência ainda é um assunto para iniciados. Os eleitores ainda não estão entendendo muito bem do que se trata e até vão se distribuindo como numa final de campeonato de futebol: Uns são contra a "Reforma", outros contra. Fica, então, a pergunta: Em que consiste esta Reforma da Previdência proposta pelo Governo?

Vejamos:

Primeiro: A ideia de Reforma, como quem reforma uma casa, dá uma ideia de que vamos apenas mudar algumas poucas coisas de forma a ajustar à velha casa à uma nova realidade ou necessidade: Trocar as telhas, dividir um quarto, pintar a fachada, até levantar uma nova parede. É diferente de ir morar no quartinho dos fundos enquanto derruba a casa e faz uma nova. Isso não é Reforma. É mudança. Pois bem, o Governo insiste na tese de que está fazendo uma Reforma, uma reforminha, no que existe, e até dá o argumento de que tem muita gente privilegiada pelo atual sistema que deve ir prum quartinho menor, pra dar lugar pra todo mundo. Ora, isso não é verdade. E é importante que se diga, sem ,, contudo ser contra ou a favor do que o Governo pretende fazer. Demos nome aos bois: O Governo está mudando o sistema de previdência que vem desde os anos 1940, passando de público, que supõe a aposentadoria como um direito dos trabalhadores, para um sistema privado, em que este benefício passa a ser um dever - uma obrigação ´de cada um. Ponto. Disso se trata.

Segundo: O Governo diz que vai cortar os privilégios dos servidores públicos cujo teto na ativa é de perto de R$ 40.000,00,, chegando em alguns casos do Judiciário ao dobro deste valor. Um absurdo. Bom, neste caso, o Governo poderia propor uma redução deste teto na ativa mesmo em dez anos, de forma que daqui a um tempo ficasse no máximo em R$ 20.000,00 , o que já é um senhor salário à vista de que 100 milhões de brasileiros ganham até 1 salário mínimo. Junto com isso, poderia simplesmente cumprir para todos os servidores, de todos os níveis – União , Estados e Municípios – , civis e militares, o teto de aposentadoria já definido por Lei de 2013 , equivalente ao teto do INSS, em torno de R$ 5.000,00. Pronto. Com isso faria uma enorme economia fiscal, sem mexer em mais nada.E, principalmente, sem mudar o sistema de previdência.

Terceiro: Se a situação fiscal do Governo tão grave assim melhor seria chamar a um grande PACTO NACIONAL e não tentar através de um PACOTÃO toda

uma nova casa, com o risco de deixar muita gente no sereno no meio do caminho.REVIDÊNCIA: PÚBLICA OU PRIVADA

O assunto em pauta em todas as esferas de governo, entre os analistas de conjuntura e na mídia é a Reforma da Previdência. Neste semana, dia 03 o Ministro da Fazenda foi à COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA da Câmara dos Deputados explicar o conteúdo e implicações do Projeto da Reforma em tramitação naquela Casa e foi um Deus nos Acuda. O Ministro ficou praticamente sozinho apanhando por todos os lados. No fim de cinco horas, esgotado, ao ser chamado de tchuhcuca por um deputado do PT explodiu: Tchuchuca é a mãe... . Fim de papo. Encerrou-se a sessão. A Bolsa caiu, o dólar subiu e os prognósticos econômicos para 2019 pioraram... Imediatamente, o Presidente Bolsonaro, percebendo as repercussões negativas do fato, convidou todos os Presidentes de Partido alinhados com o Governo para uma reunião de entendimentos no Palácio do Planalto, que viria a ocorrer, sem grandes resultados no dia 4. Port sorte, a semana vai terminando e dará tempo ao Governo para avaliar melhor sua estratégia para a aprovação da Reforma da Previdência no Congresso Nacional. A tática de desmerecer, senão atacar, os parlamentares com base no velho apetite destes pela indicação dos milhares de cargos em comissão no Governo, não deu certo. É boa para a guerrilha de twitters, mas ruim para a formação do indispensável consenso político entre Governo e Base Parlamentar para o andamento dos projetos governamentais.
Até aqui, entretanto, a Reforma da Previdência ainda é um assunto para iniciados. Os eleitores ainda não estão entendendo muito bem do que se trata e até vão se distribuindo como numa final de campeonato de futebol: Uns são contra a "Reforma", outros a favor. Fica, então, a pergunta: Em que consiste esta Reforma da Previdência proposta pelo Governo?
Vejamos:
Primeiro: A ideia de Reforma, como quem reforma uma casa, dá uma ideia de que vamos apenas mudar algumas poucas coisas de forma a ajustar à velha casa à uma nova realidade ou necessidade: Trocar as telhas, dividir um quarto, pintar a fachada, até levantar uma nova parede. É diferente de ir morar no quartinho dos fundos enquanto derruba a casa e faz uma nova. Isso não é Reforma. É mudança. Pois bem, o Governo insiste na tese de que está fazendo uma Reforma, uma reforminha, no que existe, e até dá o argumento de que tem muita gente privilegiada pelo atual sistema que deve ir prum quartinho menor, pra dar lugar pra todo mundo. Ora, isso não é verdade. E é importante que se diga, sem ,, contudo ser contra ou a favor do que o Governo pretende fazer. Demos nome aos bois: O Governo está mudando o sistema de previdência que vem desde os anos 1940, passando de público, que supõe a aposentadoria como um direito dos trabalhadores, para um sistema privado, em que este benefício passa a ser um dever - uma obrigação ´de cada um. Ponto. Disso se trata.
Segundo: O Governo diz que vai cortar os privilégios dos servidores públicos cujo teto na ativa é de perto de R$ 40.000,00,, chegando em alguns casos do Judiciário ao dobro deste valor. Um absurdo. Bom, neste caso, o Governo poderia propor uma redução deste teto na ativa mesmo em dez anos, de forma que daqui a um tempo ficasse no máximo em R$ 20.000,00 , o que já é um senhor salário à vista de que 100 milhões de brasileiros ganham até 1 salário mínimo. Junto com isso, poderia simplesmente cumprir para todos os servidores,

de todos os níveis – União , Estados e Municípios – , civis e militares, o teto de aposentadoria já definido por Lei de 2013 , equivalente ao teto do INSS, em torno de R$ 5.000,00. Pronto. Com isso faria uma enorme economia fiscal, sem mexer em mais nada.E, principalmente, sem mudar o sistema de previdência.
Terceiro: Se a situação fiscal do Governo tão grave assim melhor seria chamar a um grande PACTO NACIONAL e não tentar através de um PACOTÃO uma verdadeira revolução, com o risco de deixar muita gente no sereno no meio do caminho..

- **A Reforma da Previdência KAPUT...**

Paulo Timm março 2019

Razões:

1. Inconsistência da tese fundamental que a sustenta : Os ricos pagarão mais e os mais pobres menos, que não passa de uma retórica justificativa para a transformação da Previdência Pública como um DIREITOS SOCIAL para uma Previdência de caráter privado, de alto risco, de RESPONSABILIDADE de cada um.

2. Falta de base consistente do Governo no Congresso, acentuada pelas tensões recentes entre o Presidente da CÂMARA, R.Maia e segmentos do Governo e da família Bolsonaro.

3. Projeto dos militares, frontalmente contrário ao espírito do princípio da EQUIDADE ao garantir aos mesmo privilégios como INTEGRALIDADE e PARIDADE dos reformados/aposentaods, devidamente garantidos com reajustes contra a inflação, com regras de transição mais benevolentes do que os servidores civis e, ainda mais: um premio no momento da reforma.-
https://osdivergentes.com.br/os-divergentes/especialistas-temem-que-proposta-dos-militares-inviabilize-o-restante-da-reforma-da-previdencia/?fbclid=IwAR07So1alenPjRI5GoYjbg9Pw7Gtlo6MTH8TBILE62Jk58WDZpv-DH4Dqrw

4. Prisão do ex Presidente Temer e altos dirigentes do

MDB -
https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/03/falta-de-clima-politico-para-votar-reforma-da-previdencia-se-acentua.shtml?utm_source=facebook&utm_medium=social&utm_campaign=compfb&fbclid=IwAR34jS-TkIL0Rj1zum3Y6qPfeEorAyW-yoFV-2aZlVYmXHMZyp9lPORPZUc

5. Forte reação da sociedade civil contra o Projeto, demonstrando que nem existe propriamente déficit na Previdência, nos termos da Constituição que define a participação do ESTADO no financiamente da SEGURIDADE SOCIAL, da qual junto com SAUDE e ASSISTENCIA SOCIAL é um dos componentes, nem o maior responsável pelo DÉFICIT DAS CONTAS PUBLICAS da União.-

6. Fundamenta-se num raciocínio neo-malthisiano de responsabilizar os IDOSOS pelo seu envelhecimento, desconsiderando a valiosa contribuição dos mesmos ao longo dos ciclos generacionais para a elevação da produtividade do sistema econômico, e passando por cima do princípio ético fundamental do compromisso dos mais jovens sobre os mais velhos sob a vaga alegação de que os primeiros "não querem mais suportar este ônus". Sob este aspecto não se tratar de querer ou não querer dos mais jovens pois na questão da PREVIDÊNCIA NÃO TEM QUERER. Caso contrário vamos voltaremos à BALADA DE NARAYMA, a famosa montanha na qual os antigos japoneses de empobrecida vila enviavam para morrer todos os que chegavam aos 70 anos.

- **De Collor a Dilma: o que pensam ex-ministros da Previdência sobre a PEC de Bolsonaro**

Juca Guimarães - Brasil de Fato - Publicado em: março 9, 2019

Há pelo menos 30 anos, o governo federal promove mudanças no modelo de Previdência Social. O desafio dos presidentes da República e seus ministros é encontrar um modelo justo sem comprometer a estabilidade das contas de financiamento das aposentadorias e pensões.

Na visão de cinco ex-ministros da Previdência Social, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 06/19 do governo de Jair Bolsonaro (PSL) prejudica os trabalhadores e aprofunda desigualdades sociais. A maioria deles compreende que, ao implantar um modelo individual de capitalização, que fracassou em países como o Chile, o presidente de extrema direita favorece diretamente o mercado especulativo.

Antônio Rogério Magri, ministro da Previdência Social e do Trabalho entre março de 1990 e janeiro de 1992, no governo Fernando Collor, questiona os argumentos do atual governo sobre o risco de "colapso" nas contas públicas.

"Lá em 1990, quando eu assumi, [*eu ouvia*] 'Ah, vai quebrar a Previdência'. E ela não quebrou. Se você for para o ano 2000, muitas vezes disseram: 'Vai quebrar'. Não quebrou. Aí, você vai para 2010, e vê que ela não quebrou. E em 2020, ela também não quebrará. A Previdência não quebrará", ressalta Magri.

Enquanto ministro, ele tentou modificar a idade mínima para aposentadoria, mas a proposta não passou pelo Congresso. Propor uma reforma sem ouvir o movimento sindical e o conjunto da sociedade civil, segundo Magri, é um equívoco: "O [ministro da Economia] Paulo Guedes, na sua capacidade de enxergar somente números, como rentista que é, como banqueiro que é, como aplicador que é, não é capaz. Não tem os olhos no social".

Vista grossa

O ex-ministro de Collor cita alguns aspectos que o governo Bolsonaro não incluiu na PEC e que poderiam ajudar a estabilizar as contas – sem prejuízo aos trabalhadores e aposentados. Por exemplo, a revisão das isenções previdenciárias das entidades filantrópicas e o fim da aplicação da desvinculação das receitas da União sobre o orçamento da Seguridade Social, que tira até 30% do valor reservado para as aposentadorias, a Assistência Social e a Saúde.

Para Magri, causa estranhamento que Bolsonaro não fale sobre a cobrança dos R$ 236 milhões de dívidas ativas da Previdência Social. Essa "vista grossa" para aliviar a responsabilidade do empresariado, segundo ele, tem relação com o perfil do atual ministro da Fazenda e ex-banqueiro Paulo Guedes.

O ex-ministro Antônio Britto, que chefiou a pasta da Previdência de outubro de 1992 a dezembro de 1993, no governo Itamar Franco, faz as críticas mais amenas. Ele seria a favor de uma reforma que não comprometesse o direito dos brasileiros à aposentadoria, por isso lamenta que as iniciativas de Lula (PT) e

Temer (MDB), consideradas “menos radicais” que a de Bolsonaro, não tenham sido plenamente aprovadas.

“Nos países mais avançados em termos de democracia, a briga eleitoral-partidária respeita ou preserva assuntos que não pertencem a partido, pertencem ao país como um todo. São feitos acordos duradouros”, disse Britto em entrevista ao jornal Pioneiro, em julho de 2018.

Ministro da Previdência Social de março de 2002 a janeiro 2003, no governo FHC (PSDB), José Cechin interpreta que o envelhecimento da população preocupa o equilíbrio da Previdência, mas projeta que os problemas devem começar daqui a seis décadas. “Os números apontam que, por volta de 2060, a população brasileira contará com mais de 50 milhões de aposentados e pensionistas para uma força de trabalho ativa de pouco mais de 110 milhões de pessoas, o que pode levar o Estado brasileiro à insolvência”, afirmou Cechin em evento da Fecomércio, em 2016.

O ex-ministro Ricardo Berzoini, que chefiou a pasta de janeiro de 2003 a janeiro de 2004, no governo Lula, critica a manipulação de dados feita pela equipe de Bolsonaro para tirar o foco dos motivos para o desequilíbrio nas contas da Previdência:

“O desequilíbrio foi provocado pela crise econômica, que tem a ver com a crise política, que vem de 2015 a 2019. Na realidade, há uma necessidade de o Estado brasileiro reorganizar o seu orçamento e repensar seu sistema tributário, antes de tratar dos benefícios previdenciários. Na sua imensa maioria, os benefícios são a forma de manter a renda de quem não tem renda. São uma forma de preservar a capacidade de sobrevivência e de consumo de uma parcela da população que não tem mais espaço no mercado de trabalho”, analisa.

Para Berzoini, o caminho mais justo, ignorado por Bolsonaro, é uma reforma tributária que gere novas fontes de renda para a Previdência e para a Assistência Social. “O sistema atual tributa fortemente o consumo, o que pesa muito para os mais pobres, e não tributa a renda e o patrimônio”, acrescenta.
O ex-ministro também menciona a isenção de impostos sobre dividendos – lucros sobre ações – como uma das distorções da tributação no Brasil: “Os grandes capitalistas, detentores de bilhões de reais, de centenas de milhões de reais, não pagam imposto de renda da pessoa física quando recebem seus dividendos, como banqueiros, acionistas de mineradoras, de empreiteiras, do agronegócio. E ainda temos a distribuição de juros sobre capital próprio, que é um mecanismo perverso porque permite que a empresa distribuir 50% do seu lucro como se fossem juros, e não como lucro – o que de fato é”.

Injustiças

Titular da pasta da Previdência e Trabalho durante o segundo mandato de Lula, entre março de 2007 e junho de 2008, Luiz Marinho afirma que a proposta do

Bolsonaro ataca diretamente o princípio de proteção social, garantido na Constituição de 1988, sem dialogar com a sociedade.

“Quando ele fala de enfrentar os problemas e que é preciso fazer a reforma da Previdência, porque o mercado isso, o mercado aquilo, dizendo que isso pode representar a retomada de investimentos, isso é uma grande balela. O objetivo é transformar o povo trabalhador em uma grande massa de baixa remuneração, sempre à disposição de ganhar salários menores ainda do que já se pratica no Brasil”, critica, ao lembrar que Bolsonaro não propõe medidas para reduzir a sonegação.

Outro ex-ministro da Previdência de Lula, de junho de 2008 a março de 2010, José Pimentel afirma que a proposta de reforma de Bolsonaro e Paulo Guedes comete uma injustiça ao alterar a relação entre idade e tempo de contribuição. “Em 2018, cerca de 81% dos aposentados era por idade, e a regra determina que o valor do benefício é igual a 70% da média mais 1% por ano de contribuição. Neste caso, alguém com 20 anos de contribuição teria direito a 90% da média. O que faz a proposta do Bolsonaro? De imediato, reduz o valor para 60% da média. E só a partir do 20º ano de contribuição passa a somar 2% por ano de contribuição. Ou seja, para ter 100% da média, será preciso 40 anos de contribuição. É uma injustiça”, lamenta Pimentel.

Segundo Carlos Eduardo Gabas, que assumiu a pasta tanto no governo Lula, de março de 2010 a dezembro 2010, como no governo Dilma, de janeiro de 2015 a outubro de 2015, a proposta de Bolsonaro garante um fundo bilionário para ser rateado entre os bancos.

“No modelo atual, o financiamento vem da contribuição das empresas, do Estado (por meio dos impostos) e dos trabalhadores, e o governo diz que não vai dar para bancar. Daí, a proposta é aliviar a conta das empresas e colocar nas costas dos trabalhadores com a capitalização individual. Então, troca três fontes de financiamento por uma, e ainda quer convencer que vai dar certo. A gente já viu a bomba que foi no Chile”, lembra o ex-ministro.

Gabas ressalta que, se aprovada, a PEC comprometerá a própria arrecadação do governo. “Cada um real que o governo paga de benefício, seja previdenciário, assistencial ou de transferência de renda, R$ 0,51 volta como imposto”, finaliza.

Outros ex-ministros

O **Brasil de Fato** tentou contato com outros ex-ministros da Previdência e buscou declarações públicas sobre a PEC de Bolsonaro ou a necessidade de reformas no atual modelo. O ex-ministro Reinhold Stephanes, do governo FHC, e atual secretário de Previdência do governo do Paraná, não respondeu aos telefonemas e e-mails da reportagem.

Também não houve retorno do ex-ministro Waldeck Ornelas, titular entre abril de 1998 e fevereiro de 2001 no governo FHC, e de Almir Lando, ex-ministro de Lula de janeiro 2004 a março de 2005.

No governo Temer, após o golpe parlamentar de 2016, o ministério foi extinto.~

- **Da "explosão demográfica" ao "envelhecimento populacional": 220 anos de falácias**

http://www.correiocidadania.com.br/34-artigos/manchete/13725-da-explosao-demografica-ao-envelhecimento-populacional-220-anos-de-falacias

Henrique Júdice Magalhães- 05/04/2019

1

A contrarreforma previdenciária tem como pretexto o envelhecimento populacional. Da mudança do perfil etário da população pela queda da natalidade e aumento da expectativa de vida, todo o arco parlamentar e seus intelectuais orgânicos concluem ser preciso aumentar idade e tempo de contribuição para aposentadoria e reduzir seu valor. Se cresce o número de idosos – dizem – , devem-se reduzir seus direitos. O objetivo é congelar a parcela da renda nacional destinada a eles.

Na exposição de motivos da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 6/2019, o ministro da Economia, Paulo Guedes, diz que ela atende à "indispensável busca por um ritmo sustentável de crescimento das despesas com previdência em meio a um contexto de rápido e intenso envelhecimento populacional". Na PEC 287/2016, do governo Temer, o então ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, dizia que o Brasil "vem passando por um processo acelerado de envelhecimento populacional".

Já Guido Mantega, Garibaldi Alves Filho e Miriam Belchior – ministros, respectivamente, da Fazenda, Previdência e Planejamento de Dilma Rousseff – , pretenderam justificar, no fim de 2014, a Medida Provisória 664 (contra inválidos, deficientes e viúvas) alegando "aumento da participação dos idosos na população total e uma piora da relação entre contribuintes e beneficiários".

Nenhum deles leva em conta que 1/3 dos assalariados brasileiros trabalha sem carteira assinada, como mostram sucessivas edições da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE. Nem que, somando a isso os 12% de desemprego aberto (só pessoas que procuraram trabalho na semana de referência da PNAD), chegamos

a quase metade da população assalariada. Ou que os exportadores estão isentos de contribuir para o INSS. A revogação desse privilégio, a criação de empregos e uma fiscalização trabalhista eficiente cobririam, no todo ou em boa parte, o déficit que o governo diz que o INSS tem.

Mas deixemos tudo isso de lado.

2

O indicador da proporção entre as pessoas em idade de trabalhar e aquelas que não devem fazê-lo e a quem o Estado deve prover cuidados pagos com o produto do trabalho das demais se chama **razão de dependência.** O IBGE considera que a idade de trabalho é dos 15 aos 64 anos, apesar de a Constituição determinar escolarização obrigatória até os 17 e a Organização Mundial de Saúde (OMS) considerar que, em países "em desenvolvimento", uma pessoa é idosa a partir dos 60. Mesmo inexatos à luz desses aspectos, os dados abaixo retratam bem como evoluiu no tempo a razão de dependência em nosso país:

Ano	Razão de Dependência (%)
1940	87,5
1950	85,5
1960	90,2
1970	89,3
1980	79,7
1990	71,7
2000	61
2010	55,2
2020 (projeção feita em 2008)	50,9

Fonte: IBGE (https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CD95)

Como se vê, ela cai fortemente desde 1940. Em 2020, será a menor da história. Mesmo que se considerem as projeções para anos mais distantes, chegaria a 75,1% em 2050. Não está num horizonte visível que volte sequer ao que era em 1980 (79,7%).

Mas como, se a "a expectativa de vida ao nascer passou de 45 anos em 1940, para 76 anos hoje" e a "expectativa de sobrevida aos 65 anos cresceu de cerca de 10,6 anos

em 1940, para 18,7 anos em 2017", segundo dados do IBGE citados na PEC 6?!

Simples: pela forte queda da taxa de natalidade, que "em 1960, era cerca de 6 filhos por mulher, reduzindo-se para menos de 1,8 atualmente", como consta da mesma proposta. A proporção de idosos cresce num ritmo menor que aquele em que a cai a de crianças. Logo, a elevação da despesa pública relacionada à terceira idade é compensada (ainda que não se possa calcular precisamente em que medida) pela redução quantitativa da demanda concernente à infância e à adolescência.

Como o sistema educacional e a saúde materno-infantil não são financiados por contribuições específicas, ninguém pensou, na década de 1960, em calcular o "déficit" desses serviços públicos, nem quantos contribuintes diretos ou trabalhadores aptos a gerar riqueza havia para cada criança, como fazem, hoje, com as aposentadorias e pensões. O resultado teria sido bem mais aterrador que a projeção de um contribuinte por beneficiário que consta da PEC 6 para a Previdência em 2040.

3

O que não muda é o terrorismo demográfico baseado em falácias. Desde que Thomas Malthus escreveu seu primeiro Ensaio sobre o Princípio da População, e por uns 200 anos, seu foco foi as crianças. Há pouco mais de 20, são os idosos. O capitalismo tem um problema insolúvel com ambos: a existência de pessoas que não produzem, não compõem reservas de mão de obra para baixar salários, não estão aptas a matar numa guerra e precisam de cuidados é disfuncional para ele.

Por isso, quer jogá-las ou mantê-las no mercado de força de trabalho. No Brasil, fez isso com as crianças baixando a idade mínima legal de trabalho para 12 anos em 1967 e deixando, desde sempre, de coibir o trabalho antes dela. Com a elevação da idade mínima constitucional explícita de trabalho para 16 anos (14 como aprendiz) e a existência, hoje, de um pouco de fiscalização e consciência quanto ao trabalho infantil, ataca os idosos, impondo ou aumentando idades de aposentadoria.

A redução da natalidade foi, no Brasil, uma política extraoficial do Estado pós-64, imposta pelos EUA a partir do Memorando 200 de seu Conselho de Segurança Nacional, intitulado "Consequências do Crescimento da População Mundial sobre a Segurança e os Interesses Transcontinentais dos Estados Unidos" [1]. Que os mesmos grupos de interesses se mostrem agora tão preocupados com o envelhecimento (consequência do que fizeram), traz à mente a tradicional advertência: "cuidado com os seus desejos,

eles podem se tornar realidade”.

4

No interessante estudo As tendências da população mundial: rumo ao crescimento zero [2], os demógrafos Fausto Brito, José Alberto Magno de Carvalho, Cássio Turra e Bernardo Lanza Queiroz observam que “especialistas, instituições e países envolvidos com as questões demográficas sequer imaginavam que os anos 1980 poderiam apresentar inflexão no crescimento absoluto da população mundial. Estavam extremamente preocupados com a velocidade do crescimento, tendo como referência as taxas das três primeiras décadas da segunda metade do século”.

“Caso prevalecesse a taxa de crescimento dos anos 1960” – prosseguem – , “chegar-se-ia, em 2050, a uma população próxima de 18,5 bilhões de habitantes, um pouco mais que o dobro das projeções revistas da Organização das Nações Unidas, 9,1 bilhões”.

Se as projeções baseadas na alta natalidade dos anos 50/60 não se concretizaram, não há porque pensar que as de agora, relacionadas em sua queda, necessariamente se concretizarão. Ambas só retratam a tendência do momento em que são formuladas. Um país menos inóspito que o Brasil de hoje atrairia imigrantes jovens e despertaria neles e nos brasileiros o desejo de ter mais filhos – algo que muita gente não se permite na horrível situação atual.

Notas:

[1] Ver https://anovademocracia.com.br/no-36/252-crimes-de-guerra-em-tempos-de-qpazq . Íntegra do documento em inglês: https://pdf.usaid.gov/pdf_docs/Pcaab500.pdf

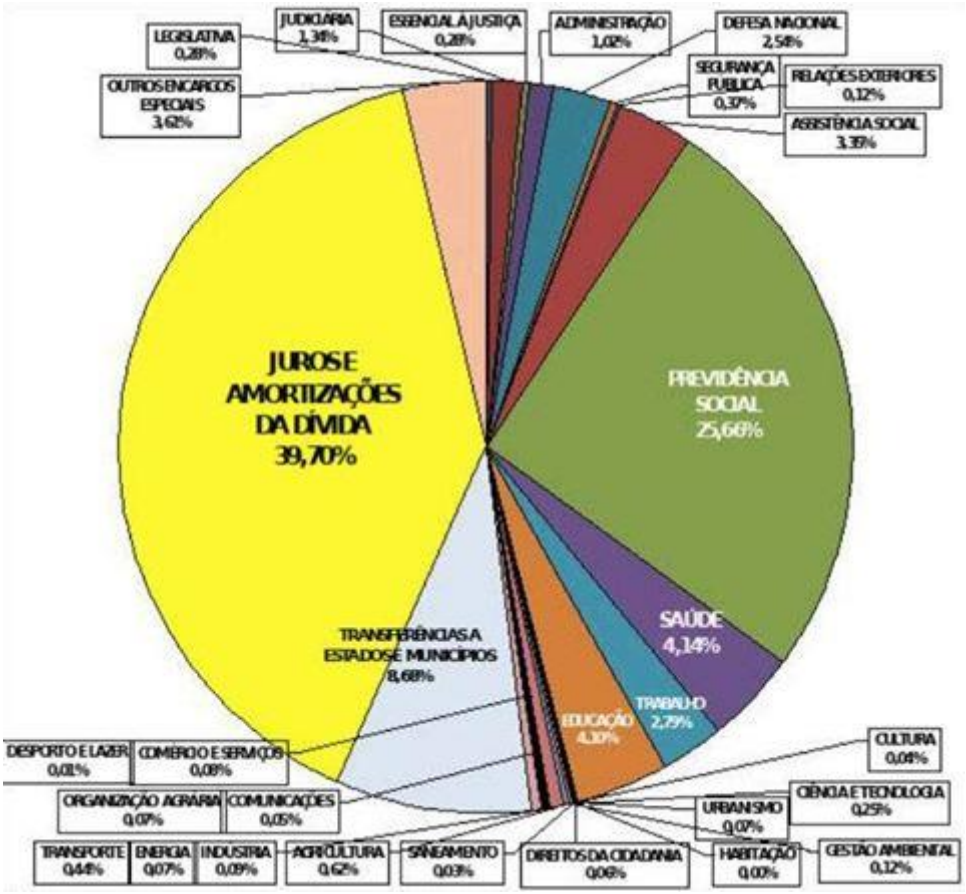
[2] http://www.ufjf.br/ladem/files/2009/05/As-tendencias-da-população-mundial6.pdf

Leia também:

Ataque à Previdência: a farsa que antecede a tragédia

Henrique Judice Magalhaes é jornalista e advogado. Texto também publicado em A Nova Democracia e gentilmente cedido ao Correio pelo autor.

- **REFORMA DA PREVIDENCIA**



Paulo Timm

30 min

REFORMA DA PREVI -
Nunca é demais insistir no fato de que autoridades governamentais e comentaristas da Grande Mídia, seja porque são mal informados, seja porque são bem pagos continuam afirmando que a PREVIDÊNCIA é o maior GASTO do Governo Federal e apresentam até o número deste ROMBO: R$ 500 bilhões, os quais somados aos GASTOS com salarios de servidores na ATIVA consome 65% do Orçamento Anual. Jamais falam dos gastos com JUROS de 8% a.a. DA DÍVIDA já calculada em R$ 6 trilhões, batendo no valor do PIB , e que atinge a "bagatela" de R$ 480 bilhões embolsados por cerca de 200 mil brasileiros , ou seja, 0,1% da populaçãoi brasileira.
O suposto GASTO da Previ, fartamente divulgado a cada minuto nas grandes redes de comunicação é, entretanto, um dado BRUTO, dos dispêndios com aposentadorias e pensões, não o suposto défici da CONTA PREVIDENCIA, isolada do conceito mais amplo SEGURIDADE SOCIAL. Este GASTO é parcialmente compensado - cerca de 50% - pelas CONTRIBUIÇÕES de trabalhadores e empresas. A diferença, que chamam de DÉFICIT da Previdência não é nada mais, nada menos, so que a OBRIGAÇÃO do ESTADO neste CONTA, como determina não só a LEI mas a tradição. Em todos os lugares do mundo isso ocorre assim: Cobertura da Previdencia, como um DIREITO SOCIAOL, é feita por CONTR9IBUIÇÕES PRIVADAS MAIS TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO. Lugares como o Chile que quebrarm este modelo na ERA PICHOCHET, com a contribuição excelsa dos Chicago Boys, entre eles o impagável PAULO GUEDES, hoje levam os velhinos à miséria, impulsionando-os ao suicídio.

Ilustração: Gstos da União, destacando-se o fato de que os gastos com PREVIDENCIA são parcialmente compensados pelas CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIARIAS privadas. Não indicam, pois, o suposto DÉFICIT.

- **A Reforma da Previdência KAPUT...**

Paulo Timm **março 2019**

Razões:

1. Inconsistência da tese fundamental que a sustenta : Os ricos pagarão mais e os mais pobres menos, que não passa de uma retórica justificativa para a transformação da Previdência Pública como um DIREITO SOCIAL para uma Previdência de caráter privado, de alto risco, de RESPONSABILIDADE de cada um.

2. Falta de base consistente do Governo no Congresso, acentuada pelas tensões recentes entre o Presidente da CÂMARA, R.Maia e segmentos do Governo e da família Bolsonaro.

3. Projeto dos militares, frontalmente contrário ao espírito do princípio da EQUIDADE ao garantir aos mesmo privilégios como INTEGRALIDADE e PARIDADE dos reformados/aposentaods, devidamente garantidos com reajustes contra a inflação, com regras de transição mais benevolentes do que os servidores civis e, ainda mais: um premio no momento da reforma.

4. Prisão do ex Presidente Temer e altos dirigentes do MDB

5. Forte reação da sociedade civil contra o Projeto, demonstrando que nem existe propriamente déficit na Previdência, nos termos da Constituição que define a participação do ESTADO no financiamente da SEGURIDADE SOCIAL, da qual junto com SAUDE e ASSISTENCIA SOCIAL é um dos componentes, nem o maior responsável pelo DÉFICIT DAS CONTAS PUBLICAS da União.

6. Fundamenta-se num raciocínio neo-malthisiano de responsabilizar os IDOSOS pelo seu envelhecimento, desconsiderando a valiosa contribuição dos mesmos

ao longo dos ciclos generacionais para a elevação da produtividade do sistema econômico, e passando por cima do princípio ético fundamental do compromisso dos mais jovens sobre os mais velhos sob a vaga alegação de que os primeiros "não querem mais suportar este ônus". Sob este aspecto não se tratar de querer ou não querer dos mais jovens pois na questão da PREVIDÊNCIA NÃO TEM QUERER. Caso contrário vamos voltaremos à BALADA DE NARAYMA, a famosa montanha na qual os antigos japoneses de empobrecida vila enviavam para morrer todos os que chegavam aos 70 anos.

p

Renato Janine Ribeiro

2 h

Alguém fez ou está fazendo uma análise detalhada da PEC de reforma da Previdência? Porque são perto de 40 páginas em juridiquês/economês pesado, e até agora só vi considerações bem gerais.
Precisamos de um texto analítico sério, talvez de 200 páginas (sim, senhor!), para discutir bem essa reforma.
Por exemplo, se é verdade que os aposentados do setor público com rendimento acima do teto constitucional (39 mil reais) pagariam 22% de imposto ou contribuição sobre a aposentadoria. Basicamemte, juízes e procuradores.
Há muito detalhe.
Para debater, combater, propor alternativas, precisamos de um estudo sério e detalhado.
Alternativas teremos de propor.

Paulo Timmcomenta

Sem prejuízo de um bom capítulo INTRODUÇÃO discutindo algumas premissas do dito Projeto, tais como: PREVIDÊNCIA: Direito Social ou Dever do Cidadão, Comparações Internacionais SEGURIDADE/PIB e PREVIDENCIA/PIB; PREVIDÊNCIA x ASSISTÊNCIA SOCIAL: Diferenças conceituias, segmentos beneficiados, Compromissos; ORÇAMENTO DA UNIÃO x ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL, com cada um dos seus componentes- Saúde. Previdência e Previdência:Demografia e envelhecimento da população: A falácia neo-malthusiana de tomar IDOSOS como Improdutivos, desconsiderando o incremento de produtividade ao longo de suas vidas; A ECONOMIA DA NOVA PREVIDÊNCIA_ :R$ 1 TRILHÃO em dez anos, correspondendo a R$100 bilhões por ano , equivalente a 1/4 do que se paga de juros de uma DIVIDA PUBLICA de R$ 6 trilhões a juros de 7% a.a., isto é R$ 420 bilhões.

CNBB Contra

https://l.facebook.com/l.php?u=https%3A%2F%2Fwww.revistaforum.com.br%2Fcnbb-se-posiciona-contra-reforma-da-previdencia-do-governo-bolsonaro%2F%3Ffbclid%3DIwAR3Z-VrC_EwYYs1HIio7P1TGHBzEWozJv4bRxHl5_lDEzstM6Ww1fLZkCDY&h=AT0uGmGb73AbI_vYzR_TQBo_Fn4ubELvkmdZv6zdFjo9Ei_omjxhScfCMfrpnKSoA3VkaWqag6JLE4JOEQ996c91Pj1fhrXX7FYiXkiEgGskijK6bkVrhFDjdSMy7lWUM_xPrEW70WqKh-4rVmJrsBpPtIjfWZ848WAeo6gIrxH1bMDE5-9di0DzA9Wc54RwAfNpr_s1BScfdJfORKQXgRboSDY2hvdkVZ5KKABTN-jUYhTpaqxNtJx1zo0hQtfgonKucY2rTBwXJxCZANu3jV-J4D47zq1VSVhHut0Rtm-RefYK-XnIbDlSlw5Kkrnm6dEKdqeXQyRK6z5I6GmUBnn_HqATo8WqQY_Qjact1Gkk75aMUxyfwgvkqzKCSU6WNiBZR_k9hQD-mzHYdLq1xn4DFiRFW6Hcq4nxVMqpIgIeY-nqS1cmkcgFA37UdmcEIes0qIvkvA1hoPJv33NjG6CE55doLsszd0qOQs_yUY44476EhGFVN8bXhR6piEtLG4b6qTbXuX-W1AxsHC-4lYVMpzYxYokTpKRvKbWDtcCCVjlgZw1LBJHJrvzqPPh4FfGYkeCotHK2hQ53LUR-mhKR2jAqcud_f7w9H1JeyE7Ud2uxa8aENVzSlARzW_J4_72SNnl72F_c2gGE7N_c1tQEEf4rI-ehjoHGw6eUhePLiYGko6lKGJ9SdQVL03Yeu8tRNkE1gQYoizt1Y8G36j61RPcOSTWcWjus9irApo4xbMW6g-uqGJgyub1rrVAPWy8Nhkk06RID6ZlVxM8wAOS4E875V7UAmDWCmqvWZu3W1HLwam75DnbivK2uUBPBQ0X3fev2EAX68DxnBtCdkuMDY8bU_g

PROFESSOR USP propõe taxar mais ricos em vez de mudar Previ

https://l.facebook.com/l.php?u=https%3A%2F%2Fblogdacidadania.com.br%2F2018%2F04%2Fprofessor-da-usp-propoe-taxar-fortunas-em-vez-de-reformar-previdencia%2F%3Ffbclid%3DIwAR1f-KKNvY1Y85tRIq8YKB40-bVfmda5e3rd_BNSf6geKJ3e5ZUoLAaFC-8&h=AT03ZCVaYpEi_x0z9s604EH9lQqmGYsriWhpiCWT1JSkvwsyIGui1MGKUdvoJWPQkMHuqYs2dwCysfdo11-QqVQ212meMi4mde5z7xEk-wjusLvkQ1irJkozjUOxC6XRmUpJVotb4u1uo3DI84p36iB7XPC_kHKflvswM1Ifcx470LFOR1ismFluwW1BVymypUrAk5nYqta2kk0kApmg55VkNFWtdYmS-Qsa2vToc5H3IFs5hgdzgjfHuiewDud0r7dqY-gDRpkSdlMFLk83ZtCFkDyq7Ci0geoCqmV-GgVexxwx6YzaQxLgw3ZM18QwVY_EZadxFhENFDtNAiQvFBFH73TyUWVNEPe-N-4iSUQa1YUlLjZBsTwXMLGOgo3aLQryAXU599f-Kjq71q6Bn89OWMmixvTcoj4IZYWgesNjgcI7fyU79BbnOePl7g8boMAXtCNI5G3G_-nQMR7qUD3kcADpkC7owaHUqGlixGwUgpQDLWZ9u5BTQMoXrJaOLRxPxevgxfncLjzkHwsjtJD8hH9duy91EBWYpzZ_as9ph56VREzLq4suk6UNXntcf5I-zrG05Ok

- **E se a Reforma da Previdência não for aprovada? É o fim do Brasil?**

https://jlcoreiro.wordpress.com/2019/03/23/e-se-a-reforma-da-previdencia-nao-for-aprovada-e-o-fim-do-brasil/?fbclid=IwAR0BmKQUpdHac_DYS2kVYKskO0_kFqBJXrnDQl9rZnCFURPkacphsvunUmI

23sábadoMAR 2019 - José Luis Oreiro,

Alguns amigos têm mostrado preocupação com a afirmação recente do Secretario de Política Econômica de que se a Reforma da Previdência não foi

aprovada este ano então o governo pode não ter dinheiro para pagar os salários dos funcionários públicos e as aposentadorias já em 2020. Sobre esse ponto faço constar que:

1- O impacto de curto-prazo da reforma da previdência nas contas públicas é igual a zero, ou seja, o déficit primário de 2020 não vai ser menor ou maior caso a reforma da previdência seja aprovada ou não em 2020.

2 – Ao contrário dos governos subnacionais (Estados e Municípios) o governo Federal não tem nenhum limite para o seu endividamento em moeda nacional. Dito de outra forma, não há nenhum impedimento de ordem jurídica ou institucional para que o governo continue – como sempre fez – a financiar seus gastos com emissão de dívida pública.

3 – Não existe número mágico para o limite da dívida pública do setor público como proporção do PIB; ou seja, o mercado não vai parar de financiar o governo caso a dívida bruta ultrapasse algum número mágico como, por exemplo, 80% do PIB.

4- A velocidade de aumento da relação dívida pública/PIB está diminuindo desde 2017 graças ao efeito combinado da redução dos juros e da retomada (ainda modestíssima) do crescimento econômico. Isso indica uma clara tendência a estabilização dessa relação nos próximos dois ou três anos.

5 – Ainda que o mercado fique nervosinho com a não aprovação da reforma da previdência e resolva parar de financiar o Tesouro Nacional, este possui cerca de 20% do PIB em moeda corrente na Conta Única o Tesouro no Banco Central. Isso é suficiente para resgatar os títulos da dívida público no seu vencimento por meses a fio. Mas se o mercado fizer queda de braço com o Banco Central vai ficar rapidamente sem a preciosa receita de juros. Daqui se segue que a ameaça de lock-out do mercado não é crível.

6 – Por fim, como diria o filósofo Nelson Rodrigues, “o cemitério está cheio de insubstituíveis”. Paulo Guedes não é o primeiro e nem será o ultimo ministro da economia do Brasil.

- **GUEDES_: O biruta de aeroporto 16 março**

https://www1.folha.uol.com.br/colunas/julianna-sofia/2019/03/biruta-de-aeroporto.shtml?utm_source=facebook&utm_medium=social&utm_campaign=compfb&fbclid=IwAR22kSnTsZZZCq6Qk5bDj-p3Ad4ppteiRrpXIQbD8nhj8jaC1pf5R8TUMv0

- **OIT DESMASCARA REFORMA DA PREVI**

https://nocaute.blog.br/2019/03/18/organizacao-internacional-do-trabalho-desmascara-a-reforma-da-previdencia-de-paulo-guedes/?fbclid=IwAR2aLAbT2rrTYBzUJN_kZ6gPjsOD8IMIzwmkSYwXx4Kn_pfMWQpSrNHY37A

- **Guedes e os próximos passos na ponte para o abismo**

Leda Paulani examina os três pilares do projeto econômico do novo governo e dispara: se concretizados, eles levarão a acumulação financeira ao intolerável — e tornarão a política irrelevante

por **IHU** - https://outraspalavras.net/outrasmidias/guedes-e-os-proximos-passos-na-ponte-para-o-abismo/?fbclid=IwAR1yzfxKB2RfM3lvOy7cTdAN6fi8XeQCZ7r7i59V5wg6wmWNvG26kpFH8Ww

Publicado 14/03/2019 às 20:36 - Atualizado 14/03/2019 às 20:45

Entrevista a **Patricia Fachin**, no *IHU*

É “difícil” fazer uma avaliação da política econômica conduzida pelo ministro Paulo Guedes, “porque de fato nada de concreto ainda foi feito na área, a não ser o envio da proposta de reforma da previdência ao Congresso”, diz a economista Leda Paulani à IHU On-Line, ao comentar a atuação da equipe econômica nos dois primeiros meses do novo governo. Já no nível do discurso, pontua, “não há nada além daquilo que já era previsto, ou seja, a condução da economia a partir de uma filosofia ultraliberal, que é a marca do economista Paulo Guedes”. Na avaliação de Leda, a declaração do ministro da Economia de

que é preciso fazer uma perestroika brasileira, fazendo alusão a uma maior abertura econômica, “traz implícita a ideia de que o país está enredado nas entranhas de uma economia estatizada, com elevado grau de dirigismo”. Mas essa visão, frisa, “é absolutamente descabida quando se olha para a realidade e, principalmente, quando se tem em conta os parâmetros que vêm presidindo a condução da política econômica brasileira desde pelo menos o início dos anos 1990”.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail, a economista também comenta os três pilares do projeto econômico do novo governo, que são a reforma da previdência, a privatização acelerada e a simplificação, redução ou unificação dos impostos. Segundo ela, “a reforma da previdência e as privatizações são expedientes típicos das receitas de bolo do pensamento convencional neoliberal, pautado pelas máximas dos mercados e pelos imperativos da acumulação, sobretudo da acumulação financeira”. De outro lado, defende, a reforma tributária deveria reduzir os impostos indiretos e elevar os impostos sobre patrimônio, mas por enquanto o governo fala “apenas de simplificar e reduzir ou eliminar impostos.”

Assim, na melhor das hipóteses, trata-se apenas de mais uma rodada da série ‘melhorar o ambiente de negócios’ e, na pior delas, de uma tentativa de reduzir a carga tributária, constrangendo ainda mais a capacidade do Estado de agir como poder equilibrador no enfrentamento das desigualdades”. Em resumo, assevera, “nenhuma dessas três medidas tem impactos imediatos e/ou garantidos” sobre o equilíbrio das contas públicas, porque “os efeitos de reformas no sistema previdenciário se dão quase sempre no médio ou longo prazo”.

Na avaliação da economista, a primeira proposta da equipe econômica enviada ao Congresso, a reforma da previdência, não visa reformar o regime previdenciário de repartição em operação no país, mas, sim, destruí-lo. Ela explica que, com a reforma e a introdução do regime de capitalização, a tendência é que os trabalhadores que ganham salários mais elevados e “ajudam a sustentar os benefícios daqueles que contribuem menos e que auferem benefícios muito reduzidos”, possivelmente “ficarão tentados a sair, migrando para outros regimes ou simplesmente para uma poupança pessoal própria, visando sua manutenção na velhice”. Segundo ela, “é evidente que isso não aconteceria se o propósito da reforma fosse de fato preservar a sustentabilidade do regime de repartição, tornando compulsórias a permanência e as alíquotas mais elevadas, mas, como se percebe, não parece ser este o caso”. E acrescenta: “A depender das condições em que será implantado o celebrado regime de capitalização, muitos trabalhadores tenderão a abandonar de vez o regime geral hoje predominante”.

Leda Paulani é livre-docente junto ao Departamento de Economia da FEA-USP e professora do Departamento de Economia e da Pós-graduação da FEA/USP. Foi presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política – SEP, assessora chefe do gabinete da Secretaria de Finanças da Prefeitura de São Paulo e secretária municipal de planejamento, orçamento e gestão da Prefeitura de São Paulo.

Que avaliação geral faz da atuação da nova equipe econômica nestes dois primeiros meses do novo governo?

Difícil fazer uma avaliação, porque de fato nada de concreto ainda foi feito na área, a não ser o envio da proposta de reforma da previdência ao Congresso. De resto, no nível do discurso, não há nada além daquilo que já era previsto, ou seja, a condução da economia a partir de uma filosofia ultraliberal, que é a marca do economista Paulo Guedes. Exemplos claros disso podem ser encontrados em entrevista dada pelo ministro em meados de fevereiro ao jornal Financial Times. Dentre outras afirmações, tão fortes quanto controversas ([graças ao trabalho dos Chicago boys] "o Chile é hoje uma Suíça"), ele indica que é preciso fazer (e ele fará) no Brasil a perestroika, ou seja, a abertura da economia com concessão de total liberdade ao mercado. A afirmação, que traz implícita a ideia de que o país está enredado nas entranhas de uma economia estatizada, com elevado grau de dirigismo, é absolutamente descabida quando se olha para a realidade e, principalmente, quando se tem em conta os parâmetros que vêm presidindo a condução da política econômica brasileira desde pelo menos o início dos anos 1990. Mas ela evidencia com clareza os princípios que devem orientar a atuação da área econômica no governo de Bolsonaro.

Quais serão, na sua avaliação, as principais diferenças da política econômica do novo governo em comparação com a condução da política econômica nos governos Dilma, Lula e FHC?

A agenda neoliberal entrou no país pelas mãos de Fernando Collor. Foi seu discurso de "*caça aos marajás*" que seduziu a classe média brasileira e os endinheirados de sempre. Junto com o mote, vinham as propostas de privatização, de abertura comercial e financeira da economia e de redução do Estado. Já se percebia aí a semente daquilo que, mais tarde, tomaria enormes proporções, a saber, a mistura descarada de princípios universalmente aceitos, como a redução de privilégios, a responsabilidade com os recursos públicos e o combate à corrupção, com as proposições típicas do modelo liberal: para reduzir os privilégios e acabar com a corrupção, é preciso reduzir o tamanho e a influência do Estado; para tornar efetiva a responsabilidade com o dinheiro público, é necessário adotar políticas de austeridade e cortar gastos. O raciocínio simplório tinha poder de convencimento e foi ganhando corações e mentes, alcançando até mesmo aqueles que são os mais prejudicados quando tais assertivas saem do papel e se tornam realidade. O sucesso do neoliberalismo, sua principal vitória (mas não só aqui, no mundo), foi essa: na batalha das ideias, as máximas do mercado saíram vitoriosas.

A reflexão pode parecer um desvio um tanto prolongado da resposta à pergunta propriamente dita, mas, para além da importância em si do tema, ela ajuda a mostrar quão despropositada é a fala do ministro de Bolsonaro ao Financial Times. A perestroika com que sonha Guedes começou no início dos anos 1990 e só não foi naquela ocasião mais efetiva porque o país ainda patinava no solo escorregadio do binômio inflação/dívida externa. Mesmo assim, várias e importantes providências foram então tomadas para colocar o país no "novo rumo". Por exemplo, tão cedo quanto em 1992, no governo de Collor, se promoveu, na surdina, o início da abertura financeira: num movimento

absolutamente questionável do ponto de vista jurídico, uma mera carta circular do Banco Central desbancou uma lei federal para permitir a qualquer cidadão a livre disposição de recursos em divisas. Começava aí a transformação do país em plataforma internacional de valorização financeira, movimento que seria consolidado no governo de FHC.

Governo FHC e a potência financeira emergente

Em seus dois mandatos, com o país já estabilizado monetariamente, FHC tratou exclusivamente das medidas necessárias para viabilizar e colocar em prática os ingredientes da fórmula liberal, e para transformar o país em "potência financeira emergente": melhora do "ambiente de negócios", concessão de garantias aos credores, oferta de benesses aos investidores financeiros (em particular aos não residentes), privatizações, liberalização dos fluxos internacionais de capital, controle estrito das contas públicas, além de política monetária draconiana e juros estratosféricos.

Governos petistas: do "milagrinho" econômico à política de "austericídio"

A ascensão de Lula e do PT ao poder federal não mudou esse entorno benfazejo à riqueza financeira e à posição do Brasil como dependente de poupança externa e pagador de renda aos capitais internacionais. Ao contrário, logo de início, sob a batuta de Palocci e dos economistas ortodoxos de que se cercou, sua política macroeconômica foi a continuação e, em alguns casos, o aprofundamento da agenda de FHC. Foi só com o lançamento do PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento, no último ano do primeiro mandato de Lula (2006), que esse ideário foi relativamente desobedecido. Esse polpudo pacote de investimentos públicos destinado a garantir a continuidade do crescimento que o bom momento da economia internacional estava possibilitando foi um pequeno ato de rebeldia, pois não combina em nada com um receituário que visa diminuir a dimensão e a importância do Estado. Na leitura da ortodoxia, investimentos públicos sempre "roubam" o espaço (nós dizemos o espaço de acumulação) que deveria ser do mercado.

Além disso, os governos do PT fizeram um bom uso do assim chamado "bônus macroeconômico". As benesses da alta internacional no volume negociado e nos preços em dólar das commodities que o país exporta, permitiram, sem mexer com os ganhos dos de cima, a adoção de um pacote de políticas e programas sociais de alto impacto, além da elevação acelerada do valor real do salário mínimo. Combinaram-se os efeitos multiplicadores da demanda externa aquecida com aqueles oriundos da redução na desigualdade distributiva e crescimento do emprego, e, na sequência, com o impulso do investimento público, para promover o melhor momento da economia brasileira desde o milagre econômico dos tempos dos militares. A diferença entre esse "milagrinho", como já vem sendo chamado, e aquele de 35 anos antes, é que ele desbancou a máxima de então: não foi preciso esperar o bolo crescer para depois dividir.

O advento da crise vai desmanchar essa conciliação até então possível e, à sua maneira, virtuosa, entre política econômica liberal e programas sociais de alto

impacto. Mas suas consequências para nós não apareceram de imediato, tornando-se mais concretas apenas no início da gestão Dilma. O primeiro mandato da presidenta também se caracterizou, de alguma forma, como ato de rebeldia aos imperativos da valorização financeira e do rentismo, pois buscou, como forma de driblar a crise, redução substantiva dos juros e enfrentamento dos obscenos spreads bancários. Mas cometeu, por outro lado, o erro, que depois se revelaria fatal, de apostar no incremento do investimento privado com uma política de desoneração de folha que ganhou, depois de passar pelo Congresso, dimensões descomunais. Para conciliar tudo orçamentariamente, brecou os investimentos públicos, que detêm elevado poder multiplicador, e os investimentos privados, que deveriam assumir o protagonismo, não apareceram. O fracasso da política e a piora das contas públicas abriram o espaço político para o impeachment da presidenta, que, em seu segundo mandato, na esperança de contar com o beneplácito dos mercados, trouxera para o comando econômico ninguém menos que Joaquim Levy, que afundou de vez a economia com sua política de "austericídio".

A agenda econômica de Bolsonaro e a construção da Ponte (para o abismo) iniciada por Temer

Para falar das possíveis diferenças entre a política do atual governo e a sequência que viemos de reportar desde Collor, é preciso lembrar que, entre Dilma 2 e Bolsonaro, houve o governo de ocupação de Temer. O que o presidente ilegítimo tentou fazer foi colocar em prática tudo que estava previsto no programa Ponte para o Futuro, uma "alternativa" de política econômica elaborada pelo PMDB e que, segundo consta, teria sido apresentada à presidenta e por ela recusada. A essência desse documento é o resgate pleno da agenda liberal, sem os arroubos sociais dos governos do PT, agenda, é preciso sublinhar, que estava na mira do governo de FHC e que certamente teria sido implantada, se o PSDB tivesse continuado no poder. Ela envolvia não só a continuidade dos processos de privatização, chegando até à Petrobras, como também uma série de alterações na Constituição Federal – CF de 1988, que, segundo já se dizia à época, era inviável do ponto de vista das contas públicas. Não foi por acaso, nem apenas por querelas político-partidárias, que o PSDB insuflou e apoiou o golpe e depois fez parte do governo Temer.

Essa agenda completamente liberal precisava ser retomada, com a providência adicional de desmontar a política externa ativa e altiva que os governos do PT haviam construído. Lia-se ali, por exemplo, que seria necessário promover "uma verdadeira abertura comercial", buscando acordos de todos os tipos "com ou sem o Mercosul". O governo Temer agiu rápido e, a não ser pela incapacidade de mexer no sistema previdenciário, teve pleno sucesso. Desmontou a CLT, com a reforma trabalhista e a lei de terceirizações, e aprovou a PEC 95, do teto de gastos, que congela por 20 anos o valor real dos gastos públicos, destruindo substantivamente a capacidade do Estado de fazer políticas públicas. Sob a batuta de Guedes, a agenda econômica de Bolsonaro será a continuidade da construção da Ponte (para o abismo) iniciada por Temer, fazendo, de forma mais despudorada, o que ainda não foi feito, a saber, reforma da previdência, retomada das privatizações, enterro final da CF de 1988. Guedes é mais

celerado que Meirelles (ou Guardia), mas a diferença é de grau, não de conteúdo.

Em seu discurso de posse, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que os três pilares do projeto econômico do novo governo serão: 1) reforma da previdência; 2) privatizações aceleradas; 3) simplificação, redução, eliminação e unificação de impostos. Quais são os pontos positivos e negativos desse tripé? Em que medida ele pode garantir o crescimento econômico, a geração de emprego e o equilíbrio das contas públicas?

A reforma da previdência e as privatizações são expedientes típicos das receitas de bolo do pensamento convencional neoliberal, pautado pelas máximas dos mercados e pelos imperativos da acumulação, sobretudo da acumulação financeira. A última perna do tripé poderia estar relacionada à questão tributária e a uma reforma que de fato precisa ser feita, no sentido de elevar o peso dos impostos diretos, sobretudo dos impostos sobre o patrimônio, e reduzir o peso dos indiretos, tornando o sistema menos regressivo. Mas não é esse o tom que sobressai da menção à questão tributária. Ao contrário, fala-se aí apenas de simplificar e reduzir ou eliminar impostos. Assim, na melhor das hipóteses, trata-se apenas de mais uma rodada da série "melhorar o ambiente de negócios" e, na pior delas, de uma tentativa de reduzir a carga tributária, constrangendo ainda mais a capacidade do Estado de agir como poder equilibrador no enfrentamento das desigualdades. Em qualquer dos casos, trata-se de farinha do mesmo saco. Não vejo, portanto, pontos positivos aí. No mais, não acredito que tais medidas possam favorecer a retomada do crescimento e do emprego. A aprovação da reforma da previdência certamente vai causar uma euforia nos mercados financeiros, com elevação dos indicadores de bolsa e valorização do real. Mas esses são impactos que ocorrem no âmbito dos estoques de riqueza, cujo valor se altera por força de movimentos especulativos.

Retomada do crescimento

No que tange aos fluxos de produção e de renda, ou seja, no que concerne à retomada substantiva do crescimento (no último biênio a economia cresceu 2,1%, depois de ter caído 7% no biênio anterior), conviria a retomada dos investimentos privados, que continuam letárgicos, ou um novo impulso nos investimentos públicos, alternativa rifada pela aprovação da PEC dos gastos. Assim, o crescimento continuará a ser pífio, a menos de uma enorme virada favorável no plano internacional, que não parece estar no horizonte (além das especulações em torno da existência de bolhas de ativos, em particular na economia chinesa, os indicadores de perspectiva de comércio da Organização Mundial do Comércio – OMC estão em seu nível mais baixo desde 2010; ademais, um possível acordo entre EUA e China pode roubar do Brasil um mercado de US$ 25 bilhões em soja).

Quanto às contas públicas, nenhuma dessas três medidas tem impactos imediatos e/ou garantidos sobre seu equilíbrio. Os efeitos de reformas no sistema previdenciário se dão quase sempre no médio ou longo prazo. No caso da proposta apresentada, seu impacto pode inclusive ser negativo no curto

prazo, a depender de como será regulamentado o regime de capitalização. Combinada com a tal carteira verde-amarela, ela pode aprofundar sobremaneira o desequilíbrio financeiro do sistema.

Entre as preocupações da nova equipe econômica, destaca-se a de garantir o equilíbrio das contas públicas. Essa é uma agenda fundamental para o Brasil neste momento? Sim ou não e por quê?

É evidente que desfrutar de uma posição confortável nas contas públicas é sempre uma situação desejável. Contudo é também evidente o caráter cíclico da economia capitalista. O Estado tem de poder agir contraciclicamente, impulsionar a economia com investimentos públicos e mitigar as consequências sociais nos períodos de recessão e alto desemprego, e poupar e cortar gastos quando a economia vai bem. Insistir na perpetuidade de resultados primários positivos é negar ao Estado esse papel e fazer o jogo daqueles que buscam tão somente a garantia do valor real e da remuneração de seus estoques de riqueza, em particular da riqueza financeira. Pior ainda, é não perceber que políticas de austeridade, em momentos de retração, complicam de vez o cenário porque, por mais que se cortem gastos, o efeito multiplicador agindo ao contrário faz a receita cair ainda mais, piorando de vez os resultados primários (basta conferir os indicadores do Brasil desde 2015). No afã de preservar as condições de remuneração da riqueza financeira assentada em títulos públicos, cortam-se gastos públicos para melhorar o resultado primário, mas o resultado final é uma piora geral. Em outras palavras, uma boa forma de fazer a relação dívida/PIB crescer é adotar uma política de austeridade em tempos de estagnação.

Nos dois primeiros meses de governo, a equipe econômica concentrou-se em apresentar uma proposta de reforma da previdência que propõe mudar o sistema da previdência para um sistema de capitalização. Quais são as vantagens e os riscos dessa proposta?

A proposta da assim dita “reforma” da previdência necessita, em primeiro lugar, ser renomeada. Não se trata em absoluto de proposta de reforma do regime previdenciário atualmente em operação no Brasil (o regime de repartição), senão de sua destruição. Estudo do Dieese mostra que, mesmo antes de entrar em funcionamento a reforma trabalhista aprovada no governo Temer, cerca de 40% da força de trabalho já não conseguia comprovar 20 anos de contribuição (atualmente, o exigido são 15 anos para a aposentadoria por idade, com benefício parcial).

Estes, que são a enorme maioria (hoje, apenas 1/3 das aposentadorias são por tempo de serviço), já estarão fora do sistema, porque, se pensarem um minuto que seja, preferirão trabalhar sem contribuir, a contribuir sem ter condição de receber um mínimo que seja, quando terminar sua idade laborativa. A vingar a alíquota progressiva, em princípio algo salutar, aqueles que ganham salários mais elevados (e que atualmente, como o sistema é baseado na solidariedade — geracional, mas também social — ajudam a sustentar os benefícios daqueles que contribuem menos e que auferem benefícios muito reduzidos) também ficarão tentados a sair, migrando para outros regimes ou simplesmente para uma poupança pessoal própria, visando sua manutenção na velhice.

É evidente que isso não aconteceria se o propósito da reforma fosse de fato preservar a sustentabilidade do regime de repartição, tornando compulsórias a permanência e as alíquotas mais elevadas, mas, como se percebe, não parece ser este o caso. A depender das condições em que será implantado o celebrado regime de capitalização (isso não está em absoluto claro na proposta), muitos trabalhadores tenderão a abandonar de vez o regime geral hoje predominante. Por fim, mas não menos importante, a referida carteira de trabalho verde-amarela, que acabará por se transformar em imposição na maior parte dos casos (ou alguém acha que as empresas não implementarão "acordos" com os trabalhadores que, de "livre e espontânea vontade", abrirão mão de seus direitos para não perderem suas fontes de subsistência?) completa o quadro das condições que destruirão o regime geral.

Quanto ao regime de capitalização, como já adiantei, não há informações suficientes na proposta apresentada para saber como ele funcionará no Brasil. De qualquer forma, os princípios desse regime são opostos aos do regime de repartição: trata-se de contas individuais, não há nenhuma solidariedade no sistema, a vinculação entre contribuições e benefícios é rígida (o que não significa, *nota bene*, garantia de rendimentos determinados no futuro, pois os benefícios são indefinidos — dependem da rentabilidade auferida pelos recursos ao longo do tempo e da expectativa de vida). Ademais, nesse regime, o trabalhador conta apenas consigo mesmo. Desaparecem as contribuições da empresa e do Estado, que constituem o tripé onde se assenta o regime de repartição. Num país como o Brasil, pejado de desigualdades sociais, com cerca de 50% de seu mercado de trabalho precário e informal, um regime como esse só pode apontar para um futuro ainda mais sombrio. A maior parte dos trabalhadores não conseguirá poupar o suficiente e não terá o que retirar no futuro. Será jogado para o assistencialismo. É o que vem acontecendo no Chile, um dos primeiros países a implantar o regime de capitalização, urdido e imposto à população na ditadura sanguinária de Pinochet. Mas na Suíça original, até onde se sabe, não há a taxa recorde de suicídio entre idosos como na Suíça latino-americana, que Paulo Guedes quer copiar.

O que seria um modelo econômico alternativo hoje para o Brasil? O que a esquerda propõe como outra via ao modelo econômico em curso?

O modelo hoje seguido é o do ultraliberalismo, com total liberdade para o mercado, obrigações cada vez menores para as empresas e Estado mínimo, cuja única atribuição é fornecer as garantias jurídicas necessárias ao funcionamento do sistema. O próprio trabalhador vem sendo instado a se ver cada vez mais como "empresário de si mesmo". Num processo conhecido como "pejotização" da força de trabalho, muitos trabalhadores assalariados abrem mão de seus direitos e se transformam em microempresários (o que vem a calhar para as empresas, que, de uma só tacada, economizam os recursos antes destinados ao pagamento das contribuições e demais encargos incidentes sobre a folha, e simultaneamente despem-se das figuras de exploradoras do trabalho). O mundo do (mal)dito "cada um por si e o Estado por ninguém" (senão pela classe de sempre) será um desastre para um país caracterizado pela fratura social que nos marca desde sempre. O pouco que se conseguiu em termos de redução da desigualdade e da miséria nos últimos anos, mas que já vai se

perdendo com a continuidade da crise e das “temerárias” políticas ultraliberais, não ocorreu pelo virtuosismo do mercado ou por obra e graça do divino Espírito Santo. Foi resultado de política deliberada, adotada pelo Estado brasileiro.

Modelo alternativo

Um modelo alternativo passa pelo Estado, mas não só. Ele teria que ser uma espécie de “ultraliberalismo reverso”, um modelo em que a ânima capitalista fosse de alguma forma domada e em que aquilo que é vital ao ser humano, saúde, educação, trabalho, cultura, fosse retirado completamente do domínio do mercado e transferido ao domínio da política. Seria uma espécie de desfetichização de bens essenciais, preservados da sanha mercantil por uma espécie de cordão sanitário social. Colocar sob a égide da política não significa dizer que seriam necessariamente atividades estatizadas, senão que estariam sob os auspícios do conjunto da sociedade e de suas entidades representativas, funcionando em espaços de atuação coletivos, numa configuração institucional em que os processos de democracia direta teriam importância crescente. Se o Estado vem a ter aí importância decisiva, o modelo fica parecido com o Estado do Bem-estar Social que se criou no pós-guerra na Europa e que ainda existe de alguma forma por lá, em particular nos países nórdicos. Mas o *Welfare State* foi desenhado dentro de uma moldura keynesiana, que ainda tem no crescimento puro e simples do produto e na preservação do nível de emprego seus principais ingredientes. Isso está hoje em xeque, no primeiro caso pelos problemas ambientais e pela exaustão dos recursos naturais e, no segundo, pela revolução tecnológica de quarta geração, que mundo afora vai insaciavelmente sugando empregos. Não por acaso propostas como o Green New Deal e a renda básica de cidadania ganham interesse crescente. Elas, seguramente, também teriam lugar num modelo alternativo, de política econômica progressista.

Deseja acrescentar algo?

Gostaria, para finalizar, de fazer duas observações. A primeira é que, implantado o modelo ultraliberal, o Estado ficará completamente amarrado, incapaz de fazer o que quer que seja para minorar o quadro de anomia social, que já existe, mas que se agravará sobremaneira. E esta será a situação, pouco importa quem vier a vencer as eleições a cada quatro anos.

A irrelevância da política, cuja semente o mestre Chico de Oliveira detectou há quase duas décadas, se tornará então plena. O sentido último do ultraliberalismo é, no fundo, este, acabar com a política, que supõe participação, mudança, dinâmica social, luta pela radicalização da democracia e por conquistas sociais crescentes e plenamente inclusivas. A vitória completa do ultraliberalismo implica a fetichização absoluta e absurda da esfera política, a naturalização da periódica troca de bastão pelo voto para comandar uma sociedade em que o poderio crescente do capital e da forma mercadoria é que estará colocado como verdadeiro sujeito.

Em países como o Brasil, o crescimento, nesse contexto, da importância de organizações que atuam em torno do ilícito será apenas o corolário da abolição da política. Muitos dirão de imediato que tal realidade já existe, que o mundo já

está assim desde o levante liberal dos anos 1980, que as esquerdas não fazem senão adotar o mesmo programa econômico que criticavam quando na oposição, que o Brasil já é esse cenário distópico. É verdade, mas a situação pode piorar, e muito, solapando por completo os poucos espaços que ainda existem de luta política e social. Por isso é preciso resistir da forma que for possível a essa avalanche devastadora.

Por fim, não é demais lembrar que a agenda liberal, que, como já dito, remonta ao início dos anos 1990, rendeu a nosso país uma posição absolutamente subalterna na divisão internacional do trabalho. Em meio ao clamor mundial cada vez maior pela preservação do meio ambiente, viramos uma economia extrativista, produtora de bens primários, que valoriza como ninguém a riqueza financeira e paga renda régia ao capital internacional. Estamos presos numa sorte de nova dependência, que passa pela movimentação de capitais, mais do que pelas relações de troca, e compromete o sobrevalor futuro a ser extraído de nossa força de trabalho em condições cada vez mais duras.

Em outras palavras, hoje, o que gera a permanente transferência de valor excedente para os países do centro do sistema, não é principalmente o fato de produzirmos bens primários e eles bens de maior conteúdo tecnológico. Há até momentos em que essa situação pode se inverter, como aconteceu nos anos 2000. O fator mais importante é o crescimento desmesurado dos capitais internacionais em operação em nossa economia, com destaque para os investimentos financeiros. Eles precisam ser remunerados e nós decidimos que o seriam regiamente (o Brasil resolveu ser uma potência financeira emergente). Assim, parte significativa da mais-valia aqui extraída transforma-se em renda que os remunera. O movimento é de círculo vicioso porque a entrada em profusão desses capitais impõe pagamentos cada vez maiores, afetando negativamente a conta corrente de nosso balanço de pagamentos e exigindo que eles continuem a entrar no país.

Em poucas palavras, dependemos desses capitais para que continuemos dependentes. A elevada taxa real de juros prevalecente há quase três décadas, elemento central dessa "estratégia", dificultou o crescimento da economia, desindustrializou o país e impediu a necessária acoplagem tecnológica de seu parque produtivo. É essa a "voz dos mercados", que ouvimos repetida *ad nauseam* na imprensa especializada e nos telejornais de cada dia. Os governos do PT não atentaram para a necessidade de alterar esta situação, única possibilidade de assentar em pilares mais firmes as conquistas sociais que seus programas e políticas promoveram. Enquanto isso, no relógio da História, os ponteiros indicam o tempo da indústria 4.0. Não poderíamos estar mais atrasados.

- Privatização da Previdência fracassa no mundo, diz estudo da OIT

11 de março de 2019 por Esmael Morais

A privatização da Previdência fracassou na maioria dos países que adotou o sistema de capitalização previdenciária que o governo de Jair Bolsonaro (PSL) que implantar no Brasil. Os impactos sociais e econômicos do sistema foram tão negativos que a única saída foi voltar atrás e reestatizar total ou parcialmente a Previdência.

A conclusão é do estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) “Revertendo as Privatizações da Previdência – Reconstruindo os sistemas públicos na Europa Oriental e América Latina”, divulgado nesta segunda-feira (11).

A capitalização exige que o trabalhador abra uma poupança pessoal onde terá de depositar todo mês para conseguir se aposentar. A conta é administrada por bancos, que cobram taxas e ainda podem utilizar parte do dinheiro para especular no mercado financeiro. Eles são os únicos que ganham com a privatização, é uma das conclusões do estudo da OIT que demorou três anos para ficar pronto.

O estudo da OIT mostra que sistemas como esse aumentaram a desigualdade de gênero e de renda, que os custos de transição criaram pressões fiscais enormes, os custos administrativos são altos, os rendimentos e os valores das aposentadorias são baixos e quem se beneficiou com as poupanças dos trabalhadores e trabalhadoras foi o sistema financeiro, entre outros problemas.

De acordo com o estudo, de 1981 a 2014, trinta países privatizaram total ou parcialmente seus sistemas de previdência social. Quatorze deles são da América Latina: no Chile (primeiro a privatizar em 1981), idosos estão morrendo na miséria; Peru (1993), Argentina e Colômbia (1994), Uruguai (1996), Bolívia, México e Venezuela (1997), El Salvador (1998), Nicarágua (2000), Costa Rica e Equador (2001), República Dominicana (2003) e Panamá (2008).

A grande maioria desistiu da privatização após a crise financeira global de 2008, que escancarou as falhas do sistema de previdência privada. Até 2018, dezoito países fizeram a re-reforma, ou seja, reverteram total ou parcialmente a privatização da Previdência social: Venezuela (2000), Equador (2002),

Nicarágua (2005), Bulgária (2007), Argentina (2008), Eslováquia (2008), Estônia, Letônia e Lituânia (2009), Bolívia (2009), Hungria (2010), Croácia e Macedônia (2011), Polônia (2011), Rússia (2012), Cazaquistão (2013), República Tcheca (2016) e Romênia (2017).
Para os técnicos da OIT, o que melhora a sustentabilidade financeira dos sistemas de Previdência e o nível de prestações garantidas, permitindo às pessoas usufruir de uma melhor vida na aposentadoria não é acabar e, sim, reforçar o seguro social público, associado a regimes solidários não contributivos, conforme recomendado pelas normas da entidade.
O que garante a segurança de renda na idade avançada é o fortalecimento de sistemas públicos de Previdência, dizem os técnicos.
Ou seja, ao invés de acabar com a Previdência Social pública e solidária, o chamado modelo de repartição em que quem está no mercado sustenta a aposentadoria daqueles que já contribuíram ao longo de toda a vida, como quer Bolsonaro, os governos têm de reforçar o sistema.
Leia aqui as conclusões do estudo em português.
Por Central Única dos Trabalhadores

- **Governo inclui artigo "cavalo de Troia" para destruir Previdência, alerta ex-ministro da Fazenda**

Brasil corre risco de sofrer a mesma experiência chilena, onde aposentados recebem cerca de R$ 700 reais por mês para viver, após mais de três décadas de implantação do sistema privado de previdência

Jornal GGN - 22/02/2019 - https://jornalggn.com.br/previdencia-social/governo-inclui-artigo-cavalo-de-troia-para-destruir-previdencia-alerta-ex-ministro-da-fazenda/?fbclid=IwAR18C19QdcLHdYcQZO9ra93vZXNHtvPQLOmbkBsP-iSudG4smz57ky7eddI

Ex-ministro da Fazenda e do Planejamento, Nelson Barbosa. Foto: Valte Campanato/Agência Brasil

Jornal GGN – Não é só o aumento da idade, a Previdência como conhecemos tende a acabar com a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do governo Bolsonaro, entregue dia 20 de fevereiro ao Congresso.

É o que explica o economista, professor da FGV e UnB e ex-ministro da Fazenda e do Planejamento Nelson Barbosa, em uma série de Tweets publicados.

Segundo ele, a possibilidade de criar um sistema de capitalização, substituindo o de repartição que está em vigor, resultará na destruição do sistema público de pagamento de aposentadorias no Brasil.

Barbosa começa explicando que, o artigo 201-A, da PEC que ele chama de “BolsoGuedes (BG)”, em referência ao presidente e ao ministro da Economia, estabelece a criação de um regime baseado na capitalização “de caráter obrigatório para quem aderir”, que passaria a funcionar junto com o regime de repartição. Em tese, o trabalhador poderá escolher qual dos dois regimes aderir.

Vale destacar que, no dia em que a medida foi entregue, Paulo Guedes explicou à imprensa que o contribuinte que optar pela capitalização não poderá mudar mais para o de repartição.

Barbosa segue explicando que a “ideia parece democrática, pois o trabalhador escolheria o regime. Porém, como o novo sistema [de capitalização] também deve ter menores contribuições por parte das empresas, tudo indica que empregos serão oferecidos somente no novo regime”, completa.

O ex-ministro lembra, ainda, que o regime de capitalização também é apresentado pelo governo como alternativa à repartição, “nas disposições transitórias da PEC”.

“Do jeito que está o texto, a previdência social como entendemos (repartição ou contribuição definida) irá acabar. No seu lugar teremos previdência individual a la Chile (capitalização ou benefício definido)”, pontua.

O economista ressalta, entretanto, que a legislação atual da Previdência já permite a capitalização como complementação à previdência social. “Tanto é assim que existem os fundos de estatais (Previ, Petros, etc), dos servidores (Funpresp, etc) e a previdência complementar (BrasilPrev, etc)”.

O que o governo traz de novo, alerta Barbosa, é uma manobra que coloca “a capitalização como alternativa ao invés de complemento, e dizer que a opção, quando feita, será irrevogável”, decretando, assim, o fim da previdência social.

“Novos empregos tendem a ser oferecidos somente no novo sistema. Teoricamente, bastaria mudar a redação, substituindo a palavra “obrigatório” por “complementar”, mas aí não precisa ser matéria constitucional. A legislação em

vigor já permite ao governo oferecer capitalização de modo complementar", pondera o ex-ministro da Fazenda.

Babosa segue explicando que "o artigo 201-A da PEC BG [BolsoGuedes] é um Cavalo de Troia para destruir previdência social". As consequências de uma previdência apenas individual serão as mesmas vivenciadas hoje pela população chilena.

No início dos anos 1980, o Chile abandonou o sistema previdenciário parecido com o modelo brasileiro, tripartite – os trabalhadores de carteira assinada colaboram com um fundo público, completado com a contribuição de empresas e de entes públicos.

Com a reforma, os trabalhadores chilenos passaram a ser obrigados a depositar ao menos 10% dos salário por no mínimo 20 anos para se aposentar. O valor é gerido por uma instituição financeira privada. A idade mínima para mulheres é 60 anos e para homens 65. Trinta e sete anos depois de o sistema privado entrar em vigor, os aposentados chilenos sofrem com o recebimento de um valor muito abaixo do necessário para viver.

Em 2015, a organização independente chilena Fundação Sol divulgou que 90,9% dos aposentados no país recebiam menos de 149.435 pesos (cerca de R$ 694,08).

"Sou favorável ao aumento da poupança via capitalização de modo complementar ao regime de previdência social. É assim na maioria dos países desenvolvidos. Por que BG querem mudar isso? Só pode ser lobby do mercado financeiro", avalia Nelson Barbosa.

Para o ex-ministro da Fazenda, a proposta Bolsonaro-Guedes "só deve prosperar se for retirado o artigo 201-A do texto e todos seus desdobramentos", completando:

"Melhor se concentrar em aperfeiçoar o sistema que temos ao invés de destruí-lo mais à frente". O economista, conclui que se esse dispositivo não for retirado

da PEC, “o resto da proposta da reforma não deve ser discutido”. A seguir, veja a série de Tweets:

Respondendo a @nelsonhbarbosa

11/n Assim, a proposta BG só deve prosperar se for retirado o artigo 201-A do texto e todos seus desdobramentos. Melhor se concentrar em aperfeiçoar o sistema que temos ao invés de destruí-lo mais à frente.

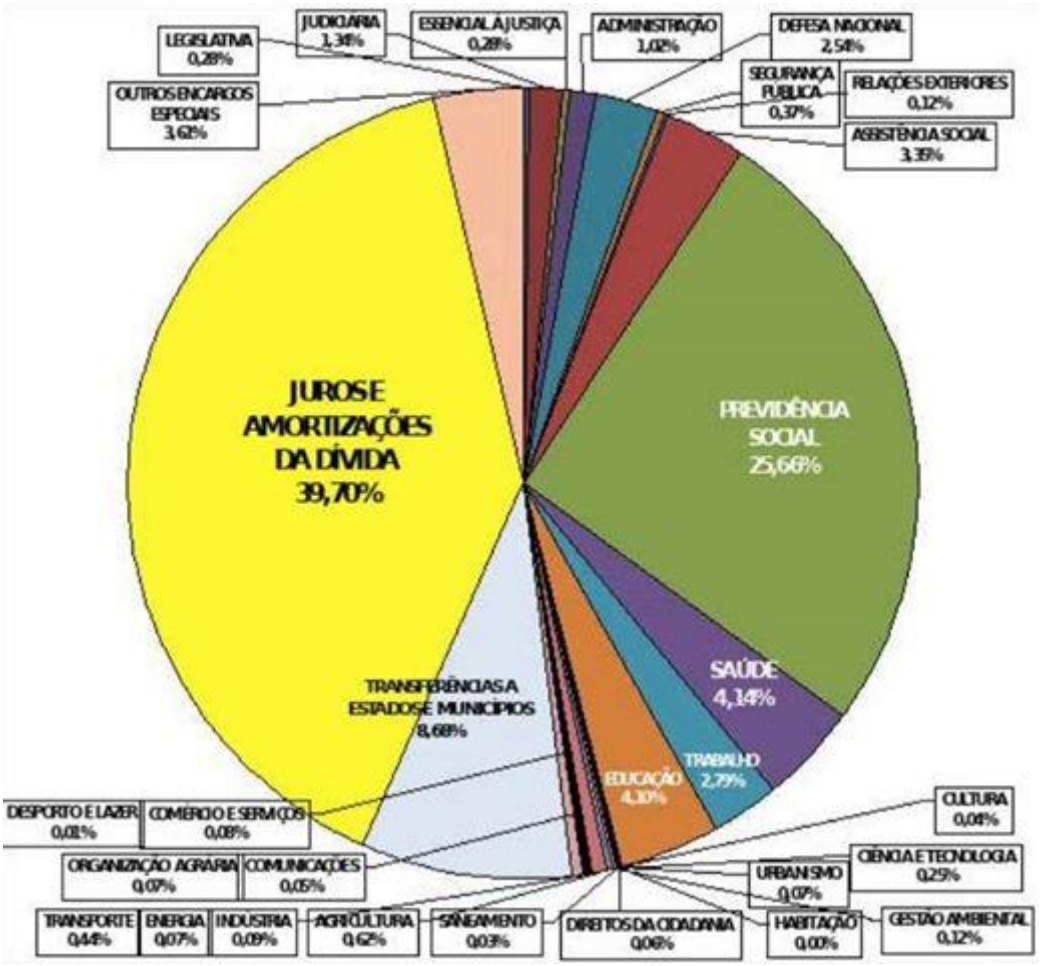
- **TIMM PREVI**

Volto a dizer: Dívida é uma medida de estoque. Déficit, uma medida de fluxo. O que importa defender é que NÃO HÁ DÉFICIT NA SEGURIDADE SOCIAL, nos termos da fontes assinadas na Contituição e sabotadas por sucessivos governos. Da Seguridade Social fazem parte SAUDE, PREVIDENCIA e ASSISTENCIA SOCIAL, este obedecendo a LEI ORGANICA DE ASSISTENCIA SOCIAL, também amparada na Constituição. São três contas de GASTOS e várias contas de RECEITA, dentre elas as CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS do setor privado - trabalhadores e empresas. Houve por bem o GOVERNO separar a PREVIDENCIA deste contexto e apresentar duas tabelas de entrada e saída de recursos nesta CONTA, daí EVIDENCIANDO aos quatro cantos da Mídia, REGIAMENTE ALIMENTADA por verbas públicas para tanto, um "assombroso " déficit. Tudo montagem, evitando dizer que o que o ESTADO cobre, nesta conta exclusiva, não , senão, a CONTRAPARTIDA GOVERNAMENTAL exigida pela Lei para a SEGURIDADE SOCIAL. Mentem também autoridades governamentais e "analistas" quando dizem que a conta de CONTRIBUIÇÕES e GASTOS com PREVIDÊNCIA fecha no mundo inteiro. Em todos os países civilizados que prezam o ESTADO DE BEM ESTAR conquistado a duras penas no século XX - chamado por BOBBIO como Século dos Direitos exatamente por isso - os Governos destinam grande parte de seus orçamentos para SEGURIDADE SOCIAL, Previdência aí inclusa.

MALTHUS RIDES AGAIN

Os neo-malthusianos atacam furiosamente com novas assombrações: Agora assustam com o espectro do envelhecimento da população brasileira. Hoje somos 10% da população; em 2050 seremos - eu já terei virado pó - 60 milhões, equivalente a 25% dos brasileiros. Um horror...horror...hoooooorrrorrrr! Frisam autoridades, experts e papagaios de toda a grande mídia. Um tal de Malthus, no sec. XVIII também assustou a humanidade dizendo que não haveria alimento pra toda a população incremental. Todo mundo acreditou...
Os tempos, senhores da verdade, mostraram que esse tipo de raciocínio, elementar, primário, esquece do fundamental na economia: AUMENTO DA PRODUTIVIDADE, graças à C&T . Isso, associado aos mecanismos institucionais criados pelo Estado Moderno garante que nem o crescimento populacional, nem o envelhecimento são problemas em si, embora demonstrem, sim,

que tal como na guerra, ela é um assunto por demais importante para ficar nas mãos dos generais, também a Economia jamais poderia ficar nas mãos de chicago-boys...



Primeiro o SUBSTANTIVO, depois o ADJETIVO, por fim o ADVÉRBIO. Conceitue-se, pois SEGURIDADE SOCIAL e aí PREVIDÊNCIA, um direito social criado por Bismark no final do seculo XX. Quanto ao SETOR PUBLICO no Brasil, cujo absurdo TETO SALARIAL na ATIVA é mais de 40 vezes o salario mínimo, além dos penduricalhos, como V. corretamente diz, é tempo de se moralizar isso, à luz de valores republicanos. Por que não a redução gradual, em 10 anos, deste TETO para 20 salarios mínimos, sem penduricalhos? Isso , sim, seria uma medida justa e redistributiva, mas isso NÃO ESTÁ NA REFORMA DA PREVIDÊNCIA. Quanto ao TETO destes servidores nas APOSENTADORIAS isso foi regulado por Lei 2012, sancionada em 2013- baste ler e se informar - :https://www.conjur.com.br/2013-fev-07/antonio-queiroz-entra-vigor-previdencia-complementar-servidor. Fica , pois a pergunta: Por que ESTA lei não cola? PRONTO. Tudo de acordo como v. pensa. Quanto as filhas de militares, isso também já caiu desde FHC. É verdade que tem havido, quanto a isso, muita tolerância quanto a administração dos "restos a pagar", isto é, de situações de transição em que meras expectativas de direito são consumadas como direitos adquiridos. Revejam-se estas questões. Pronto. Quanto à sua ideia , por fim, de dar APOSENTADORIA apenas para os mais necessitados, por exemplo, os 100 milhões de brasileiros que ganham até 1 salário mínimo, devo dizer que v. confunde este instituto

com o de ASSISTENCIA SOCIAL, objeto de amparo constitucional, destino a pessoas com alguma incapacidade para o trabaho e incluídas na LEI ORGANICA DE ASSISTENCIA SOCIAL. Aposentadoria é um direito social de qualquer trabalhador não uma OBRIGAÇÃO deste ou daquele de acordo com o nível de renda que tenha. LAST BUT NOT LEAST, há privilégios sim, no setor publico da ativa e em aposentadorias no BRASIL e se deve, republicanamente, cortá-los, sem alardes salvacionaistas, mas é bom que se lembra que os GRANDES PRIVILEGIADOS neste país são 200 mil famílias detentores de PODER, PRESTIGIO E PROPRIEDADE das grandes corporações nos vários segmentos da economia, inclusive financeiro, sendo donos de Titulos da Divida Publica do Governo, hoje em torno de R$ 6 trilhões, o que , à taxa de 7% a.a. lhes rende a bagatela de R$ 400 bilhões em juros. Isso sim corrói as CONTAS PÚBLICAS e reconcentra ainda muito mais em nossa sociedade a RENDA, O PRESTÍGIO , o PODER e a PROPRIEDADE. Só ver o Orçamento da União, abaixo.

- Não está certa sua afirmação de que 1/4 da ARRECADAÇÃO é gasta com PREVIDENCIA. Isso até pode ser verdade em algum ESTADO mas não na UNIÃO. V. não pode tomar o número acima, no gráfico, como CUSTO pois este GASTO co PREVIDENCIA é compensado com CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS privadas. O que Governo chama de Déficit da Previdência é a diferença entre CONTRIBUIÇÕES e GASTOS GERAIS, o que tem ficado na ordem de R$ 200 bilhões de reais, ou pouco mais do que 10% do valor arrecadado em IMPOSTOS FEDERAIS, porcentagem compatível - até menor - do que outras experi^ncias internacionais. Já o GASTO com JUROS e AMORTIZAÇÕES, este sim!, muito superior a 1/4 da arrecada, não tem qualquer contrapartida. É gasto MESMO e que vai para os bolsos,como disse, de um seleto grupo de brasileiros., https://l.facebook.com/l.php?u=http%3A%2F%2Fwww.ihu.unisinos.br%2F586893-especialistas-em-previdencia-sao-unanimes-pec-de-bolsonaro-acaba-com-a-aposentadoria%3Ffbclid%3DIwAR0oslme05Brc3M2WJDmKjZsYAzkWs110fB6tBZkRfuGU7WF0UxRhgtOgm0&h=AT1o_7sn88Edg--ChQta6tYYxWBWe6VUvQ5eOKW27fS_cZ7vp0Mu6_Z94245gXxwm8hnbtqwsS2wIWHSiXjDwMgSRPa2gDI7goTIojFOu0IP6D4UcuX4Z36nmF3F5jyKEgxm3abn5raMcVteMBgKAkokhQ9ztIdp48HAB8YOs4kFhOam_mbxZ1gA-8c9xhGIRn_zdzxUjkmU00NlTbwZSJVnTwsf-HKXa_runmJDxyCuMWH7Tzu6MEfGr5Y0qYnk1LXLbYpCSWFsKiARgDCjCW-SGBZCDK-fijYlUKa4jKzFyfEuXhoDjhYFxvnU3PJNpWbuwGG6Fu27bMG1ormJfcDSbrEBB-AaZ2BdU-IkyxFOPycgz7EwqohRtDAlxkSOJHFwL3Ldvjk6yo6LCutk0ySas46x42Whsc6BJKcFyTNt7FWuEkL2P9KpT8iTf51FHGfu5btVBw2PH9v91SfsVE_ZkTmCcr6bvDpJ6zwoq55lqw-cTDUexySA-QkZlWiZk571d09eP62kfSxFb18LQCmp9yNp1bzzC3V15eBphsLAB-u2zpx2_2Y_Xmy-kSnNy_tHU4rgZ5UkjkoGW8oUeZ2ZO6NzLSXFZtkRQh1p2t_KNEphJJjNGE4HEx9wcSHRSfLQMuwmhMHM8LmeTc8HuNugq9h6tVLCqUxprHTLa1c

Só uma correção. A dita elite econômica, DONA DO BRASIL, não passa, na verdade de 0,1% da população brasileira, ou seja, 200 mil famílias, metadE das quais oriundas - ainda - do I e II Impérios.

🤑🤑🤑Controlam terras rurais e urbanas, grandes corporações, bancos e, sobretudo , a DÍVIDA PUBLICA já orçada em R$ 6 trilhões, valor perto do PIB, onde a taxa de juros em torno de 8% a.ano, ultimamente, lhes garante a bagatela de R$ 480 bilhões ano. Aí vem POSTO IPIRANGA, cheio de razões que nem a razão conhece e faz um estrago na Previdência Pública, ALARDEANDO CORTAR PRIVILÉGIOS e diz que vai economizar R$100 bi por ano, numa "economia" gigantesca em 10 anos de R$ 1 trllhão. ORE$$A!!!

m Daí porque esteja eu, povero me!, propondo em vez do PACTO DA PREVIDÊNCIA um PACTO PELA GOVERNABILIDADE. Nele, com o concurso de todas as forças politicas e sociais do país se faria um TERMO DE AJUSTE FISCAL DE 1 TRILHAO DE REAIS em dez anos, ou seja, de 100 bilhões por ano como quer o Governo: Metade de elevação de receita e metade redução de despesas, pra valer, coeçando com eliminaçaõ gradual de super salarios de servidores, reduzindo o teto de 40 para 20 S..M. e corte definitivo de penduricalhos e mordominas de juizes e parlamentares.

Via **Ivanisa Teitelroit Martins – FB**

O documento “Previdência: reformar para excluir?” foi elaborado nos últimos cinco meses por diversos especialistas em economia, direito, proteção social e mercado de trabalho.

Organizado por iniciativa da Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP), do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e da Plataforma Política Social, o documento denuncia o caráter excludente da Reforma da Previdência proposta pelo governo, rebate as premissas que a justificam e propõe alternativas para o equilíbrio financeiro do setor.

“Previdência: reformar para excluir?” dirige-se a toda classe trabalhadora; aos sindicatos, associações e movimentos sociais que se mobilizam em defesa da Previdência e da Seguridade Social; às entidades de representação profissional e empresarial comprometidas com o aperfeiçoamento das regras da Previdência e Assistência Social; aos partidos e parlamentares que irão discutir a reforma da Previdência na sociedade e no Congresso Nacional; e por fim, ao governo que é autor da Proposta de Emenda Constitucional n. 287, de 7 de dezembro de 2016 (PEC 287).

Ivanisa Teitelroit Martins
Ontem às 10:29 ·

Redigi o primeiro pronunciamento do Ministro da Previdência Social Jader Barbalho em defesa da seguridade social em 1989 que foi lido em encontro da FIESP. Ainda tenho o original.

Por eu ter defendido esta posição no Fórum Nacional da Previdência Social, como representante da Casa Civil, o governo Lula me afastou, ao aderir aos interesses de setores favoráveis à financeirização da Previdência Social

(confederações patronais, funcionários de carreira e consultores), mesmo eu sendo funcionária e gestora pública do Ministério do Planejamento. Sou Mestre em Planejamento e Políticas Sociais pela London School of Economics and Political Science: projeto de tese, “Implantação da Seguridade Social no Brasil” em 1991.

Fui caluniada em cinco colunas por Diogo Mainardi na Revista Veja, publicadas no livro “Lula é minha Anta”. Antes de ir para Veneza, em 2010, Diogo Mainardi me ligou (demitido da Revista Veja) para dizer que chorou. Disse-me que de todas as pessoas sobre quem ele escreveu eu era a única sobre quem ele não encontrou absolutamente nada.

CC: Quais são os recursos que o governo desconsidera no cálculo?
EF: Para que a União integralizasse a sua parte no sistema tripartite, os constituintes de 1988 criaram duas fontes de receita que não existiam: a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), que incide sobre o faturamento das empresas. Em 1989, o Ministério da Fazenda passou a mão nos recursos da CSLL e do Cofins. E a Previdência passou a contabilizar apenas a contribuição do trabalhador e do empregador.

“Na Dinamarca, a participação estatal chega a 75,6% das receitas. Se a nação escandinava fosse uma República de Bananas, eles diriam que tem um rombo de 27% do PIB”

Em meados de 1989, o então ministro da Previdência, Jader Barbalho, admitiu o uso desses recursos para outras finalidades em entrevista à revista Veja. O jornalista chegou a perguntar se seria ético fazer isso. “Não vou discutir ética”, respondeu Barbalho, emendando que o governo Sarney tinha vários déficits para administrar. Fernando Collor manteve essa situação. FHC, Lula e Dilma Rousseff, também.

Como o governo federal pode dizer que há déficit na Previdência se desconsidera a parte da União na composição das receitas da Seguridade Social?

IDOSOS VAO RECEBER MENOS DO QUE O MINIMO

https://l.facebook.com/l.php?u=https%3A%2F%2Feconomia.estadao.com.br%2Fnoticias%2Fgeral%2Ccom-nova-previdencia-idosos-de-baixa-renda-vao-receber-menos-que-um-salario-minimo%2C70002707384%3Ffbclid%3DIwAR3oiL05N99utyizFWqSunzjw7bTkCWit0WCGhzskTaAAjACskNjzH5OQi0&h=AT34GfUpLEafYaOLHFzI79npv0hFvBHLeB0-7hVlf_YiYse9Q93X0w6wL_cVol-6OusskKxW2rMne8UxWZ6MbShZe9XKdTKhhnRZvG-rR_TjWTi4zNSPCoMlVuqxl8kUGXrkRvHbIJGkguU1Mg9P6Tw7ezXPGrD_dBwfWuFh9vlx4is0cHoCt4W7a-MnxQ7rxw15c1pcxqFPVH6GW9yfmGEQYvOqJXcOaExw_COsNYlFy1cr4BDmh_oyy2f8Io6VeGOEi33-ptVVjn8XRcgi7_Lp0jEoJRYGINKKhTWT8Pm53QO4zYiJEilVldr7duQt_0woEeAmLtAAAYCho5JotMayQi9eVhJVL1b6uM0j37uL87OSlm9HeWUFJ7KX4L3lNmn5O7C8cksN-kuBzKmfBN6thi-H_Lxa3V3-

tuN2LGGwZlYU0hJ9pSBYPvqElBCx4qK_eOjR94tQT6vocKfm-SPH2Bhat_akOxbya6kBi4NnF6ZI2kAEDkrebrYXhEct7TwXEyYWIdBxbfnxoitxKtRnHMBSlPWakLSX21pqj9U4Nrt11fdi73SWK8Zwqt1iDHeF9LnVxCNbB_pitmBjpApWsPkStsUhdQKiGLArMgkVz1BewmxYnO8P7NlPwjNctjC2sSfvM5cgwRz2xUqKQg71BMuVjhUYVk4

BBC.COM

- **Como é se aposentar no Chile, o 1º país a privatizar sua Previdência**

Enquanto o rombo brasileiro ameaça as contas públicas, no país vizinho,…

Ivanisa Teitelroit Martins

10 h ·

Na prática
De acordo com o especialista Kaizô Beltrão, professor da Escola de Administração Pública e de Empresas da FGV Rio, várias vantagens teóricas do sistema chileno não se concretizaram.
Segundo ele, esperava-se que o dinheiro de aposentadorias chilenas poderia ser usado para fazer investimentos produtivos e que a concorrência entre fundos administradores de aposentadoria faria com que cada pessoa procurasse a melhor opção para si.
Ele explica que, como as administradoras são obrigadas a cobrir taxas de retornos de investimentos que são muito baixas, há uma uniformização do investimentos. "A maior parte dos investimentos é feita em letras do Tesouro", diz.
Além disso, segundo Beltrão, "as pessoas não têm educação econômica suficiente" para fiscalizar o que está sendo feito pelas administradoras, chamadas AFPs (administradoras de fundos de pensão).
Essas cinco empresas juntas cuidam de um capital acumulado que corresponde a 69,6% do PIB do país, de acordo com dados de 2015 da OCDE (Organização para Desenvolvimento e Cooperação Econômica), grupo de 35 países mais desenvolvidos do qual o Chile faz parte.
As maiores críticas contra o sistema chileno se devem às AFPs, que abocanham grande parte do valor das aposentadorias das pessoas. De acordo com Beltrão, o valor pago às administradoras não é muito transparente, pois é cobrado junto ao valor de seguro em caso de acidentes.

- **Eduardo Fagnani: “O ‘déficit’ da Previdência é uma pós-verdade”**

HTTPS://WWW.CARTACAPITAL.COM.BR/POLITICA/EDUARDO-FAGNANI-O-DEFICIT-DA-PREVIDENCIA-E-UMA-POS-VERDADE/?FBCLID=IWAR2L6CYRGOVASORWKMSYHLUCXN58IVXFA0LC82ICVWKPK6MVQEAYSZZWTKA

13 DE MARÇO DE 2017

Diante da relutância de parte dos parlamentares e da rejeição da maioria da população à elevação da idade mínima e do tempo de contribuição para a aposentadoria, segundo recente pesquisa divulgada pelo Serviço de Proteção ao Crédito e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas, o governo Temer apela para chantagens e intimidações. “Se a reforma da Previdência não sair, tchau, Bolsa Família”, ameaçou uma das peças publicitárias veiculadas nas redes sociais pelo PMDB, partido de Temer.

Deputados resistentes à dilapidação da Seguridade Social, até pela pressão de prefeitos de suas bases, têm sido advertidos sobre a perda de cargos e regalias na administração federal. Na quarta-feira 8, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, chegou a dizer que faltaria verbas para emendas parlamentes.

Afinados com o governo, os deputados Carlos Marun (PMDB) e Julio Lopes (PP) chegaram a sondar a Advocacia-Geral da União sobre a possibilidade de censurar, na Justiça, um estudo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais (Anfip), em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

As movimentações da base de Temer para impedir a circulação do estudo “Previdência: Reformar para excluir?” têm alguma lógica, ainda que assentada na desonestidade intelectual. O documento demole uma série de mitos relacionados à “insustentabilidade” do sistema, a começar pela própria existência de um déficit no setor.

No fim de janeiro, o governo anunciou um rombo de 151,9 bilhões de reais nas contas do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), o maior desde 1995. A Anfip observa, porém, que a Constituição de 1988 prevê um modelo tripartite de financiamento do setor, segundo o qual o Estado, os empregadores e os trabalhadores contribuem em partes iguais. O déficit, segundo a entidade, surge porque não se contabilizam tributos arrecadados pelo Estado para compor a receita, como a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

MANIFESTANTES PROTESTAM CONTRA A REFORMA PROPOSTA POR TEMER (PAULA LABOSSIÈRE / AGÊNCIA BRASIL)

Para demonstrar o engodo, a Anfip analisou o suposto déficit de 85,8 bilhões de reais apurado pelo governo em 2015. O rombo, destacam os pesquisadores da entidade, “poderia ter sido coberto com parte dos 202 bilhões arrecadados pela Cofins, dos 61 bilhões coletados pela CSLL e dos 53 bilhões arrecadados pelo PIS-Pasep. Haveria ainda outros 63 bilhões capturados da Seguridade pela Desvinculação das Receitas da União e os 157 bilhões de reais de desonerações e renúncias de receitas”.

“O ‘déficit’ da Previdência é uma pedalada constitucional, uma pós-verdade, para usar um termo da moda”, afirma o economista Eduardo Fagnani, professor associado da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e um dos organizadores do estudo.

“Desde 1989 não se contabiliza a parte do governo como fonte de receita da Previdência. Ao fazer isso, a União nega que a Previdência faça parte da Seguridade Social, em confronto com os artigos 194 e 195 da Constituição”, emenda o especialista.

CartaCapital: *Ano após ano, o governo anuncia um rombo maior nas contas da Previdência. A Anfip sustenta, porém, que a Seguridade Social é superavitária. O senhor poderia esclarecer essa divergência?*

Eduardo Fagnani: O ‘déficit’ da Previdência é uma pedalada constitucional, uma pós-verdade, para usar um termo da moda. É simples esclarecer isso, basta ler a Constituição. A Previdência faz parte da Seguridade Social, que também abarca a Saúde e a Assistência Social. Os constituintes adotaram um sistema clássico desde a Alemanha de Otto von Bismarck *(1815-1898)*, o modelo tripartite de financiamento do setor, segundo o qual Estado, empregadores e trabalhadores contribuem.

Da onde vem o déficit? Desde 1989 não se contabiliza a parte do governo como fonte de receita da Previdência. Ao fazer isso, a União nega que a Previdência faça parte da Seguridade Social, em confronto com os artigos 194 e 195 da Constituição.

CC: *Quais são os recursos que o governo desconsidera no cálculo?*
EF: Para que a União integralizasse a sua parte no sistema tripartite, os constituintes de 1988 criaram duas fontes de receita que não existiam: a

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), que incide sobre o faturamento das empresas. Em 1989, o Ministério da Fazenda passou a mão nos recursos da CSLL e do Cofins. E a Previdência passou a contabilizar apenas a contribuição do trabalhador e do empregador.

"Na Dinamarca, a participação estatal chega a 75,6% das receitas. Se a nação escandinava fosse uma República de Bananas, eles diriam que tem um rombo de 27% do PIB"

Em meados de 1989, o então ministro da Previdência, Jader Barbalho, admitiu o uso desses recursos para outras finalidades em entrevista à revista *Veja*. O jornalista chegou a perguntar se seria ético fazer isso. "Não vou discutir ética", respondeu Barbalho, emendando que o governo Sarney tinha vários déficits para administrar. Fernando Collor manteve essa situação. FHC, Lula e Dilma Rousseff, também. Como o governo federal pode dizer que há déficit na Previdência se desconsidera a parte da União na composição das receitas da Seguridade Social?

CC: *Como é o financiamento da Previdência nas nações desenvolvidas?*

EF: Hoje, nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), 45% das fontes de financiamento de Seguridade Social vem do governo, por meio de tributos. O restante é proveniente de contribuições do empregador e do empregado. Na Dinamarca, a participação estatal chega a 75,6% das receitas. É um caso extremo.

Isso corresponde a 27% do PIB dinamarquês. Se a nação escandinava fosse uma República de Bananas, eles diriam que tem um rombo de 27% do PIB. Temos um modelo semelhante ao europeu. Criamos um orçamento constitucionalmente vinculado para financiar a Seguridade. E os estudos mostram que ela sempre foi superavitária.

FONTE: EUROSTAT. COMPILAÇÃO: ANFIP

CC: *Qual é o cenário na América Latina?*

EF: No início dos anos 1980 *(em meio às reformas liberais promovidas pelo ditador Augusto Pinochet)*, o Chile privatizou a Previdência, com a criação de um sistema de capitalização individual. Ou seja, você só terá direito ao que contribuir individualmente. A partir dos anos 1990, o Banco Mundial considerou essa experiência como "modelo de sustentabilidade", e fez pressões para que todas

as nações o adotassem. Somente na América Latina, 11 países fizeram isso, a exemplo do México e da Bolívia.

O que acontece hoje no Chile? Os aposentados recebem uma miséria e boa parte dos recursos que eram administrados pelos fundos privados evaporaram na crise de 2008. Os administradores pegaram o dinheiro e aplicaram em hipotecas habitacionais nos Estados Unidos. Atualmente, a sociedade chilena está discutindo uma revisão constitucional e quer reestatizar o sistema. Faz sentido apostar no modelo chileno?

CC: *O governo Temer pretende igualar as condições dos trabalhadores rurais aos urbanos: todos, homens e mulheres, só poderão se aposentar com, no mínimo, 65 anos de idade e 25 anos de contribuição. Que impactos essa medida pode trazer no campo?*
EF: Terá um impacto brutal. Além de esperar até os 65 anos de idade, o trabalhador rural vai ter que contribuir durante 25 anos para ter direito a aposentadoria parcial. Ou 49 anos para a plena. Terá de contribuir mensalmente, sendo que o regime de safras da agricultura familiar não segue essa lógica. O grande problema da reforma é esse. Dizer que homem e mulher, do campo ou da cidade, trabalhador do INSS e do setor público, não são diferentes. Para grande parcela da população, a reforma significa trabalhar até o fim da vida, morrer sem se aposentar. Estamos rasgando o artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, que diz que toda pessoa tem direito à proteção na velhice.

O AGRICULTOR TERÁ DE CONTRIBUIR MENSALMENTE, MAS A SAFRA NÃO SEGUE ESSA LÓGICA (HUDSON CORRÊA/FOLHAPRESS)

Com a crise econômica e a flexibilização da legislação trabalhista, a informalidade tende a aumentar e um número maior de cidadãos deixará de contribuir para a Seguridade. Os jovens que estão entrando no mercado de trabalho percebem que, para ter aposentaria integral aos 65 anos, precisam entrar no mercado de trabalho aos 16 e contribuir ininterruptamente durante 49 anos.

Então esse jovem pensa: se eu não vou usar, para que pagar? Os trabalhadores com renda mais alta devem migrar para a previdência privada. Essas perdas representarão uma queda de receita brutal. O objetivo parece ser este: quebrar a previdência pública.

“Em 70% das cidades, os repasses previdenciários são superiores aos do Fundo de Participação Municipal”

CC: *A redução dos repasses previdenciários afetará as economias locais?*
EF: Sem dúvida, a Previdência tem um papel extraordinário nas economias locais. Em 70% das cidades brasileiras, os repasses previdenciários são superiores aos do Fundo de Participação Municipal. Os benefícios movimentam a economia regional. A aposentadoria rural, por sua vez, fixa o homem no campo. Nos últimos anos, as migrações campo-cidade caíram drasticamente. Com a derrocada das economias locais, o governo vai incentivar o êxodo rural, o inchaço dos grandes centros urbanos.

CC: *O governo Temer justifica que a expectativa de vida do brasileiro aumentou muito nos últimos tempos e cita o exemplo dos países da OCDE, quase todos com uma idade mínima de 65 anos para a aposentadoria.*
EF: Esse raciocínio ignora as desigualdades sociais e regionais. A expectativa de vida no Brasil é de 75 anos. No entanto, em mais da metade das unidades da Federação, ela é menor do que isso. No município de São Paulo, a esperança de vida ao nascer é de 76 anos. Nos bairros ricos, chega a 79. Em Cidade Tiradentes, é menos de 54 anos. Em uma mesma cidade você tem essa heterogeneidade. Imagine eu comparar o Piauí com Santa Catarina, são dois mundos radicalmente distintos.

Querem inspirar a reforma brasileira nos países da OCDE? Bacana! Em primeiro lugar, o que chamamos de idade mínima é, para os países do bloco, apenas uma idade de referência. Para você se aposentar integralmente, precisa de 65 anos e 35 de contribuição em média, mas pode ter benefício parcial com 60 anos de idade, por exemplo.

Segundo ponto: Dos 5 mil e 500 municípios brasileiros, somente 0,8% tem IDH semelhante ao dos países da OCDE. Cerca de dois terços das cidades têm IDH médio, baixo e muito baixo. E o médio já é IDH de país africano. A expectativa de vida dessas nações desenvolvidas é muito maior. Se me permite usar uma metáfora futebolística, em todos os indicadores socioeconômicos e demográficos, os países da OCDE seriam os times da série A do campeonato, enquanto o Brasil está na zona de rebaixamento da série D. As condições sociais são radicalmente distintas.

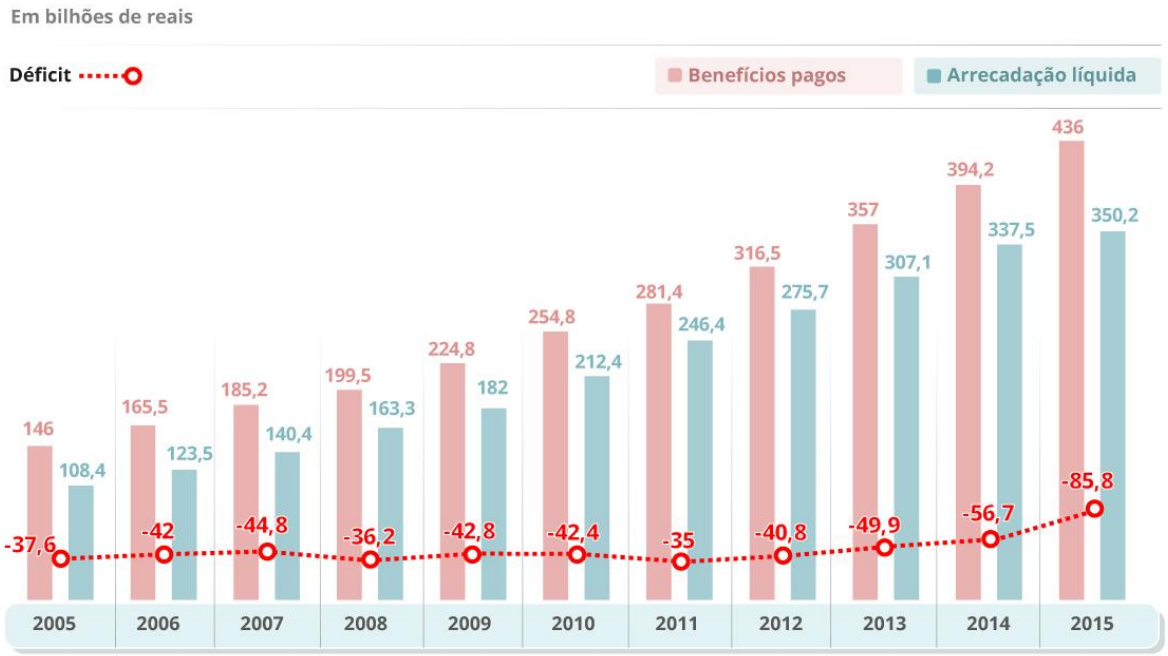
“Hoje, cerca de 80% dos idosos têm direito a pelo menos um salário mínimo. Dentro de 30 anos, esse porcentual pode cair pela metade”

CC: *Se a reforma emplacar, que cenário o senhor vislumbra no futuro?*
EF: Essa é a questão de fundo que a gente coloca. O debate da previdência deveria ter em perspectiva em uma ótica mais ampla: Que país temos hoje e qual gostaríamos de ter? Hoje temos um país extremamente desigual. Pessoalmente, eu gostaria que tivéssemos um projeto nacional capaz não apenas de redistribuir renda, mas também garantir igualdade de gênero, racial, de acesso a serviços, com justiça tributária. Os reformistas projetam, porém, um país de desprotegidos para as próximas décadas.

Hoje, cerca de 80% dos idosos têm direito a pelo menos um salário mínimo. Dentro de 30 anos, esse porcentual pode cair para menos da metade, que é o padrão mexicano, o padrão chileno. Veremos muitos idosos na rua, pedindo esmola. Sem falar nos impactos indiretos sobre as famílias. Os adolescentes vão trabalhar ao invés de estudar. Não vai ter comida dentro de casa, então eles vão trabalhar. E, se não conseguir emprego, podem ser seduzidos pelo crime. É esse o Brasil que queremos?

Para ler o texto completo do livro “Previdência: reformar para excluir?”, clique aqui. O documento síntese do estudo da Anfip está disponível neste link.

PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL – 2005/2015

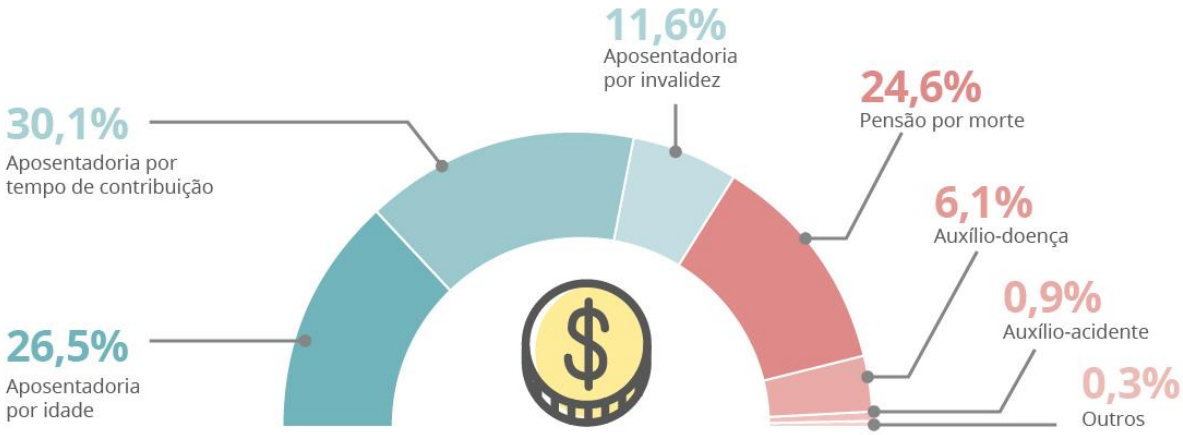


* Números atualizados pela inflação (INPC)

http://especiais.g1.globo.com/economia/2016/entenda-a-previdencia/#!/o-dinheiro-da-previdencia/

RADIOGRAFIA DOS GASTOS

DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS DA PREVIDÊNCIA COM OS BENEFÍCIOS (EM %)



****

- **A vaga reservada no topo da cadeia alimentar**

Valor Econômico - Maria Cristina Fernandes - 07/02/2019

O governo Luiz Inácio Lula da Silva mal tinha começado quando Francisco de Oliveira publicou um texto em que identificou o surgimento de uma nova burocracia. Gestores de fundos de pensão, ligados ao partido do presidente da República, agiriam em defesa deste ou daquele investimento contrariando, muitas vezes, os interesses dos trabalhadores por meio dos quais ascenderam ao poder. Ao premonitório texto, Oliveira deu o nome de Ornitorrinco, uma alegoria desses novos gestores na forma de um mamífero, ovíparo e com bico de pato.

O sociólogo foi o primeiro a prever as mudanças políticas geradas pela gestão de fundos pensão de estatais pelo PT. Não era a primeira vez que isso acontecia. Expandidos, em grande parte, durante a ditadura, acumularam digitais do PFL de Antonio Carlos Magalhães, aos interesses privatistas do PSDB. No poder, o PT, além de espalhar ornitorrincos pela capital federal, franqueou espaços ao MDB de Renan Calheiros e Eduardo Cunha.

A ingerência sobre os recursos desses fundos fez a fortuna de gerações de empresários brasileiros, recheou a crônica de todos os grandes escândalos das últimas décadas, da Capemi à JBS, e adentrou a era Bolsonaro. O governo ainda não tinha completado um mês quando a Polícia Federal deflagrou uma operação para prender acusados de pagar subornos para que recursos de fundos de pensão de estatais e órgãos públicos administrados pelo BRB fossem investidos em projetos de duvidosa viabilidade como um hotel de luxo na Barra da Tijuca (RJ), tocado por uma sociedade que chegou a reunir as empresas do presidente americano, Donald Trump, e o neto do último general-presidente da ditadura, João Figueiredo.

Ao propagandear a capitalização privada como a saída para a Previdência no país, o governo Jair Bolsonaro é favorecido pela trágica memória recente da administração dos fundos públicos de pensão. Já se desmentiram idade mínima, paridade de gênero ou redução de abonos, mas ainda não se contestou a capitalização como pilar desta reforma. Tanto a mensagem presidencial ao Congresso Nacional quanto as declarações do ministro da Economia são no sentido de que a capitalização da Previdência pública é o que garantirá o futuro da juventude brasileira.

A julgar pela minuta, no entanto, esse futuro ainda é uma página em branco a ser desenhada pelo quórum mais reduzido da legislação complementar. O texto preliminar não deixa dúvidas de que está por se abrir, com uma carta branca, um mercado bilionário para o concentrado sistema financeiro que é o gestor da previdência privada do país.

Em duas décadas, os fundos de previdência aberta em suas duas modalidades (VGBL e PGBL), acumularam um patrimônio (R$ 800 bilhões) equivalente àquele dos fundos de previdência fechados. Nas contas de Daniel Pulino, professor de direito previdenciário da PUC-SP e conselheiro do fundo de previdência dos servidores federais (Funpresp), as taxas de administração dos fundos abertos fazem com que, ao longo de 35 anos, se reduza, pela metade, a rentabilidade do benefício (ver gráfico acima).

Capitalização é o pilar da reforma da Previdência

Ao remeter para legislação complementar a regulamentação, a proposta deixa em aberto a possibilidade de os fundos abertos não apenas aumentarem sua carteira com uma contribuição compulsória dos trabalhadores da iniciativa privada como concorrerem com os fundos de pensão fechados na captação de servidores. Ganhariam terreno na crença de que a gestão pública da Previdência está sujeita à roubalheira. O medo sugeriria ainda aos poupadores que taxas de administração que afetam a rentabilidade de seu benefício futuro e aumentam a remuneração do capital dos acionistas das instituições financeiras, não passam de uma pechincha.

Ao longo das últimas décadas, os fundos de pensão e o BNDES foram os responsáveis por grande parte do financiamento da infraestrutura do país. Gerações de políticos ascenderam em seus partidos como despachantes desses interesses. A capitalização da Previdência parte do pressuposto de que os recursos a serem captados pelos fundos geridos pelos bancos vão fomentar o mercado de capitais e, por meio deles, o financiamento do investimento privado.

Depois de preconizar reformas do gênero, o Banco Mundial já publicou sucessivas ressalvas de que o almejado fomento do mercado de capitais tem ficado aquém do esperado e que as empresas empregadoras, ao se ausentarem paulatinamente da co-participação dos benefícios previdenciários geridos pelos fundos privados, arriscam o empobrecimento dos poupadores na velhice.

A gestão desses recursos previdenciários pelos bancos tem ônus e bônus. A imagem a zelar, pilar do seu negócio, reforça a segurança atuarial do produto. O preço a ser pago pelo país é a concentração ainda maior de poder no sistema financeiro, o bicho que está no topo da cadeia alimentar em que vive o ornitorrinco. Os critérios de governança desse mercado serão definidos pela intricada tramitação da reforma, em detalhes cujo interesse para as poderosas

redes sociais tem sido inversamente proporcional à importância para o futuro daqueles que sequer conquistaram o direito ao voto.

~

- **CIDADES**

Brasil será país de indigentes se reforma da Previdência de Bolsonaro passar, afirma professor da Unicamp

Postado em 9 de fevereiro de 2019 - http://abcdmaior.com.br/index.php/2019/02/09/brasil-sera-pais-de-indigentes-se-reforma-da-previdencia-de-bolsonaro-passar-afirma-professor-da-unicamp/?fbclid=IwAR2EbXJda0U2IuOgRrq6V3L0ahgrqtkaxesgQCTiR_CrW099cyyIHz5JXFY

Uma das principais propostas de reforma da Previdência da equipe econômica do governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro (PSL) é o regime de capitalização que não deu certo em países da América Latina em que foi adotado, como Chile, Colômbia, Peru e México. Em todos eles, os governos estão estudando mudanças que garantam um mínimo de dignidade aos idosos. Para o professor de economia da Unicamp, Eduardo Fagnani, o país terá uma sociedade de miseráveis e indigentes, se este modelo previdenciário, que consta do texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) vazada pela imprensa esta semana, for adotado.

"O aposentado brasileiro que recebe um salário mínimo muitas vezes consegue ajudar o filho desempregado, pagar os estudos dos netos e a alimentação da família. É uma proteção extraordinária que o governo Bolsonaro quer acabar", diz Fagnani. O professor se refere ao fato de que no México, a taxa de cobertura do sistema previdenciário é de pouco mais de 30%. Ou seja, de cada dez trabalhadores mexicanos, cerca de três recolhem contribuição mensal para a Previdência e o resultado são idosos sem nenhuma assistência no fim de suas vidas.

Eduardo Fagnani lembra ainda que o governo do México, ao fazer a reforma da Previdência, em 1997, aceitou as imposições do Banco Mundial

e realizou todas as reformas econômicas liberais pedidas, esquecendo que, já naquela época, 60% dos seus trabalhadores estavam na informalidade. Ele explica que o fato de o Brasil possuir 50% dos trabalhadores na informalidade faz com que essa imensa massa não tenha capacidade de contribuir com a Previdência por 30/35 anos ininterruptamente como acontece no México. Para o professor, a responsabilidade dessa situação é a reforma Trabalhista promovida por Michel Temer (MDB-SP).

"A reforma Trabalhista foi tão excludente ao regulamentar a atividade informal, o trabalho intermitente, a precariedade das relações de trabalho que impede qualquer pessoa de contribuir com a Previdência", pontua o professor.

Situação parecida vive a Colômbia. Hoje, a grande maioria dos idosos vive abandonada pelas ruas à própria sorte, dependendo dos filhos ou de benefícios assistencialistas que não cobrem as necessidades mais básicas. Lá, 65% dos trabalhadores não recolhem para a aposentadoria e a previsão do governo local é a de que em 30 anos, apenas 17% ainda estejam contribuindo.

"A Colômbia vai ter mais de 80% dos seus idosos sem nenhuma proteção assistencial. O país também privatizou tudo, saúde, educação. O idoso não poderá nem ficar doente. Qual o futuro de uma sociedade como essa?", questiona o professor da Unicamp.

Para ele, só existe uma explicação para o governo Bolsonaro insistir com a reforma da Previdência, mesmo com os maus exemplos do sistema de capitalização dos países latino-americanos. "É o capitalismo burro, tosco. Capitalismo que não aceita sequer alguns elementos da social democracia. Eles querem um país capitalista sem consumidor", diz Fagnani, que lembra: "O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM/RJ), já declarou que quer fazer uma agenda do mercado".

Segundo o economista, a elite brasileira jamais aceitou as conquistas sociais e de redistribuição de renda que a Constituição de 1988 garantiu e, por isso, quer extinguir o direito à proteção na velhice e outros direitos.

Déficit da Previdência é Fake News

Para Fagnani, o déficit da Previdência é a maior fake news já produzida no país. Ele diz que ninguém está preocupado em achar soluções porque o problema não existe. Segundo o economista, o país perde R$ 500 bilhões por ano em sonegação geral e o governo dá em isenções fiscais outros R$ 400 bilhões, além de R$ 400 bilhões em juros pagos a bancos.

"Por que o governo não vai atrás desse dinheiro? São R$ 1 trilhão e 300 bilhões ao ano. Não precisaria o Paulo Guedes [ministro da Economia] fazer a reforma para economizar R$ 1 trilhão em 10 anos. Dizer que o caixa da Previdência é o grande problema do país não tem consistência técnica. O país precisa é crescer a economia, aumentar a receita, a oferta de empregos formais e o faturamento das empresas", conclui o professor de economia da Unicamp.

Iza Haim

4 h ·

Foi transferido o valor de R$606.056.926.691,00 da Seguridade Social, este mesmo que dizem ser deficitário , e que por sinal, a maioria continua a acreditar e repetem que o "Brasil está quebrado!!".
Pois bem, ao que parece, a maioria da população tem uma ligação íntima com embusteiros que receberam carta branca para fazer o que quiserem sem serem questionados , e no congresso, eles estão em maioria.

O que estão tentando aprovar, não é Reforma, é CONFISCO!! O efeito vai ser pior do que ocorreu durante o governo Collor, e os 31,3 milhões que votaram nele , além dos omissos , são responsáveis por essa tragédia anunciada.

PRESREPUBLICA.JUSBRASIL.COM.BR

Decreto 9699/19 | Decreto nº 9.699, de 8 de fevereiro de 2019, Presidência da Republica

DECRETO Nº 9.699, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2019. Transfere dotações orçamentárias…

Contrarreforma da Previdência empurra trabalhador para fundos de risco

---

Por Maria Lucia Fattorelli* - MONITOR MERCANTIL - 3ª feira - 12/02/2019

Os argumentos apresentados pelo governo para sustentar a esdrúxula proposta de Contrarreforma da Previdência têm sido desmontados de forma contundente (ver por exemplo meu artigo "O déficit da Previdência é fake").

Apesar disso, o novo governo não só insiste em tal proposta, mas avança ainda mais para incluir o modelo de "capitalização" e introduzir o esquema da chamada "securitização de créditos públicos". O modelo de capitalização representa graves riscos para a classe trabalhadora e acaba de vez com o compromisso geracional que sustenta a Previdência Social solidária e sustentável de que trata a Constituição de 88.

A Previdência Social solidária é integrada ao funcionamento da economia do país, já que a sua sustentabilidade está fundada na garantia de emprego digno para as pessoas economicamente ativas, cujas contribuições garantirão o pagamento daqueles que já cumpriram o seu período laboral e se aposentaram.

Se houver problema, nem mercado nem governo terão qualquer responsabilidade

Está também integrada ao conjunto de proteção social de que trata a Seguridade Social, que inclui a Saúde e a Assistência Social, comprometendo igualmente todo o conjunto da sociedade com o seu sustento, como prevê o Art. 195 da Constituição de 88.

Esse modelo de Previdência Social solidária tem se mostrado altamente sustentável e deveria ser aprimorado para ampliar o seu alcance social e econômico, não só melhorando as medidas protetivas e os benefícios, mas também melhorando suas finanças mediante o combate à sonegação; a cobrança das dívidas bilionárias de ricos devedores da Seguridade Social; o fim de benesses tributárias representadas por desonerações injustificáveis, isenções e anistias; o fim da DRU (Desvinculação das Receitas da União) que morde até 30% dos recursos da Seguridade Social para pagar juros da chamada dívida pública, entre outras medidas.

Mas os sucessivos governos têm feito uma falsa conta de déficit para justificar o desmonte dessa importante proteção social, apesar dos números oficiais compilados anualmente pela Anfip demonstrarem a sustentabilidade da Seguridade Social e a sua importância vital para mais de 70% dos municípios brasileiros!

No modelo de capitalização não existe solidariedade e nem mesmo Previdência! Se você olhar no dicionário, verá que previdência é sinônimo de segurança. O modelo de capitalização não tem nada a ver com "segurança". Pelo contrário, em tal modelo, cada pessoa terá sua continha individual dependente do funcionamento do mercado financeiro, que fará aplicações "de risco"! Podem dar errado e o mercado não terá responsabilidade alguma com o pagamento de benefício futuro. O governo também não! Isso é Previdência??? Claro que não!

Isso é colocar a classe trabalhadora para entregar parte de seu salário para o mercado financeiro que não terá compromisso algum com o pagamento de aposentadoria no futuro.
Os servidores públicos estão correndo esse mesmo risco. Passaram a ser os "bodes expiatórios" e, mais uma vez, são chamados de "privilegiados", por aceitar o contrato unilateral apresentado pelo próprio governo quando anuncia cada concurso público!
O que está por trás dessa contrarreforma da Previdência é o interesse do insaciável mercado financeiro, que não se contenta em receber os juros mais elevados do planeta; em ter a sua sobra de caixa remunerada diariamente (por meio do uso ilegal das Operações Compromissadas), e acumular lucros cada vez mais elevados, superando cada vez mais os lucros obtidos pelo setor em qualquer outro local do mundo.
O mercado financeiro quer porque quer avançar ainda mais e se apoderar da Previdência. Porém, só oferecem planos privados ou modelo de capitalização, invariavelmente organizados sob a modalidade de contribuição definida, de tal forma que as pessoas sabem quanto terão que pagar, mas não têm a menor ideia se irão receber ou não algum benefício futuro e qual seria esse benefício; ou se terão, ao contrário, que pagar a conta dos prejuízos das aplicações que deram errado, a exemplo dos recentes rombos nos fundos Postalis e Funcef.
O mercado quer também se apoderar do fluxo da arrecadação tributária, de tal forma que os tributos que pagamos não alcançarão os cofres públicos, mas serão sequestrados, no meio do caminho, e desviados para investidores privilegiados envolvidos no esquema da chamada "Securitização de Créditos Públicos". A proposta de PEC divulgada pela Conjur em 4 de fevereiro de 2019 inclui dispositivo que contempla a entrega do fluxo da arrecadação tributária:
Art. 249.....
§ 4º A entidade gestora poderá ceder onerosamente os direitos originários de créditos tributários e não tributários inadimplidos, inscritos ou não em dívida ativa, bem como as receitas próprias geradas pelos impostos e os recursos provenientes de transferências constitucionais que forem aportados aos fundos previdenciários, não configurando dívida ou garantia para o ente federativo.
Portanto, só não vê quem não quer: **o objetivo da contrarreforma da Previdência é empurrar trabalhadores para fundos financeiros de risco e aumentar o lucro dos bancos**. Esse tem sido o caminho trilhado desde a EC 20/98, seguida da EC 41/2003, que buscam igualar as condições dos respectivos regimes – Geral e Próprio – nivelando por baixo e empurrando a privatização da Previdência para fundos privados (ou públicos de natureza privada, que dão no mesmo), na modalidade de contribuição definida, sem garantia alguma à classe trabalhadora, mas com garantia total de rendas e lucros para bancos.

***Maria Lucia Fattorelli**
Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida.

...

[Mensagem cortada] Exibir toda a mensagem

REFORMA PREVIDENCIA

Coletânea : Paulo Timm org.

http://www.paulotimm.com.br/site/downloads/lib/pastaup/Obras%20do%20Timm/170315055358REFORMA_DA_PREVIDENCIA_Coletanea-Atual_.pdf

Denise Gentil

Em tese de doutorado, pesquisadora denuncia a farsa da crise da Previdência Social no Brasil forjada pelo governo com apoio da imprensa

http://www.adunicentro.org.br/noticias/ler/1676/em-tese-de-doutorado-pesquisadora-denuncia-a-farsa-da-crise-da-previdencia-social-no-brasil-forjada-pelo-governo-com-apoio-da-imprensa

Sara Granemann

***Após as contrarreformas materializadas nas Emendas Constitucionais n. 20/1998 do governo de Fernando Henrique Cardoso e da 41/2003 do governo de Luiz Inácio Lula da Silva e das várias regulamentações no campo da previdência no governo de Dilma Rousseff, pode-se afirmar: as contrarreformas foram dirigidas, respectiva e prioritariamente, nos diferentes governos, ao RGPS sob FHC, ao RPPS sob Lula e por regulamentações infraconstitucionais contra ambos os regimes sob Dilma Rousseff; no, governo de Michel Temer parece haver a disposição de aprofundar a retirada de direitos e dificultar ainda mais o seu acesso pelos trabalhadores que estão nos dois regimes. Dito de modo diverso, o governo atual pretende sintetizar em uma mesma contrarreforma a destruição dos direitos previdenciários de todos os trabalhadores e de uma só vez. – (*Sara Granemann , Contrarreforma da previdência: essencial para quem?- 15 de novembro de 2016)**

http://blogjunho.com.br/contrarreforma-da-previdencia-essencial-para-quem/

***Sergio Pinto Martins*, 15 de dezembro de 2016 - É contraditória a afirmação de que há déficit na previdência**

http://www.conjur.com.br/2016-dez-15/sergio-martins-contraditoria-afirmacao-deficit-previdencia?utm_source=dlvr.it&utm_medium=facebook

AUDITORES FISCAIS PUBLICAM CARTILHA DA PREVIDÊNCIA QUE CONTRAPÕE DISCURSO DE DÉFICIT

https://www.brasildefato.com.br/2016/08/23/auditores-fiscais-publicam-cartilha-da-previdencia-que-contrapoe-discurso-de-deficit/

HENRIQUE JÚDICE - 10/02/2017 . Miséria, morte e roubo

http://correiocidadania.com.br/2-uncategorised/12335-miseria-morte-e-roubo

Igreja Católica confronta a "reforma" da Previdência – 16.03.2016
http://outraspalavras.net/maurolopes/

Jogo de interesses por trás da Reforma da Previdência

http://www.extraclasse.org.br/exclusivoweb/2017/03/jogo-de-interesses-por-tras-da-reforma-da-previdencia/

Luis Nassif - SEX, 17/03/2017 - 00:43

Xadrez da Previdência e a quadrilha que assumiu o poder
O XADREZ DO GOLPE
HTTP://JORNALGGN.COM.BR/NOTICIA/XADREZ-DA-PREVIDENCIA-E-A-QUADRILHA-QUE-ASSUMIU-O-PODER

Ivanisa T. Martins -Seguridade Social no Brasil: processo interrompido - Leia a íntegra no blog: https://goo.gl/KzCJP5

Paulo Timm

Enfim, a temerária Reforma da Previdência

Publicado em: dezembro 10, 2016 -
https://www.sul21.com.br/editoria/colunas/paulo-timm/page/3/

- **Enfim, a temerária Reforma da Previdência**

Publicado em: dezembro 10, 2016

0Share

Tweet

Por Paulo Timm

O Governo apresentou sua proposta de Reforma da Previdência, ponto fundamental da retórica do déficit público, único elemento visível da Política Econômica do Ministro Meirelles, "o plano". Retórica, a propósito, é a arte da tergiversação, infensa à dialética de argumentos consistentes. Para variar, todos os áulicos do Poder, começando pela grande Mídia, celebram o feito, reafirmando incessantemente que o problema é aritmético. Convém lembrar que essa história do déficit de Previdência se arrasta em cantilena fajuta desde a Era FHC e teve, no início do I Governo Lula um capítulo lamentável. Lula inventou a TAXA PREVIDENCIÁRIA, dos servidores aposentados, à razão de 11% absolutamente ineficaz, além de ferir direitos adquiridos. Na época, isso acarretou a expulsão do PT dos deputados Heloísa Helena, Baba e Luciana Genro, que denunciaram a traição. Fundaram o PSOL. Dada aquela largada, esta taxa, agora, vai a 14% , mas não descansarão enquanto não chagar a 30%, como o Governador do Rio de Janeiro já tentou com os servidores fluminenses. . Com o Imposto de Renda, isso significa uma mordida espúria de metade os proventos dos velhinhos. Em nome da racionalidade…Meu Deus!

Tudo engano, mentiras e manipulação, já denunciados por vários estudiosos não alinhados com o Governo. Previdência é um assunto por demais importante para ficar nas mãos de peritos contadores, obcecados por planilhas. Previdência, por ordem, no mundo civilizado, é:

primeiro, um assunto de natureza Ética,

segundo, conceitual,

terceiro, de números.

Os peritos e grande parte dos cronistas especializados ou simplesmente “amateurs”, muito em voga nos programas da TV,. invertem tudo. Começam pelos números, sobretudo do envelhecimento da população e jamais mencionam o fato de que a crise atual é muito mais consequência da recessão econômica do que de fatores estruturais.. São novos malthusianos, que se esquecem da evolução da produtividade ao longo do tempo:

O último trabalhador empregado, cuja produtividade é um múltiplo dos mediata e imediatamente anteriores, **ganha mais e deve isso a seus ancestrais.** Mas isso é muito difícil para os “cabeças de planilha” entenderem. Melhor passar o facão em direitos sociais. Depois, nenhum sistema de previdência funciona sem o apoio do Estado e a previdência pública tem se mostrado como a maior garantia aos trabalhadores. Garante, não só a aposentadoria, como as lacunas por doença, apoio à maternidade, acidentes etc.

O Estado não só deve contribuir para a Previdência, preenchendo os hiatos contábeis, como, em última análise, se constituir como criação ética suprema da humanidade e núcleo de organização das sociedades modernas. Isso não é marxismo. Nem comunismo. Nem esquerdismo. É o fruto do pensamento social contemporâneo, desde Manheim, passando por Weber e vários outros estudiosos de respeito.

Finalmente, Previdência não se confunde com Assistência Social. Se há 150 bilhões de reais de déficit neste ano, por que o Governo não mostra com clareza a origem deste furo, situando-o ao longo do ciclo?

O regime militar, por exemplo, incorporou o FUNRURAL à Previdência, o que é basicamente um justo programa assistencial,. Fê-lo indevidamente, como foi indevido pendurar as aposentadorias militares, que têm um estatuto profissional diferenciado, pendurando tudo na Previdência. Militares deveriam ser subsidiados, quer na ativa ou nas reformas, pelo próprio Orçamento do Ministério da Defesa. É um assunto estratégico de interesse nacional e não dos trabalhadores strictu sensu. A Lei Orgânica de Assistência Social também é responsabilidade do conjunto da sociedade e não exclusivamente dos sujeitos ao regime previdenciário. Impõe-se, pois, um debate conceitual sobre cada uma destas contas hoje debitadas à Previdência Social

Finalmente, como elevar a idade mínima para 65 anos quando a esperança de vida das populações vulneráveis – moradores de periferias urbanas, negros e mais pobres, salvo raras exceções, não passam de 55 anos?

Agora tá explicado, também, porque não havia mulheres no primeiro ministério TEMER: Ele já tinha em vista esta nefanda Reforma da Previdência que iguala

a idade mínima de aposentadoria para homens e mulheres em 65 anos. Sabia que os políticos atuais haviam perdido a alma mas agora vejo que perderam foi o juízo. Mulheres ganham 30% menos do que os homens e estão sujeitas a duas jornadas de trabalho, incluindo as duras tarefas domésticas ainda pouco assumidas por seus companheiros. Por isso têm direito a uma idade menor na aposentadoria. É UM RECONHECIMENTO DA SOCIEDADE AOS SEUS MÚLTIPLOS PAPÉIS E NÃO APENAS REFERIDO À SUA EVENTUAL VULNERABILIDADE. Mas o que sabem disso os PERITOS CONTADORES….?

O Brasil, enfim, é um pais complexo. Nem por isso, indecifrável ou ingovernável. Mas o Governo esquece que a LEI e o ESTADO , que não é , senão, seu prolongamento civilizatório, existem para proteger os mais fracos, já que os mais fortes sempre souberam se defender por conta própria. E, aliás, impor sua dominação…

.oOo.

Paulo Timm é economista, 72, pós-graduado CEPAL/ESCOLATINA – Prof. aposentado da UnB . Fundador do PDT.

- Portal Vermelho Dia: 19/02/2019 às 17:08:56

Paulo Kliass: Não mexam na aposentadoria!

Ao que tudo indica, o governo do capitão está preparando os últimos detalhes antes de encaminhar para o Congresso Nacional a grande maldade que pretende cometer contra a maioria da população brasileira. Refiro-me ao tão propalado pacote da Reforma Previdenciária. Aliás, melhor seria se chamasse o bicho logo por seu verdadeiro nome: deforma.

A equipe do Palácio do Planalto já deve ter sido avisada de que o tema conta com um grande “pé atrás” da maior parte dos eleitores. E isso serve para deixar até mesmo os congressistas da base governista um pouco indecisos, por mais comprometidos que estejam com as orientações do governo Bolsonaro. Conta a

lenda que o primeiro ano de qualquer legislatura é o período ideal para aprovar medidas carregadas de impopularidade como essa. Afinal, sempre restaria um bom tempo pela frente para que deputados e senadores tentem livrar a própria cara e contem com o conhecido esquecimento por parte de quem depositou neles o voto em outubro passado.

Mexer na aposentadoria é uma operação muito sensível. Tanto que o governo está preparando uma campanha de marketing e publicidade bilionária. Os grandes meios de comunicação sinceramente agradecem, bastante comovidos com o gesto. A intenção declarada é criar uma espécie de "contra clima" favorável às suas intenções privatizantes e demolidoras, por meio da tal "opinião pública". Na sequência da tentativa de tal lavagem cerebral coletiva, virão as conhecidas pesquisas refletindo um suposto apoio da população às maldades em ebulição na cozinha do financismo. Como a preparação das mentiras a serem divulgadas estão a cargo de profissionais competentes e muito bem remunerados para essa inglória tarefa, caberá às forças progressistas e ao amplo movimento social que se articula a cada dia que passa o trabalho de desmontar mais uma vez essa farsa e denunciar as verdadeiras intenções liberaloides por trás do discurso catastrofista.

O principal argumento para defender as mudanças articuladas no interior do quartel general de Paulo Guedes & Cia Ltda será um misto de mentiras. De um lado, o eterno blá-blá-blá associado à falta de recursos orçamentários e a uma suposta inviabilidade estrutural do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) - esse é o universo de benefícios do INSS. De outro lado, a também velha e conhecida lenga-lenga a respeito de supostos privilégios existentes no interior do regime das aposentadorias dos servidores públicos - os chamados Regimes Próprios de Previdência (RPPs).

Ora o primeiro aspecto a se debater relaciona-se ao problema fiscal. Não é verdade que o governo não tenha recursos disponíveis e que o desequilíbrio das contas previdenciárias é o grande obstáculo para retomada do crescimento da economia. Essa é uma informação veiculada cotidianamente pelos grandes meios de comunicação, por conta dessa encomenda patrocinada pelo sistema financeiro. Como a intenção explícita é a privatização da previdência, o modelo das "fake news" cabe aqui como uma luva. Os grandes jornais e as principais redes de televisão não cansam de justificar o desempenho medíocre das atividades econômicas por conta das expectativas negativas dos agentes que operam no mercado financeiro.

Com isso, passam imediatamente ao mantra da necessidade urgente de aprovação daquela que vem sendo chamada de "mãe de todas as reformas". Assim, no entender desse pessoal, a economia brasileira vai continuar patinando enquanto o Congresso Nacional não aprovar o pacote das atrocidades sugeridas por Bolsonaro, por meio das mãos de Paulo Guedes. Uma verdadeira chantagem, tentando usar a maioria da população para seus propósitos de desmontar o sistema da previdência social pública. Mas o ponto relevante é que,

ao contrário do discurso governista, a previdência social não é a maior conta gastadora do governo federal. Se o maior empecilho para retomada do crescimento do PIB e do emprego fosse, de forma sincera e honesta, a solução de arranjos orçamentários estruturalmente deficitários, aí então tudo estaria mais fácil.

A rubrica orçamentária que mais gasta recursos públicos nunca foi objeto de reforma alguma. E aqui estou me referindo às despesas contidas na contabilidade de pagamento de juros e demais serviços da dívida pública. É aqui que mora o fator que mais pesa negativamente para o atual regime fiscal. Apenas em 2018 foram destinados R$ 380 bilhões de valores do Orçamento da União para cumprir esse tipo de compromisso. E, ao contrário do que ocorre com as contas do RGPS, na organização do Regime dos Serviços Financeiros da Dívida Pública não existem recursos de receitas tributárias. A conta é eminentemente gastadora. Além de ser a conta que mais impacta o déficit das contas públicas federais, ela é uma unidade orçamentária estruturalmente deficitária. Assim, ela está - desde as suas origens - em um desequilíbrio sistêmico e estrutural.

Mas o interessante é que ninguém vinculado à defesa dos interesses do financismo sequer menciona esses valores bilionários como a fonte para que seja promovido algum tipo de estratégia para resolver a solvência fiscal. Para tanto, lançam mão do discurso do “superávit primário”, pois essa metodologia matreiramente retira as despesas financeiras do tão exigido esforço fiscal. Com isso, os jornalões passam a exigir “responsabilidade fiscal” em letras garrafais. Como assim? Ah, não, mas o sacrifício deve ser obtido do estrangulamento apenas das contas de saúde, educação, previdência, gastos com pessoal, assistência social, investimento públicas e outros itens. As despesas financeiras correm livres e soltas, sem controles nem amarras. Para o pagamento de juros da dívida pública, o céu é o limite.

Mas felizmente parece que o movimento social está despertando mais uma vez para a gravidade e os riscos envolvidos nesse triste quadro. As entidades do movimento sindical, as associações de pesquisa relacionada ao tema, as organizações de defesa dos aposentados e um conjunto amplo de professores/especialistas estão se mobilizando para denunciar esse verdadeiro crime que se pretende cometer de novo contra os mais pobres. O calendário de manifestações deve acompanhar o tempo da tramitação da matéria no Congresso Nacional. E esse deve ser o caminho para evitar que outra tentativa, como ocorreu com a proposta de Temer, consiga progredir no interior do próprio legislativo.

O governo tenta sofisticar suas mentiras e afirma que sua proposta vai acabar com privilégios. Mentira! Como se pode dizer que haja privilégios no RGPS, quando mais de 99% dos benefícios do setor rural são de, no máximo, um salário mínimo? Como afirmar que os “ricos” do sub setor dos urbanos, onde mais de 70% recebem no máximo dois salários mínimos de aposentadoria? A proposta

de Bolsonaro não vai mexer com os verdadeiros privilegiados, pois eles são generosamente contemplados com um sistema de tributos que oferece isenção de impostos para lucros e dividendos, que não implementou o Imposto sobre Grandes Fortunas, que fecha os olhos para os grandes sonegadores e por aí vai. Esses privilégios permanecem intocáveis.

Finalmente, quanto às aposentadorias dos servidores públicos, é preciso dizer que essa equalização com as regras dos trabalhadores do setor privado já foi realizada em 2013. Assim, os funcionários que ingressaram no serviço público a partir daquela data só receberão do Tesouro o mesmo teto do INSS.

7 de fev de 2013 - Consultor Jurídico - Artigos, 7/2/***2013*** - Antônio Queiroz: Entra em vigor a ... Com isto, segundo o artigo 30 da ***Lei*** 12.618,

O restante será complementado por meio de um fundo de pensão, como ocorre com os demais trabalhadores. Quanto ao estoque de atuais e futuros aposentados pelas regras antigas, o que cabe é fiscalizar o cumprimento da regra do teto, para que ninguém receba mais do que o vencimento do Ministro do STF. E para isso convenhamos que não é necessário reformar Constituição alguma.

http://www.vermelho.org.br/noticia/318726-1?fbclid=IwAR3xRwaeQmlXxBQjiKSPrTTrLcC5-PAOhOYu0gKzCd1B1pMonrolZd9ls4E

** Paulo Kliass é doutor em Economia pela Universidade de Paris 10 e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, carreira do governo federal.*

- **PAULO TIMM- Comentário NP**

Discordo, mas respeito. Respeito, aliás, que os defensores da REFORMA PREVIDENCIÁRIA não têm ao impedir um DIÁLOGO ABERTO, com amplo apoio da Mídia e órgõs governamentais entre todas as opiniões sobre imporltante assunt. Preferem, claro, pagar , agora, uma fortuna em PUBLICIDADE nas grandes redes para convencer a opinião pública da propriedade de sua proposta. Nem discuto se é BOA ou RUIM. Discuto os fundamentos, primeiro da obtenção do mínimo de consenso sobre matéria ampla, espinhosa e controvertida, através do diálogo. Segundo, dos fundamentos mesmo das razões que justificariam uma "NOVA PREVIDENCIA". Terceiro, das metodologias que orientam a dita proposta, com base em

agumas premissas falsas: 1. Envelhecimento como problema e custo aos trabalhadores produtivos, sem imputar o incremento de produtividade e renda que as gerações anteriores incorporaram à economia; 2. Uso inadequado de medida como média aritmética como base de Politica Publica no BRASIL, equiparando-a a medidas internacionais, o que é incorreto dada a extrema particularidade do BRASIL como herdeiro de 350 anos de escravidão negra e uma das mais desiguais sociedades do mundo: 3. Manutençaõ da confusão entre PREVIDENCIA, que é um direito de trabalhadores produtivos, com ASSISTENCIA SOCIAL que é um direito social de segmentos vulneráveis da população, de responsabilidade do CONCEITO MAIOR DE SEGURIDADE SOCIAL para a qual concorrem, por isso mesmo. recursos orçamentários correntes. e FICO POR AQUI...

Antes da transcrição do artigo, destaco tres argumentos centrais mal usados pelo governo.

1-Reforma da previdencia não vai impulsionar o crescimento economico. Para que uma economia nacional cresça, aumente seu PIB- produto interno bruto - é necessário ter expectativas positivas quanto ao crescimento da renda dos consumidores. Empresários fazem novas fábricas ou ampliam as que existem, para vender mais no futuro. Quando os mercados estão congelados (falta de crescimento econômico vigoroso e sustentável) não há investimento produtivo.

2-Há gastos pessoais/sociais que não podem ser cancelados. Se o governo se omite quanto à sua responsabilidade, outras parcelas da sociedade deverão assumir este custo. Assim, quando um governo se omite sobre sua responsabilidade em matéria de sobrevivência e de bem-estar de seu povo, ele está na verdade transferindo estes custos para outras parcelas da sociedade. Seja para as empresas seja para cidadãos e cidadãs. Quem irá arcar daqui por diante, com os custos da previdencia social, antes pública, e agora privatizada e individualizada ? De quem serão os lucros ? QUE CADA UM CUIDE DE SI VAI BENEFICIAR OS RICOS OS PODEROSOS E OS RENTISTAS.

3-Trabalhadores independentes e em regime precário, desprovidos de riqueza e de patrimonio, irão sobreviver como ? Não apenas na velhice, à qual

provavelmente nem chegarão, mas durante sua vida ativa, quando atingidos por doença, falta de trabalho ou qualquer outra incapacidade fisica, irão sobreviver como ? Através do crime ? do mecenato dos poderosos, miserável e humilhante ? ou da caridade das igrejas ?

- **(Des)ajuste de Previdência não vai ter trabalhador para contribuir**

Belluzzo: 40% dos trabalhadores serão "precarizados", escravizados...

publicado 24/02/2019- Do economista Luiz Gonzaga Belluzzo, na Carta Capital:

Reforma da Previdência apresentada por Bolsonaro é anacrônica

Na embolada do (des)ajuste promovido pelos paladinos do conservadorismo econômico, a inteligência brasileira, ou a falta dela, está a se afogar nas esperanças angustiadas da reforma da Previdência.

Entre tantas propriedades milagrosas da Reforma, a mais proclamada é a volta do crescimento vigoroso amparada nas expectativas favoráveis dos mercados, embevecidos com a coragem e presteza do novo governo. Finalmente, dizem, um governo empenhado em exorcizar definitivamente o demônio do desequilíbrio fiscal.

Os desconfiados que ainda deambulam nos vazios das certezas indagam de seu bom senso se a badalada Reforma tem mesmo as virtudes apregoadas *urbe et orbi*. Não há como negar os propósitos de maior equidade das reformas propostas, à exceção dos golpes assentados nos miseráveis amparados pelos Benefícios de Prestação Continuada e nos trabalhadores rurais.

Os argumentos dos reformistas partem de um fenômeno demográfico, o Brasil envelheceu. Uma boa notícia: o IBGE informa que a esperança de vida dos brasileiros e brasileiras alcança 74,4 anos. O envelhecimento juntou-se à queda acentuada da taxa de natalidade, promovida pela rápida urbanização que acompanhou a industrialização eloquente das três primeiras décadas do Pós-Guerra. Se há males que vêm para o bem, há bens que vêm para o mal. No regime de repartição, já foi dito, os que trabalham financiam os que estão aposentados. No galope do tempo, a "nova" dinâmica populacional promete um desequilíbrio perverso entre os que trabalham e contribuem com a Previdência e aqueles que se aposentam e abocanham os benefícios.

Os estudos sobre as consequências da globalização produtiva e da rápida introdução das novas tecnologias vislumbram o crescimento dos trabalhadores ditos independentes, em tempo parcial e a título precário, sobretudo nos serviços, e a destruição dos postos de trabalho mais qualificados na indústria. O inchaço do subemprego e da precarização não só achata, como torna incertos os rendimentos dos trabalhadores, além de desobrigar os empregadores de prestar suas contribuições.

Na nova economia "compartilhada", "do bico", ou "irregular", prevalece a incerteza a respeito dos rendimentos e das horas de trabalho. Algumas projeções estimam que, nos próximos cinco anos, mais de 40% da força de trabalho global estará submetida a um emprego precário. Essas transformações nos mercados de trabalho fragilizaram inexoravelmente o regime de repartição. A carteira verde-amarela de Paulo Guedes vai jogar mais água na fervura.

É uma ilusão imaginar que o regime de capitalização, prometido de forma vaga no texto da reforma, possa remediar os riscos embutidos nas transformações em curso nos mercados de trabalho. O economista José Roberto Afonso botou o

dedo na ferida: “A reforma é um ajuste de contas com o passado”. Nos debates que se seguiram à apresentação das medidas, não há qualquer menção à imperiosa necessidade de uma reforma tributária, imprescindível para acompanhar as intenções de equidade das alterações na Previdência.

História antiga. Na década dos 80 do século XIX, Otto von Bismark, o Chanceler de Ferro, sob o acicate da industrialização e as pressões do movimento socialista alemão, criou a Seguridade Social fundada no regime de repartição. Empregados e empregadores passaram a contribuir para o fundo comum destinado a prover defesas contra os infortúnios do mundo do trabalho. O Kaiser anunciou o programa em 1881. O auxílio-doença foi criado em 1883, o seguro contra acidentes do trabalho em 1882, e o sistema de aposentadorias em 1889. Os proventos dos aposentados eram modestos e o período de qualificação muito longo.

Nos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt entregou o Social Security Act ao povo americano em 1935. Na Inglaterra, na primeira eleição realizada depois de 1945, o trabalhista Clement Attlee derrotou o grande liberal Winston Churchill. Acompanhado por Aneurin Bevan, seu Ministro da Saúde, pai do National Health Service, Attlee desenhou a arquitetura do Estado do Bem-Estar britânico, inspirado no relatório preparado por outro liberal, Sir William Beveridge.

Em 1942, na Inglaterra ainda maltratada pela guerra, pelo racionamento e pela debilidade econômica, Sir William Beveridge, em seu lendário *Relatório*, fincou as estacas que iriam sustentar as políticas do Estado do Bem-Estar. O **Relatório Beveridge** recebeu a colaboração das concepções da *Teoria Geral do Juro, do Emprego e da Moeda* – obra magna do liberal, porém iconoclasta, John Maynard Keynes.

Beveridge apontou os “Demônios gigantes da vida moderna” que os

governos estavam obrigados a enfrentar: Carência, Doença, Ignorância, Miséria e Inatividade. Em seu *Relatório*, proclamou que a ignorância é uma erva daninha que os ditadores cultivam entre seus seguidores, mas que a democracia não pode tolerar entre seus cidadãos.

Essa forma de financiamento da seguridade social, o regime de repartição, conheceu seu auge e glória na posteridade da Segunda Guerra Mundial, à sombra do Estado do Bem-Estar. O pleno emprego foi colocado como uma meta a ser perseguida pelas políticas econômicas. Muitas constituições europeias consagraram esse princípio. A nova Constituição dizia ser a Itália uma república baseada no direito ao trabalho, assegurado a todos os italianos no artigo 1º. Os Estados Unidos promulgaram uma lei. **No Pós-Guerra, o rápido crescimento das economias capitalistas esteve apoiado numa forte participação do Estado, apoiada na elevação da carga tributária abrigada em um sistema tributário progressivo, medidas destinadas a impedir flutuações bruscas do nível de atividades e a garantir a segurança dos mais fracos diante das incertezas inerentes à lógica do mercado**.

O Estado do Bem-Estar estava fundado, sobretudo, na articulação de interesses entre trabalhadores e capitalistas, empenhados na construção de instituições destinadas a reduzir a angústia de quem se propõe a assumir riscos e enfrentar os azares do mercado. Os regimes de Seguridade Social estavam assentados no princípio de solidariedade. Ao reduzir a insegurança das famílias assalariadas, esses regimes tiveram papel importante na expansão do consumo das classes menos favorecidas.

As políticas econômicas tinham o propósito de criar empregos e elevar, em **termos reais, os salários e demais remunerações do trabalho. O continuado aumento da renda e do emprego fazia crescer a receita dos governos.** Há quem diga que o Brasil, ao promulgar a Constituição de 1988, entrou tardia e

timidamente no clube dos países que apostaram na ampliação dos direitos e deveres da cidadania moderna. É um exagero.

- **OS ÇABIOS UNIRAM MARAJÁS AOS MISERÁVEIS**

Elio Gaspari

Não deu outra. Os çábios que conceberam o projeto de reforma da Previdência descobriram um jeito de entregar aos marajás a bandeira da defesa dos miseráveis. Fizeram isso ao propor a tunga do Benefício de Prestação Continuada, que dá um salário mínimo (R$ 998) aos miseráveis que têm mais de 65 anos.

O projeto é engenhoso. Dá R$ 400 ao miserável a partir dos 60 anos, o que é um alívio para quem recebe, no máximo, R$ 371 pelo Bolsa Família. Com a outra mão querem tomar pelo menos R$ 598 mensais dos miseráveis que têm mais de 65 anos. Eles só terão direito aos R$ 998 se e quando chegarem aos 70 anos.

Se o conserto do rombo da Previdência precisa tungar um benefício pago aos miseráveis que têm entre 65 e 70 anos, então é melhor devolver o Brasil a Portugal.

O ministro Paulo Guedes produziu um projeto racional e conseguiu apresentá-lo de forma competente. Na essência, podou privilégios. Essas virtudes levam à estupefação diante da tunga de sexagenários miseráveis. Ela só serve para soldar uma aliança maligna e hipócrita. O marajá que acumula privilégios ganha o direito de combater a reforma apresentando-se como defensor dos pobres e dos oprimidos.

Está entendido que o capitão reconheceu que errou ao combater a reforma proposta por Michel Temer, mas, se as pessoas podem mudar de opinião, não podem mudar os fatos. Quando ele estava do outro lado da trincheira, lembrava que a expectativa de vida no Piauí "estava na casa dos 69 anos, quando você bota 65, você convida a oposição a fazer sua proposta e melar esse projeto". Bingo. Os çábios fizeram isso, pois tomando-se a expectativa de vida do Piauí, seus miseráveis, que hoje recebem R$ 998, perderão o benefício aos 65 e irão para o outro mundo antes de terem direito a receber o que recebem hoje.

Estava errada a informação que saiu aqui, contando que os sapos, quando colocados numa panela com água aquecida lentamente, não percebem o calor e deixam-se ferver.

Trata-se de pura lenda.

Quem se deixa ferver ou fritar são os ministros. Muitos sapos são feios, mas nenhum é bobo.

Elio Gaspari

Jornalista, autor de cinco volumes sobre a história do regime militar, entre eles "A Ditadura Encurralada"

A bomba da reforma da Previdência

Desvincular o BPC do mínimo só vai servir para achatar a renda dos mais pobres

Rodrigo Zeidan

Professor da New York University Shanghai (China) e da Fundação Dom Cabral. É doutor em economia pela UFRJ

A votação da reforma da Previdência vai ser o grande divisor de águas. Ou esse governo, menos realista que roteiro de filme dos Trapalhões, acaba de vez ou ganha uma sobrevida.

A reforma da Previdência é necessária, porém vem uma bomba por aí (que, diferentemente daquela do Riocentro, vai explodir no colo dos mais pobres). Mas antes os números.

A Previdência Social federal tem quatro categorias: regimes gerais urbano e rural (RGPS), regime próprio (RPPS, servidores públicos) e Forças Armadas. Além disso, no âmbito da assistência, há o BPC (Benefício de Prestação Continuada): um salário mínimo aos idosos e deficientes em situação de miserabilidade.

O déficit da Previdência previsto para 2019 é de R$ 292 bilhões, distribuídos em: R$ 102 bilhões do regime urbano, R$ 116 bilhões do rural, R$ 54 bilhões dos servidores públicos federais e R$ 20 bilhões das Forças Armadas.

O BPC ainda adiciona outros R$ 59 bilhões (diferentemente da Previdência, não há contribuição para a contrapartida do BPC).

Não há mistério, o déficit total dessas cinco rubricas representa 5,5% do PIB, com tendência de crescimento se nada for feito.

A principal mudança da reforma tem que ser o estabelecimento de uma idade mínima de 62 a 65 anos, com o mínimo de transição, para todos os regimes, sem exceção, e o aumento da contribuição do RPPS. O resto é detalhe. A bomba é a desvinculação do BPC do salário mínimo no projeto que acabou de ser anunciado. O BPC passaria para um piso de R$ 400, em vez de acompanhar o salário mínimo. O argumento usado é que é preciso separar previdência e assistência. Balela.

O governo é cheio de economistas que sempre trataram os pobres como estorvo. Espernearam contra o Bolsa Família e as cotas. E agora posam de vigilantes do patrimônio público querendo separar previdência e assistência.

O truque é simples: separam-se os dois, míngua-se a assistência, e o bojo da reforma cai sobre os mais pobres.

Outra bomba é o tempo mínimo de contribuição no RGPS rural, que passa a 15 anos. Vamos ver se as regras duras sobre o RGPS rural serão aliviadas na negociação com o Congresso.

É no RPPS que estão as maiores distorções. No regime geral, urbano e rural, a quantidade de beneficiários está em quase 30 milhões, sendo que aproximadamente 85% recebem até dois salários mínimos. No BPC estão pouco mais de 4 milhões de pessoas. O RPPS contempla somente 3 milhões, mas a média de cada benefício é mais de 15 vezes maior que no RGPS.

No Brasil, cometemos o erro de transferir renda entre gerações de forma errada, com o dinheiro saindo dos mais jovens para os mais velhos. Mas, se o déficit da Previdência e da assistência sobe porque o dinheiro vai para os mais pobres, mesmo mais velhos, não há tanto problema assim.

Que todos se aposentem mais tarde, mas sem essa de desvincular o BPC do mínimo (e deixem o RGPS rural em paz). Isso só vai servir para achatar a renda dos mais pobres no Brasil.

★

Quem se deu bem com o despreparo e a arrogância da Vale foram a Rio Tinto e a BHP Billiton, que viram o preço do minério de ferro subir 16% após o anúncio da queda de produção da Vale em razão dos efeitos de Brumadinho.

O mais surpreendente é o papel passivo dos acionistas públicos da Vale, Previ e BNDESPar, parte do grupo controlador, quando o presidente-executivo da empresa diz que ela é uma joia, algo revoltante. Deveríamos estar pedindo para cabeças rolarem.

André Siinger, hoje, na FSP, entre outros pontos, chama a atenção para as eleições municipais do ano que vem, que servirão de termômetro para uma real avaliação do governo Bolsonaro e suas duas pautas: reforma da Previdência e o liberou geral na área da segurança pública. A economia, embora o oficialismo se esforce para demonstrar o contrário, está estagnada desde a queda de Dilma Roussef, com desemprego em massa, sem contar aqueles que chamam de "desalentados". Análise realista. Leitura e compartilhamento recomendados.

CALENDÁRIO

André Singer FSP 25 FEV

Com a oficialização da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que muda o regime previdenciário na quarta (20/2), Bolsonaro praticamente definiu o cronograma político dos próximos dois anos. Durante 2019, o assunto será o quanto a reforma vai custar aos assalariados. Em 2020, as eleições para prefeitos e vereadores refletirão o impacto das perdas.

Entre um e outro evento, dois fatores podem potencializar ou amenizar a pancada nas aposentadorias. O primeiro é o desempenho econômico geral. Se confirmadas previsões registradas pela Folha em 17/2, o crescimento neste ano ficará em torno de 2%, insuficiente para aliviar o sofrimento das camadas populares.

Com 12 milhões de desempregados, o PIB precisaria ter o dobro de impulso para fazer a fila andar. No passo atual, a sensação nas periferias será a de que nada mudou com o bolsonarismo. Para que a decepção não se reflita nas urnas municipais, precisaria haver forte investimento no segundo semestre.

Diante da incerteza, Bolsonaro deixou na manga uma segunda cartada: o pacote anticrime e anticorrupção amarrado por Sergio Moro. Embora advertido pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), de que não há espaço legislativo para a tramitação paralela de tantas alterações, o Planalto fez questão

de enviar ao Congresso na terça (19/2) dois projetos de lei e um de lei complementar. Flexibilização da legítima defesa, prisão em segunda instância e criminalização do caixa dois encontram-se entre os pontos abordados.

Caso o quadro econômico siga anêmico, o bolsonarismo tentará infundir vigor às candidaturas oficiais (já se fala na de Janaína Paschoal a prefeita de São Paulo) no setor da segurança. Tolerância zero, se obtiver resultados, pode render votos. Em que pese os custos em direitos humanos que tende a acarretar.

Para além da tuitagem furiosa do presidente da República e seus parentes, a massa de votantes se guia por ganhos objetivos. Renda no fim do mês, tranquilidade para ir e vir, saúde e educação. O Executivo precisa entregar melhorias, ou perderá sufrágios.

Ainda é cedo para dizer com qual cacife os vencedores de 2018 chegarão aos pleitos locais. Mas já se vê em que terrenos os que estão com as brancas decidiram jogar. Caberá às oposições (que não conseguem unidade) apresentar, nos campos indicados, suas alternativas ao distinto público caso queiram, de fato, constituir uma nova maioria em 2022.
*

P.S. A análise acima pode ser afetada por acontecimentos excepcionais, como um impensável conflito militar entre Brasil e Venezuela. Até onde a razão alcança, porém, a loucura não chegará a tal ponto.

André Singer
Professor de ciência política da USP, ex-secretário de Imprensa da Presidência (2003-2007). É autor de “O Lulismo em Crise”

- **ECONOMIA**

- **Reforma da Previdência: por que 4 países da América Latina revisam modelo de capitalização, prometido por Paulo Guedes**

https://www.terra.com.br/economia/reforma-da-previdencia-por-que-4-paises-da-america-latina-revisam-modelo-de-capitalizacao-prometido-por-paulo-guedes,d106a85cf761ce45cfa85ca0874ade4b3dwh7toe.html?fbclid=IwAR1HzyyvyfhHriuu-vyKUclnLV3pnqM4pVox9Z7YdNpmuiv2_8i4j-HGud0

Décadas depois de instituírem a capitalização, Chile, Colômbia, México e Peru se depararam com pelo menos um grande problema: ou o valor das aposentadorias era muito baixo ou a cobertura do sistema, muito restrita, ameaça deixar um percentual significativo da população sem aposentadoria no futuro.

- *Camilla Veras Mota - Da BBC News Brasil em São Paulo*

4 FEV2019 - 07h54

Pelo menos quatro países da América Latina que têm sistemas de aposentadoria com regimes de capitalização - Chile, Colômbia, México e Peru - têm revisado seus modelos nos últimos anos e, em alguns casos, proposto mudanças na legislação previdenciária.

SAIBA MAIS

- Capitalização na Previdência pode ter contribuição de 8,5% das empresas
- Uma travessia virtuosa para a capitalização
- Equipe econômica estuda capitalização na Previdência apenas para nascidos há poucos anos
- Previdência com capitalização tem avanço global
- Pioneiro, Chile tenta consertar seu sistema de previdência

Décadas depois de instituírem o regime de capitalização nas aposentadorias, Chile, Colômbia, México e Peru se depararam com pelo menos um grande problema: benefícios demasiadamente baixos ou cobertura restrita, que exclui parte dos idosos

Foto: Getty Images / BBC News Brasil

Décadas depois de realizarem grandes reformas que, via de regra, substituíram sistemas públicos de Previdência por outros total ou parcialmente privatizados, cada um deles se deparou com pelo menos um grande problema: ou o valor dos benefícios recebidos pelos aposentados era muito baixo ou o alcance do sistema se revelou muito restrito, o que deixaria um percentual significativo da população sem aposentadoria no futuro.

Ao contrário de boa parte dos vizinhos, o Brasil ainda segue um modelo de repartição na Previdência, que é administrada exclusivamente pelo governo e na qual as contribuições de quem está na ativa pagam os benefícios de quem está aposentado.

No regime de capitalização, cada trabalhador faz sua própria poupança em contas individuais que, de forma geral, são geridas por entidades privadas.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, repetiu durante a campanha eleitoral sua intenção de instituir esse modelo no Brasil. No início de janeiro, ele declarou que o regime de capitalização seria para "gerações futuras" de trabalhadores brasileiros, sem dar detalhes. A equipe econômica deve encaminhar uma proposta de reforma da Previdência ao Congresso neste mês.

No caso do Chile, primeiro país do continente a adotar um regime de capitalização, em 1983, o governo propôs em outubro do ano passado mudanças pontuais na legislação para tentar elevar gradualmente o nível baixo das aposentadorias.

'Sabemos que hoje as aposentadorias são muito baixas e inferiores às expectativas de nossos idosos', disse o presidente chileno durante anúncio de proposta de reforma da Previdência, em outubro de 2018

Foto: PABLO VERA/AFP/Getty / BBC News Brasil

O Peru, que fez sua reforma em 1992 e enfrenta problema parecido, tem discutido medidas semelhantes às estudadas no Chile, entre elas aumentar as alíquotas de contribuição.

Na Colômbia, a questão é a baixa cobertura do sistema de capitalização. Diante de uma participação expressiva do emprego informal no mercado de trabalho, muita gente sequer contribui para o sistema de Previdência e corre o risco de ficar sem aposentadoria.

A equipe do presidente Ivan Duque anunciou em 2018 que enviaria ao Legislativo uma proposta reforma, mas ainda não a apresentou.

No México, a situação é parecida. Em 2018, antes da posse do presidente Andrés Manuel López Obrador, que ocorreu em dezembro, o secretário da Fazenda e Crédito Público, Carlos Urzúa, declarou que o governo trabalharia em uma mudança nos sistemas de aposentadoria para tentar corrigir as falhas.

A proposta de reforma viria "em três ou quatro anos".

No Chile, maioria dos aposentados recebe menos de um salário mínimo

Por ter sido o primeiro país do continente a fazer a transição de um sistema público de Previdência para um totalmente privatizado, o Chile já tem hoje uma geração de aposentados pelas regras instituídas pela reforma - feita em 1983, durante a ditadura de Augusto Pinochet.

O principal problema do modelo chileno é baixo valor dos benefícios. De acordo com Felipe Bruno, líder de Previdência da consultoria Mercer no Brasil, nove em cada dez aposentados no país recebe o equivalente a menos de 60% de um salário mínimo, que hoje é de cerca de US$ 450.

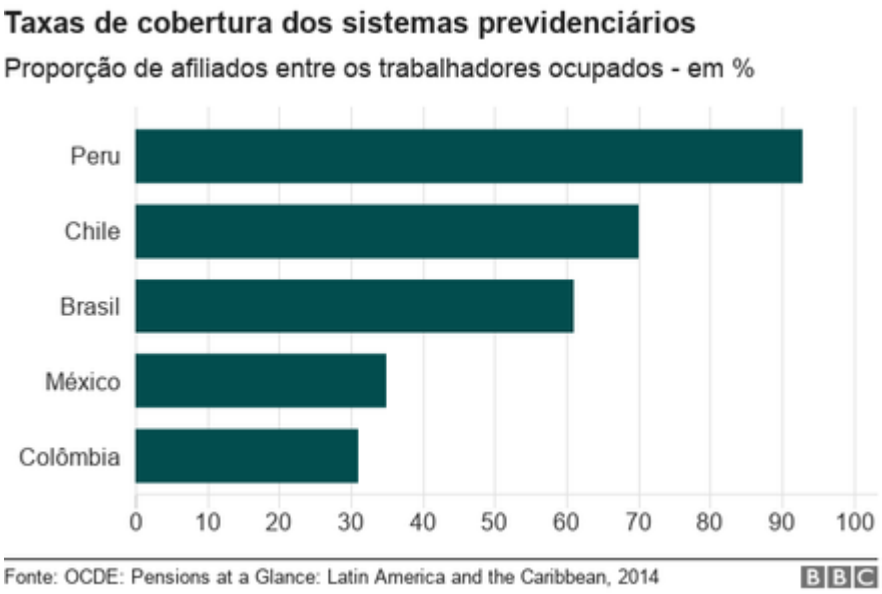


Gráfico com taxas de cobertura dos sistemas previdenciários

Foto: BBC News Brasil

A principal razão para isso, segundo Guillermo Larráin, professor da Universidade do Chile, é o fato de que as contribuições feitas pelos trabalhadores - hoje de 10% do salário - não são suficientes para garantir uma renda que satisfaça as necessidades básicas dos chilenos aposentados.

Apenas para efeito de comparação - já que o modelo brasileiro é essencialmente diferente do que vigora no vizinho -, a contribuição previdenciária paga pelos empregados no Brasil vai de 8% a 11% da remuneração, mas as empresas recolhem para o INSS o equivalente a 20% do salário do funcionário.

"Quando a reforma foi feita no Chile, existia um otimismo irracional a respeito da capacidade de poupança do sistema", diz o economista.

Além da questão da contribuição em si, as oscilações constantes da economia chilena - que, como a maioria dos países do continente, alterna ciclos de crescimento com períodos de crise - prejudicaram a rentabilidade dos fundos de pensão.

Ao contrário do sistema público, no sistema de contas individuais as taxas de juros são extremamente importantes, porque determinam quanto o que

foi poupado vai valer no futuro e, portanto, o nível de renda dos aposentados.

Felipe Bruno, da Mercer, ressalta ainda o fato de que há pouca concorrência entre gestoras de fundos de pensão no país, que cobram taxas de administração muitas vezes elevadas e que muitas vezes são pouco transparentes.

A nova reforma da Previdência no Chile

Em outubro de 2018, o presidente Sebastián Piñera encaminhou ao Congresso uma proposta de reforma que prevê um aumento gradual da alíquota previdenciária de 10% para 14%. A diferença seria paga pelas empresas, que até então só contribuíam em casos de profissões insalubres.

"Sabemos que hoje as aposentadorias são muito baixas e inferiores às expectativas de nossos idosos", disse ele durante o pronunciamento.

'Pilar solidário' é componente importante especialmente em países com altos níveis de informalidade, para evitar pobreza na terceira idade, diz especialista da OCDE

Foto: Getty Images / BBC News Brasil

As medidas, que ainda precisam ser aprovadas pelo Legislativo chileno, preveem também um reforço do "pilar solidário" da Previdência, que paga benefícios assistenciais àqueles em situação de vulnerabilidade social. A previsão é que esse tipo de gasto, pago pelo governo, cresça de 0,8% para 1,12% do PIB (Produto Interno Bruto).

Em comunicado veiculado em rede nacional, Piñera ressaltou que, dos 2,8 milhões de aposentados no Chile, mais da metade - 1,5 milhão - necessitam de auxílio do pilar solidário. Ou seja, recebem ou a chamada Pensión Básica Solidária de Vejez (PBSV), que varia entre US$ 180 e US$ 215, ou o Aporte Previsional Solidario de Vejez (APSV), subsídio pago a quem ganha menos de US$ 470, para complementar a renda.

Larráin conta que o PBSV e o APSV foram criados em uma reforma recente, de 2008, que introduziu uma série de medidas de prevenção da pobreza na terceira idade.

Do total de pessoas que dependem do pilar solidário, 62% são mulheres - que em geral têm uma participação mais intermitente no mercado de trabalho, muitas vezes interrompida pela maternidade.

"Mesmo tendo servido como inspiração para o resto da região, nem o Chile está livre da necessidade de reformar o próprio regime de previdência", afirma o economista do Bradesco Constantin Jancsó no relatório *Sistemas de Previdência Social na América Latina*, enviado a clientes em dezembro.

No Peru, que enfrenta problema bastante semelhante ao do Chile, o sistema de capitalização existe em paralelo ao sistema de repartição - o trabalhador pode escolher se contribui com 13% da renda bruta para Sistema Nacional de Pensiones (SNP) ou com 10% do salário para o Sistema Privado de Pensiones (SPP).

Os empregadores não precisam contribuir, a não ser que seus funcionários sejam pescadores, trabalhadores da construção e mineradores.

O país instituiu em 2017 uma Comisión de Protección Social (CPS), vinculada ao Ministério da Fazenda, para fazer um diagnóstico do sistema e propor mudanças e estuda instituir alguma alíquota de contribuição para as empresas na tentativa de elevar o valor médio dos benefícios pagos aos aposentados.

No México e na Colômbia, 7 em cada 10 trabalhadores corre o risco de ficar sem aposentadoria

O sistema de aposentadorias mexicano está entre os piores no ranking feito pela consultoria Mercer. Entre 34 países, ocupa a 32ª posição - atrás apenas de Índia e Argentina.

A avaliação leva em consideração três parâmetros: adequação (o quanto os benefícios conseguem garantir um nível de renda satisfatório aos idosos), sustentabilidade (se os gastos do governo com os respectivos sistemas cabem no orçamento público) e integridade (se os sistemas têm governança, capilaridade).

O Brasil está no 21º lugar do ranking de 2018, com boa pontuação no quesito adequação e uma das piores notas em sustentabilidade.

O principal problema do México, para o pesquisador do Instituto de Investigaciones Económicas da Universidade Nacional Autónoma de México (IIEc-UNAM) Gabriel Badillo, é a baixa taxa de cobertura do sistema previdenciário, que é de pouco mais de 30%.

Grosso modo, isso significa que, a cada dez mexicanos ocupados, cerca de três apenas recolhem contribuição mensal para a Previdência.

Andrés Manuel López Obrador tomou posse como presidente do México em dezembro de 2018

Foto: Reuters / BBC News Brasil

Para Badillo, o fato de que o mercado de trabalho no México é marcado pela informalidade - cerca de 60% daqueles empregados não têm carteira assinada - não teria sido levado em consideração na reforma feita em 1997, que instituiu o regime de capitalização.

Para aqueles que não recolhem a contribuição mensal e que correm o risco de ficar sem aposentadoria no futuro, a alternativa seriam os benefícios assistencialistas e as chamadas aposentadorias não contributivas, criadas pelo governo na tentativa de evitar situações de indigência na terceira idade.

O Programa Pensiones para Adultos Mayores (PAM), por exemplo, foi criado em 2013 e paga cerca US$ 50 por mês para idosos sem aposentadoria com mais de 65 anos.

No último dia 13 de janeiro, o presidente Andrés Manuel Lopez Obrador, recém-empossado, lançou o Programa de Pensión para el Bienestar de las Personas Adultas Mayores com o intuito de aumentar o valor dos benefícios pagos aos idosos.

Aumentar o percentual de contribuintes também é desejável do ponto de vista das finanças do governo, para reduzir as pressões fiscais que acabam avançando pelo lado da rede de proteção social, acrescenta Jancsó, do Bradesco, no relatório sobre os sistemas de Previdência da América Latina.

Sem um nível elevado de participação dos trabalhadores, os governos correm o risco de gastar cada vez mais com benefícios não contributivos para idosos e com aposentadorias mínimas.

Equipe do presidente da Colômbia, Ivan Duque, prometeu no ano passado proposta de reforma para a Previdência

Foto: GIAN EHRENZELLER/EPA / BBC News Brasil

O sistema de repartição gerido pelo Instituto Mexicano de Seguridade Social (IMSS) ainda convive com o sistema de capitalização individual, cuja adesão é obrigatória apenas para aqueles que entraram no mercado de trabalho depois de 1997.

Na Colômbia, que instituiu o sistema de capitalização em 1993, o regime também é híbrido, com a diferença de que o segurado pode converter seu plano de seguridade social em plano de contribuição individual - e vice-versa - a cada cinco anos, até 10 anos antes da aposentadoria.

Para Hervé Boulhol, economista-sênior da diretoria de Emprego, Trabalho e Assuntos Sociais da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), essa característica é mais um desafio do modelo colombiano.

"O fato de o contribuinte poder ir e voltar cria um risco fiscal para o governo, que poderia eventualmente ter que lidar com um aumento das despesas com aposentadorias caso houvesse uma grande migração para o sistema público, por exemplo."

A Fedesarrollo, organização sem fins lucrativos dedicada à pesquisa de temas de políticas econômica e social, afirma que hoje apenas 35% dos trabalhadores

recolhem algum tipo de contribuição previdenciária e que, sem reformas, em 2050 apenas 17% dos colombianos com mais de 60 anos receberiam aposentadorias.

O presidente Ivan Duque, que assumiu o cargo em agosto do ano passado, já declarou que encaminhará ao Congresso uma proposta para reformar o sistema - sem, entretanto, fixar um prazo.

Além da alta taxa de informalidade e as alíquotas de contribuição baixas, outro problema comum nos sistemas de capitalização na América Latina é o fato de que a poupança feita pelos trabalhadores tem que financiar períodos cada vez maiores, devido ao aumento da expectativa de vida.

"No Chile, por exemplo, uma mulher que se aposenta aos 60 anos de idade vive em média até os 91. Com o que pouca tem de financiar em média 31 anos de aposentadoria. Para ter uma renda mais alta, ela vai precisar poupar mais ou parar de trabalhar mais tarde", diz Mariano Bosch, especialista da Divisão de Mercado de Trabalho do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e coautor de *Presente e Futuro das aposentadorias na América Latina e Caribe*.

Qual a solução?

Bruno, da Mercer, ressalta que Holanda e Dinamarca, os mais bem colocados no Índice Global de Sistemas Previdenciários da consultoria, têm sistemas de aposentadoria que não são nem totalmente públicos nem totalmente privados.

Eles têm um pilar de repartição simples - que paga aposentadorias modestas a todos os seus segurados, mas que tem um grande alcance na população idosa - e, sobre ele, um pilar de capitalização, que serve como uma espécie de renda complementar para aumentar a aposentadoria daqueles com maior capacidade contributiva.

A ideia geral é que, quem recebe maiores salários, poupa um pouquinho mais no braço privado do sistema para ter benefícios maiores durante a aposentadoria.

Em ambos os países, o sistema de proteção social funciona como "pilar zero", com pagamento de benefícios assistenciais para evitar situações de extrema pobreza na terceira idade.

"Esse pilar de solidariedade é imprescindível a qualquer sistema de aposentadoria, especialmente aos países em que o nível de informalidade é elevado", acrescenta Boulhol, da OCDE.

Boulhol e Mariano, do BID, ponderam que não há uma fórmula que sirva para todos os países e que um bom sistema de aposentadoria depende de seus parâmetros - idade de aposentadoria, alíquotas de contribuição, nível dos benefícios.

Ambos afirmam, ainda, que o sistema brasileiro da maneira como está estruturado hoje tampouco é sustentável, já que tem um peso excessivamente alto nas contas do governo - maior do que o observado entre os vizinhos.

"Esclarecimentos...

Familiares, amigos e desconhecidos:
1. PROFESSORES NÃO TÊM DUAS FÉRIAS. E muito menos dois meses como está sendo mencionado na mídia. Quem tem um tempo maior em casa junto as suas famílias são os alunos. E isso não ocorre somente no nosso pais, mas em muitos outros onde a educação está melhor do que a nossa, onde o professor é inclusive valorizado;
2. NÃO SE APOSENTAM COM SALÁRIO INTEGRAL MUITO MENOS AOS 40 ANOS DE IDADE E 20 DE CARREIRA. É pela média, exatamente como no INSS e tem que cumprir uma exigência de idade e tempo na carreira que passa e muito desses números;
3. NÃO SE LIVRAM DO DESCONTO. Pagam sua aposentadoria inclusive depois de aposentar (até morrer), uma alíquota muito maior que a do INSS...
4. A ESTABILIDADE NÃO É BENEFÍCIO. É contrapartida pelos direitos que não tem, como FGTS, seguro desemprego, participação dos lucros, etc;
5. NÃO ESTÃO ACIMA DO BEM E DO MAL. São avaliados periodicamente e podem sim ser "demitidos" (exonerados) por má conduta ou incompetência em qq momento da carreira;
6. NÃO GANHAM 10 MIL POR MÊS!!! Se assim fosse não se matariam trabalhando em 2, 3, 4 escolas. E mesmo que ganhassem, pergunto: qual seria o problema??? Amor à profissão é ótimo, mas não paga boleto, e ninguém questiona o salário pago a quem faz banco de horas em empresas privadas, por exemplo;
7. NÃO SÃO CULPADOS PELA FALÊNCIA DA PREVIDÊNCIA. Isso é fruto de má administração, de desvio de recursos, corrupção e das empresas que possuem suas dividas perdoadas pelo governo, inclusive daquelas que constrangeram seus funcionários ao voto;
8. NÃO SÃO LEIGOS PALPITEIROS, tem formação acadêmica de excelência e deveriam ser respeitados e valorizados por isso. Mas, ao contrário, não possuem plano de carreira nem de salário;
9. NÃO DOUTRINAM NINGUÉM!!! Se doutrinassem a política não estaria como está, não seriam agredidos por alunos e pais e certamente não haveria tanta gente falando mal sem conhecer a realidade da escola;
10. NÃO ENSINAM SEXO NA ESCOLA. Ensinam crianças a se defender de pedófilos, da

violência e a cuidar de si, a evitar gravidez na adolescência e o aumento de doenças sexualmente transmissíveis. A quem interessa que as crianças não saibam se defender ou denunciar?

11. NÃO TÊM CULPA DA CRISE NA EDUCAÇÃO. Se os índices de qualidade estão ruins a sociedade deveria cobrar seus representantes por qualidade estrutural, recursos materiais e humanos suficientes, excelência de condições e oportunidades e quantidade de alunos condizente com um bom trabalho pedagógico;

12. PROFESSOR NÃO É MÉDICO, ENFERMEIRO, PSICÓLOGO OU BABÁ. Cada um tem suas habilidades e competências e as do professor é abrir horizontes para a mente dos alunos.

Se você leu esse texto até aqui e continua achando que o vilão da história é o professor, convido-o(a) a trabalhar conosco por alguns dias para rever suas convicções. Mas já aviso: isso é para os fortes.

13. FICAR CONTRA OS PROFESSORES é estar de acordo com esses políticos que nada fazem para melhorar a nossa vida e ainda se acham no direito de confiscar salário, acabar com o mínimo de direitos que foram conquistados com muita luta!!

REFLITAM....".

- **TEXTÃO SOBRE REFORMA DA PREVIDÊNCIA**

Cesar Benjamin

Leio na coluna de hoje de Alexandre Schwartsman na Folha: "Faz sentido criar um sistema de capitalização complementar ao de repartição, como defendido, por exemplo, na proposta elaborada por Paulo Tafner. No caso, pessoas de renda mais elevada contribuiriam para o novo regime sobre o montante que ultrapassasse o teto do regime de repartição. Note-se que o novo regime, nesse caso, não aumentaria o déficit [...] nem o reduziria."

Desculpe o Alexandre, mas elaborei e publiquei esta proposta em 2016, como se verá abaixo. Não consegui diálogo sobre ela, nem com a esquerda (que me considera muito direitista) nem com conservadores (que me consideram muito esquerdista).

Mas, cuidado: eu defendo que toda a receita do novo regime de capitalização seja direcionada, por lei, aos títulos do Tesouro Nacional. Se não for assim, é picaretagem.

Há uma frase famosa atribuída a Nelson Rockefeller: "O melhor negócio do mundo é uma empresa de petróleo; o segundo melhor é uma empresa de petróleo mal administrada." A frase é espirituosa, mas não é verdadeira. O melhor negócio do mundo é uma empresa de previdência jovem. Ela só tem receita (e receita assegurada), nenhuma despesa.

Se a atual reforma for feita para abrir esse filão para os bancos privados, será a negociata do século, que NÃO RESOLVERÁ A CRISE FISCAL NO CURTO PRAZO E GERARÁ UMA CRISE MONUMENTAL ADIANTE (como no caso chileno).

Abaixo, o trecho final do meu documento de 2016:

"Vista como um todo, a crise brasileira impõe a busca de uma solução que atenda a três objetivos, cuja compatibilização está longe de ser trivial: (a) manter

o caráter distributivo da Seguridade Social, corrigindo distorções; (b) garantir que ela seja sustentável em longo prazo; (c) realizar um ajuste fiscal e retomar o crescimento econômico.

"Parece que estamos diante da quadratura do círculo, o problema insolúvel que atormentou os matemáticos antigos durante alguns séculos. Para buscar uma solução, precisamos sair da mesmice.

"Eis as linhas gerais de uma proposta nova:

"(a) O governo abre mão de usar a Desvinculação das Receitas da União. A Seguridade Social recebe uma injeção de recursos firmes da ordem de 30% do valor de seu orçamento, enquanto o Tesouro Nacional perde quantia equivalente. O governo também revê criteriosamente a política de desonerações tributárias, o que tem um impacto fiscal positivo. Inclui-se o agronegócio entre os contribuintes, de modo a atacar o déficit da previdência rural. Adotam-se outras providências, como a racionalização administrativa e o combate à sonegação. O sentido dessas medidas é colocar a Seguridade em posição claramente superavitária no presente, sob qualquer critério.

"(b) Estabelece-se que a percentagem entre 28% e 31% da folha salarial que hoje é descontada para a Seguridade (entre 8% e 11% dos empregados e 20% dos empregadores) será dividida em duas partes. Uma delas, majoritária, permanecerá no atual regime de repartição e garantirá a sustentabilidade intertemporal do RGPS – junto com as demais fontes de recursos –, de modo que o passivo do sistema seja mantido sob controle. Os trabalhadores receberão suas aposentadorias futuras, no todo (os mais pobres) ou em parte (os remediados ou mais ricos), a partir desse regime.

"(c) A outra parte dos descontos que incidem sobre a folha salarial será transferida para um fundo de capitalização compulsório, com contas individuais. Tendo em vista a necessidade de garantir a segurança de longo prazo aos associados, esse fundo aplicará seus recursos, necessariamente, em títulos do Tesouro Nacional indexados à taxa Selic. Não podendo optar entre diversas aplicações, o fundo não precisa nem deve ser entregue à iniciativa privada. Será um fundo público.

(d) Os títulos do Tesouro passam a receber esse novo fluxo permanente de recursos, em aplicações de longo prazo, garantidas por lei. Isso permitirá uma queda rápida e consistente na taxa de juros e um alongamento do perfil da dívida interna. O Tesouro recupera por essa via os recursos que havia perdido com o fim da Desvinculação dos Recursos da União. A queda das despesas de rolagem da dívida pública contribui decisivamente para o ajuste fiscal.

"(e) A aposentadoria futura dos participantes do sistema passa a ser calculada pela soma de duas partes, ambas situadas dentro do setor público: a participação de cada um no sistema de repartição e a capitalização de sua conta individual. Esta última terá um limite mínimo, definido em lei, calculado para cada faixa de renda. Mas cada um poderá aumentar voluntariamente seu recolhimento para essa conta individual, tendo em vista incrementar sua aposentadoria futura. Essas aposentadorias aumentadas não onerarão o sistema, pois resultarão da capitalização de recursos previamente depositados nele. Fica livre a opção por planos privados, conforme a legislação em vigor.

"(f) Extinguem-se gradualmente os RPPSs, eliminando-se abusos e revendo-se os chamados regimes especiais. Os funcionários públicos são incorporados ao

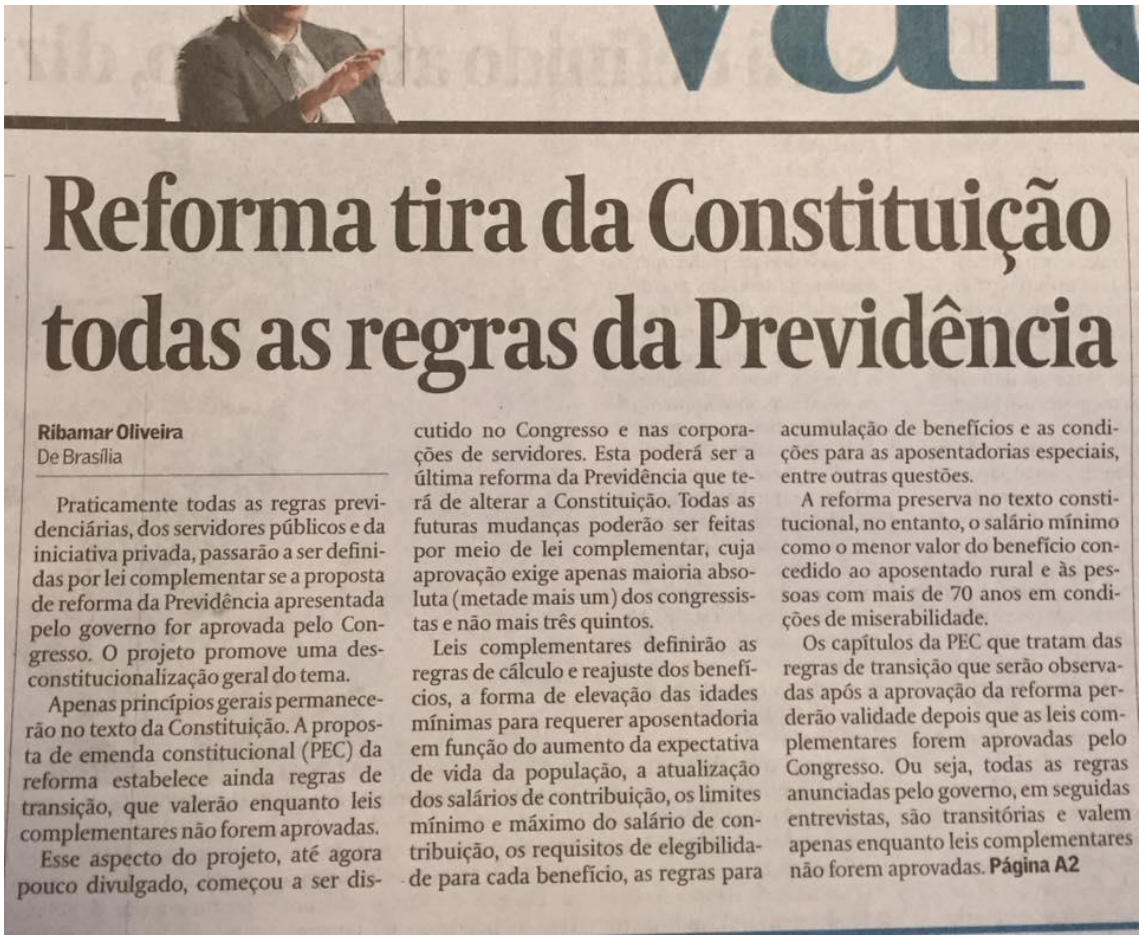
RGPS segundo essas novas normas, sendo integrados no regime geral de repartição como os demais trabalhadores, sujeitos às alíquotas de contribuição vigentes e ao teto geral das aposentadorias desse sistema. Porém, como têm salários médios mais altos, suas contribuições destinadas às contas individuais, em regime de capitalização, também serão maiores, de modo a lhes garantir aposentadorias mais bem remuneradas no futuro, pela soma dos dois componentes. Tais aposentadorias, resultantes da capitalização, não onerarão nem o INSS nem o Tesouro.

"Com alíquotas bem calculadas, essa combinação de repartição e capitalização, ambas dentro do setor público, pode garantir a sustentabilidade da Previdência, sem perdas para a esmagadora maioria. Paralelamente, ela cria condições para uma queda consistente na taxa de juros, com impacto positivo no ajuste fiscal e com múltiplos efeitos sistêmicos, igualmente positivos, sobre a economia nacional.

"Realiza-se assim uma reforma robusta, de qualidade nova, capaz de perdurar por muito tempo. Seus custos recairiam sobre os atuais investidores em títulos públicos, que perderiam o ganho fácil que advém das maiores taxas de juros do mundo."

* * *

Cada vez mais me convenço de que, no Brasil atual, não vale a pena pensar. O texto completo está no link. https://www.contrapontoeditora.com.br/sobre/artigos.php…



Reforma tira da Constituição todas as regras da Previdência

Ribamar Oliveira
De Brasília

Praticamente todas as regras previdenciárias, dos servidores públicos e da iniciativa privada, passarão a ser definidas por lei complementar se a proposta de reforma da Previdência apresentada pelo governo for aprovada pelo Congresso. O projeto promove uma desconstitucionalização geral do tema.

Apenas princípios gerais permanecerão no texto da Constituição. A proposta de emenda constitucional (PEC) da reforma estabelece ainda regras de transição, que valerão enquanto leis complementares não forem aprovadas.

Esse aspecto do projeto, até agora pouco divulgado, começou a ser discutido no Congresso e nas corporações de servidores. Esta poderá ser a última reforma da Previdência que terá de alterar a Constituição. Todas as futuras mudanças poderão ser feitas por meio de lei complementar, cuja aprovação exige apenas maioria absoluta (metade mais um) dos congressistas e não mais três quintos.

Leis complementares definirão as regras de cálculo e reajuste dos benefícios, a forma de elevação das idades mínimas para requerer aposentadoria em função do aumento da expectativa de vida da população, a atualização dos salários de contribuição, os limites mínimo e máximo do salário de contribuição, os requisitos de elegibilidade para cada benefício, as regras para acumulação de benefícios e as condições para as aposentadorias especiais, entre outras questões.

A reforma preserva no texto constitucional, no entanto, o salário mínimo como o menor valor do benefício concedido ao aposentado rural e às pessoas com mais de 70 anos em condições de miserabilidade.

Os capítulos da PEC que tratam das regras de transição que serão observadas após a aprovação da reforma perderão validade depois que as leis complementares forem aprovadas pelo Congresso. Ou seja, todas as regras anunciadas pelo governo, em seguidas entrevistas, são transitórias e valem apenas enquanto leis complementares não forem aprovadas. **Página A2**

- **MOURÃO: MILITARES NÃO NEGOCIAM 'INTEGRALIDADE E PARIDADE' NA REFORMA DA PREVIDÊNCIA**

Vice-presidente, general Hamilton Mourão, disse que os militares podem negociar o que for necessário no projeto de reforma da Previdência, com exceção do salário integral e o reajuste igual para ativos e inativos. "Tudo é negociável, menos a integralidade e a paridade", afirmou Mourão; segundo o secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho, o projeto de lei que trata da reforma previdenciária para os militares será enviado ao Congresso até o dia 20 de maio.

28 DE FEVEREIRO DE 2019 ÀS 08:42 // INSCREVA-SE NA TV 247

247 - O vice-presidente, general Hamilton Mourão, disse que os militares podem negociar o que for necessário no projeto de reforma da Previdência, com exceção do salário integral e o reajuste igual para ativos e inativos. "Tudo é negociável, menos a integralidade e a paridade", afirmou Mourão em entrevista à GloboNews.
Apesar do projeto da reforma previdenciária apresentado pelo governo Jair Bolsonaro não ter incluído os militares, que receberão um projeto à parte, o texto do pacote retira da Constituição a regra sobre a reposição da inflação para os benefícios acima do salário mínimo.

Segundo o secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho, o projeto de lei que trata da reforma previdenciária para os militares será enviado ao Congresso até o dia 20 de maio.

19:16 (há 0 minuto)

- **De Collor a Dilma: o que pensam ex-ministros da Previdência sobre a PEC de Bolsonaro**

Publicado em: março 9, 2019

Juca Guimarães -Brasil de Fato

Há pelo menos 30 anos, o governo federal promove mudanças no modelo de Previdência Social. O desafio dos presidentes da República e seus ministros é encontrar um modelo justo sem comprometer a estabilidade das contas de financiamento das aposentadorias e pensões.

Na visão de cinco ex-ministros da Previdência Social, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 06/19 do governo de Jair Bolsonaro (PSL) prejudica os trabalhadores e aprofunda desigualdades sociais. A maioria deles compreende que, ao implantar um modelo individual de capitalização, que fracassou em países como o Chile, o presidente de extrema direita favorece diretamente o mercado especulativo.

Antônio Rogério Magri, ministro da Previdência Social e do Trabalho entre março de 1990 e janeiro de 1992, no governo Fernando Collor, questiona os argumentos do atual governo sobre o risco de "colapso" nas contas públicas.

"Lá em 1990, quando eu assumi, [*eu ouvia*] 'Ah, vai quebrar a Previdência'. E ela não quebrou. Se você for para o ano 2000, muitas vezes disseram: 'Vai quebrar'. Não quebrou. Aí, você vai para 2010, e vê que ela não quebrou. E em 2020, ela também não quebrará. A Previdência não quebrará", ressalta Magri.

Enquanto ministro, ele tentou modificar a idade mínima para aposentadoria, mas a proposta não passou pelo Congresso. Propor uma reforma sem ouvir o movimento sindical e o conjunto da sociedade civil, segundo Magri, é um equívoco: "O [ministro da Economia] Paulo Guedes, na sua capacidade de enxergar somente números, como rentista que é, como banqueiro que é, como aplicador que é, não é capaz. Não tem os olhos no social".

Vista grossa

O ex-ministro de Collor cita alguns aspectos que o governo Bolsonaro não incluiu na PEC e que poderiam ajudar a estabilizar as contas – sem prejuízo aos trabalhadores e aposentados. Por exemplo, a revisão das isenções previdenciárias das entidades filantrópicas e o fim da aplicação da desvinculação das receitas da União sobre o orçamento da Seguridade Social, que tira até 30% do valor reservado para as aposentadorias, a Assistência Social e a Saúde.

Para Magri, causa estranhamento que Bolsonaro não fale sobre a cobrança dos R$ 236 milhões de dívidas ativas da Previdência Social. Essa "vista grossa" para aliviar a responsabilidade do empresariado, segundo ele, tem relação com o perfil do atual ministro da Fazenda e ex-banqueiro Paulo Guedes.

O ex-ministro Antônio Britto, que chefiou a pasta da Previdência de outubro de 1992 a dezembro de 1993, no governo Itamar Franco, faz as críticas mais amenas. Ele seria a favor de uma reforma que não comprometesse o direito dos

brasileiros à aposentadoria, por isso lamenta que as iniciativas de Lula (PT) e Temer (MDB), consideradas “menos radicais” que a de Bolsonaro, não tenham sido plenamente aprovadas.

“Nos países mais avançados em termos de democracia, a briga eleitoral-partidária respeita ou preserva assuntos que não pertencem a partido, pertencem ao país como um todo. São feitos acordos duradouros”, disse Britto em entrevista ao jornal Pioneiro, em julho de 2018.

Ministro da Previdência Social de março de 2002 a janeiro 2003, no governo FHC (PSDB), José Cechin interpreta que o envelhecimento da população preocupa o equilíbrio da Previdência, mas projeta que os problemas devem começar daqui a seis décadas. “Os números apontam que, por volta de 2060, a população brasileira contará com mais de 50 milhões de aposentados e pensionistas para uma força de trabalho ativa de pouco mais de 110 milhões de pessoas, o que pode levar o Estado brasileiro à insolvência”, afirmou Cechin em evento da Fecomércio, em 2016.

O ex-ministro Ricardo Berzoini, que chefiou a pasta de janeiro de 2003 a janeiro de 2004, no governo Lula, critica a manipulação de dados feita pela equipe de Bolsonaro para tirar o foco dos motivos para o desequilíbrio nas contas da Previdência:

“O desequilíbrio foi provocado pela crise econômica, que tem a ver com a crise política, que vem de 2015 a 2019. Na realidade, há uma necessidade de o Estado brasileiro reorganizar o seu orçamento e repensar seu sistema tributário, antes de tratar dos benefícios previdenciários. Na sua imensa maioria, os benefícios são a forma de manter a renda de quem não tem renda. São uma forma de preservar a capacidade de sobrevivência e de consumo de uma parcela da população que não tem mais espaço no mercado de trabalho”, analisa.

Para Berzoini, o caminho mais justo, ignorado por Bolsonaro, é uma reforma tributária que gere novas fontes de renda para a Previdência e para a Assistência Social. “O sistema atual tributa fortemente o consumo, o que pesa muito para os mais pobres, e não tributa a renda e o patrimônio”, acrescenta.
O ex-ministro também menciona a isenção de impostos sobre dividendos – lucros sobre ações – como uma das distorções da tributação no Brasil: “Os grandes capitalistas, detentores de bilhões de reais, de centenas de milhões de reais, não pagam imposto de renda da pessoa física quando recebem seus dividendos, como banqueiros, acionistas de mineradoras, de empreiteiras, do agronegócio. E ainda temos a distribuição de juros sobre capital próprio, que é um mecanismo perverso porque permite que a empresa distribuir 50% do seu lucro como se fossem juros, e não como lucro – o que de fato é”.

Injustiças

Titular da pasta da Previdência e Trabalho durante o segundo mandato de Lula, entre março de 2007 e junho de 2008, Luiz Marinho afirma que a proposta do

Bolsonaro ataca diretamente o princípio de proteção social, garantido na Constituição de 1988, sem dialogar com a sociedade.

“Quando ele fala de enfrentar os problemas e que é preciso fazer a reforma da Previdência, porque o mercado isso, o mercado aquilo, dizendo que isso pode representar a retomada de investimentos, isso é uma grande balela. O objetivo é transformar o povo trabalhador em uma grande massa de baixa remuneração, sempre à disposição de ganhar salários menores ainda do que já se pratica no Brasil”, critica, ao lembrar que Bolsonaro não propõe medidas para reduzir a sonegação.

Outro ex-ministro da Previdência de Lula, de junho de 2008 a março de 2010, José Pimentel afirma que a proposta de reforma de Bolsonaro e Paulo Guedes comete uma injustiça ao alterar a relação entre idade e tempo de contribuição. “Em 2018, cerca de 81% dos aposentados era por idade, e a regra determina que o valor do benefício é igual a 70% da média mais 1% por ano de contribuição. Neste caso, alguém com 20 anos de contribuição teria direito a 90% da média. O que faz a proposta do Bolsonaro? De imediato, reduz o valor para 60% da média. E só a partir do 20º ano de contribuição passa a somar 2% por ano de contribuição. Ou seja, para ter 100% da média, será preciso 40 anos de contribuição. É uma injustiça”, lamenta Pimentel.

Segundo Carlos Eduardo Gabas, que assumiu a pasta tanto no governo Lula, de março de 2010 a dezembro 2010, como no governo Dilma, de janeiro de 2015 a outubro de 2015, a proposta de Bolsonaro garante um fundo bilionário para ser rateado entre os bancos.

“No modelo atual, o financiamento vem da contribuição das empresas, do Estado (por meio dos impostos) e dos trabalhadores, e o governo diz que não vai dar para bancar. Daí, a proposta é aliviar a conta das empresas e colocar nas costas dos trabalhadores com a capitalização individual. Então, troca três fontes de financiamento por uma, e ainda quer convencer que vai dar certo. A gente já viu a bomba que foi no Chile”, lembra o ex-ministro.

Gabas ressalta que, se aprovada, a PEC comprometerá a própria arrecadação do governo. “Cada um real que o governo paga de benefício, seja previdenciário, assistencial ou de transferência de renda, R$ 0,51 volta como imposto”, finaliza.

Outros ex-ministros

O **Brasil de Fato** tentou contato com outros ex-ministros da Previdência e buscou declarações públicas sobre a PEC de Bolsonaro ou a necessidade de reformas no atual modelo. O ex-ministro Reinhold Stephanes, do governo FHC, e atual secretário de Previdência do governo do Paraná, não respondeu aos telefonemas e e-mails da reportagem.

Também não houve retorno do ex-ministro Waldeck Ornelas, titular entre abril de 1998 e fevereiro de 2001 no governo FHC, e de Almir Lando, ex-ministro de Lula de janeiro 2004 a março de 2005.

No governo Temer, após o golpe parlamentar de 2016, o ministério foi extinto.

ROBERTO MOREIRA

Tomaz Wonghon compartilhou uma publicação.
31 min ·

Para quem acha que as críticas à reforma da previdência são exclusividade dos sindicatos e partidos de esquerda, o vídeo abaixo é de Eduardo Moreira, um ex-banqueiro com larga trajetória no sistema financeiro brasileiro.

O que ele diz nos ajuda a refletir o quão injusto é abrir mão de nossa aposentadoria para garantir o pagamento de juros abusivos da dívida pública, que está nas mãos de meia dúzia de super-ricos.

É isso o que a reforma da previdência do governo Bolsonaro quer. Crescimento econômico sem igualdade social só serve para os grandes fundos de investimento e especuladores! Já fomos a sexta maior economia do mundo e nem por isso éramos campeões de justiça social, educação, saúde e segurança.

O problema do Brasil é a profunda desigualdade social, onde o 1% concentra toda a riqueza do país. Não se resolve a crise do país destruindo a já capenga rede de proteção social que existe para os mais pobres e assalariados. A previdência é uma das mais importantes!

O que irá garantir uma economia saudável é o fortalecimento da indústria nacional, gerando emprego com carteira assinada e salário digno. Para isso, é urgente suspender as privatizações a preço da de banana! Além disso, precisamos de reforma tributária que acabe com esse modelo injusto onde pobre paga mais imposto que rico.

Por isso, diga não à reforma da previdência!

COMENT PAULO TIMM
Só uma correção. A dita elite econômica, DONA DO BRASIL, não passa, na verdade de 0,1% da população brasileira, ou seja, 200 mil famílias, metadE das quais oriundas - ainda - do I e II Impérios. 🤔🤔🤔Controlam terras rurais e urbanas, grandes corporações, bancos e, sobretudo , a DÍVIDA PUBLICA já orçada em R$ 6 trilhões, valor perto do PIB, onde a taxa de juros em torno de 8% a.ano, ultimamente, lhes garante a bagatela de R$ 480 bilhões ano. Aí vem POSTO IPIRANGA, cheio de razões que nem a razão conhece e faz um estrago na Previdência Pública, ALARDEANDO CORTAR PRIVILÉGIOS e diz que vai economizar R$100 bi por ano, numa "economia" gigantesca em 10 anos de R$ 1 trllhão. ORE$$A!!!

TIMM

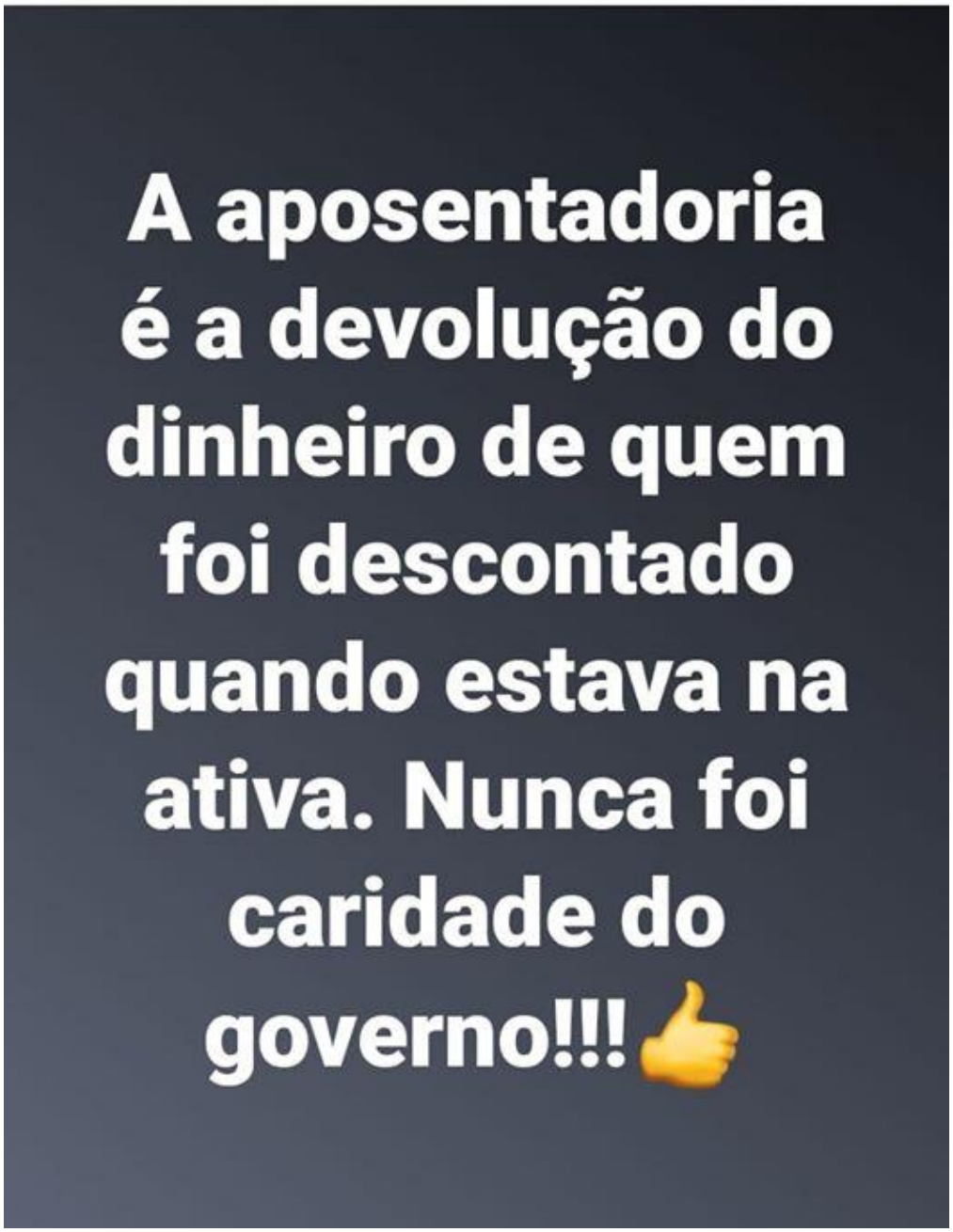
A questão da PREVIDENCIA x ASSISTÊNCIA SOCIAL até foi citada mas continuam vinculando a segunda à primeira, numa clara CONFUSAO CONCEITUAL e LEGAL. Previdência é um direito dos trabalhadores. Assistencia social é um direito de um segmento da cidadania impedido de trabalhar, seja por idade, seja por serem portadores de alguma incapacidade para o trab alho. Ambas são financiadas e garantidas pelo ESTADO, assim como o SUS, o terceiro pé da SEGURIDADE, mas a PREVIDÊNCIA, historicamente, tem um mecanismo de solidariedade privada com o orçamento publico. Essa historinha de que PREVIDENCIA é um dever , não um direito é uma barbaridade em pleno sec. XXI que escandalizaria até o velho e conservador BISMARK que a criou por primeira vez. Mas v. tem razão quando diz que se o PROBLEMA É O DEFICIT PUBLICO, seja global , seja da PREVIDENCIA, as soluções deveriam vir tanto da

elevação de receitas de contribuição previdenciária, quanto de uma cobrança, como diz o Governo, de quem ganha mais, no caso, os que vivem não do trabalho , mas da propriedade e que têm um peso na distribuição funcional da renda maior do que os que vivem do trabalho.

Os grandes privilegiados deste país não estão no cardinalato do serviço público, com salario teto na ativa de 39 mil reais, quarente vezes supeiores ao S.Minimo. Estão nas rendas de PROPRIEDADE nas mãos de uma pequena minoria de 200 mil brasileiros que controlam terras rurais e urbanas, grandes corporações e grandes bancos, de onde abocanham 400 bilhões de reais a título de juros da divida publica anualmente. O que precisamos , sim, é uma grande mobilização para reduzir o TETO dos marajas servidores dos grandes interesses corporativos para, no máximo, R$ 20 MIL. Os grandes privilegiados deste país não estão no cardinalato do serviço público, com salario teto na ativa de 39 mil reais, quarente vezes supeiores ao S.Minimo. Estão nas rendas de PROPRIEDADE nas mãos de uma pequena minoria de 200 mil brasileiros que controlam terras rurais e urbanas, grandes corporações e grandes bancos, de onde abocanham 400 bilhões de reais a título de juros da divida publica anualmente. O que precisamos , sim, é uma grande mobilização para reduzir o TETO dos marajas servidores dos grandes interesses corporativos para, no máximo, R$ 20 MIL.

Dizem que os militares são a maior fonte do déficit da PREVIDENCIA. Lamento discordar. Primeiro, não é bem verdade essa história de DÉFICIT da Previdência, tal como o Governo e papagaios bem pagos afirmam. Procuram dizer que o BRASIL é o único país do mundo a ter tal déficit. E insistem na tecla de que PREVIDENCIA é antes uma obrigação - DEVER - de cada trabalhador quanto ao seu futuro incerto, do que um DIREITO garantido pelo ESTADO nos marcos do moderno ESTADO DE BEM ESTAR. Aí jogam na imprensa duas listas de valores, uma das RECITAS DA PREVIDENCIA com as contribuiçoes previdenciarias do setor privador - trabalhadores e empresas - e outra dos GASTOS COM APOSENTADORIAS E PENSÕES, mostrando o dito ROMBO. Ora, a CONSTITUIÇÃO e no mundo inteiro se estabelece a necessidade da CONTRIBUIÇÃO DO ESTADO para assegurar o equilíbrio, que chega, em alguns casos a 70% dos gastos. Como não fazem isso criam a ideia de que há um DÉFICIT. Mas, ainda assim, não é verdade que os gastos com militares seja a maior fonte dos gastos. Esta informação está absolutamente errada. A grande fonte dos gastos com PREVIDENCIA se dá com FUNRURAL, além de que elas não têm maior correspondencia com respectivas contribuições. Depois veem os gastos com pensões e aposentadorias dos trabalhadores privados urbanos do chamado regime geral, que somam a grande maioria dos beneficiados. Os servidores civis e militares constituem o último grupo, embora, em termos de benefício per capita sejam mais bem aquinhoados porque, em grande parte, não se cumpriu adequadamente o teto de pagar-lhes o TETO do maior beneficio do setor privado, em torno de cinco mil reais, fixado por LEI DA DILMA ROUSSEF em 2013, em parte porque já havia , naquele ano, um passivo de direitos adquiridos com base no regime anterior.

Muita gente continua dizendo que sua aposentadoria não é favor do GOVERNO, criticando-me por eu dizer que PREVIDENCIA É UM DIREITO , NÃO UM DEVER. Ora, Não falei nada contrário às aposentadorias atuais. Aliás, sempre começo meus artigos e falar sobre PREVIDENCIA dizendo que não há nenhuma crise na PREVIDENCIA e que, rigorosamente, nem precisava mexer com isso. Querem mexer, exatamente, para substituir um DIREITO numa OBRIGAÇÃO de cada trabalhador frente à insegurança do futuro. Querem acabar com a PREVIDENCIA PUBLICA substituindo-a por FUNDOS PRIVADOS que quebrarão na primeira crise financeira deixando velhinhos na mão, COMO NOS ESTADOS UNIDOS em 2008. É verdade que quando falo em PREVIDENCIA como um DIREITO estou também dizendo, implicitamente - mas com o registro do que ocorre no resto do mundo - que as CONTRIBUIÇÕES DE CADA UM jamais alcançam pagar o que precisam no futuro. Por isso , em todos os paises ocidentais com ESTADO DE BEM ESTAR os Governos complementam as aposentadorias com recursos orpamentários. Isso não é FAVOR dos Governos, é uma OBRIGAÇÃO à luz dos DIREITOS SOCIAIS dos trabalhadores. A mesma ilusão de imaginar que nossa contribuição garante nosso futuro, sem o concurso do Estado, nos marcos da PREVIDENCIA como DIREITO, é a que alimenta os atuais reformadores neoliberais da PREVIDENCIA que afirmam ser possível substituir o regime público por um fundo privado de investimento. Enfim, ou nos entendemos, ou eles acabam fazendo do NOSSO DIREITO um RISCO.



Paulo Timm Não obstante, é também um direito de quem trabalho a vida inteira contribuindo para elevar a produtividade da economia, o produto e a renda, permitindo qualidade de vida melhor às novas gerações. Direito que se expressa em todo mundo civilizado numa contrapartida do Estado Social Democrata nos sistemas de aposentadoria. Isso não é um CUSTO sobre os trabalhadores ainda ativos mas o preço do compromisso ético inter generacional. Alegar que os jovens não desejam pagar este tributo para impor níveis insuportáveis de carência aos seus pais e avós significa pactuar com eles sentimentos egoísticos incompatíveis com os ideais humanísticos

Mas não se acaba com privilégios apenas de servidores públicos, sejam aposentados ou na ativa. Aliás, um dos passos que defendo seria a redução do TETO DOS SERVIDORES de 40 sala´rios mínimos atuais para

20 salários. Mas os maiores privilégios que rondam o ORÇAMENTO DA UNIÃO não está aí. Está no pagamento de juros da dívida publica a um seleto e insignificante grupo de Senhores da Dívida. Quanto? Simples: Divida de R$ 6 trilhões a juros anuais de 7% resulta na bagatela de R$420 bilhões. Várias SENAS... Aí vem o DR. Guedes, faz um carnaval e diz que sua NOVA PREVIDENCIA VAI ECONOMIZAR R$ 1 trilhão em dez anos...Ou seja, R$ 100 bilhões ano ano, um quarto daquilo que União paga aos detentores de seus títulos.

- **OAB ALERTA RESIDENTE SOBRE R. PREVI**

Redação
20 Fevereiro 2019 | 17h53

A Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional São Paulo, entrou para valer na discussão sobre a Reforma da Previdência que o governo Bolsonaro propôs à Câmara. Em nota pública, nesta quarta, 20, a Comissão de Direito Previdenciário da entidade da Advocacia paulista diz que 'não se opõe' a alterações legislativas e que a Previdência 'deve sempre acompanhar a evolução social', mas defende 'debate mais qualificado, dentro e fora do Congresso, a fim de que se discuta o modelo a ser proposto'.

O debate, prega a OAB, deve incluir 'o efetivo equilíbrio financeiro e atuarial, a cobrança dos devedores da Previdência e agilidade na recuperação de créditos, a Desvinculação das Receitas da União (DRU), a desvinculação das fontes de financiamento, medidas de gestão previdenciária, desonerações tributárias e, ao mesmo tempo, em que mantenha uma legislação equilibrada em uma sociedade livre das amarguras do desemprego, da fome e da pobreza'.

"Toda e qualquer alteração precisa ser amplamente discutida com a sociedade em conjunto com uma equipe multidisciplinar, incluindo a OAB, pois uma legislação aprovada de forma precoce e imatura pode trazer efeito devastador, causando prejuízo irreparável à nação", alerta a Comissão. "A OAB SP defende que é preciso avançar nos direitos sociais e não retrocedê-los."

Segundo a entidade, ‘não se pode realizar modificações em atropelo aos direitos sociais igualmente previstos na Carta Magna, conquistados com muito sofrimento e dificuldade pelo provo brasileiro’.

PUBLICIDADE

inRead invented by Teads

LEIA NOTA PÚBLICA DA COMISSÃO DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO DA OAB/SÃO PAULO

Nota Pública – Reforma da Previdência

A Comissão de Direito Previdenciário da Seção São Paulo da Ordem dos Advogados (OAB SP), após deliberação, resolve pronunciar-se acerca da Reforma da Previdência que está sendo conduzida pelo Governo Federal, nos seguintes termos:

1. Neste momento, acaba de ser apresentado o projeto de reforma (PEC 06/19).

2. Importante destacar que a OAB SP não se opõe a alterações legislativas, desde que observados os regramentos constitucionais, legais e regimentais vigentes, bem como o atendimento de forma justa e democrática do seu destinatário principal que é cada cidadão brasileiro.

3. A Previdência Social deve sempre acompanhar a evolução social. No entanto, toda e qualquer alteração precisa ser amplamente discutida com a sociedade em conjunto com uma equipe multidisciplinar, incluindo a OAB, pois uma legislação aprovada de forma precoce e imatura pode trazer efeito devastador, causando prejuízo irreparável à nação. A OAB SP defende que é preciso avançar nos direitos sociais e não retrocedê-los.

4. Desta forma, não se pode realizar modificações em atropelo aos direitos sociais igualmente previstos na Carta Magna, conquistados com muito sofrimento e dificuldade pelo povo brasileiro.

5. A OAB SP é a favor do debate mais qualificado, amplo e democrático, dentro e fora do Congresso Nacional, a fim de que se discuta o modelo a ser proposto, o efetivo equilíbrio financeiro e atuarial, a cobrança dos devedores da Previdência e agilidade na recuperação de créditos, a Desvinculação das Receitas da União (DRU), a desvinculação das fontes de financiamento, medidas de gestão previdenciária, desonerações tributárias e, ao mesmo tempo, em que mantenha uma legislação equilibrada em uma sociedade livre das amarguras do desemprego, da fome e da pobreza.

6. Para contribuir com o debate, a OAB SP realizará Audiência Pública sobre o tema, no próximo dia 26 de março, às 13h30, no auditório da sede institucional, na Rua Maria Paula, 25, em São Paulo.

Comissão de Direito Previdenciário da OAB SP
São Paulo, 20 de fevereiro de 2019.

https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/oab-sao-paulo-alerta-para-efeito-devastador-e-marca-audiencia-publica-sobre-previdencia-de-bolsonaro/?utm_source=facebook%3Anewsfeed&utm_medium=social-organic&utm_campaign=redes-sociais%3A022019%3Ae&utm_content=%3A%3A%3A&utm_term&fbclid=IwAR2WZC-rNeBWb0105tsuTkmRn0U9ZL-fBu9k3llE_gi-zm7ijxJgP8QAuZE

E vau piorar quando vier a público a "Proposta" de reforma para militares. A única mudança será o aumento do serviço ativo para 35 anos, mantendo-se a paridade ATIVA-REFORMA-APOSENTADORIA e integralidade dos soldos depois de saírem do serviço ativo. Ou seja, MANUTENÇÃO DE PRIVILÉGIOS para a casta militar num governo de um ex-militar cercado de militares por todos os lados

Tanto falaram na "ideologização doutrinária e partidária" do PT e acabaram se contaminando no processo. Só pensam e fazem isso, a favor do Bolsonaro. Cada vez mais à direita em termos ideológicos e cada vez mais distante de uma

concepção institucional de Estado. E reclamam de serem chamados de fascistas. Ora, independente da questão do anti-semitismo era exatamente isso que os nazi-fascistas faziam sob Hitler.: Impregnar a sociedade e o Estado com as ideias e símbolos nazi-fascistas. Deu no que deu..

- **Paulo Guedes, um gênio**

A reforma da Previdência do superministro

23/02/2019 | 9:43

-

Sempre devemos reverenciar os gênios.

Às vezes, o tempo demora a reconhecer a genialidade de alguns. Até o ano passado, Paulo Guedes, 69 anos, só era conhecido pela tribo dos economistas, que se divide, em geral, em duas aldeias, a dos neoliberais e a dos desenvolvimentistas, que se encontram em congressos, colóquios e seminários para se odiar. Até para os velhos liberais, Guedes era um excêntrico, radical, membro da subcategoria dos Chicago Boys, especialistas formados na Universidade de Chicago com a missão de diminuir ao mínimo o Estado nos seus países. O grande laboratório dos Chicago Boys foi o Chile de Pinochet. Lá, os militares implantaram o regime de Previdência por capitalização para os civis. Ponderadamente trataram de ficar de fora da ousada experiência.

O resultado chegou depois de 40 anos: um fracasso. Velhos recebendo menos do que o salário mínimo. Suicídio de idosos batendo recordes. Guedes garante que esse é apenas o efeito colateral da perfeição do sistema. Vamos ao que interessa: Paulo Guedes é um gênio. Vai ganhar o Nobel da economia com os pés nas costas. O que é o regime de aposentadoria por capitalização? Nada mais, nada menos do que cada um fazer a sua poupança para a velhice. Só isso? Só. Cada um bota um dinheirinho de lado para bancar a sua aposentadoria. Empregador e Estado, na fórmula mais acabada da ideia, lavam as mãos e param de se meter na vida privada das pessoas. Não é fantástico? Tem um problema: o que fazer com quem não quer poupar? Mais simples ainda é a resposta: obrigá-lo. Como se diz em matemática, a elegância da fórmula é acachapante. Parece um poema de T.S. Eliot. Não?

Como é que uma ideia tão genial não vem sendo aplicada por todas as democracias desenvolvidas do mundo? A genialidade custa a ser aceita. Lamento que não verei o resultado da experiência de Guedes no Brasil. Nem ele. Levará quatro décadas, como no Chile, para se chegar aos frutos ou aos estragos. O regime de capitalização está atrelado a investimento de risco. Guedes, ex-banqueiro, confia no mercado. O trabalhador poderá levar a sua poupança para o banco que estiver pagando mais e sacar quando estiver precisando. Por exemplo, em momento de desemprego. Vai sobrar alguma coisa? Não é espetacular imaginar esse trabalhador que investe, escolhe o

melhor rendimento, saca quando precisa, volta a investir e goza a sua aposentadoria graças aos bons números oferecidos pelos bancos?

Chicago Boys são práticos, embora teóricos. Gostam de democracia, mas gostam mais de resultados. Se for preciso, apoiam uma ditadura em nome do pragmatismo econômico. Não fazer isso é para eles sinal de ideologia. Quantas ditaduras os Estados Unidos, pátria da democracia, já apoiaram em nome da economia? A história vai buscar o gênio onde ele estiver. Jair Bolsonaro tirou Paulo Guedes do anonimato acadêmico para lhe oferecer a glória de um experimento concreto. Mais de 200 milhões de brasileiros serão cobaias de Guedes. A ciência exige o nosso sacrifício. Marchemos, cidadãos, para o cadafalso. Paulo Guedes será o novo Charles Darwin. A proposta de reforma da previdência de Paulo Guedes esfola os pobres.

*

PEC da Reforma da Previdência

Art. 201-A.Lei complementar de iniciativa do Poder Executivo federal instituirá novo regime de previdência social, organizado com base em sistema de capitalização, na modalidade de contribuição definida, de caráter obrigatório para quem aderir, com a previsão de conta vinculada para cada trabalhador e de constituição de reserva individual para o pagamento do benefício, admitida capitalização nocional, vedada qualquer forma de uso compulsório dos recursos por parte de ente federativo."

https://www.correiodopovo.com.br/blogs/juremirmachado/paulo-guedes-um-g%C3%AAnio-1.322275?fbclid=IwAR2FD9qNDOnemdaRdFj02ahXQ6Iyxslxor9nRDiqCSfAsJHtQrFyyrSr14k

- **PREVIDENCIA – Por Rodrigo Medeiros**

https://obarometro.wordpress.com/2019/03/12/previdencia/?fbclid=IwAR00L8LcLjVfzjKJg6nzX0E1gE6024tbp-allrv2nxq54-x5zkeC3WbSxqo

12 *terça-feira* MAR 2019

Dos muitos debates que merecem atenção no tempo presente, a discussão sobre uma reforma previdenciária destaca-se. Do ponto de vista das perspectivas futuras, é preciso sempre avaliar com cuidado e ética da

responsabilidade os efeitos desejados dos pontos de vistas sociais, fiscais e econômicos. Nesse sentido, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) publicou no dia 11 de março um estudo chamado “Revertendo as privatizações da previdência – reconstruindo os sistemas públicos na Europa Oriental e América Latina” (aqui).

Para a OIT, a “grande maioria dos países se afastou da privatização após a crise financeira global de 2008, quando as falhas do sistema de previdência privada tornaram-se evidentes e tiveram que ser corrigidas”. Como síntese do documento, pode-se dizer que, entre 1981 e 2014, 30 países privatizaram total ou parcialmente os seus sistemas de previdência social, sendo que 18 depois fizeram alterações no modelo. Quatorze são os países da América Latina que seguiram a trilha privatista.

De acordo com a OIT, o sistema financeiro ganhou com a privatização e os efeitos sociais e econômicos foram negativos. O estudo em questão durou três anos e ele apontou lições aprendidas nos últimos 30 anos: 1) as taxas de cobertura estagnaram ou diminuíram; 2) as prestações previdenciárias se deterioraram (aumento da pobreza na velhice); 3) a desigualdade de gênero e de renda aumentou (contribuições do empregador foram eliminadas); 4) altos custos de transição criaram pressões fiscais enormes (novas pressões fiscais); 5) custos administrativos elevados; 6) governança frágil (captura das funções de regulação e supervisão).

Destaca-se ainda no estudo que “a gestão, supervisão e regulamentação dos fundos privados foram fracas”, por conta dos “laços estreitos entre os políticos e o setor financeiro”. Segundo ponderou o documento, o que melhora a sustentabilidade financeira dos sistemas de previdência dos países e o nível de prestações é o reforço do seguro social público, associado a regimes solidários, seguindo as normas internacionais de seguridade social da OIT. Como lição central do estudo, deve-se destacar que esse experimento de privatização fracassou.

Tendo em vista a “urgência reformista”, o estudo mostra que a maioria das reformas estruturais “foi implementada com limitado diálogo social”, em um contexto de “fortes campanhas na mídia para promover a previdência privada, muitas vezes patrocinadas por fundos de pensão privados, para diminuir a oposição pública”.

Pesquisar...

- Bem Vindo – Welcome

- Blog do professor Ladislau Dowbor: uma biblioteca científica online destinada aos que se interessam por uma visão progressista e renovadora

sobre o desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental. *(If you do not read portuguese, scroll down to see links to other languages)*

- Receba notícias por e-mail

- **Ladislau Dowbor – Os péssimos cálculos sobre a previdência** – 3p.- março 2019

Os péssimos cálculos sobre a previdência – 3p.- março 2019

http://dowbor.org/2019/03/ladislau-dowbor-os-pessimos-calculos-sobre-a-previdencia-3p-marco-2019.html/?fbclid=IwAR290hrKMTr8m9c4x_VLCwGzT_TJUZdd9s574qkKrVKbnOngHZjH8bD-424

Ladislau Dowbor

13 de março de 2019

Os grandes programas da nossa oligarquia são empurrados por fórmulas simples marteladas exaustivamente. É o que modernamente se chama de narrativas. Com o uso em escala industrial das redes sociais direcionadas, isso pega. Para derrubar Dilma, inventou-se um déficit que nunca foi significativo, e como ninguém entende das grandes contas, explicou-se que uma boa dona de casa só gasta o que tem. E pegou. Um discurso semelhante se faz hoje para tentar emplacar a desarticulação da previdência. A população está envelhecendo e, portanto, teremos menos pessoas em idade ativa sustentando os idosos, aumentando a "razão de dependência". Há mais absurdos ditos sobre esta questão, aqui queremos apenas focar o fato de que temos uma gigantesca subutilização da nossa força de trabalho, e não idosos demais.

Temos 208 milhões de habitantes, dos quais 170 milhões em idade de trabalho (PIT), ou seja, com mais de 14 anos de idade. Como muita gente em idade ativa não busca trabalho, temos uma população na força de trabalho (PFT) de 105 milhões de pessoas. Aqui temos uma grande subutilização, pois a taxa de participação é de 62%. Os que estão efetivamente ocupados são 93 milhões de pessoas, porque temos um desemprego da ordem de 12 milhões. Tudo isto está claramente apresentado na Síntese de Indicadores Sociais 2018 do IBGE, acessível gratuitamente online. Verifique aqui. Não é narrativa, são dados.
Para já, são 12,7 milhões de pessoas que poderiam estar contribuindo, mas que devido à taxa de desemprego que se expandiu nos últimos 4 anos, contribuem

menos e custam. Vejamos, portanto, o que temos nos 93 milhões de ocupados. Em termos de empregados com carteira assinada, ou seja, aqueles que efetivamente poderiam contribuir para a previdência, os que na nossa imaginação constituem a imensa maioria da população, com empregos formais no setor privado, são apenas 33 milhões de pessoas. Compare com os 105 milhões da nossa força de trabalho: estamos falando em 31%.

Onde estão os outros? Empregados no setor privado, sem carteira assinada e, portanto, não contribuindo, somando empresas e trabalho doméstico, são 16 milhões de pessoas. E temos os 24 milhões de trabalhadores "por conta própria", dos quais 19 milhões sem CNPJ, portanto sem contribuir. Temos também os empregadores que são 4,5 milhões, mas aqui também temos quase 1 milhão sem CNPJ, também sem contribuir.

No conjunto, o setor informal representa 37 milhões de pessoas, 41% da população ocupada (dos 93 milhões). O IBGE comenta que "o trabalho informal, tal como definido nesta publicação, alcançou 37,3 milhões de pessoas, em 2017, representando 40,8% da população ocupada. Este contingente é superior em 1,2 milhão ao observado em 2014, quando representava 39,1% da força de trabalho ocupada" (p.41). É só somar: 37,3 milhões de informais e 12,7 milhões de desocupados, são 50 milhões de pessoas. Só lembrando que, em média, os trabalhadores do setor informal ganham a metade do que se ganha no setor formal, mais precisamente 48,5% (p.45).

O que fazem os especialistas do marketing político do governo? Vão comparar a crescente massa de idosos com a frágil base de emprego formal, e martelar a "razão de dependência", com pouca gente ativa tendo de financiar mais gente inativa. O nosso problema, evidentemente, não é acabar com a qualidade de vida dos idosos, e sim incluir a massa de trabalhadores que "se viram" (os 50 milhões do setor informal e desempregados). E mais, não só a nossa força de trabalho de 105 milhões é subutilizada, como muita gente, em particular mulheres, que estão "em idade de trabalho" gostariam de ter um emprego.

A divisão é uma operação misteriosa: você pode aumentar o resultado tanto diminuindo o divisor, como aumentando o numerador. Ou seja, aumentando a inclusão produtiva e a formalização, você equilibra a situação. Nosso problema não é que estejamos vivendo mais, pelo contrário, isso é uma maravilha (ganhamos 10 anos de expectativa de vida entre 1990 e 2010). Nosso problema é a dramática exclusão da maioria, que o governo vem agravando durante os últimos 4 anos.

Achar que o nosso problema é o aumento dos idosos, e não a imensa subutilização da nossa força de trabalho, é patológico. O IBGE deixa claro o desafio real: "A informalidade é uma característica histórica do mercado de trabalho brasileiro, sendo, portanto, um importante marcador de desigualdades. Como consequência, produz um elevado contingente de trabalhadores sem acesso aos mecanismos de proteção social vinculados à formalização e limita o acesso a direitos básicos, como a remuneração pelo salário mínimo e aposentadoria" (p. 40). O nosso problema real é a gigantesca subutilização da força de trabalho, que levou inclusive o IBGE a apresentar as contas da "subutilização da força de trabalho" (p. 36).

Vocês já notaram que há 4 anos estão “consertando” a economia? Eles não estão arrumando uma crise herdada, estão gerindo a crise que construíram. As séries do IBGE permitem comparar 2007 a 2017. “Percebe-se, em geral, a ocorrência de resultados positivos tanto do PIB quanto do consumo das famílias até 2014 e quedas de ambos em 2015 e 2016. O PIB *per capita* e o consumo das famílias atingem, no triênio final do período, taxas acumuladas de descrescimento de 8,1% e 5,6%, mesmo considerando a tênue recuperação dos indicadores observada em 2017. Assim, durante os últimos três anos da série, tais resultados trouxeram impactos negativos para o mercado de trabalho brasileiro, como o aumento da desocupação, da subutilização da força de trabalho e da informalidade” (p. 12).
O mecanismo é simples, e não exige diploma de economia: “A menor geração de renda implicou na menor produção de bens e serviços, o que tornou mais difícil a colocação dos trabalhadores no mercado, obrigando-os a buscarem ocupações informais, ou a se tornarem desocupados, ou ainda a se retirarem da força de trabalho. Tal fenômeno ampliou não só as taxas de desocupação e a proporção de trabalhadores informais no total, mas também impactou negativamente os rendimentos dos trabalhadores assalariados ou autônomos” (p.12).

O que funciona é apresentado claramente pelo estudo: “Após a crise internacional de 2008 e a retração dos mercados internacionais, foram os aumentos reais do salário mínimo, a expansão de programas sociais e a elevação do crédito e dos investimentos públicos que estimularam a demanda doméstica e favoreceram o aquecimento da economia e a criação de vagas no mercado de trabalho, majoritariamente formais. Embora beneficiando o trabalhador com a maior oferta de vagas e aumentos salariais, o aquecimento do mercado interno foi também positivo para empresas e governos, pois as vendas de bens e serviços cresceram, aumentando também, em termos absolutos, o excedente operacional e a arrecadação tributária” (p.14).

A opção do parasitismo financeiro que assola o país vai rigorosamente no sentido contrário. Mas ao reduzir a renda do andar de baixo da sociedade, inclusive dos idosos, reduz-se o consumo, fragiliza-se a demanda, o que por sua vez leva as empresas à estagnação e aumenta o déficit do Estado. O mundo efetivamente produtivo não precisa de discursos ideológicos, e sim de mercado para poder vender, e crédito barato para poder consumir e investir. Ambos geram produtos, empregos e impostos. Melhoram a vida das famílias, a dinâmica das empresas e as contas públicas.

O tal “rombo” da previdência constitui essencialmente um buraco negro onde é engolido o bom senso das pessoas. Mas hoje temos excelentes antídotos: peguem a entrevista de Eduardo Fagnani, os artigos de Paulo Kliass, de Maria Lúcia Fatorelli e outros autores que trazem o bom-senso de volta e evidenciam o que efetivamente funciona. E queria acrescentar a ótima nota de Humberto Lima, da Unicamp, sobre o fato óbvio de que a razão de dependência aumenta, mas os que suportam os inativos são cada vez mais produtivos: haverá mais gente aposentada por pessoa em idade ativa, mas os ativos apresentarão produtividade mais elevada. No fundo, evidentemente, o problema não é a invasão de velhinhos, e sim a vontade dos grupos financeiros se apossarem da gestão das nossas poupanças, e, portanto, do nosso futuro. Esta crise é essencialmente de política, de governança, e os banqueiros estão no poder.

Kliass: http://www.vermelho.org.br/noticia/318980-1
Fatorelli: https://www.revistaforum.com.br/maria-lucia-fattorelli-reforma-da-previdencia-de-bolsonaro-e-interesse-do-insaciavel-mercado-financeiro/
Fagnani: http://dowbor.org/2019/02/eduardo-fagnani-explicitando-a-previdencia-projeto-brasil-popular-21min.html/
Humberto Lima : http://brasildebate.com.br/previdencia-fala-se-da-idade-mas-ignora-se-a-produtividade/

Leia mais

- **OAB se posiciona oficialmente contra a reforma da Previdência**

A entidade apontou vários abusos na proposta do governo, entre eles, a exigência de idade mínima de 65 anos para aposentadoria de homens e mulheres e a necessidade de 49 anos de contribuição para ter acesso ao benefício integral

---

postado em 03/02/2017 14:30 / atualizado em 03/02/2017 16:04

Após mais de 17 horas de reunião na sede do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em Brasília, os membros de comissões de direito previdenciário de todo o país, juntamente com outras dezenas de entidades representativas de categorias profissionais, elaborou uma carta aberta contra a reforma da Previdência.

Representantes de juristas, médicos, auditores fiscais e engenheiros, entre outros, acreditam que a proposta do governo está fundamentada em premissas erradas e contém inúmeros abusos contra os direitos sociais. As mudanças, segundo a carta, "desfiguram o sistema da previdência social conquistado ao longo dos anos e dificulta o acesso a aposentadoria e demais benefícios à população brasileira que contribuiu durante toda a sua vida".

PUBLICIDADE

inRead invented by Teads

As entidades listaram 10 abusos, entre eles, a exigência de idade mínima de 65 anos para aposentadoria de homens e mulheres, a necessidade de o contribuinte ter 49 anos de contribuição para ter acesso ao benefício integral, a redução do valor geral das aposentadorias e a precarização da aposentadoria do trabalhador rural e o fim da aposentadoria especial para professores. Além disso, o Conselho da OAB considera abusivas as propostas de pensão por morte e benefícios assistenciais abaixo de um salário mínimo e a cumulação da pensão com a aposentadoria.

Continua depois da publicidade

O texto também é crítico ao aumento da idade mínima exigida para recebimento do benefício assistencial de prestação continuada, o BPC, que o governo pretende passar de 65 para 70 anos. As regras para a aposentadoria dos trabalhadores expostos a agentes insalubres foram definidas pelo conselho como "inalcançáveis".

Base errada

Um dos pontos de discordância é justamente a base da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 287/2016, que tem o discurso de catástrofe financeira e deficit como justificativa para a iniciativa. Para a OAB, o tão divulgado rombo da Previdência não existe. Usar esse argumento evidenciaria "grave descumprimento" à Constituição Federal, que insere a Previdência no sistema de Seguridade Social, juntamente com as áreas da Saúde e Assistência Social – sistema que, de acordo com a carta, "tem sido, ao longo dos anos, altamente superavitário em dezenas de bilhões de reais".

As entidades que assinaram a carta – entre elas, além da OAB, o Conselho Federal de Economia (Cofecon), a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) e a Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais (Anafe) – criticam também o mecanismo de Desvinculação de Receitas da União (DRU), que permite que 30% dos recursos da Seguridade Social sejam destinados para outros fins, "especialmente para o pagamento de juros da dívida pública, que nunca foi auditada, como manda a Constituição".

Em conjunto, elas exigem que o governo federal divulgue "com ampla transparência" as receitas da Seguridade Social, "computando todas as fontes de financiamento previstas no artigo 195 da Constituição Federal, mostrando ainda o impacto anual da DRU, as renúncias fiscais que têm sido concedidas, a desoneração da folha de salários e os créditos tributários previdenciários que não estão sendo cobrados".

Assinaram a carta as seguintes entidades:

Conselho Federal da OAB - CFOAB

Conselho Federal de Economia - COFECON

Comissão de Direito Previdenciário - OAB/PR

Comissão de Direito Previdenciário-OAB/SC

Comissão da Previdência Social -OAB/RJ

Comissão de Previdência Complementar- OAB/DF

Comissão de Direito Previdenciário OAB/ MA

Comissão de Seguridade Social - OAB/DF

Comissão de Direito Previdenciário - OAB/SP

Comissão de Direito Previdenciário - OAB/ES

Comissão de Direito de Seguridade Social - OAB/PE

Comissão de Direito Previdenciário e Securitário - OAB/GO

Comissão de Estudos e Atuação Previdenciária OA/AL

Continua depois da publicidade

Comissão Especial de Direito Previdenciário - OAB/BA

Comissão de Direito Previdenciário OAB/ PB

Comissão de Direito Previdenciário e Assistência Social OAB/CE

Coordenadoria Nacional da Auditoria Cidadã

Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP

Fórum das Associações Representativas dos Policiais e dos Bombeiros Militares do Distrito Federal

Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais - ANAFE

Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado

Federação Nacional dos Servidores dos Órgãos Públicos Federais de Fiscalização, Investigação, Regulação e Controle - FENAFIRC

Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital - FENAFISCO

Instituto dos Advogados Previdenciários de São Paulo – IAPE

Confederação dos Servidores Públicos do Brasil CSPB

Coletivo Nacional de Advogados de Servidores Públicos - CNASP

Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário - IBDP

Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do DF

Sindicato Nacional dos Servidores do Ipea

Movimento dos Servidores Públicos Aposentados - MOSAP

Central do Servidor

Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais - Anafe

Instituto dos Advogados Previdenciários de São Paulo – Iape

Coletivo Nacional de Advogados de Servidores Públicos - Cnasp

Federação de Trabalhadores Aposentados e Pensionistas do RS - Fetapergs.

Fórum das Associações Representativas dos Policiais e dos Bombeiros Militares do Distrito Federal.

Sindicato Nacional dos Servidores do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal-SINPECPF

Instituto Brasiliense de Direito Previdenciário - Ibdprev

Sindicato Nacional dos Servidores Federais Autárquicos nos Entes de Formulação, Promoção e Fiscalização da Política da Moeda e do Crédito-Sinal

Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica - Sinasefe

Sindicato dos Médicos do Distrito Federal - Sindmedico-DF

Sindicado dos Trabalhadores da Fiocruz

Sindicato dos Engenheiros do Distrito Federal- Senge/DF

Veja, na íntegra, a carta:

"As entidades abaixo nominadas, reunidas no Conselho Federal da OAB em 31 de janeiro de 2017, manifestam preocupação com relação ao texto da proposta de Reforma da Previdência (PEC 287/2016), tendo em vista que ela está fundamentada em premissas equivocadas e contem inúmeros abusos contra os direitos sociais.

A PEC 287/2016 tem sido apresentada pelo governo sob discurso de catástrofe financeira e "déficit", que não existem, evidenciando-se grave descumprimento aos artigos 194 e 195 da Constituição Federal, que insere a Previdência no sistema de Seguridade Social, juntamente com as áreas da Saúde e Assistência Social, sistema que tem sido, ao longo dos anos, altamente superavitário em dezenas de bilhões de reais.

O superávit da Seguridade Social tem sido tão elevado que anualmente são desvinculados recursos por meio do mecanismo da DRU (Desvinculação de Receitas da União), majorada para 30% em 2016. Tais recursos são retirados da Seguridade Social e destinados para outros fins, especialmente para o pagamento de juros da dívida pública, que nunca foi auditada, como manda a Constituição.

Diante disso, antes de pressionar pela aprovação da PEC 287/2016, utilizando-se de onerosa campanha de mídia para levar informações questionáveis à população, exigimos que o Governo Federal divulgue com ampla transparência as receitas da Seguridade Social, computando todas as fontes de financiamento previstas no artigo 195 da Constituição Federal, mostrando ainda o impacto anual da DRU, as renúncias fiscais que têm sido concedidas, a desoneração da folha de salários e os créditos tributários previdenciários que não estão sendo cobrados.

A proposta de reforma apresentada pelo governo desfigura o sistema da previdência social conquistado ao longo dos anos e dificulta o acesso a aposentadoria e demais benefícios à população brasileira que contribuiu durante toda a sua vida.

Continua depois da publicidade

Dentre os abusos previstos na PEC 287/2016 destacamos os seguintes:

1) Exigência de idade mínima para aposentadoria a partir dos 65 (sessenta e cinco) anos para homens e mulheres;

2) 49 (quarenta e nove) anos de tempo de contribuição para ter acesso à aposentadoria integral;

3) Redução do valor geral das aposentadorias;

4) Precarização da aposentadoria do trabalhador rural;

5) Pensão por morte e benefícios assistenciais em valor abaixo de um salário mínimo;

6) Exclui as regras de transição vigentes;

7) Impede a cumulação de aposentadoria e pensão por morte;

8) Elevação da idade para o recebimento do benefício assistencial (LOAS) para 70 anos de idade;

9) Regras inalcançáveis para a aposentadoria dos trabalhadores expostos a agentes insalubres;

10) Fim da aposentadoria dos professores.

Além disso, a reforma da previdência prejudicará diretamente a economia dos municípios, uma vez que a grande maioria sobrevive dos benefícios da previdência social, que superam o repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Diante disso, exigimos a suspensão da tramitação da PEC 287/2016 no Congresso Nacional até que se discuta democraticamente com a sociedade, de forma ampla, mediante a realização de audiências públicas que possibilitem a análise de estudos

econômicos, atuariais e demográficos completos, a fim de que se dê a devida transparência aos dados da Seguridade Social.

É necessário garantir a participação da sociedade no sentido de construir alternativas que venham melhorar o sistema de Seguridade Social e ampliar a sua abrangência, impedindo o retrocesso de direitos sociais."

- **Governadores do NE fulminam BPC, aposentadoria rural e capitalização**

Helena Chagas -

março 15, 2019 - https://osdivergentes.com.br/helena-chagas/governadores-do-ne-fulminam-bpc-aposentadoria-rural-e-capitalizacao/?fbclid=IwAR22d_p8xiuxJFiFRo--OwJ1pvtQ_6Ezs8pmSQTqBduSyBliQjIMaGrfSwU

Os governadores oposicionistas do Nordeste reuniram-se ontem em São Luís (MA) e deram um tiro no discurso do governo de que apóiam a reforma da Previdência da forma como foi enviada ao Congresso. De quebra, rebateram aqueles que os acusam de fazer jogo duplo, atacando publicamente a reforma mas apoiando a iniciativa no escurinho dos gabinetes do Ministério da Economia. Antes que saíssem queimados, assinaram uma carta afirmando que apóiam,

sim, o debate da reforma, mas que são contrários às propostas que prejudicam os mais pobres.

E quais são elas? Segundo a Carta dos Governadores, as mudanças no BPC, na aposentadoria rural e a implantação do regime de capitalização, que consideram “imprescindível” retirar da proposta. Segundo eles, esse sistema é “socialmente injusto com os que tem menor capacidade contributiva para fundos privados”. São contrários também à “desconstitucionalização” das regras previdenciárias contida na PEC.

Participaram da reunião os governadores do Nordeste – Rui Costa (BA), Camilo Santana (CE), Paulo Câmara (PE), João Azevedo (PB), Fátima Bezerra (RN), Wellington Dias (PI), Belivaldo Chagas (SE) e o vice de Alagoas, Luciano Barbosa, além do anfitrião, Flávio Dino.

Com isso, botaram em xeque o discurso de Paulo Guedes de que tem diálogo com a oposição e o do próprio presidente Jair Bolsonaro, que disse, no café da manhã com jornalistas, que até no PT tinha gente apoiando a reforma da Previdência.
Também deixaram Ciro Gomes em situação desconfortável com seu discurso de oposição a favor.

Na avaliação de articuladores no Congresso, os deputados do NE dificilmente seguiriam os governadores pressionando a favor da reforma como um todo – mas, ao contrário, vão se alinhar com eles nos pontos frágeis mencionados na carta, que prejudicam os mais pobres.

Já a parte da reforma relativa aos servidores, onde se vai bater nos altos valores de aposentadorias e pensões, estabelecer idade mínima, tempo maior de contribuição e aumentos das alíquotas de contribuição tem boas perspectivas de sobrevivência. Nesses pontos, há enorme chance de até o PT ajudar em peso na aprovação, caso o governo consiga apoio de parte razoável de sua base.

Como saldo do movimento dos governadores, fica um cenário muito propício à unificação da oposição em torno de um discurso forte em defesa dos mais pobres e pela eliminação de privilégios.

- **Dowbor: "Crise na Previdência é política, de governança; os banqueiros estão no poder"**

Evidentemente, o problema não é a invasão de velhinhos, e sim a vontade dos grupos financeiros se apossarem da gestão das nossas poupanças

Os grandes programas da nossa oligarquia são empurrados por fórmulas simples marteladas exaustivamente. É o que modernamente se chama de narrativas. Com o uso em escala industrial das redes sociais direcionadas, isso pega. Para derrubar Dilma, inventou-se um déficit que nunca foi significativo, e como ninguém entende das grandes contas, explicou-se que uma boa dona de casa só gasta o que tem. E pegou.

Um discurso semelhante se faz hoje para tentar emplacar a desarticulação da previdência. A população está envelhecendo e, portanto, teremos menos pessoas em idade ativa sustentando os idosos, aumentando a "razão de dependência". Há mais absurdos ditos sobre esta questão, aqui queremos apenas focar o fato de que temos uma gigantesca subutilização da nossa força de trabalho, e não idosos demais.

Temos 208 milhões de habitantes, dos quais 170 milhões em idade de trabalho (PIT), ou seja, com mais de 14 anos de idade. Como muita gente em idade ativa não busca trabalho, temos uma população na força de trabalho (PFT) de 105 milhões de pessoas. Aqui temos uma grande subutilização, pois a taxa de participação é de 62%. Os que estão efetivamente ocupados são 93 milhões de pessoas, porque temos um desemprego da ordem de 12 milhões. Tudo isto está claramente apresentado na Síntese de Indicadores Sociais 2018 do IBGE, acessível gratuitamente online. Verifique aqui. Não é narrativa, são dados.

Para já, são 12,7 milhões de pessoas que poderiam estar contribuindo, mas que devido à taxa de desemprego que se expandiu nos últimos 4 anos, contribuem

menos e custam. Vejamos, portanto, o que temos nos 93 milhões de ocupados. Em termos de empregados com carteira assinada, ou seja, aqueles que efetivamente poderiam contribuir para a previdência, os que na nossa imaginação constituem a imensa maioria da população, com empregos formais no setor privado, são apenas 33 milhões de pessoas. Compare com os 105 milhões da nossa força de trabalho: estamos falando em 31%.

Onde estão os outros? Empregados no setor privado, sem carteira assinada e, portanto, não contribuindo, somando empresas e trabalho doméstico, são 16 milhões de pessoas. E temos os 24 milhões de trabalhadores "por conta própria", dos quais 19 milhões sem CNPJ, portanto sem contribuir. Temos também os empregadores que são 4,5 milhões, mas aqui também temos quase 1 milhão sem CNPJ, também sem contribuir.

No conjunto, o setor informal representa 37 milhões de pessoas, 41% da população ocupada (dos 93 milhões). O IBGE comenta que "o trabalho informal, tal como definido nesta publicação, alcançou 37,3 milhões de pessoas, em 2017, representando 40,8% da população ocupada. Este contingente é superior em 1,2 milhão ao observado em 2014, quando representava 39,1% da força de trabalho ocupada" (p.41). É só somar: 37,3 milhões de informais e 12,7 milhões de desocupados, são 50 milhões de pessoas. Só lembrando que, em média, os trabalhadores do setor informal ganham a metade do que se ganha no setor formal, mais precisamente 48,5% (p.45).

O que fazem os especialistas do marketing político do governo? Vão comparar a crescente massa de idosos com a frágil base de emprego formal, e martelar a "razão de dependência", com pouca gente ativa tendo de financiar mais gente inativa. O nosso problema, evidentemente, não é acabar com a qualidade de vida dos idosos, e sim incluir a massa de trabalhadores que "se viram" (os 50 milhões do setor informal e desempregados). E mais, não só a nossa força de trabalho de 105 milhões é subutilizada, como muita gente, em particular mulheres, que estão "em idade de trabalho" gostariam de ter um emprego.

A divisão é uma operação misteriosa: você pode aumentar o resultado tanto diminuindo o divisor, como aumentando o numerador. Ou seja, aumentando a inclusão produtiva e a formalização, você equilibra a situação. Nosso problema não é que estejamos vivendo mais, pelo contrário, isso é uma maravilha (ganhamos 10 anos de expectativa de vida entre 1990 e 2010). Nosso problema é a dramática exclusão da maioria, que o governo vem agravando durante os últimos 4 anos.

Achar que o nosso problema é o aumento dos idosos, e não a imensa subutilização da nossa força de trabalho, é patológico. O IBGE deixa claro o desafio real: "A informalidade é uma característica histórica do mercado de trabalho brasileiro, sendo, portanto, um importante marcador de desigualdades. Como consequência, produz um elevado contingente de trabalhadores sem

acesso aos mecanismos de proteção social vinculados à formalização e limita o acesso a direitos básicos, como a remuneração pelo salário mínimo e aposentadoria" (p. 40). O nosso problema real é a gigantesca subutilização da força de trabalho, que levou inclusive o IBGE a apresentar as contas da "subutilização da força de trabalho" (p. 36).

Vocês já notaram que há 4 anos estão "consertando" a economia? Eles não estão arrumando uma crise herdada, estão gerindo a crise que construíram. As séries do IBGE permitem comparar 2007 a 2017. "Percebe-se, em geral, a ocorrência de resultados positivos tanto do PIB quanto do consumo das famílias até 2014 e quedas de ambos em 2015 e 2016. O PIB *per capita* e o consumo das famílias atingem, no triênio final do período, taxas acumuladas de descrescimento de 8,1% e 5,6%, mesmo considerando a tênue recuperação dos indicadores observada em 2017. Assim, durante os últimos três anos da série, tais resultados trouxeram impactos negativos para o mercado de trabalho brasileiro, como o aumento da desocupação, da subutilização da força de trabalho e da informalidade" (p. 12).

O mecanismo é simples, e não exige diploma de economia: "A menor geração de renda implicou na menor produção de bens e serviços, o que tornou mais difícil a colocação dos trabalhadores no mercado, obrigando-os a buscarem ocupações informais, ou a se tornarem desocupados, ou ainda a se retirarem da força de trabalho. Tal fenômeno ampliou não só as taxas de desocupação e a proporção de trabalhadores informais no total, mas também impactou negativamente os rendimentos dos trabalhadores assalariados ou autônomos" (p.12).

O que funciona é apresentado claramente pelo estudo: "Após a crise internacional de 2008 e a retração dos mercados internacionais, foram os aumentos reais do salário mínimo, a expansão de programas sociais e a elevação do crédito e dos investimentos públicos que estimularam a demanda doméstica e favoreceram o aquecimento da economia e a criação de vagas no mercado de trabalho, majoritariamente formais. Embora beneficiando o trabalhador com a maior oferta de vagas e aumentos salariais, o aquecimento do mercado interno foi também positivo para empresas e governos, pois as vendas de bens e serviços cresceram, aumentando também, em termos absolutos, o excedente operacional e a arrecadação tributária" (p.14).

A opção do parasitismo financeiro que assola o país vai rigorosamente no sentido contrário. Mas ao reduzir a renda do andar de baixo da sociedade, inclusive dos idosos, reduz-se o consumo, fragiliza-se a demanda, o que por sua vez leva as empresas à estagnação e aumenta o déficit do Estado. O mundo efetivamente produtivo não precisa de discursos ideológicos, e sim de mercado para poder vender, e crédito barato para poder consumir e investir. Ambos geram produtos, empregos e impostos. Melhoram a vida das famílias, a dinâmica das empresas e as contas públicas.

O tal “rombo” da previdência constitui essencialmente um buraco negro onde é engolido o bom senso das pessoas. Mas hoje temos excelentes antídotos: peguem a entrevista de Eduardo Fagnani, os artigos de Paulo Kliass, de Maria Lúcia Fatorelli e outros autores que trazem o bom-senso de volta e evidenciam o que efetivamente funciona. E queria acrescentar a ótima nota de Humberto Lima, da Unicamp, sobre o fato óbvio de que a razão de dependência aumenta, mas os que suportam os inativos são cada vez mais produtivos: haverá mais gente aposentada por pessoa em idade ativa, mas os ativos apresentarão produtividade mais elevada. No fundo, evidentemente, o problema não é a invasão de velhinhos, e sim a vontade dos grupos financeiros se apossarem da gestão das nossas poupanças, e, portanto, do nosso futuro. Esta crise é essencialmente de política, de governança, e os banqueiros estão no poder.

Fontes:

Fontes:

Kliass: http://www.vermelho.org.br/noticia/318980-1

Fatorelli: https://www.revistaforum.com.br/maria-lucia-fattorelli-reforma-da-previdencia-de-bolsonaro-e-interesse-do-insaciavel-mercado-financeiro/

Fagnani: http://dowbor.org/2019/02/eduardo-fagnani-explicitando-a-previdencia-projeto-brasil-popular-21min.html/

Humberto Lima : http://brasildebate.com.br/previdencia-fala-se-da-idade-mas-ignora-se-a-produtividade/

- **Só 'vontade de Deus' não basta**

Cada dia é um dia a menos para aprovar a reforma da Previdência, mas o Planalto e seus operadores parecem longe de compreender essa urgência

24 de março de 2019 | 03h00 - https://opiniao.estadao.com.br/noticias/notas-e-informacoes,so-vontade-de-deus-nao-basta,70002766082

Cada dia que passa é um dia a menos que o governo tem para articular sua base com vista a aprovar a reforma da Previdência, mas o Palácio do Planalto e seus operadores políticos parecem longe de compreender a urgência do problema. As advertências de deputados e senadores ao governo deixaram de ser apenas murmuradas e passaram a frequentar discursos e entrevistas em que as queixas são expostas de maneira explícita. Hoje parece haver um consenso segundo o

qual o presidente Jair Bolsonaro precisa mudar o modo como negocia o apoio para a reforma, sob o risco, cada vez mais concreto, de ser derrotado.

A questão central é que os parlamentares que apoiam a reforma e se dispõem a liderar o esforço por sua aprovação estão cada vez mais descontentes com o fato de que o próprio Bolsonaro não se apresenta para defender com vigor a proposta. Não são poucos os que temem arcar sozinhos com o ônus político da reforma enquanto o presidente hesita ante a natural impopularidade do tema – quinta-feira passada, por exemplo, Bolsonaro disse que, “no fundo, não gostaria de fazer a reforma da Previdência”, embora reconheça que seja necessária.

O fato é que Bolsonaro parece raciocinar ainda como deputado, condição que o tornaria mais suscetível à pressão de suas bases, e não como presidente, que deve governar para o conjunto da sociedade, com coragem para tomar medidas que podem eventualmente desagradar a seus eleitores.

A julgar pela desorganização de sua articulação política – até mesmo um dos filhos do presidente, o vereador carioca Carlos Bolsonaro, diz ter sido designado para fazer contatos com deputados em nome do pai –, soa otimista a previsão oficial de que a reforma da Previdência possa ser votada ainda no primeiro semestre e de que faltariam pouco menos de 50 votos para aprová-la, como disse o ministro da Economia, Paulo Guedes.

O governo dá a impressão de apostar que Bolsonaro, por ter sido eleito pela “vontade de Deus”, como disse na recente visita aos Estados Unidos, aprovará no Congresso todas as pautas de seu interesse sem necessidade de negociação. Não é o que pensam, contudo, os principais parlamentares empenhados na aprovação da reforma. Para esses políticos, só a “vontade de Deus” não basta quando se trata de convencer três quintos da Câmara a aprovar

uma emenda constitucional, especialmente a que endurecerá as regras para a aposentadoria.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, por exemplo, alertou que a Casa “não tem 320 liberais” e que será preciso convencer até 280 deputados que não foram eleitos com a agenda da reforma da Previdência.

Se já não seria tarefa simples mesmo para experimentados articuladores, essa empreitada tende a ser muito mais complicada se o governo não se dispõe a fazer política. Até deputados da chamada bancada evangélica têm reclamado da falta de diálogo. Ademais, quando o presidente da República se reúne com parlamentares para ouvir reivindicações com vista a obter apoio à reforma e em seguida vai às redes sociais se queixar de que “a velha política” está “querendo nos puxar para fazer o que eles faziam antes”, manda uma mensagem ambígua sobre sua disposição para negociar.

Ao dar a entender que todas as demandas dos parlamentares são fisiológicas, o presidente colabora para criar um clima de fricção com o Congresso. Não surpreenderá se alguns dos parlamentares que hoje colaboram abertamente com o governo para costurar apoio à reforma da Previdência passarem a ficar reticentes, à espera de um suporte mais explícito do presidente. O próprio presidente da Câmara, Rodrigo Maia, ameaça abandonar a articulação se continuar sob ataque das milícias virtuais bolsonaristas e dos filhos de Bolsonaro, sob o olhar complacente do pai.

Não basta a Bolsonaro dizer que a aprovação da reforma da Previdência vai acontecer só porque seu governo adotou “uma maneira diferente de negociar”, em que “o sentimento patriótico e a busca do consenso são fundamentais”, como escreveu em artigo publicado no jornal Valor. Como deveria saber qualquer iniciante na vida política, apelos patrióticos podem até animar eleitores e

militantes, mas não costumam ser suficientes para arregimentar apoio no Congresso, ainda mais quando o presidente da República pede votos a favor, mas age como se fosse contra.

MILITARES-Reforma

Este trecho é parte de conteúdo que pode ser compartilhado utilizando o link https://www.valor.com.br/politica/6172003/analise-revisao-de-carreiras-engole-economia-com-militares?utm_medium=Social&utm_campaign=Compartilharcom.apple.UIKit.activity.CopyToPasteboard&fbclid=IwAR31AVWznNEU5Rsvm4tyv8UGecHAGM5eilsS_GAbHWPEtpoS2sSQAhkGnY8 ou as ferramentas oferecidas na página.
Textos, fotos, artes e vídeos do Valor estão protegidos pela legislação brasileira sobre direito autoral. Não reproduza o conteúdo do jornal em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização do Valor (falecom@valor.com.br). Essas regras têm como objetivo proteger o investimento que o Valor faz na qualidade de seu jornalismo.

- **Conselho Federal de Economia: reforma da previdência de Bolsonaro aumenta as desigualdades e prejudica os mais pobres**

Rejeitamos enfaticamente essa proposta de capitalização, inclusive devido ao estudo Organização Internacional do Trabalho (ONU/OIT) sobre o fracasso das experiências de privatização da Previdência Social

Jornalistas Livres25 março, 2019

Do site do Conselho Federal de Economia (Cofecon)

Nota do Cofecon sobre a proposta de Reforma da Previdência

“O Conselho Federal de Economia (Cofecon), cumprindo as funções que lhe são atribuídas em nosso ordenamento jurídico, vem apresentar sua avaliação sobre pontos relevantes da proposta de Reforma da Previdência do Governo. Entendemos que o principal objetivo deveria ser promover a justiça social. Não podemos apoiar mudanças que provoquem retrações nos fluxos de transferências governamentais para os estratos de menores rendas, com a promessa de que isto viabilizará ritmo maior de crescimento, baseada em hipóteses como a chamada “contração fiscal expansionista”, atualmente desacreditada pela grande maioria dos macroeconomistas dos meios acadêmicos internacionais. E, mesmo que funcione, crescer concentrando renda melhoraria a qualidade de vida de poucos, não sendo o que o economista deve buscar.

Em relação à proposta de Reforma da Previdência do governo:

– Repudiamos a desconstitucionalização da Previdência Social, a qual propõe transferir para as leis complementares, mais fáceis de instituir e alterar, regras fundamentais do que deve ser uma inalienável função do Estado.

– No mesmo sentido, é inaceitável o uso do montante esperado de recursos economizados como base para a especificação e negociação da Reforma. A Previdência Social precisa ser sustentável e compatível com o crescimento econômico inclusivo do país, mas os ajustes podem e devem ter efeitos graduais ao longo do tempo. Não existem riscos iminentes de dificuldades financeiras do setor público que não possam ser minimizados com a retomada mais robusta da atividade econômica e uma adequada reforma tributária.

– Não se justifica a manutenção de privilégios para algumas castas do serviço público, como aposentadoria para os militares, com integralidade e paridade sem qualquer consistência com os princípios atuariais – sem gerar um montante em contribuições previdenciárias, ao longo da vida laboral, suficiente para pagar o valor de suas aposentadorias. Os servidores civis, que ingressaram no serviço público a partir de 2013, só recebem valores acima do teto previdenciário geral, atualmente em R$ 5,8 mil, de acordo com o montante de contribuições que acumularam. Os que entraram anteriormente possuem direitos adquiridos, em geral sem consistência atuarial; por isso, apoiamos elevações de contribuição e de tempo de acesso à aposentadoria, para aquelas acima do teto.

– A participação do Governo no financiamento da Previdência, hoje assegurada pela Constituição com o Orçamento da Seguridade Social – que agrega despesas com previdência, assistência social e saúde, e receitas com contribuições previdenciárias, do empregado e empregador, a de alguns tributos, principalmente Cofins e CSLL – precisa ser preservada, assim como reconstituída, devido a perdas como as decorrentes da reforma trabalhista e de desonerações, em particular a DRU. Apenas as contribuições previdenciárias não seriam suficientes para financiar todos os benefícios, principalmente os dos cidadãos de baixa renda, inclusive por grande parte passar períodos extensos da vida economicamente ativa desempregados ou no setor informal.

– Os efeitos do crescente tempo de sobrevida da população sobre os gastos previdenciários não precisam ser compensados de forma imediata, pois os resultados do Orçamento da Seguridade Social não têm apresentado desequilíbrios, como ocorre com “orçamentos de

previdência”, sem a obrigatória contribuição do Estado, com que o Governo costuma impressionar a opinião pública.

– Esses efeitos também não devem ser compensados por medidas que aumentem as desigualdades, tais como elevações intempestivas de idades e tempos de contribuição mínimos e reduções nos valores das aposentadorias por invalidez, pensões por morte, benefícios previdenciários acumulados – quando incidentes sobre os estratos de menores rendas – e benefícios de prestação continuada. Mesmo com a incidência gradual de várias dessas medidas, decorrente da instituição de regras de transição, as alterações seriam muito mais rápidas que a elevação da sobrevida da população, levando a perdas injustificadas de renda.

– Em termos de desequilíbrios de curto prazo, tais efeitos seriam totalmente superados com a elevação do ritmo de crescimento e a recuperação dos vultosos créditos, que não têm sido cobrados satisfatoriamente.

– Alíquotas por faixa salarial sem regra permanente de ajuste periódico pelas perdas inflacionárias podem transformar-se em mecanismo de confisco, como tem ocorrido com a tabela de imposto de renda.

– A retirada da obrigatoriedade de recolhimento de FGTS e de pagamento de multa de 40% do FGTS, em demissões sem justa causa, dos empregados já aposentados pela Previdência Social, representa uma perda de direito do trabalhador e também contribui para o aumento das desigualdades.

– Em sua Exposição de Motivos, o Governo deixa claro que pretende “introduzir, em caráter obrigatório, a capitalização, tanto no RGPS quanto nos RPPS”. Mesmo declarando ser

um objetivo de longo prazo, o período pode ser abreviado, se vier a estabelecer condições mais vantajosas para as empresas com o sistema de capitalização, fazendo com que quase todos os empregos oferecidos passem a ser nesse sistema. Em todo caso, a proposta de capitalização apresentada é inaceitável, porquanto: (i) Veda a transferência de recursos públicos, abolindo o sistema de financiamento tripartite; (ii) Estabelece piso não inferior a um salário mínimo, garantido por um fundo solidário. Desta forma, como é vedado o financiamento com recursos públicos, não haveria outra fonte para o fundo solidário manter o piso, senão os recursos dos que contribuíram mais e teriam direito a aposentadoria superior ao piso.

– O resultado seria um empobrecimento em massa, com grande parte se aposentando com valores inferiores aos que acumulariam com suas contribuições, devido às transferências para o fundo solidário. E não apenas as aposentadorias mais altas seriam penalizadas, alcançando também valores como de mais de um até três salários mínimos, que, em 2018, representavam um quarto dos benefícios do RGPS.

Com base nessas disfunções encontradas na proposta de capitalização do Governo e ainda no competente estudo da Organização Internacional do Trabalho (ONU/OIT) sobre o fracasso das experiências de privatização da Previdência Social, realizada em trinta países desde os anos oitenta [*Reversing Pension Privatizations: Rebuilding public pension systems in Eastern Europe and Latin America*], inclusive o caso chileno, tão elogiado por alguns, rejeitamos enfaticamente essa proposta de capitalização. A melhor solução é manter o atual sistema, com modelo de repartição simples obrigatório até o teto e modelo de capitalização facultativo complementar. Para os servidores públicos com

aposentadoria acima do teto, sem consistência atuarial, apoiamos elevações de contribuições e do tempo para acesso".

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

- **Reforma da previdência já era, diz vice-presidente da Câmara**

https://www.esmaelmorais.com.br/2019/03/reforma-da-previdencia-ja-era-diz-vice-presidente-da-camara/

25 de março de 2019 por Esmael Morais

Parafraseando *Lucas 18:24-25*, é mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que a reforma da previdência entrar no Reino dos céus.

O vice-presidente da Câmara, deputado Marcos Pereira (PRB), disse que hoje o projeto que acaba com a aposentadoria dos trabalhadores não reúne 50 votos.

De acordo com Pereira, que é bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus, nem o partido do presidente Jair Bolsonaro, o PSL, vota 100% pela reforma da previdência.

O político evangélico compara Bolsonaro à presidenta Dilma Rousseff (PT) para quem ela desprezou o diálogo com o parlamento, o que abençoou o impeachment de 2016.

O vice da Câmara garante que os congressistas não estão interessados no toma-lá-dá-cá que o presidente da República acusou, mas, segundo Marcos Pereira, querem apenas atenção, gesto e diálogo.

Crendiospai!

- **Líder do PT na Câmara prevê rejeição da 'reforma' da Previdência e desintegração do governo Bolsonaro**

25 de março de 2019 por Esmael Morais - https://www.esmaelmorais.com.br/2019/03/lider-do-pt-na-camara-preve-rejeicao-da-reforma-da-previdencia-e-desintegracao-do-governo-bolsonaro/

O líder do PT na Câmara, Paulo Pimenta (PT-RS), criticou duramente o presidente Jair Bolsonaro, nesta segunda-feira (25), pela sucessão de ataques aos direitos da população brasileira em menos de três meses no Palácio do Planalto. Ele também acredita na rejeição da proposta do governo de “reforma” da Previdência.

Em sua opinião, a mais grave investida contra o povo — a proposta de Reforma da Previdência (PEC 06/2019) — deverá ser rejeitada pelo Congresso, em consequência da mobilização popular em todo o País e também da reação da base governista, que tem expressado críticas à PEC de Bolsonaro.

Pimenta destacou a sucessão de trapalhadas e idas e vindas de Bolsonaro em diferentes assuntos e afirmou que o atual presidente praticamente já destruiu seu capital político, não tendo “mais autoridade” para aprovar nenhuma matéria no Congresso. Para o líder, o atual governo é “incapaz de fazer uma articulação política, que é a arte de dialogar e fazer composição”.

O líder do PT comentou que Bolsonaro, seus filhos e seus ministros retroalimentam a crise política. “Uma hora é o líder do governo que sai de reunião com o presidente da República atacando o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, outra hora é o filho do presidente”. Se não bastasse isso, até o secretário da Receita Federal, Marcos Cintra, resolveu atacar os políticos no fim de semana com a intenção de pressioná-los a aprovar a Reforma da Previdência.

Pimenta brincou que o governo é tão trapalhão que em alguns momentos a sua base parlamentar causa dificuldades para a oposição atuar. “Eles dizem tantas asneiras, tantas bobagens a respeito do governo de que fazem parte que muitas vezes o meu papel é ficar assistindo de camarote o governo se desintegrando sozinho”, ironizou

Para o líder do PT, não se vislumbra solução de curto prazo. Pimenta lembrou que nos 28 anos em que atuou como deputado, Bolsonaro sempre foi contra a Reforma da Previdência. No ano passado, não falou disso para os eleitores, mas prometeu a reforma para o mercado financeiro e para o ministro da Economia, Paulo Guedes. “Bolsonaro é refém de seu discurso: prometeu o que não pode entregar”, comentou o parlamentar.

**Com informações do PT na Câmara*

CENTRÃO SE POSICIONA CONTRA MUDANÇA NO BPC E APOSENTADORIA RURAL NA REFORMA

Líderes do centrão e de outros partidos na Câmara anunciaram em nota que atuarão para retirar do texto da reforma da Previdência as mudanças nas regras da aposentadoria rural e no Benefício de Prestação Continuada (BPC); na nota, os partidos dizem, ainda, que não permitirão a "desconstitucionalização generalizada do sistema previdenciário do país"

ATÉ O LÍDER DO GOVERNO CRITICA AUSÊNCIA DE GUEDES EM AUDIÊNCIA: 'FOI UM ERRO'

Líder do governo na Câmara, major Vitor Hugo (PSL-GO) qualificou como "um erro" a decisão do ministro da Economia, Paulo Guedes, de não comparecer à audiência marcada para esta terça-feira (26) na CCJ; " Já havia manifestado para membros da Presidência e da equipe econômica a minha avaliação do erro que seria o ministro não participar. É importantíssimo que o ministro participe da CCJ, na medida que houve compromisso assumido pela liderança do governo e pela presidência da CCJ", disse

Divulgação www.desenvolvimentistas.com.br

- **Nota dos partidos de oposição sobre a Reforma da Previdência**

https://lula.com.br/nota-dos-partidos-de-oposicao-sobre-a-reforma-da-previdencia/?fbclid=IwAR1aujrVf670dJJP-N6MKSpFG9e10gZyfvBMDP83aeSOqcV7mrS2XYeTy48

26 de março de 2019

Os partidos de oposição ao governo Bolsonaro – PDT, PT, PCdoB, PSB, PSOL e Rede – reunidos e unidos, se manifestam sobre a proposta de Reforma da Previdência apresentada por meio da PEC nº 6/2019.

Considerando que a proposta:

1. Suprime da Constituição Federal os direitos previdenciários e fratura um dos maiores sistemas públicos de proteção social do mundo, baseado na solidariedade intergeracional, redistributivo e na diversidade de fontes, inclusive do capital;

2. Penaliza frontal e principalmente os segurados de baixa renda e os que mais dependem da previdência pública, seja no momento da aposentadoria, seja por circunstâncias como incapacidade laboral, doença, idade avançada e deficiência;

3. Desconsidera as peculiaridades da vida laboral das mulheres, da cidade e do campo, e impõe um aumento de idade mínima que, na prática, ampliará as

desigualdades entre homens e mulheres, promovendo grande exclusão destas do sistema previdenciário;

4. Faz exigências inatingíveis às trabalhadoras e trabalhadores rurais, tornando-os marginais à seguridade social;

5. Abre as portas, via modelo de capitalização individual, para que o setor privado substitua a previdência pública exitosa, retirando milhões de cidadãs e cidadãos de um sistema seguro para uma situação de risco;

6. Requer um tempo de contribuição inalcançável para a grande maioria dos segurados e reduz brutalmente o valor dos benefícios;

7. Cria uma regra de transição cruel para todos os segurados, do RGPS e do RPPS, impondo um tempo bastante longo de contribuição para o benefício integral ou um corte de até 40% no valor das aposentadorias;

8. Aprofunda as desigualdades sociais;

9. Desacelera a economia interna de 72% dos municípios brasileiros, que tem nos benefícios da seguridade social a principal fonte de renda para o consumo;

10. Transforma a assistência social em política de cobertura à miserabilidade e não de necessidade e inclusão cidadã.

Decidem:

Pela unidade na luta pela rejeição da PEC nº 6/2019, desde o primeiro estágio de sua tramitação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Pelo debate em torno de propostas que garantam a sustentabilidade da Previdência Pública, incluindo a eliminação de distorções e privilégios, o reforço das fontes de financiamento por meio da taxação de lucros e dividendos, das

grandes fortunas e dos juros sobre capital próprio, revisão de isenções e desonerações e o combate à sonegação.

Queremos uma Previdência justa e segura. Queremos uma política capaz de fomentar a criação de empregos decentes e o desenvolvimento econômico sustentável e inclusivo.

Defendemos a Previdência Pública. Defendemos a Seguridade Social e por ela lutaremos!
Direito não é mercadoria!

NÃO À REFORMA DA PREVIDÊNCIA DE BOLSONARO!

Deputada Jandira Feghali
Líder da Minoria

Deputado Alessandro Molon
Líder da Oposição

Deputado André Figueiredo
Líder do PDT

Deputado Paulo Pimenta
Líder do PT

Deputado Daniel Almeida
Líder do PCdoB

Deputado Tadeu Alencar
Líder do PSB

Deputado Ivan Valente
Líder do PSol

Deputada *Joênia* *Wapichana*

Rep. Rede

- **CNBB divulga nota sobre a Previdência: “A aposentadoria é um direito!”**

Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB divulgou comunicado oficial questionando a reforma de Jair Bolsonaro (PSL)

26/03/2019 11h45

https://pt.org.br/cnbb-divulga-nota-sobre-a-previdencia-a-aposentadoria-e-um-direito/

- Reforma da Previdência ameaça proteção social, avaliam economistas
- Previdência: para economizar R$ 1 tri, Bolsonaro corta do bolso do povo
- Assine e compartilhe o abaixo-assinado contra a Reforma da Previdência

O Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil- CNBB, reunido em Brasília-DF, entre os dias 21 e 23 de março, divulgou Nota Oficial questionando a proposta de **reforma da Previdência do governo Bolsonaro** e “manifestando apreensão com relação à Proposta de Emenda àConstituição (PEC) 287/2016, de iniciativa do Poder Executivo, que tramita no Congresso Nacional”.

Segundo A CNBB, “o Art. 6º. da Constituição Federal de 1988 estabeleceu que a Previdência seja um Direito Social dos brasileiros e brasileiras”. “Não é uma concessão governamental ou um privilégio. Os Direitos Sociais no Brasil foram conquistados com **intensa participação democrática**; qualquer ameaça a eles merece imediato repúdio”, diz ainda a nota.

Para os bispos do Brasil, “abrangendo atualmente mais de 2/3 da população economicamente ativa, diante de um aumento da sua faixa etária e da diminuição do ingresso no mercado de trabalho, pode-se dizer que o sistema da Previdência

precisa ser avaliado e, se necessário, posteriormente adequado à Seguridade Social.

NOTA DA CNBB SOBRE A PEC 287/16 – “REFORMA DA PREVIDÊNCIA”

“Ai dos que fazem do direito uma amargura e a justiça jogam no chão” (Amós 5,7)

O Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB, reunido em Brasília-DF, dos dias 21 a 23 de março de 2017, em comunhão e solidariedade pastoral com o povo brasileiro, manifesta apreensão com relação à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/2016, de iniciativa do Poder Executivo, que tramita no Congresso Nacional.

O Art. 6º. da Constituição Federal de 1988 estabeleceu que a Previdência seja um Direito Social dos brasileiros e brasileiras. Não é uma concessão governamental ou um privilégio. Os Direitos Sociais no Brasil foram conquistados com intensa participação democrática; qualquer ameaça a eles merece imediato repúdio.

Abrangendo atualmente mais de 2/3 da população economicamente ativa, diante de um aumento da sua faixa etária e da diminuição do ingresso no mercado de trabalho, pode-se dizer que o sistema da Previdência precisa ser avaliado e, se necessário, posteriormente adequado à Seguridade Social.

Os números do Governo Federal que apresentam um déficit previdenciário são diversos dos números apresentados por outras instituições, inclusive ligadas ao próprio governo. Não é possível encaminhar solução de assunto tão complexo com informações inseguras, desencontradas e contraditórias. É preciso conhecer a real situação da Previdência Social no Brasil. Iniciativas que visem ao conhecimento dessa realidade devem ser valorizadas e adotadas, particularmente pelo Congresso Nacional, com o total envolvimento da sociedade.

O sistema da Previdência Social possui uma intrínseca matriz ética. Ele é criado para a proteção social de pessoas que, por vários motivos, ficam expostas à vulnerabilidade social (idade, enfermidades, acidentes, maternidade…), particularmente as mais pobres. Nenhuma solução para equilibrar um possível déficit pode prescindir de valores éticos-sociais e solidários. Na justificativa da PEC 287/2016 não existe nenhuma referência a esses valores, reduzindo a Previdência a uma questão econômica.

Buscando diminuir gastos previdenciários, a PEC 287/2016 “soluciona o problema”, excluindo da proteção social os que têm direito a benefícios. Ao

propor uma idade única de 65 anos para homens e mulheres, do campo ou da cidade; ao acabar com a aposentadoria especial para trabalhadores rurais; ao comprometer a assistência aos segurados especiais (indígenas, quilombolas, pescadores…); ao reduzir o valor da pensão para viúvas ou viúvos; ao desvincular o salário mínimo como referência para o pagamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC), a PEC 287/2016 escolhe o caminho da exclusão social.

A opção inclusiva que preserva direitos não é considerada na PEC. Faz-se necessário auditar a dívida pública, taxar rendimentos das instituições financeiras, rever a desoneração de exportação de commodities, identificar e cobrar os devedores da Previdência. Essas opções ajudariam a tornar realidade o Fundo de Reserva do Regime da Previdência Social – Emenda Constitucional 20/1998, que poderia provisionar recursos exclusivos para a Previdência.

O debate sobre a Previdência não pode ficar restrito a uma disputa ideológico-partidária, sujeito a influências de grupos dos mais diversos interesses. Quando isso acontece, quem perde sempre é a verdade. O diálogo sincero e fundamentado entre governo e sociedade deve ser buscado até à exaustão.

Às senhoras e aos senhores parlamentares, fazemos nossas as palavras do Papa Francisco: “A vossa difícil tarefa é contribuir a fim de que não faltem as subvenções indispensáveis para a subsistência dos trabalhadores desempregados e das suas famílias. Não falte entre as vossas prioridades uma atenção privilegiada para com o trabalho feminino, assim como a assistência à maternidade que sempre deve tutelar a vida que nasce e quem a serve quotidianamente. Tutelai as mulheres, o trabalho das mulheres! Nunca falte a garantia para a velhice, a enfermidade, os acidentes relacionados com o trabalho. Não falte o direito à aposentadoria, e sublinho: o direito — a aposentadoria é um direito! — porque disto é que se trata.”

Convocamos os cristãos e pessoas de boa vontade, particularmente nossas comunidades, a se mobilizarem ao redor da atual Reforma da Previdência, a fim de buscar o melhor para o nosso povo, principalmente os mais fragilizados.

Na celebração do Ano Mariano Nacional, confiamos o povo brasileiro à intercessão de Nossa Senhora Aparecida. Deus nos abençoe!

Brasília, 23 de março de 2017.

Cardeal Sergio da Rocha
Arcebispo de Brasília
Presidente da CNBB
Dom Murilo S. R. Krieger, SCJ
Arcebispo de São Salvador da Bahia
Vice-Presidente da CNBB
Dom Leonardo Ulrich Steiner, OFM
Bispo Auxiliar de Brasília
Secretário-Geral da CNBB

Seções

EL PAÍS ECONOMIA - REFORMA DA PREVIDÊNCIA

- **Aposentar-se aos 53 e solteiras que herdam pensões... Os abismos da Previdência brasileira**

O sistema previdenciário vigente é insustentável e muito desigual. A reforma debatida pelo Congresso marcará o sucesso ou o fracasso do mandato de Bolsonaro

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/26/economia/1553629605_589314.html?id_externo_rsoc=FB_BR_CM&hootPostID=d0678043792cf49e12ff0ea5437a32db&fbclid=IwAR3oXbt76DNOZImSSWqg0hH_YXRjiAVGyQLdYQKP8_XoRJXpVIk8j4x1Ba0

NAIARA GALARRAGA GORTÁZAR

A proposta de reforma do ministro da Economia, o ultraliberal Paulo Guedes, é especialmente difícil para os mais privilegiados, enfatiza Nery. Mas recebeu críticas por sua suavidade com os militares, que com a polícia e os bombeiros, têm um regime diferente dos civis. Havia muita expectativa quanto às cláusulas à parte das aposentadorias militares, tendo em vista que Bolsonaro dedicou boa parte de sua vida política a

defender os interesses corporativos desse grupo que pode se aposentar com o salário integral após 30 anos de carreira. A justificativa oficial é que eles podem ser convocados a qualquer momento (embora a última vez em que combateram foi na Segunda Guerra Mundial). Metade se aposenta antes dos 49 anos de idade. Mas alguns privilégios estão se extinguindo. Graças a uma das reformas específicas, desde 2000 os que usam farda não podem mais legar o benefício a suas filhas solteiras. Ainda assim, mesmo extinto esse benefício, estima-se que o Brasil continuará a desembolsar até 4 bilhões de reais por ano, até 2060, com o pagamento das pensões das filhas de militares mortos

- **Reforma da Previdência não acaba com privilégios, mas com a aposentadoria**

Fim da constitucionalidade das regras de proteção social e sistema de capitalização são pontos mais criticados no texto da PEC 06/2019

Por Gilson Camargo - https://www.extraclasse.org.br/exclusivoweb/2019/03/reforma-da-previdencia-nao-acaba-com-privilegios-mas-com-a-aposentadoria/

Painel "Reforma da Previdência e futuro da aposentadoria", coordenado por Cecília Farias, diretora do Sinpro/RS teve como convidados o deputado federal Paulo Pimenta, o auditor fiscal Vilson Romero e Lírio Segala, presidente da Federação dos Metalúrgicos

Foto: Igor Sperotto

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 06/2019 representa a extinção do sistema de previdência pública e da seguridade social ao desvincular as regras de proteção social da Constituição e prever a sua regulação por leis ordinárias, além de acabar com a possibilidade de aposentadoria para grande maioria dos brasileiros, inclusive dos professores do ensino privado. Essa a ideia central da manifestação dos painelistas do Sinpro/RS Debate realizado na manhã deste sábado, 30, das 9h às 13h, no auditório Nova York do Hotel Embaixador, em Porto Alegre.

Professores e profissionais de outras categorias participaram da segunda edição do Sinpro/RS Debate

Foto: Igor Sperotto

Com o tema *Reforma da Previdência e futuro da aposentadoria*, o evento é uma iniciativa do Sinpro/RS, com apoio da Contee, FeteeSul e CUT-RS. "Extensão do tempo de aposentadoria para todos os trabalhadores, fim do FGTS e da multa rescisória para os trabalhadores ativos após a aposentadoria, prejuízos maiores para as mulheres e para os professores, regime da capitalização substituindo o de repartição, contribuição restrita aos próprios trabalhadores e gestão desses recursos pelos bancos e seguradoras, desoneração dos empregadores e do Estado brasileiro com relação à Previdência Social, fim do sistema de seguridade social", enumerou o diretor do Sinpro/RS, Marcos Fuhr, na abertura do evento.
"Por tudo isso, o assunto é da maior relevância e do interesse dos professores e de toda a sociedade. Para debater as nossas avaliações preliminares, estamos promovendo essa segunda edição do Sinpro/RS Debate. Que as falas dos nossos convidados sirvam para o esclarecimento e o engajamento de todos na luta pela preservação da seguridade social, em defesa de uma vida digna para os brasileiros quando o seu trabalho já não puder mais prover sua subsistência", ressaltou.

Durante o evento, o Sindicato apresentou a campanha *Reforma da Previdência: Não acaba com privilégios, acaba com a sua aposentadoria*.

Romero: "Nós sabemos que há necessidades de ajustes na Previdência, mas há uma enormidade de ralos que não são solucionados por essa reforma"

Foto: Igor Sperotto

O painel de abertura do Sinpro/RS Debate colocou em pauta a disputa do mercado financeiro pelo orçamento da Previdência com o tema *Reforma da Previdência: necessidade ou interesse*, coordenado pela professora Cecília Farias, diretora do Sindicato. O jornalista e auditor fiscal aposentado Vilson Romero, da coordenação da Frente Gaúcha em Defesa da Previdência, destacou a campanha massiva promovida pelo governo nos meios de comunicação que "atordoa" os trabalhadores, mas não revela "as crueldades" contidas na proposta. Ele qualificou a proposta de reforma previdenciária enviada pelo governo à Câmara de "PEC 006, Licença para matar" e fez uma retrospectiva histórica de episódios que oneraram e retiraram recursos do sistema previdenciário.

Romero, que participou dos trabalhos da CPI da Previdência e foi um dos proponentes do Congresso Nacional da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social quando presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip), de 2015 a 2017, atualmente é um dos coordenadores dos Estudos Socioeconômicos da Anfip a direção da Associação Gaúcha dos Auditores Fiscais da Receita Federal – *Leia entrevista*.

"Nada nesse país foi tão saqueado ao longo dos últimos 90 anos quanto a Previdência, que teve seus recursos utilizados por governos na construção de Brasília e na ponte Rio-Niterói, por exemplo, e na criação de estatais como a CSN. Quando essas estatais foram privatizadas, os recursos não voltaram para o sistema previdenciário". Um levantamento do Inep mostrou que de 1966 a 1999, foram desviados R$ 400 bilhões da Previdência, o equivalente a R$ 1,5 trilhão na atualidade.

Segala, da Federação dos Metalúrgicos: "Nosso desafio é fazer com que o trabalhador se enxergue dentro da Previdência"

Foto: Igor Sperotto

"Nós sabemos que há necessidades de ajustes na Previdência, mas há uma enormidade de ralos que não são solucionados por essa reforma", explicou. Um exemplo é a sonegação fiscal. "Em 2007, a Receita Federal tinha 4.180 fiscais, hoje não há mais que 600 pessoas voltadas para combater a sonegação, a inadimplência e os desvios na Previdência", ilustrou. Segundo Romero, a recuperação de ativos pelo sistema oscila em 1,5% ao ano, ao passo que a sonegação aumenta 16% ao ano. Ao concluir, lembrou que o sistema beneficia 112 milhões de pessoas e poderá ser extinto em nome dos interesses "de meia dúzia de banqueiros". "A capitalização e a desconstitucionalização representam o fim da Previdência", alertou.

Em sua exposição, Lírio Segala, presidente da Federação dos Metalúrgicos, afirmou que a maioria dos trabalhadores não tem consciência em relação ao conteúdo da reforma, estão sendo enganados, e que o projeto deixa muitas questões em aberto para serem resolvidas por leis ordinárias. "Temos pouco espaço para explicar para os trabalhadores o que vai acontecer, como vai ficar a sua aposentadoria com essa reforma. As pessoas não querem ouvir, porque estão contaminadas com o discurso da mídia oficial que sustenta que a Previdência dá prejuízo e que a reforma vai atacar privilégios. Nós vivemos em um país de miseráveis. E se for aprovada a reforma da Previdência, seremos um país de indigentes, de velhos doentes, sem condições mínimas de sobrevivência. E muitas vezes é difícil fazer com que as pessoas entendam isso", desabafou, relatando a postura da maioria quando abordada pelas lideranças sindicais. De acordo com o dirigente, o movimento sindical está ampliando a mobilização para que os trabalhadores tenha acesso ao conteúdo da reforma, por meio de plenárias, manifestações e atos públicos. Ele destaca que a apatia de grande parte da população está relacionada ao fato de que, assim como a reforma trabalhista, a mudança nas regras da Previdência terá um impacto de médio e longo prazo na vida das pessoas. "Nosso desafio é fazer com que o trabalhador se enxergue dentro da Previdência", disse.

Pimenta: "A Previdência é o grande filé para o capital financeiro"

Foto: Igor Sperotto

O líder da bancada do PT na Câmara, deputado Paulo Pimenta (RS), lembrou que a PEC 06/2019 está inserida em um contexto de reestruturação do capital internacional, que abandonou as guerras para investir no domínio dos recursos naturais, petróleo, água energia, terra para produzir alimentos, e novos mercados que se abrem com as privatizações. "No Brasil, assim como na América Latina, o grande capital enxerga um território rico em recursos naturais, um mercado extraordinário a ser explorado, que vale trilhões de reais, na área da saúde, da educação. A Previdência é o grande filé", resumiu. Isso explica a proposta de entregar a previdência dos brasileiros nas mãos dos bancos sob o argumento de que o sistema é deficitário. "O debate sobre uma política de seguridade social não pode ser de natureza fiscal. A previdência não é o caminho para encontrar o caminho do equilíbrio das contas públicas, como não é a saúde, como não é a assistência social. Isso é o pacto da Constituição de 1988". O parlamentar explicou que orientou a bancada a não apresentar propostas de emendas ao projeto da reforma da Previdência, que considera uma armadilha em todo o seu conteúdo. "Não adianta passar perfume em porco", comparou.

Cássio Bessa, diretor do Sinpro/RS, coordenou a mesa do painel "As perspectivas de aposentadoria dos professores", com a economista Anelise Manganelli (E) e os advogados Tiago Kidnick e Diana dos Santos

Foto: Igor Sperotto

CHEQUE EM BRANCO – O segundo painel do Sinpro/RS Debate abordou o tema As perspectivas de aposentadoria dos professores, sob a coordenação de Cássio Bessa, diretor do Sindicato. Em sua apresentação, a economista do Dieese Anelise Manganelli projetou a comparação de aposentadorias pelo sistema em vigor e como seriam após uma eventual reforma do sistema. Ela alertou para o desconstitucionalização contida na proposta. "A reforma é um cheque em branco ao legislador. Joga todo o sistema para a regulamentação por leis complementares. A PEC repete 67 vezes o termo Lei Complementar", ilustrou.

Foto: Igor Sperotto

A advogada previdenciária Diana Lunardi dos Santos, ao analisar os impactos da reforma para os professores, reforçou as críticas à desconstitucionalização das regras de proteção social pactuadas na Constituição de 1988 e destacou que as mudanças previstas na PEC 06/2019 não são do conhecimento da sociedade. "Hoje nós conseguimos um mínimo de mobilização porque a infraconstitucionalização das regras da Previdência torna a Lei mais difícil de alterar. Com a reforma, acordaremos no dia de amanhã sem saber o que está acontecendo com a nossa aposentadoria. Isso não está sendo debatido na grande mídia, que está abordando aspectos secundários e a população não sabe o que está acontecendo", sintetizou.

No painel de encerramento do evento, o advogado Tiago Kidnick, presidente da Associação Brasileira de Advogados (ABA), destacou que "não vela a pena lutarmos em separado por uma categoria no texto da reforma da Previdência, porque todos são afetados". O advogado projetou exemplos de aposentadorias de trabalhadores privados e do setor público com base nas mudanças previstas no projeto e demonstrou as dificuldades impostas pelas regras de transição: "é uma regra de transição para inglês ver", criticou. "A regra de transição sempre foi uma coisa muito importante para nós advogados, porque é o respeito na expectativa de direito, à contribuição, ao plano de vida de uma pessoa. O que eles estão mostrando com esse texto é que não têm respeito pelo trabalho e pela expectativa de direito dos trabalhadores", destacou.

- # Chilenos exigem o fim da capitalização da Previdência

https://horadopovo.org.br/chilenos-exigem-ajuste-de-20-nas-aposentadorias-e-fim-do-sistema-de-capitalizacao/?fbclid=IwAR1P6qWAFwycYFIKt2GvmW37Ich2NW0wA7HUItE7szP0n6lTjnNV_I5eeAM

Por Hora do Povo Publicado em 1 de abril de 2019

Chilenos foram às ruas de Santiago e outras cidades no domingo (31) por "Pensões dignas" e pelo fim da previdência privada imposta por Pinochet. (AFP)

LEONARDO WEXELL SEVERO

Com faixas, cartazes e camisetas condenando o sistema de capitalização implantado pela ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990), e identificando as Administradoras de Fundos de Pensão (AFPs) com “Abuso, Fraude e Pobreza”, uma multidão tomou as ruas de Santiago e das principais cidades do Chile neste domingo para exigir o aumento imediato de 20% nas aposentadorias e um “novo modelo previdenciário digno, com redistribuição solidária”.

“Não quero que o meu futuro seja igual ao presente da minha avó”, denunciou uma jovem, erguendo bem alto sua cartolina. “Parem de nos roubar, acabem com as AFP”, reforçou uma outra. Como elas, milhares de manifestantes disseram um sonoro não à reforma que o presidente Sebastián Piñera quer implementar, mantendo o figurino neoliberal ditado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial.

“Piñera pretende continuar incorporando medidas que não fazem nada além de manter o respirador artificial deste sistema que está em colapso, o que parece

ser uma provocação", declarou Luis Mesina, porta-voz do movimento No+AFP, organizador da mobilização, para quem "é hora de vincular, pouco a pouco, passo a passo as lutas dos movimentos sociais". Entre as pautas que merecem destaque, indicou, está a luta contra o Tratado Integral e Progressivo da Parceria Transpacífico (TPP 11), celebrado recentemente no Chile, que entrega plenas garantias ao capital estrangeiro. Até sua assinatura, o documento permaneceu em segredo, passando por cima do Congresso e da cidadania. "Se aceitarmos que se consume esse TPP", alertou, "perderemos parte importante da nossa soberania e, consequentemente, nossa reivindicação para retomar a Seguridade Social ficará muito mais complexa".

A preocupação procede. Neste momento, as AFPs são controladas por companhias transnacionais que especulam com um patrimônio coletivo de US$ 220 bilhões dos chilenos, dinheiro equivalente a 2/3 do seu Produto Interno Bruto (PIB). Dois terços destes recursos, US$ 151,9 bilhões, se encontram, segundo a Fundação Sol, sob o controle de três empresas norte-americanas: Habitat, US$ 57,76 bilhões (27,4%); Provida, US$ 53,03 bilhões (25,2%) e Cuprum, US$ 41,14 (19,5%).

APITOS E TAMBORES

De forma uníssona, apitos e tambores fizeram ressoar o repúdio ao sistema que o governo Piñera quer perpetuar, através da redobrada chantagem aos parlamentares – já que não tem maioria nem na Câmara nem no Senado.

A privatização da Previdência chilena foi implementada em 1981 via capitalização individual, num processo que contou com a participação de José Piñera, irmão de Sebastián, então ministro do Trabalho e Previdência Social de Pinochet.

O fato é que embora tenham prometido taxas de retorno de 70% e inclusive de 100% da remuneração quando chegasse o ano de 2020, hoje as pessoas ficam pobres ao se aposentar. A própria Superintendência de Pensões reconhece que quem se aposentava com US$ 700 tem atualmente uma taxa de retorno de apenas 33% se é trabalhador e de tão somente 25% se é trabalhadora, o que equivale a míseros US$ 231 e US$ 175, respectivamente.

"O grande problema é que esta realidade é invisibilizada pelos grandes meios de comunicação, pelos canais de rádio e televisão, que manipulam grosseiramente a realidade, divulgando mentiras e escondendo verdades", apontou Luis Mesina. O coordenador do movimento NO + AFP citou como exemplo um recente estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que "desmente de forma

contundente que o sistema de Seguridade Social, complementar e solidário como o que defendemos, está quebrado nos países onde foi implementado". "Os sistemas privados são os únicos que geram desigualdade social, aumento do gasto fiscal e deterioração das aposentadorias, entre os quais o chileno está entre os mais brutais", assinalou.

"Milhares de chilenos voltaram a marchar e exigir de forma clara e contundente que se ponha fim a esta grande fraude e que seja criado um sistema que garanta benefícios justos e deixe de ser um negócio para os grandes grupos econômicos, para banqueiros e companhias estrangeiras", declarou Luis Mesina, frisando que "nossa estratégia não é seguir marchando, mas vigiar como votam os parlamentares que se dizem de oposição". "Os parlamentares não podem se deixar pressionar pela chantagem e devem passar a exigir uma transformação estrutural da Previdência", frisou.

Para a presidenta da Central Unitária de Trabalhadores (CUT-Chile), Bárbara Figueroa, os parlamentares precisam levar em conta a proposta que foi entregue recentemente pelo movimento popular, "pois foi a única reivindicação feita a partir de uma consulta, de um amplo debate e que tem o peso específico da cidadania e o respaldo das massivas mobilizações". "Um sistema de pensão justo precisa agora ser incorporado na agenda", asseverou.

CONSOLIDAÇÃO DA FRAUDE

"Se uma professora tem uma renda de 150 mil pesos e tem que comprar um remédio de 80 mil não lhe sobra nada, sequer para comer. Estas são as aposentadorias pagas por esse sistema. E o projeto levado pelo governo ao Congresso não corrige, bem pelo contrário: consolida este modelo, consolida a fraude, e por isso queremos que seja rechaçado", explicou o presidente do Sindicato dos Professores do Chile, Mario Aguilar. Na verdade, sustentou, "precisamos construir um sistema previdenciário de verdade, de distribuição solidária".

Marchando ao lado das lideranças sindicais, estudantis e comunitárias, o deputado Boris Barrera destacou que "somos milhares contra um sistema que empobrece os trabalhadores".

"Me parece vergonhoso que não tenhamos um sistema que garanta uma aposentadoria digna, que as pessoas terminem vivendo em condições miseráveis", acrescentou o deputado Tomás Hirsch.

Ao concluir o ato, Luis Mesina reiterou que a iniciativa popular de lei entregue pela NO + AFP “não provoca destruição da poupança interna, não gera desequilíbrios fiscais, baixa nos primeiros cinco anos de sua implementação o gasto público em mais de 1%, não reduz as economias acumuladas individualmente, mas complementa esta poupança e o mais importante: permite de forma gradual num prazo de cinco anos estabelecer uma aposentadoria base, universal, de um salário mínimo”.

Isso é muito importante, esclareceu a vice-presidenta da CUT Chile, Amália Pereira, pois “após a privatização os trabalhadores se aposentam com tão somente 1/3 do último salário”.

O resultado desta situação tem se refletido no agravamento da depressão e do número de suicídios. Conforme o Estudo Estatísticas Vitais, do Ministério de Saúde e do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), entre 2010 e 2015, 936 adultos maiores de 70 anos tiraram sua própria vida. O levantamento aponta que os maiores de 80 anos apresentam as maiores taxas de suicídio – 17,7 por cada 100 mil habitantes – seguido pelos segmentos de 70 a 79 anos, com uma taxa de 15,4, contra uma taxa média nacional de 10,2. Conforme o Centro de Estudos de Velhice e Envelhecimento são índices mórbidos, que crescem ano e ano, e refletem a “mais alta taxa de suicídios da América Latina”.

- **PSOL pede explicações sobre escritório de lobby em prol da reforma da Previdência**

3 de abril de 2019 por Esmael Morais - https://www.esmaelmorais.com.br/2019/04/psol-pede-explicacoes-sobre-escritorio-de-lobby-em-prol-da-reforma-da-previdencia/

O PSOL protocolou um pedido de informações na Câmara para o ministro da Economia, Paulo Guedes, sobre matéria publicada no Estadão do último domingo (31) que trata do convite da Secretaria da Previdência para que um grupo de empresários utilize espaço físico localizado no edifício do Ministério da Economia como um escritório de lobby em prol da reforma da Previdência.

LEIA TAMBÉM:

Sindicatos iniciam coleta de assinaturas contra desmonte da Previdência nesta quinta

“Se confirmado o convite, trata-se de fato gravíssimo de improbidade administrativa decorrente da violação dos princípios constitucionais da administração pública (art. 37 da Constituição Federal)”, diz o pedido do PSOL assinado pela sua bancada.

Na reportagem, o presidente do movimento Brasil 200, grupo formado por empresários, Gabriel Rocha Kanner, diz que a Secretaria da Previdência ofereceu um espaço para que o grupo participe da elaboração de ajustes à proposta.

A ideia, segundo Kanner, é formar uma aliança com o governo para a troca de informações, tanto sobre adaptações do texto quanto à possibilidade de aprovação.

Com informações do Estadão

- **Chilenos exigem reajuste nas aposentadorias e fim do sistema de capitalização**

https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/america-latina/55565/chilenos-exigem-reajuste-nas-aposentadorias-e-fim-do-sistema-de-capitalizacao?fbclid=IwAR3DATnkVhxhHCqEMAkop2gNcG8jbZLWiXpRPV8RCzqI3Y71DlzxX-N8Jg4

- **Milhares de manifestantes disseram um sonoro não à reforma que o presidente Sebastián Piñera quer implementar**

LEONARDO WEXELL SEVERO - *Santiago (Chile) - 2 de abr de 2019 às 13:12*

Com faixas, cartazes e camisetas condenando o sistema de capitalização implantado pela ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990), e identificando as Administradoras de Fundos de Pensão (AFPs) com “Abuso, Fraude e Pobreza”, uma multidão tomou as ruas de Santiago e das principais cidades do Chile neste domingo para exigir o aumento imediato de 20% nas aposentadorias e um “novo modelo previdenciário digno, com redistribuição solidária”.

“Não quero que o meu futuro seja igual ao presente da minha avó”, denunciou uma jovem, erguendo bem alto sua cartolina. “Parem de nos roubar, acabem com as AFP”, reforçou uma outra. Como elas, milhares de manifestantes disseram um sonoro não à reforma que o presidente Sebastián Piñera quer implementar, mantendo o figurino neoliberal ditado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial.

“Piñera pretende continuar incorporando medidas que não fazem nada além de manter o respirador artificial deste sistema que está em colapso, o que parece ser uma provocação”, declarou Luis Mesina, porta-voz do movimento NO+AFP, organizador da mobilização, para quem “é hora de vincular, pouco a pouco, passo a passo as lutas dos movimentos sociais”. Entre as pautas que merecem destaque, indicou, está a luta contra o Tratado Integral e Progressivo da Parceria Transpacífico (TPP 11), celebrado recentemente no Chile, que entrega plenas garantias ao capital estrangeiro. Até sua assinatura, o documento permaneceu em segredo, passando por cima do Congresso e da cidadania. “Se aceitarmos que se consume esse TPP”, alertou, “perderemos parte importante da nossa soberania e, consequentemente, nossa reivindicação para retomar a Seguridade Social ficará muito mais complexa”.

A preocupação procede. Neste momento, as AFPs são controladas por companhias transnacionais que especulam com um patrimônio coletivo de US$ 220 bilhões dos chilenos, dinheiro equivalente a 2/3 do seu Produto Interno Bruto (PIB). Dois terços destes recursos, US$ 151,9 bilhões, se encontram, segundo a Fundação Sol, sob o controle de três empresas norte-americanas: Habitat, US$ 57,76 bilhões (27,4%); Provida, US$ 53,03 bilhões (25,2%) e Cuprum, US$ 41,14 (19,5%)

Apitos e tambores

De forma uníssona, apitos e tambores fizeram ressoar o repúdio ao sistema que o governo Piñera quer perpetuar, através da redobrada chantagem aos parlamentares – já que não tem maioria nem na Câmara nem no Senado.

A privatização da Previdência chilena foi implementada em 1981 via capitalização individual, num processo que contou com a participação de José Piñera, irmão de Sebastián, então ministro do Trabalho e Previdência Social de Pinochet.

O fato é que embora tenham prometido taxas de retorno de 70% e inclusive de 100% da remuneração quando chegasse o ano de 2020, hoje as pessoas ficam

pobres ao se aposentar. A própria Superintendência de Pensões reconhece que quem se aposentava com US$ 700 tem atualmente uma taxa de retorno de apenas 33% se é trabalhador e de tão somente 25% se é trabalhadora, o que equivale a míseros US$ 231 e US$ 175, respectivamente.

“O grande problema é que esta realidade é invisibilizada pelos grandes meios de comunicação, pelos canais de rádio e televisão, que manipulam grosseiramente a realidade, divulgando mentiras e escondendo verdades”, apontou Luis Mesina. O coordenador do movimento NO+AFP citou como exemplo um recente estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que “desmente de forma contundente que o sistema de Seguridade Social, complementar e solidário como o que defendemos, está quebrado nos países onde foi implementado”. “Os sistemas privados são os únicos que geram desigualdade social, aumento do gasto fiscal e deterioração das aposentadorias, entre os quais o chileno está entre os mais brutais”, assinalou.

“Milhares de chilenos voltaram a marchar e exigir de forma clara e contundente que se ponha fim a esta grande fraude e que seja criado um sistema que garanta benefícios justos e deixe de ser um negócio para os grandes grupos econômicos, para banqueiros e companhias estrangeiras”, declarou Luis Mesina, frisando que “nossa estratégia não é seguir marchando, mas vigiar como votam os parlamentares que se dizem de oposição”. “Os parlamentares não podem se deixar pressionar pela chantagem e devem passar a exigir uma transformação estrutural da Previdência”, frisou.

Para a presidenta da Central Unitária de Trabalhadores (CUT-Chile), Bárbara Figueroa, os parlamentares precisam levar em conta a proposta que foi entregue recentemente pelo movimento popular, “pois foi a única reivindicação feita a partir de uma consulta, de um amplo debate e que tem o peso específico da cidadania e o respaldo das massivas mobilizações”. “Um sistema de pensão justo precisa agora ser incorporado na agenda”, asseverou.

Consolidação da fraude

“Se uma professora tem uma renda de 150 mil pesos e tem que comprar um remédio de 80 mil não lhe sobra nada, sequer para comer. Estas são as aposentadorias pagas por esse sistema. E o projeto levado pelo governo ao Congresso não corrige, bem pelo contrário: consolida este modelo, consolida a fraude, e por isso queremos que seja rechaçado”, explicou o presidente do Sindicato dos Professores do Chile, Mario Aguilar. Na verdade, sustentou, “precisamos construir um sistema previdenciário de verdade, de distribuição solidária”.

Marchando ao lado das lideranças sindicais, estudantis e comunitárias, o deputado Boris Barrera destacou que “somos milhares contra um sistema que empobrece os trabalhadores”.

“Me parece vergonhoso que não tenhamos um sistema que garanta uma aposentadoria digna, que as pessoas terminem vivendo em condições miseráveis”, acrescentou o deputado Tomás Hirsch.

Ao concluir o ato, Luis Mesina reiterou que a iniciativa popular de lei entregue pela NO+AFP “não provoca destruição da poupança interna, não gera desequilíbrios fiscais, baixa nos primeiros cinco anos de sua implementação o gasto público em mais de 1%, não reduz as economias acumuladas individualmente, mas complementa esta poupança e o mais importante: permite de forma gradual num prazo de cinco anos estabelecer uma aposentadoria base, universal, de um salário mínimo”.

Isso é muito importante, esclareceu a vice-presidenta da CUT Chile, Amália Pereira, pois “após a privatização os trabalhadores se aposentam com tão somente 1/3 do último salário”.

O resultado desta situação tem se refletido no agravamento da depressão e do número de suicídios. Conforme o Estudo Estatísticas Vitais, do Ministério de Saúde e do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), entre 2010 e 2015, 936 adultos maiores de 70 anos tiraram sua própria vida. O levantamento aponta que os maiores de 80 anos apresentam as maiores taxas de suicídio – 17,7 por cada 100 mil habitantes – seguido pelos segmentos de 70 a 79 anos, com uma taxa de 15,4, contra uma taxa média nacional de 10,2. Conforme o Centro de Estudos de Velhice e Envelhecimento são índices mórbidos, que crescem ano e ano, e refletem a “mais alta taxa de suicídios da América Latina”.

*Leonardo Wexell Severo ´e colaborador da Diálogos do Sul

- **Centrais Sindicais publicam nota conjunta contra a PEC da Previdência**

15 de abril de 2019 por Esmael Morais

As Centrais Sindicais brasileiras publicaram uma nota conjunta contrária à Proposta de Emenda Constitucional da “reforma” da Previdência. A nota reafirma a total discordância com a proposta e com o relatório apresentado à Comissão de de Constituição e Justiça da Câmara, que poderá ser votado nesta semana.

PUBLICIDADE

LEIA TAMBÉM: Globo faz piada com os 100 dias de Bolsonaro; assista

Segundo as Centrais, a “nova Previdência vai exatamente desconstruir a proteção social e jogar a velhice na miséria.”

E vai além: “Nossa luta é por uma Previdência Social Pública, universal e solidária, com um piso não inferior a um salário mínimo, que amplie a proteção social e os direitos.”

Leia a íntegra na nota:

“Nota das centrais sindicais sobre a proposta de reforma da Previdência

Tendo em vista a previsão de votação de admissibilidade da PEC 06, que trata da reforma da Previdência na Comissão de Constituição e Justiça, no próximo dia 16/04, as centrais sindicais do Brasil, reafirmam a sua unidade e a total discordância com o relatório apresentado pelo relator, uma vez que ele tem como objetivo principal o desmantelamento da proteção social duramente conquistada pelos brasileiros, uma conquista, como reconhece o próprio governo, que “poucos países emergentes foram capazes de estruturar”, e que foi capaz de erradicar a pobreza entre idosos. Esta “nova Previdência” vai exatamente desconstruir a proteção social e jogar a velhice na miséria. Não temos dúvida que a retirada de direitos históricos dos trabalhadores e trabalhadoras do País, é o objetivo deste governo.

É inadmissível, e não podemos aceitar, que os trabalhadores e trabalhadoras tenham de trabalhar e contribuir por 40 anos para ter acesso à aposentadoria integral, que professores e professoras tenham de trabalhar até os 60 anos, que os Benefícios de Prestação Continuada (BPC) sejam reduzidos a R$ 400,00 até os 65 anos de idade, que homens e mulheres do campo tenham acesso dificultado e se aposentem com a mesma idade. É cruel a redução das

pensões por morte, que atingem principalmente as famílias pobres. Estes são apenas alguns exemplos dos enormes prejuízos que essa pretensa reforma vai trazer para os trabalhadores e trabalhadoras, e também para a população carente do Brasil.
Enquanto isto, grandes empresas, bancos e milionários acumulam dívidas de quase R$ 400 bilhões que não são cobradas, e o governo deixa de arrecadar quase R$ 300 bilhões em desonerações. A verdadeira intenção desta reforma é acabar com o atual Sistema Previdenciário e de Seguridade Social para entregar aos banqueiros, por meio de um sistema de capitalização privado, sem contribuição dos empregadores e do Estado, que vão administrar a poupança dos trabalhadores e trabalhadoras e lucrar bilhões com a especulação no mercado financeiro, enquanto os trabalhadores e trabalhadoras terão os valores de suas aposentadorias reduzidos e o seu acesso cada vez mais dificultado. As centrais sindicais não aceitam o regime de capitalização que, como aconteceu em outros países, vai jogar milhões na miséria.
As centrais sindicais não aceitam, também, a retirada dos direitos. Nossa luta é por uma Previdência Social Pública, universal e solidária, com um piso não inferior a um salário mínimo, que amplie a proteção social e os direitos. Por isto, estamos mobilizando os trabalhadores e trabalhadoras nos locais de trabalho, nos municípios e nas comunidades, para lutarem contra esta nefasta proposta de reforma da Previdência. Estamos realizando um abaixo-assinado que vai colher milhões de assinaturas contra a reforma para ser entregue aos parlamentares. E vamos realizar um grande 1º de Maio unitário e nacional, com todas as centrais sindicais, onde deveremos anunciar as próximas etapas desta nossa luta.
São Paulo, 12 de abril de 2019
Adílson Araújo, presidente da CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
Vagner Freitas, presidente da CUT – Central Única dos Trabalhadores
Miguel Eduardo Torres, presidente da Força Sindical
Ricardo Patah, presidente da UGT – União Geral dos Trabalhadores
Antonio Neto, presidente da CSB – Central dos Sindicatos Brasileiros
José Calixto Ramos, presidente da Nova Central Sindical”
https://www.esmaelmorais.com.br/2019/04/centrais-sindicais-publicam-nota-conjunta-contra-a-pec-da-previdencia/

- **Quem ganha e quem perde com a reforma da Previdência**

Milton Saldanha, jornalista - jornaldance@uol.com.br
O SUS não é ruim. O SUS é sabotado. Isso muda tudo.

Com a sabotagem, o SUS funciona mal e as pessoas migram para os planos de saúde privados. São bilhões, por ano, injetados no setor. Só em 2016, foram 160 bilhões de reais, na estimativa mais conservadora, que não inclui o caixa dois.

Se o SUS funcionar como deve, com os recursos da Seguridade Social bem aplicados, sem desvios e sem corrupção, quem vai continuar pagando plano privado de saúde?

Detalhe: o ex-ministro da Saúde do governo Temer, deputado Ricardo Barros (PP), investigado por corrupção, é um conhecido defensor dos interesses da saúde privada. Foi o ministro que afirmou que o Brasil tem hospitais demais. É de chorar. Mas de raiva.

A mesma lógica se aplica à reforma da Previdência, repleta de mentiras na campanha publicitária do governo Temer e agora do Bolsonaro. Campanha que lembra o estilo Collor, quando candidato a presidente, que prometia acabar com os marajás. O clássico me engana que eu gosto.

Agora eles prometem acabar com os privilégios. Mentira, pois sequer tiveram coragem para incluir os militares na regra geral.

Os privilégios não serão tocados e os trabalhadores de menor renda serão os penalizados. Ou alguém acredita mesmo que vão extinguir as aposentadorias precoces e milionárias dos parlamentares e dos magistrados?

Assim como sabotam o SUS, essa reforma sem discussão com a sociedade vai sabotar a Previdência. O efeito será o mesmo alcançado com os planos de saúde: uma massa substancial da economia vai migrar para os planos de previdência privada.

Que são controlados pelos grandes bancos. Se hoje já ganham muito, vão ganhar muito mais. Isso explica a sede de se fazer a reforma, sem esgotar o debate, sobretudo com a parte fraca da questão, aquela que pagará todos os meses, por décadas, e não conseguirá se aposentar, morrendo antes dos prazos legais.

Nisso estará a ajuda da falência induzida do SUS, um crime contra a população de baixa e média renda. Formada, em grande parte, por ignorantes que não percebem nada disso e apóiam todas as sacanagens contra eles próprios.

Enquanto isso, os arquitetos desse modelo proposto, e suas famílias, se tratam em hospitais padrão Einstein, sem filas.

Eles vão criar planos para todos os bolsos. Vão arrecadar uma massa monumental da poupança popular.

Mas no final estarão pagando merrecas aos cotistas de menor renda, consumando o grande golpe. Fora os riscos de calote, como já aconteceu no passado, com os montepios, escândalos que não resultaram na punição de ninguém.

Um deles, o da Família Militar, criado em Porto Alegre, durante a ditadura, prometia às viúvas pensões com valor equivalente ao soldo de coronel do Exército. Na hora de honrar os pagamentos, as pensões mal alcançavam o soldo de cabo. O Montepio quebrou, na década de 1980, e quem comprou

seus planos perdeu tudo.
Como são poucos os que apreciam as lições do passado, a maioria que nada aprendeu com elas será sempre a prejudicada. Ignorância tem preço.
Exatamente como já acontece com os planos de saúde baratinhos. Perguntem se alguém consegue atendimento. Com que qualidade, quando consegue. Cirurgia, então...
Esse é o pulo do gato. O que o discurso do governo esconde é o interesse dos bancos nos planos de previdência privados.
Além do excedente gerado, que ajudará a financiar o setor. Será como juntar a mosca e o mel. Uma festa para os rentistas.
Meirelles, o artífice disso, representava os bancos no poder, diretamente, sem intermediários. Guedes apenas segue a cartilha.
Se isso não fosse verdade eles abririam o amplo debate, que realmente seria necessário e salutar, com a exposição clara dos números.
Vale lembrar que todas as fontes de receita da Seguridade Social, alicerçadas na Constituição de 1988, quando somadas, revelam superávit e não déficit. O alegado déficit resulta do cálculo que não contempla mais do que duas fontes. Seria como você ganhar três ou mais salários e calcular seu orçamento apenas com um.
Cabe discutir também a expectativa de vida dos brasileiros por região, porque a mesma regra que se aplica ao Paraná, por exemplo, não serve para o Maranhão. Se o Brasil é desigual, a lei não pode ser igual para todos.

Trabalhador levará 40 anos para chegar a 100% do benefício na nova Previdência

https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,trabalhador-levara-40-anos-para-chegar-a-100-do-beneficio-na-nova-previdencia,70002728936?utm_source=estadao%3Afacebook&utm_medium=link&fbclid=IwAR0hMWKp76uWmKybPQBNTdOjqZt6tCScWSljNWVFyh3LeiITIyaaup7bJXc

Ministério também confirmou que segurados que ganham mais de um salário mínimo terão direito a 60% do benefício ao completar 20 anos de contribuição

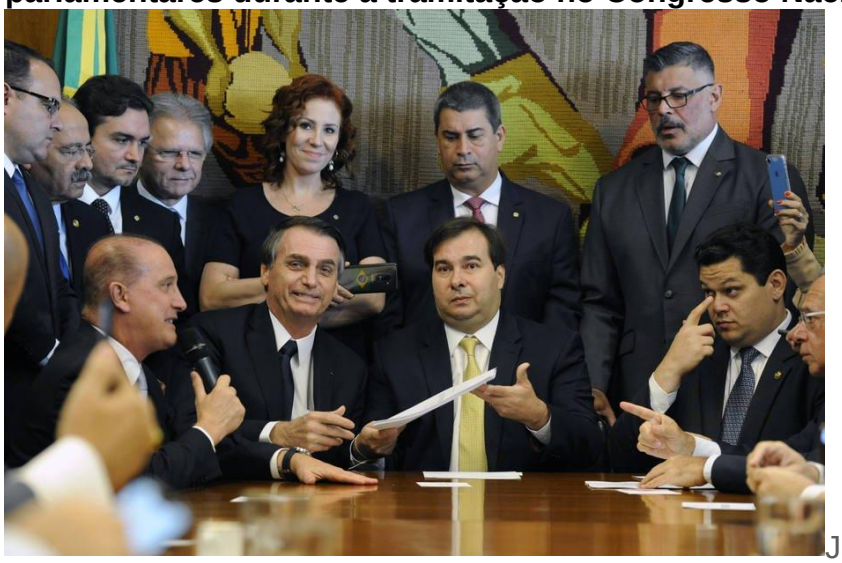
Adriana Fernandes, Idiana Tomazelli e Eduardo Rodrigues, O Estado de S.Paulo

20 de fevereiro de 2019 | 10h58

O Ministério da Economia confirmou nesta quarta-feira, 20, que os brasileiros que ganham acima de um salário mínimo precisarão contribuir por 40 anos para conseguir se aposentar com 100% do salário de contribuição (cujo teto hoje é de

R$ 5,839 mil). A regra havia sido adiantada pelo Estadão/Broadcast ainda **no dia 4 de fevereiro, por meio da minuta da proposta.**

Para quem ganha o piso, nada muda, uma vez que o texto proíbe o pagamento de qualquer aposentadoria abaixo de um salário mínimo (hoje, em R$ 998). Mesmo assim, essa regra **deve ser um dos focos de resistência dos parlamentares durante a tramitação no Congresso Nacional.**



Jair Bolsonaro entrega a proposta de reforma da Previdência para o presidente da Câmara, Rodrigo Maia. Foto: Luis Macedo/Câmara dos Deputados

O ministério também confirmou que os segurados que ganham mais de um salário mínimo vão ter direito a 60% do benefício ao completar 20 anos de contribuição - que passaria a ser o tempo mínimo de contribuição, hoje em 15 anos. A cada ano adicional, são conquistados mais 2 pontos porcentuais. Por exemplo, quem conseguir ficar 35 anos recolhendo para a Previdência vai receber 90% do salário de contribuição.

A regra vale tanto para o INSS quanto para o regime dos servidores públicos, embora o tempo mínimo de contribuição a ser exigido seja diferente. Enquanto no INSS será de 20 anos, para o funcionalismo seria de 25 anos. Para professores, que, pela proposta, seriam contemplados com idade mínima menor (60 anos), a exigência seria de 30 anos de contribuição.

• Reforma da Previdência e risco da ditadura institucional

J. Carlos de Assis

Por que um grupo de cidadãos brasileiros tem se esforçado por informar a sociedade, e sobretudo aos pobres, sobre o conteúdo absolutamente perverso da reforma da Previdência pretendida pelo governo Bolsonaro? Seria por razões político-eleitorais? Seria por interesse financeiro pessoal? Nada disso. A razão é simples. Essa pretensa reforma esconde por baixo da aparência técnica mecanismos de destruição da Previdência pública, liquidando direitos sociais dos mais pobres e consolidando privilégios dos mais ricos. Para quem é honesto, trata-se de reagir à pior forma de corrupção, a corrupção introduzida por lei.

É um dever de consciência nosso - seja dos que cumprem o mandato cristão da caridade, seja dos que seguem os princípios civis de busca de igualdade e de fraternidade consagrados como base da democracia moderna - informar amplamente ao país que esta reforma, se passar, não se esgota nela mesma. Sendo uma violência contra direitos constitucionais, sobretudo dos mais pobres, abre caminho para a liquidação do que existe de estado de bem-estar social no Brasil e, numa extensão ainda maior, dos direitos civis, pois haverá, em tese, maioria parlamentar para isso.

Embora a tentativa de liquidação do sistema previdenciário atual seja uma infâmia em si mesma, suficiente para que se levante o clamor da opinião pública contra ela, o fato ainda mais grave é que, se a reforma passar, o Parlamento, como observado acima, estará respaldando legalmente uma decisão contrária aos interesses reais da imensa maioria do povo e dando uma espécie de salvo conduto a novas reformas constitucionais contra o que restará do projeto de estado de bem estar social que construímos ao longo de 80 anos.

Paulo Guedes, o mentor da reforma, não esconde seu objetivo de destruição do projeto de estado social brasileiro, consagrado na Constituição. Ele considera isso essencial para que se promova uma economia eficiente e liberal. As primeiras medidas nesse sentido aconteceram com Temer, na infame reforma trabalhista. Agora é o momento de transformar a Previdência num negócio de ricos, chamado de capitalização. Uma capitalização cujo capital é o sangue e o suor do trabalhador ou do autônomo, sem qualquer garantia quanto aos benefícios futuros.

Reforma desse tipo só se faz na ditadura, como no Chile de Pinochet. E é justamente nesse ponto que a decisão do Congresso tem significado que vai além da Previdência. Estamos numa situação política em que o Executivo está claramente contra os interesses do povo. O Judiciário tem estado numa posição ambígua na cúpula, e claramente também contra o povo na primeira instância. Se o Legislativo for para o mesmo caminho, apoiando por maioria qualificada a reforma, estaremos numa espécie de ditadura institucionalizada que dispensa a participação militar.

Como evitar essa tragédia? O único caminho é derrotar o projeto de reforma previdenciária de Guedes. E não adianta achar que isso seja possível apenas com os votos de parlamentares de esquerda. Parlamentares do centro, e mesmo parlamentares eleitos na onda bolsonarista, de alguma forma podem ser sensibilizados pela realidade social brasileira à margem das duas mentiras centrais de Guedes: que a reforma vai ajudar a relançar a economia e o

emprego, e que a reforma acaba com privilégios. Aliás, nesse último ponto, basta perguntar a Guedes: “quais são esses privilegiados? Os beneficiários da renda mensal vitalícia que passariam a ganhar 400 reais em lugar de um salário mínimo”?

Os parlamentares ainda indecisos precisam ser informados, de forma honesta e num plano suprapartidário, que o regime de capitalização proposto por Guedes é um engodo. Uma vez adotado, ele expulsaria do sistema previdenciário o regime de partição que caracteriza a Previdência pública. É que, na capitalização, os empresários não contribuiriam para a aposentadoria do empregado. Obviamente, empurrariam os trabalhadores para a capitalização, na qual só o trabalhador contribui. E certamente demitirão, ou não empregarão, os trabalhadores que insistirem em ficar no regime previdenciário público.

Eu ouvi com meus ouvidos a afirmativa de Guedes segundo a qual o novo regime seria melhor porque daria ao trabalhador a liberdade de escolher entre os dois regimes e de aprender sobre aplicação financeira. Tive vontade de vomitar. Com quase 14 milhões de desempregados e 27 milhões de subempregados na fila de espera de um emprego, qual trabalhador iria contrariar a “liberdade” do patrão de obrigá-lo a entrar no regime de capitalização, seja no primeiro emprego, seja na renovação forçada do antigo?

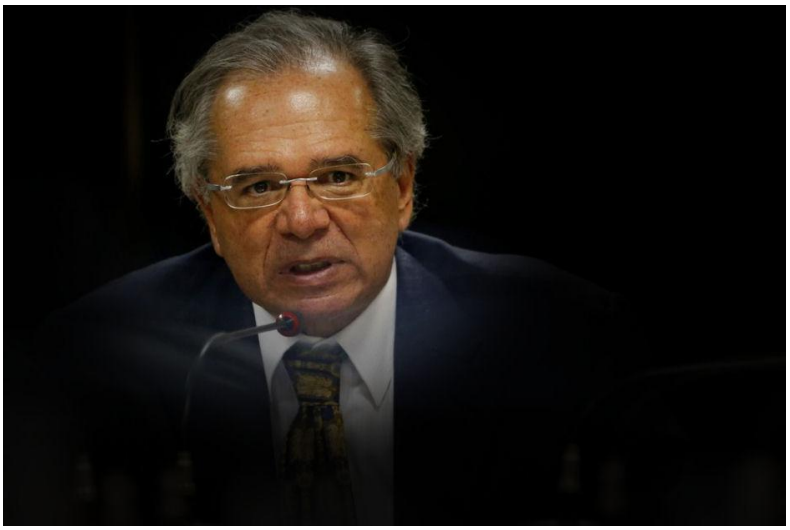
O destino no Brasil está em parte nas mãos de parlamentares jovens, inexperientes, alguns surpresos ainda hoje por sua eleição para a Câmara e o Senado. Creio que no mínimo alguns deles considerarão a base social conquistada e poderão se sentir de alguma forma fiéis ao povo, e não como escravos de Paulo Guedes, que acha que pode mudar o mundo com uma caneta, sem ter voto. Contudo, a chave desse processo é o povo, em si. As instituições que reúnem os oposicionistas estão sob o desafio de furar a bolha que os isolam das periferias a fim de pressionarem a parte honesta do Congresso a rejeitar a reforma da Previdência do Guedes.

- **De onde vem o nosso super-ministro da economia?**

Paulo Guedes navega na solidariedade com os interesses financeiros. Passar a previdência para o controle dos bancos privados, desvincular as receitas do Estado para que possam se apropriar do financiamento da educação, saúde e outras políticas sociais, buscar a apropriação da gestão do FGTS - tudo em nome de reduzir o déficit do Estado, aumentando o rombo que precisamente os bancos geram, é bastante coerente

Por Ladislau Dowbor

12/04/2019 11:18



Créditos da foto: (Agência Brasil/Arte Carta Maior)

Ninguém se reinventa. E ninguém é chamado para dirigir a 8ª economia do mundo sem ser apoiado por um conjunto de interesses. Neste país onde se cobra ao mês juros que no resto do mundo se cobra ao ano, e se afundou em dívidas 64 milhões de adultos, mas também as pequenas e médias empresas, e até o Estado com a dívida pública, vale a pena lembrar de quem se trata.

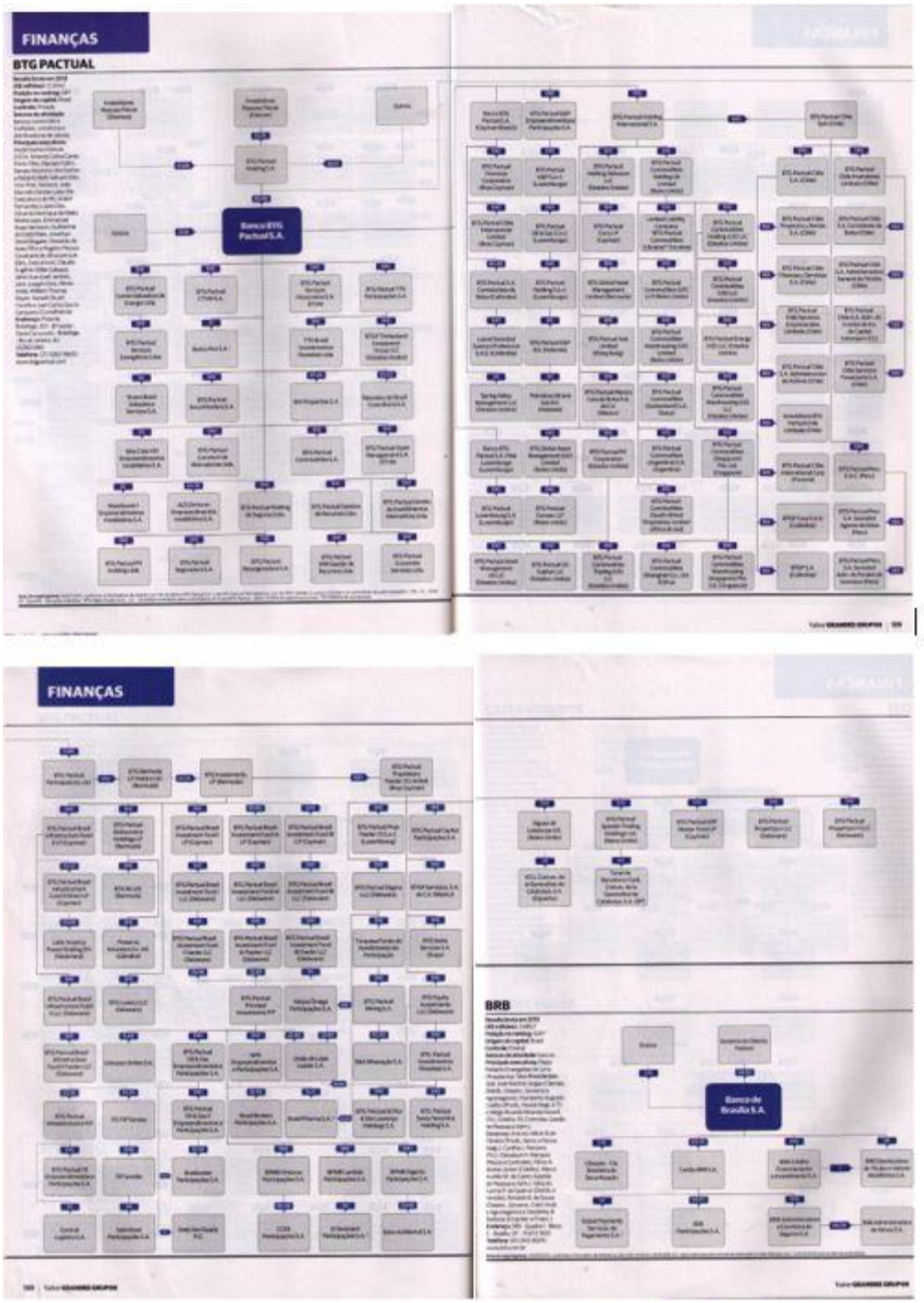
O Economist de 13 de dezembro de 2018, na reportagem “Jair Bolsonaro must tackle Brazil´s soaring pensions spending” apresenta o nosso novo ministro da Economia: “Paulo Guedes, who studied at the University of Chicago and co-founded BTG Pactual, Brazil’s foremost home-grown investment bank”. Portanto, universidade de Chicago, onde se formaram os chamados “Chicago boys” que apoiaram ditaduras e desastres sociais por onde passaram. E no Brasil, co-fundador do Banco BTG Pactual.

Vale a pena dar uma olhada no que é esse banco. O relatório anual do Valor Econômico de 2015 apresenta o conjunto de empresas controladas pelo grupo BTG Pactual. Setores de atividade: bancos comerciais e múltiplos, corretoras e distribuidoras de valores. Principal executivo André Santos Esteves. Co-fundador Paulo Guedes.

Investment bank parece respeitável, mas em inglês não existe o conceito de aplicação financeira, qualquer atividade especulativa é apresentada como investment. O Economist por vezes distingue productive investment e speculative investment. O que o Pactual faz mesmo é wealth management, ou seja, gestão de fortunas, trabalhando com o que se chama internacionalmente High Net Wealth Individuals, ajudando os muito ricos a ganhar mais dinheiro com dinheiro. E assegura também a intermediação financeira para empresas que buscam “otimizar” os seus fluxos financeiros, na linha do asset management. No conjunto, trata-se de otimizar os ganhos financeiros dos mais ricos. Não se trata, evidentemente, de desenvolver atividades produtivas, pelo contrário, trata-se de drená-las.

O mecanismo aparece de forma muito clara ao constatarmos a dimensão e importância da “ponte” que foi montada entre os grupos no Brasil e os paraísos fiscais. Elencamos aqui as empresas do BTG Pactual sediadas em paraísos fiscais. A quase totalidade com controle 100%. Não é ilegal ter filiais em paraísos fiscais, mas serve essencialmente para especulação, evasão fiscal, lavagem de dinheiro e acobertamento de corrupção, tanto de empresas como de pessoas físicas. Ter quase 40 filiais em paraísos fiscais deixa claro o perfil de atividades do banco. Não é o único, naturalmente, e o BTGPactual inclusive aprendeu com a UBS (Union des Banques Suisses).

Em 2015, o “Valor Grandes Grupos” publicou um organograma do BTG Pactual, nas páginas 128 a 131, que nos permite acompanhar a lista das filiais do banco. Ele pode ser acessado neste link – **http://dowbor.org/2019/04/btg-pactual-valor-grandes-grupos-2015.html/** –, ou clicando na imagem abaixo:



Ao observarmos o organograma acima, chegamos na lista das filiais do BTG localizadas em paraísos fiscais:

1. Banco BTG Pactual (Cayman Branch)

2. BTG Pactual Overseas Corporation (Ilhas Cayman)

3. BTG Pactual E&P S.a.r.l. (Luxemburgo)

4. BTG Pactual Chile International Limited (Ilhas Cayman)

5. BTG Pactual Oil & Gas S.a.r.l. (Luxemburgo)

6. BTG Pactual Carry L.P. (Cayman)

7. BTG Pactual Holding S.a.r.l. (Luxemburgo)

8. BTG Global Asset Management Limited (Bermuda)

9. Banco BTG Pactual S.A. Filial (Luxemburgo)

10. BTG Pactual Chile International Corp. (Panamá)

11. BTG Bermuda LP Holdco Ltd. (Bermuda)

12. BTG Investments LP (Bermuda)

13. BTG Pactual Proprietary Feeder (1) Limited (Ilhas Cayman)

14. BTG Pactual Brazil Infrastructure Fund II LP (Cayman)

15. BTG Pactual Reinsurance Holdings LP (Bermuda)

16. BTG Pactual Brazil Investment Fund I LP (Cayman)

17. BTG Pactual Brazil Investment Fund IA LP (Cayman)

18. BTG Pactual Brazil Investment Fund IB LP (Cayman)

19. BTG Pactual Prop Feeder (1) S.a.r.l. (Luxembourg)

20. BTG PactualBrazil Infrastructure Fund II Direct LP (Cayman)

21. BTG Re Ltd (Bermuda)

22. BTG Pactual Brazil Investment Fund I LLC (Delaware)

23. BTG Pactual Brazil Investment Fund IA LLC (Delaware)

24. Btg Pactual Brazil Investment Fund IB LLC (Delaware)

25. BTG Pactual Stigma LLC (Delaware)

26. Reserve Insurance Co Ltd (Gibraltar)

27. BTG Pactual Brazil Investment Fund I Feeder LLC (Delaware)

28. BTG Pactual Brazil Investment Fund IA Feeder LLC (Delaware)

29. BTG Pactual Brazil Investment Fund IB Feeder LLC (Delaware)

30. BTG Swiss Services S.A. (Suiça)

31. BTG Pactual Brazil Infrastructure Fund II LLC (Delaware)

32. BTG Loanco LLC (Delaware)

33. BTG Pactual Brazil Investment Fund I Feeder LLC (Delaware)

34. BTG Equity Investments LLC (Delaware)

35. BTG Pactual Brazil Infrastructure Fund II LLC (Delaware)

36. BTG Pactual ARF Master Fund LP (Cayman)

37. BTG Pactual Propertyco LLC (Delaware)

38. BTG Pactual Propertyco II LLC (Delaware)

É útil lembrar que segundo o Tax Justice Network de Londres, em 2012, o Brasil tinha 519,5 bilhões de dólares em paraísos fiscais, equivalentes a cerca de dois trilhões de reais, um estoque que representa, como ponto de referência, quase um terço do PIB do país. É dinheiro que não só não é reinvestido no país, como não paga impostos, e desarticula as políticas econômicas legais.

O site do banco apresenta, como todos, os seus elevados princípios éticos, integridade etc., e os lucros correspondem à altura. Na realidade, se trata evidentemente de drenos sobre a economia produtiva, e a densidade da rede de paraísos fiscais sob seu controle mostra bem o destino.(Para ver como funciona, veja o meu capítulo sobre paraísos fiscais no A Era do Capital Improdutivo, capítulo 6, com um vídeo de 12 minutos, http://dowbor.org/2018/08/curso-pedagogia-da-economia-com-ladislau-dowbor-instituto-paulo-freire-2018-15-aulas.html/).

O nosso super-ministro tem essas raízes, e navega na solidariedade com os interesses financeiros. Passar a previdência para o controle dos bancos privados, desvincular as receitas do Estado para que possam se apropriar do financiamento da educação, saúde e outras políticas sociais, buscar a

apropriação da gestão do FGTS – tudo em nome de reduzir o déficit do Estado, aumentando o rombo que precisamente os bancos geram, é bastante coerente.

Mas não corresponde às necessidades nem da massa da população que precisa de mais renda e crédito barato, nem das empresas que precisam da demanda dessas famílias para ter para quem vender e de crédito barato para poder investir. O déficit público? Se reduz justamente dinamizando a demanda das famílias e as atividades empresariais, que por sua vez geram mais receitas para o Estado. Há quatro anos estamos parados. O sistema financeiro tem de voltar a financiar a economia, não os rentistas.

Ladislau Dowbor, economista, é professor da PUC-SP, consultor de diversas agências das Nações Unidas e autor de numerosos livros e estudos técnicos disponíveis de forma aberta e gratuita em: .
Contato: ldowbor@gmail.com

***Publicado originalmente em diplomatique.org.br**

https://www.cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FPolitica%2FDe-onde-vem-o-nosso-super-ministro-da-economia-%2F4%2F43864&fbclid=IwAR3I5iVKqDTO9jNEoT6OtAw5j4FEQHAN7UXT5gcxjIrLPDBwjvUZaL-HtQk

- **Previdência: emenda garante aposentadoria de atuais parlamentares**

Proposta garante regras novas apenas para congressistas que assumirem após a validade delas; já são 146 emendas ao projeto original do governo Temer

Por **Da Redação -** https://veja.abril.com.br/brasil/previdencia-emenda-garante-aposentadoria-de-atuais-parlamentares/?fbclid=IwAR0e8ymj3MDTm4fBUpHQEKHBr2IV_Y5Oiib7FOJzBbjxpkc4ryDcskKQ6z4

access_time16 mar 2017, 17h29 - Publicado em 16 mar 2017, 12h17

Desde que o projeto da **reforma da Previdência**, uma das prioridades do governo, foi enviado ao Congresso pelo presidente Michel Temer (PMDB), os deputados federais já apresentaram nada menos que 146 emendas de alteração no projeto. Elas versam sobre mudanças na idade mínima proposta – de 65 anos, para homens e mulheres –, no tempo de contribuição necessário e no pagamento de benefícios, entre outros temas. Uma, em especial, trata da **aposentadoria** dos próprios **deputados**.

Filiado ao PDT, partido da oposição a Temer, o deputado federal **Carlos Eduardo Cadoca (PE)** apresentou a Emenda nº 24 à proposta original do governo para a **previdência**. Ela estabelece uma espécie de "regra de transição" específica para proteger a aposentadoria de parlamentares que já contribuem para o Plano de Seguridade Social dos Congressistas, a ser alterado pelo texto da reforma.

Pela emenda, os maiores de 54 anos e aqueles que já tiverem cumprido o tempo de ao menos um mandato – quatro anos para os deputados, oito anos para os senadores – não serão afetados pela reforma. Eles permanecerão com tempo de contribuição necessário de 35 anos. Os que não se encaixarem nessas regras pagarão uma taxa de transição de 50% do tempo restante.

O Plano dos Congressistas estabelece que o parlamentar que fizer a contribuição voluntária durante 35 anos garante o recebimento vitalício de um salário integral, **hoje em 33,7 mil reais por mês**. Em caso de falecimento, o benefício passa para os dependentes. Pela emenda de Cadoca, aqueles já tiverem atingido esse tempo de contribuição têm o direito garantido.

Previdência: emenda garante aposentadoria de atuais parlamentares

Proposta garante regras novas apenas para congressistas que assumirem após a validade delas; já são 146 emendas ao projeto original do governo Temer

Por **Da Redação -** https://veja.abril.com.br/brasil/previdencia-emenda-garante-aposentadoria-de-atuais-parlamentares/?fbclid=IwAR0e8ymj3MDTm4fBUpHQEKHBr2IV_Y5Oiib7FOJzBbjxpkc4ryDcskKQ6z4

access_time16 mar 2017, 17h29 - Publicado em 16 mar 2017, 12h17

Desde que o projeto da **reforma da Previdência**, uma das prioridades do governo, foi enviado ao Congresso pelo presidente Michel Temer (PMDB), os deputados federais já apresentaram nada menos que 146 emendas de alteração no projeto. Elas versam sobre mudanças na idade mínima proposta – de 65 anos, para homens e mulheres –, no tempo de contribuição necessário e no pagamento de benefícios, entre outros temas. Uma, em especial, trata da **aposentadoria** dos próprios **deputados**.

Filiado ao PDT, partido da oposição a Temer, o deputado federal **Carlos Eduardo Cadoca (PE)** apresentou a Emenda nº 24 à proposta original do governo para a **previdência**. Ela estabelece uma espécie de "regra de transição" específica para proteger a aposentadoria de parlamentares que já contribuem para o Plano de Seguridade Social dos Congressistas, a ser alterado pelo texto da reforma.

Pela emenda, os maiores de 54 anos e aqueles que já tiverem cumprido o tempo de ao menos um mandato – quatro anos para os deputados, oito anos para os senadores – não serão afetados pela reforma. Eles permanecerão com tempo de contribuição necessário de 35 anos. Os que não se encaixarem nessas regras pagarão uma taxa de transição de 50% do tempo restante.

PREVIDÊNCIA KAPUT

A Reforma da Previdência KAPUT...

Paulo Timm março 2019

Razões:

1. Inconsistência da tese fundamental que a sustenta : Os ricos pagarão mais e os mais pobres menos, que não passa de uma retórica justificativa para a transformação da Previdência Pública como um DIREITOS SOCIAL para uma Previdência de caráter privado, de alto risco, de RESPONSABILIDADE de cada um.

2. Falta de base consistente do Governo no Congresso, acentuada pelas tensões recentes entre o Presidente da CÂMARA, R.Maia e segmentos do Governo e da família Bolsonaro.

3. Projeto dos militares, frontalmente contrário ao espírito do princípio da EQUIDADE ao garantir aos mesmo privilégios como INTEGRALIDADE e PARIDADE dos reformados/aposentaods, devidamente garantidos com reajustes contra a inflação, com regras de transição mais benevolentes do que os servidores civis e, ainda mais: um premio no momento da reforma.- https://osdivergentes.com.br/os-divergentes/especialistas-temem-que-proposta-dos-militares-inviabilize-o-restante-da-reforma-da-previdencia/?fbclid=IwAR07So1alenPjRI5GoYjbg9Pw7Gtlo6MTH8TBILE62Jk58WDZpv-DH4Dqrw

4. Prisão do ex Presidente Temer e altos dirigentes do MDB - https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/03/falta-

de-clima-politico-para-votar-reforma-da-previdencia-se-acentua.shtml?utm_source=facebook&utm_medium=social&utm_campaign=compfb&fbclid=IwAR34jS-TkIL0Rj1zum3Y6qPfeEorAyW-yoFV-2aZlVYmXHMZyp9lPORPZUc

5. Forte reação da sociedade civil contra o Projeto, demonstrando que nem existe propriamente déficit na Previdência, nos termos da Constituição que define a participação do ESTADO no financiamente da SEGURIDADE SOCIAL, da qual junto com SAUDE e ASSISTENCIA SOCIAL é um dos componentes, nem o maior responsável pelo DÉFICIT DAS CONTAS PUBLICAS da União.-

6. Fundamenta-se num raciocínio neo-malthisiano de responsabilizar os IDOSOS pelo seu envelhecimento, desconsiderando a valiosa contribuição dos mesmos ao longo dos ciclos generacionais para a elevação da produtividade do sistema econômico, e passando por cima do princípio ético fundamental do compromisso dos mais jovens sobre os mais velhos sob a vaga alegação de que os primeiros "não querem mais suportar este ônus". Sob este aspecto não se tratar de querer ou não querer dos mais jovens pois na questão da PREVIDÊNCIA NÃO TEM QUERER. Caso contrário vamos voltaremos à BALADA DE NARAYMA, a famosa montanha na qual os antigos japoneses de empobrecida vila enviavam para morrer todos os que chegavam aos 70 anos.

7. Economia de 1 trilhão de reais em dez anos? Tudo chute. E só não conta como GOL CONTRA porque a Oposição está em surto. Mesmo que fosse 1 trilhão de reais em 10 anos isso é uma titica de galinha que corresponde a 100 bilhões por ano. Ora, só de 8% de

juros sobre uma dívida publica da União de 6 trilhões de reais, isso dá em torno de 480 bilhões por ano. LIQUIDINHO. Pingando nos bolsos de cerca de 200 mil famílias detentoras da maior parte dos investimentos particulares em Títulos do Governo, cuja porporção dá em torno de 20% para internacionais e 80% nacionais, fora FUNDOS DE PREVIDENCIA. Se diminuir, como propõem vários economistas liberais , 2% na taxa de juros, daria uma "poupança" anual superior ao que o POSTO IPIRANGA diz que vai conseguir com a sua Revolução na Previdencia. Revolução? Sim, porque se fosse apenas uma REFORMA poderia até conseguir reunir um CONSENSO NACIONAL com uma penada: Cumprir o TETO fixado por Lei da Dilma (Lei 12.618, de 30 de abril de 2012) para a aposentadoria dos servidores publicos, igual ao teto do INSS, extendendo-o, ademais, a Estados e Municípios. SIMPLEX.

- **Guedes esconde os dados da Previdência para enganar o povo**

J. Carlos de Assis- FB Acesso 22 abril 19

Se você tem medo de revelar uma informação é porque tem certeza de que a informação vai contrariá-lo. Seguindo essa trilha, o Ministério da Economia de Paulo Guedes decidiu esconder documentos relativos ao projeto de reforma da Previdência, confessando dessa forma que ele vai prejudicar dezenas de milhões de brasileiros. Para nós isso não chega a ser novidade. O projeto é ruim, e seu objetivo último é destruir a Previdência pública, a Previdência dos pobres, para favorecer a previdência dos ricos, chamada de capitalização. Para quem não quer entrar nos detalhes técnicos da reforma proposta basta essa atitude de Guedes para que se conclua que é um esbulho do povo. Se houvesse um mínimo de honestidade do poderoso Paulo Guedes na defesa de seu projeto ele procuraria apresentar fundamentos técnicos que pudessem ser checados pelos parlamentares e pelos analistas de fora do governo. Entretanto, ele está escondendo as provas de sua infâmia. Sumiu com as bases do projeto porque ele próprio sabe que, se forem vistas pelo povo, gerarão revolta. Provas escondidas são provas do que não se quer ser revelado. Do contrário,

alimentará uma reação não desejada de terceiros. Normalmente, quando se faz um projeto, reúne-se uma série de notas técnicas e documentos preliminares que servem para justificá-lo. A evidência agora é de que, no meio desses documentos do projeto que Guedes e Bolsonaro querem impor à sociedade, haja muita coisa contrária às pretensões deles, apresentadas pelos próprios técnicos do Ministério da Economia, e que eles não querem revelar.
Tudo isso indica que o projeto Guedes, em lugar de ser construído de forma fundamentada de baixo para cima, foi construído de cima para baixo. O ministro quis uma determinada reforma e impôs a seus subordinados fazerem a fundamentação dela. Os sem caráter, e deles há sobra em todo o lugar, devem ter cumprido as ordens. Os mais honestos e conscientes devem ter apresentado justificadas razões contrárias. É para censurar esses últimos que o Ministério deve ter imposto aos documentos a classificação de sigilosos.
Além disso, estamos diante de um absurdo regimental. Para a tramitação de qualquer projeto no Congresso é necessário que seja apresentado um estudo detalhado de seus impactos econômicos e orçamentários. Isso não acontece com a reforma da Previdência. Na ânsia de empurrar o projeto goela abaixo do Congresso no mais rápido prazo possível, essa regra básica não foi cumprida. O que está sendo votado é um arremedo de projeto. Rápido, para que não haja tempo de os parlamentares não submetidos ao governo mostrarem todos os seus furos e suas maldades.
Se não estivesse tão empenhado em aprovar o projeto da capitalização, gozando das possíveis vantagens da proposta de tanto agrado do sistema bancário, Rodrigo Maria teria de sustar a tramitação até que seus fundamentos fossem expostos. Nada disso. Portanto, que os parlamentares fiquem atentos: como nas histórias clássicas de roubo de documentos importantes, é possível que também nesse caso papéis e provas estejam sendo substituídos a fim de que sejam colocados no lugar os exigidos pelo ministro para acomodar seu projeto. Ainda não se caracteriza como obstrução da Justiça. É a obstrução da verdade.

- **Anfip: “não é reforma da Previdência que vai resolver baixo crescimento econômico do país”**

Por Hora do Povo Publicado em 18 de abril de 2019 - https://horadopovo.org.br/presidente-da-anfip-nao-e-reforma-da-previdencia-que-vai-resolver-baixo-crescimento-economico-do-pais/?fbclid=IwAR2jxzh0NaDhVNh1CGfPSUji3pCoOI9fDlcmQ_gv1hSmAma9Xd4q6ARSw-c

Floriano Martins de Sá Neto - Foto: Joana Berwanger/Sul21

O Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (ANFIP), Floriano Martins de Sá Neto, voltou a defender na última terça-feira (16) na audiência da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público

(CTASP) da Câmara dos Deputados, que “a reforma [da Previdência] não vai resolver o problema do baixo crescimento econômico do Brasil”.

Floriano Sá Neto apresentou dados que demonstram que a economia de R$ 1 trilhão que o governo pretende através da reforma, em dez anos, pode ser obtida de outras formas, sem penalizar os trabalhadores, especialmente os rurais, as mulheres e os cidadãos atendidos pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC).

“O governo diz que a reforma é justa, que quem ganha menos vai pagar menos, e que haverá proteção social ao idoso. Isso é dito aos quatro ventos. Mas a leitura da PEC demonstra que os trabalhadores do regime geral serão os mais atingidos”, denunciou.

Floriano Sá Neto apontou no gráfico do IBGE, de 2014, que na área urbana, 45% dos homens e 34% das mulheres, ambos com idade até 14 anos, já estavam no mercado de trabalho. Já na área rural, esses dados sobem para 78% dos homens e 70% das mulheres trabalhando na mesma idade. “Essa é a realidade enfrentada por aqueles que produzem a maioria da alimentação que as famílias brasileiras consomem. Isso é proposta de quem não conhece o Brasil”, explicou Floriano ao questionar se era justo aumentar em 5 anos a idade mínima para a trabalhadora rural se aposentar.

Sá Neto também lembrou que desde 2008 o receituário é o da austeridade e que a PEC 6/2019 fala em economia, mas não demonstra quem vai bancar o custo da transição para o regime de capitalização. O presidente da ANFIP destacou que passado 34 anos do modelo chileno de capitalização, a estimativa do custo da transição da repartição representa 136% do PIB. “Fazendo a correlação estamos falando de R$ 9 trilhões. Que conta é essa? Vou economizar de um lado e assumir uma dívida de outro? A sociedade está sabendo?”, questionou.

Participaram também da audiência o Secretário Especial da Previdência e do Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho; o Ex-Ministro do Trabalho e Previdência Social, Miguel Rossetto; o Presidente do Instituto Fundo de Garantia do Trabalhador – IFGT, Mario Avelino; o economista e Professor do Instituto da Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), o Presidente da Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais (FENAFIM), Célio Fernando de Souza Silva; e o Diretor Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), Clemente Ganz Lúcio.

Veja o vídeo na integra

- **Nova Previdência atinge ricos e privilegiados?**

Por *Kleber Cabral | Para o Valor BRASÍLIA -

No discurso oficial, o trabalhador classificado pelo governo como "rico" - aquele que tem carteira assinada e ganha mais de um salário mínimo -, se aposenta cedo, e os mais pobres, sem tempo de contribuição necessário, se aposentam por idade.

Este trecho é parte de conteúdo que pode ser compartilhado utilizando o link https://www.valor.com.br/politica/6220841/nova-previdencia-atinge-ricos-e-privilegiados?fbclid=IwAR2CA-N-quxkG4aHgyOAXi4olE7Ik7I6CdHto5-1Y7mLvvchE9E4OaYvHxQ ou as ferramentas oferecidas na página. Textos, fotos, artes e vídeos do Valor estão protegidos pela legislação brasileira sobre direito autoral. Não reproduza o conteúdo do jornal em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização do Valor (falecom@valor.com.br).

Essas regras têm como objetivo proteger o investimento que o Valor faz na qualidade de seu jornalismo.

- **SEM EXPECTATIVA DE SER OUVIDO POR BOLSONARO, BOULOS LANÇARÁ CONTRAPROPOSTA PARA PREVIDÊNCIA**

Ex-presidenciável vai divulgar projeto da frente Povo sem Medo, que reúne 35 movimentos sociais, e diz esperar que movimentação da oposição nas ruas cresça com o debate sobre a Previdência

Elisa Martins - https://epoca.globo.com/sem-expectativa-de-ser-ouvido-por-bolsonaro-boulos-lancara-contraproposta-para-previdencia-23610763?utm_source=facebook&utm_medium=social&utm_campaign=post

19/04/2019 - 11:50 / Atualizado em 22/04/2019 - 18:01

O então presidenciável Guilherme Boulos Foto: Márcio Alves / Agência O Globo

PUBLICIDADE

N**a próxima segunda-feira, 22 de abril, o ex-presidenciável Guilherme Boulos (PSOL) lançará, em um encontro da frente Povo sem Medo, que reúne 35 movimentos sociais e da qual ele é coordenador nacional, uma proposta do que chama de "Previdência pública solidária". Serão cinco ou seis pontos, disse Boulos, todos alternativos à reforma proposta pelo presidente Jair Bolsonaro. A ideia foi construída com apoio de economistas da Unicamp e deve, depois, ser levada às bancadas partidárias, principalmente as de oposição.**

Boulos reconheceu que não tem a menor expectativa de ser ouvido pelo governo Bolsonaro. Mas disse acreditar que a recente perda de popularidade do presidente possa fazer crescer a mobilização nas ruas e esquentar o debate sobre a Previdência no Congresso.

Vamos fazer um encontro na sede do Dieese, em São Paulo, para apresentar propostas do movimento social para uma previdência pública solidária. É um encontro da frente Povo sem Medo, que reúne mais de 35 movimentos sociais. Fizemos reuniões nas últimas semanas, com grupos de economistas, da Unicamp sobretudo, como Marco Antônio Rocha, Eduardo Fanhani, Pedro Paulo Zahluth Bastos. E a partir desses contatos elaboramos algumas propostas. A ideia é depois levar isso para as bancadas partidárias, sobretudo da oposição, para que sejam apresentadas, debatidas e contempladas no debate geral da Previdência. O eixo geral é enfrentar os privilégios de verdade. Nosso entendimento é que a proposta do governo ataca direitos. Vamos apresentar pontos para combater asaposentadorias acima do teto oficial na cúpula do

serviço público. Outro ponto ausente do debate é a revogação das isenções e desonerações fiscais das empresas com INSS. Isso deixa de arrecadar para o INSS R$ 57 bilhões por ano. Não queremos demonizar o regime público de previdência social. Não dá para dizer que professores ou enfermeiros têm privilégios, mas as cúpulas. Também vamos falar sobre militares. O que o governo apresentou foi uma palhaçada. Vamos apresentar uma tentativa de aproximação dos critérios utilizados para os militares dos critérios gerais de serviço público.

O senhor teve 0,58% dos votos válidos, e o PSOL não tem representação expressiva no Congresso. Acha que podem apresentar uma proposta alternativa a um tema tão complexo que não mostra consenso até agora?

Isso não é algo apenas do PSOL. Sou militante do PSOL, fui candidato a presidente do PSOL, mas é a frente Povo sem Medo que está encabeçando isso. Dali se mostrará o conjunto da proposta às bancadas partidárias. Não queremos discutir paternidade. Queremos mostrar que existe uma viabilidade de Previdência sem atacar direitos.

Há uma estratégia de união com outros partidos de oposição?

Não é uma iniciativa do PSOL. Ela foi puxada pela frente Povo sem Medo e o conjunto de movimentos sociais. A ideia é que a proposta seja levada ao PSOL e a outros movimentos. Esperamos que outros partidos se unam e ajudem a torná-la pública.

Acha que vai encontrar espaço para essa ideia, considerando o momento do país e do Congresso?

É praticamente improvável sermos ouvidos pelo governo. O governo tem ouvidos surdos para tudo que vem da sociedade civil. A equipe econômica controlada por Paulo Guedes tem um compromisso visceral com interesses de grupos financeiros e bancos. Mas a própria falta de articulação do governo no Congresso e o despreparo que vem mostrando abrem um debate de que a reforma não vai ser aprovada nem do jeito nem no ritmo que eles queriam. Acreditamos que é possível até barrar a reforma como um todo a partir de um novo debate. As trapalhadas do governo e a incapacidade de formar uma base permitem que esse nosso debate ganhe mais eco no parlamento. E isso vai vir junto com mobilizações de rua. Principalmente a partir de 1º de maio, com movimentações importantes pelo Brasil.

PUBLICIDADE

A proposta apresentada por essa frente, sem ser encabeçada por partidos políticos, pode levar a essa mobilização?

Não é essa proposta que vai fomentar a mobilização. Ela tem o caráter de expressar de uma maneira clara que temos alternativa. Que não estamos apenas rejeitando a proposta do Bolsonaro. O que vai levar à mobilização é o desastre da proposta do governo. E as pessoas já começaram a se dar conta de que ela ataca direitos, e não privilégios.

Não houve nenhuma grande manifestação de rua ainda desde o início do novo governo.

Começo a perceber uma crescente. No início do ano, existia um receio de mobilização, uma certa apatia, ainda em uma ressaca do processo eleitoral. Mas de março para cá tem crescido, a perda de popularidade do governo vai atestando isso e, de outro lado, a insatisfação da população cresce. Nos últimos 40 dias, passei por dez estados, em debates com a juventude e discussões em praças sobre a reforma da previdência. O que tenho sentido, inclusive de gente que votou no Bolsonaro, é um descontentamento generalizado. E isso abre portas para a mobilização.

A oposição não tem agido de forma tímida?

PUBLICIDADE

A oposição costuma dar uma trégua nos primeiros 100 dias. Quem não deu trégua foi o Bolsonaro. A cada momento, ele produzia um disparate novo e a oposição tinha de reagir. Mas a oposição tem se manifestado no parlamento e a partir de suas lideranças políticas também. Fizemos um encontro há umas três, quatro semanas, eu, Haddad, Flávio Dino, Sônia Guajajara e vemos uma manifestação mais forte através dos movimentos sociais. Acredito que, com o desgoverno que vivemos e a impopularidade do projeto de Previdência, o palco das ruas vai ser uma importante arena de disputa política.

“A OPOSIÇÃO COSTUMA DAR UMA TRÉGUA NOS PRIMEIROS CEM DIAS. QUEM NÃO DEU TRÉGUA FOI O BOLSONARO.”

GUILHERME BOULOS

Sobre atuação da esquerda durante governo Bolsonaro

O partido do Bolsonaro tem uma bancada representativa e enfrenta dificuldades para aprovação. Como na prática espera que essa proposta ajude na discussão?

O governo não tem uma base hoje. Deputados do PSL hoje, inclusive, questionam medidas do governo. É um desgoverno. Mesmo os partidos de centrão, com os quais o Rodrigo Maia encontra maior influência, não estão fechados em relação à reforma. E soltaram pontos contra a reforma. Existe um espaço muito aberto no Congresso. O fato de o PSL ter a segunda maior bancada e de o projeto da reforma ter apoio do presidente da Câmara não significa apoio automático. Ainda mais considerando o que aconteceu em 2017, quando Temer tinha uma base mais consolidada que o Bolsonaro, e por uma posição social desfavorável, seja pela perda de apoio do Temer após o caso da JBS, ou pela discussão que se fez da reforma, não houve aprovação naquele momento.

PUBLICIDADE

Esperam ser ouvidos pelo governo Bolsonaro?

Não temos nenhuma expectativa de que o governo Bolsonaro esteja atento a qualquer reivindicação de movimento social ou da população civil. Mas é um momento favorável para apresentar propostas. Às vezes se vende a ideia de que a esquerda só critica e não apresenta propostas. Estamos apresentando propostas, em uma união de movimentos sociais com grupos de economistas.

AJUFE REBATE DADOS E DIZ QUE GOVERNO BOLSONARO MENTE SOBRE APOSENTADORIA

29 DE ABRIL DE 2019 ÀS 19:28

247 - Em nota divulgada nesta segunda-feira (26), a Associação dos Juízes Federais (Ajufe) rebateu os dados apresentados pela Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia e que afirma que um juiz federal se aposenta com benefício maior do que contribuiu.
A entidade afirma que o Executivo "mente abertamente à sociedade, com o deliberado intuito de propalar a falaciosa ideia de que magistrados e servidores do Judiciário Federal são 'privilegiados'".

O governo apresentou estudo em que afirma que um juiz federal custava R$ 4,8 milhões à Previdência, sendo que esse valor seria a diferença entre o que ele efetivamente pagou ao longo da carreira e os proventos que receberia após se aposentar.

"E, mais uma vez, intenta o Executivo atrair a simpatia da população para si mediante o uso de expediente antirrepublicano, antidemocrático e antiético, distorcendo e omitindo informações e divulgando conclusões pueris absolutamente desprovidas de embasamento técnico", diz trecho da nota.

A entidade representante dos juízes diz que o Regime Próprio Previdenciário dos magistrados federais gasta menos do que ganha e que os números apresentados foram calculados com base no número de magistrados do país e com os ganhos a que eles têm direito segundo a legislação.

"Em 2016, a magistratura federal contava com 2.301 ativos, 268 aposentados e 85 pensionistas. A receita das contribuições dos magistrados e da União foi de, aproximadamente, R$ 203,09 milhões para os ativos e R$ 10,87 milhões para os inativos e pensionistas – eis que somente os servidores públicos continuam a recolher contribuição previdenciária mesmo estando aposentados -, totalizando a receita previdenciária aproximada de R$ 213,96 milhões. Por outro lado, o gasto com inativos e pensionistas foi de R$ 98,832 milhões, havendo por isso um superávit em torno de 116% em 2016", diz.

Leia a íntegra da nota:

A Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) vem a público manifestar-se contrariamente ao "estudo" apresentado pela Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia.

O Executivo Federal, ao divulgar que um juiz federal, "que se aposenta com benefício de R$ 35,1 mil receberá, até o fim da vida R$ 4,77 milhões a mais do que contribuiu" mais uma vez mente abertamente à sociedade, com o deliberado intuito de propalar a falaciosa ideia de que magistrados e servidores do Judiciário Federal são "privilegiados". Segundo a matéria, esse seria um "déficit individual" do trabalhador, supostamente calcado na ideia de que as contribuições recolhidas durante a vida profissional são insuficientes para bancar os benefícios devidos na inatividade.

E, mais uma vez, intenta o Executivo, atrair a simpatia da população para si mediante o uso de expediente antirrepublicano, antidemocrático e antiético, distorcendo e omitindo informações e divulgando conclusões pueris absolutamente desprovidas de embasamento técnico.

O Regime Próprio Previdenciário dos magistrados federais é superavitário. Os números refletem isso com absoluta clareza.

O subsídio de juiz federal, atualmente no valor bruto de R$ 33.689,11 mensais, sofre desconto previdenciário, destinado ao custeio dos benefícios que serão

pagos na inatividade, de 11% sobre o total da remuneração (art. 4º da Lei n. 10.887/2004), ou seja, R$ 3.715,80.
Assim, considerando a gratificação natalina, que também integra a base de incidência da contribuição previdenciária, ao longo de 1 (um) ano de trabalho, um juiz federal irá contribuir com R$ 48.175,43 para o seu Sistema Previdenciário.
Por sua vez, por força do art. 8º da Lei n. 10.887/2004, a contribuição da União (22% sobre a folha de salários) – empregadora -, assim como acontece com todos os demais trabalhadores do Brasil, deve ser somada ao patrimônio constituído pelo servidor – trabalhador.
Dessa forma, o valor total de contribuições previdenciárias de um juiz federal, ao longo de 1 (um) ano, totaliza o montante de R$ 144.526,28.
Diante disso, o juiz federal que ingressar no cargo com 25 anos de idade e contribuir até os 60 anos (idade mínima para se aposentar atualmente), contribui para o Regime Próprio de sua aposentadoria com a quantia de R$ 5.058,419,87, somente de capital, sem a atualização monetária e sem a incidência de juros de remuneração.
Relevante ao debate esclarecer que se esse valor fosse aplicado, durante o período de contribuição necessário para a aposentadoria – 35 anos -, em títulos públicos "Tesouro IPCA + Com Juros Semestrais 2050", cujo rendimento é de 4,46% a.a (fonte: site tesouro.fazenda.gov.br), alcançaria o montante final de R$ 11.682.726,68. Essa, portanto, é a "reserva previdenciária" dos magistrados federais esmiuçada em números fundados no ordenamento jurídico pátrio vigente.
Considerando-se que a expectativa de sobrevida esperada de um sexagenário no Brasil é de 22,3 anos, apenas a reserva previdenciária acima é suficiente para pagar a aposentadoria desse juiz federal, sem considerar os juros que esse montante iria produzir a partir da data da sua implantação.
A bem da verdade, os magistrados federais dificilmente se aposentam com 60 anos, havendo uma tendência de adiar o pedido de aposentadoria, em virtude do recebimento do abono de permanência, bem como da perda remuneratória.
Assim, considerando a idade compulsória de 75 anos, os valores nominais arrecadados seriam de R$ 7.226.314,10, com a possibilidade de pagar por dez anos (sobrevida até os 85 anos) uma aposentadoria de R$ 58.650,49.
Além disso, por desinformação ou desonestidade intelectual, o estudo publicado considera generalizadamente a média salarial de um desembargador, quando apenas a minoria dos juízes se aposenta nesse cargo, via promoção.
Saliente-se, mais uma vez, que o juiz aposentado ou seu dependente ainda permanece contribuindo para o Sistema Previdenciário com alíquota de 11% sobre o valor que ultrapassa o teto do Regime Geral de Previdência Social (atualmente, R$ 5.839,45).
Registre-se que somente têm direito à integralidade (ou seja, direito de receber o mesmo salário da ativa) os servidores que ingressaram no serviço público até o ano de 2003.

Para os que ingressaram depois da Emenda Constitucional n. 41/2003 o cálculo do benefício previdenciário será feito com base na média dos salários de contribuição.

A magistratura federal é superavitária. Em 2016, a magistratura federal contava com 2.301 ativos, 268 aposentados e 85 pensionistas. A receita das contribuições dos magistrados e da União foi de, aproximadamente, R$ 203,09 milhões para os ativos e R$ 10,87 milhões para os inativos e pensionistas – eis que somente os servidores públicos continuam a recolher contribuição previdenciária mesmo estando aposentados -, totalizando a receita previdenciária aproximada de R$ 213,96 milhões. Por outro lado, o gasto com inativos e pensionistas foi de R$ 98,832 milhões, havendo por isso um superávit em torno de 116% em 2016.

Por fim, aqueles que ingressaram no Judiciário Federal a partir de 14.10.2013 estarão sujeitos ao teto do Regime Geral de Previdência Social, podendo aderir de forma facultativa ao regime de previdência complementar.

--

Notícias, Informações e Debates sobre o Desenvolvimento do Brasil:

www.desenvolvimentistas.com.br

- **STF confirma pensão a filhas de servidores federais com mais de 21 anos**

Decisão é restrita a quem entrou com ação na Justiça. Segunda Turma da Corte rejeitou recursos da AGU em 265 processos

https://oglobo.globo.com/economia/stf-confirma-pensao-filhas-de-servidores-federais-com-mais-de-21-anos-23531026?fbclid=IwAR0RfQxRUpC_tGyhB1muMcQC2PdsAMb8zKSnIlYq8wPB-Z1HZio1fxEBrmA

André de Souza e Renata Mariz

18/03/2019 - 10:20 / Atualizado em 19/03/2019 - 07:42

Sessão da Segunda Turma do STF Foto: Ailton de Freitas / Agência O Globo

BRASÍLIA - A Segunda Turmado Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou 265 decisões tomadas pelo ministro Edson Fachin e garantiu o pagamento depensões a um grupo de mulheres maiores de 21 anos filhas de servidores federais civis. O Tribunal de Contas da União (TCU) havia mandado revisar o benefício de

mais de 19 mil pensionistas, suspeitas de terem outra fonte de renda, em cargo público ou privado, ou serem sócias de empresas. A decisão do STF vale apenas para quem entrou com ação na Corte.

Calcule aqui quanto falta para sua aposentadoria

A pensão, criada em 1958 e extinta em 1990, mas válida para quem já recebia, foi questionada pelo TCU. Várias pensionistas passaram a recorrer ao STF, onde Fachin foi sorteado relator. Ele atendeu os pedidos de uma parte delas: as que têm emprego ou renda na iniciativa privada. Não foram beneficiadas as mulheres que tenham cargo público permanente ou recebam pensão por morte de cônjuge. Elas ainda podem ter o benefício submetido ao pente-fino mais amplo que havia sido iniciado a partir da decisão do TCU.

SAIBA MAIS

Reforma da Previdência: calculadora permite simulação do tempo que falta para se aposentar

PMs e bombeiros seguirão Previdência dos militares, e alíquota cairá em alguns estados

Cresce número de ‘nem-nem’ maduros, pessoas que não trabalham e não estão aposentadas

Pensão por morte não será mais no valor integral. Tire suas dúvidas

A Advocacia-Geral da União (AGU) passou a recorrer, de modo a restabelecer a revisão dos pagamentos. Fachin liberou de uma vez 265 recursos em processos diferentes para julgamento virtual, em que os ministros não precisam se reunir para decidir. Eles apenas apresentam seus votos no sistema eletrônico da Corte. A AGU chegou a solicitar que os recursos fossem julgados presencialmente em uma das sessões da Segunda Turma, mas o pedido foi negado por Fachin.

As decisões da Segunda Turma foram unânimes. Além de Fachin, também fazem parte dela os ministros Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes e Celso de Mello. As votações foram todas por meio do julgamento virtual.

- **Por que o governo impõe modelo que está dando errado no mundo todo?**

Por Maria Lúcia Fattorelli / Publicado em 2 de abril de 2019

O presidente Jair Bolsonaro, chega ao Congresso Nacional, acompanhado dos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia, e Senado, Davi Alcolumbre, para levar o projeto do governo de reforma da Previdência.

Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Ao contrário de “resolver” problemas das contas públicas, a proposta de reforma da Previdência entregue por Bolsonaro ao Congresso representa graves danos às contas públicas:

Dano às contas públicas I: A “economia” de R$ 1 trilhão que Guedes quer fazer corresponde ao valor que deixará de ser pago sob a forma de benefícios da Previdência e Assistência Social, ou seja, deixará de chegar às mãos das pessoas que usam o valor que recebe em consumo que movimenta a economia de forma virtuosa, fazendo retornar recursos ao próprio governo, sob a forma de tributos.

Dano às contas públicas II: Na “Capitalização”, a contribuição previdenciária que atualmente é paga por empregados e empregadores deixará de chegar aos cofres públicos! Assim, em vez de melhorar as contas públicas, a Capitalização vai significar um rombo às contas públicas, o que pode ser usado no futuro como justificativa para mais perdas de direitos!

Dano às contas públicas III: O governo não apresentou o cálculo do custo de transição para o modelo de Capitalização. Em alguns países esse custo chegou a superar o valor do PIB anual! Como apreciar essa PEC sem o devido conhecimento de seus graves danos às contas públicas?

A PEC 06/2019 segue recomendações de organismos estrangeiros como o FMI e Banco Mundial, segundo os quais seria necessário fazer tal “reforma” para que a economia volte a crescer. Nada mais falso, já que a falta de crescimento da economia não decorre de um suposto excesso de investimentos sociais, mas sim, da falta deles. O

desenvolvimento socioeconômico do Brasil está amarrado principalmente devido à atuação do Sistema da Dívida e danos decorrentes da política monetária do Banco Central, como antes mencionado.

A reforma da Previdência é a repetição de modelo indicado pelo BIS (Banco Central dos bancos centrais) em vários países, mas muitos deles já estão voltando atrás.

Por que o Brasil se submete a orientações contrárias aos interesses da sociedade brasileira?

A PEC 6/2019 representa graves danos também aos direitos sociais e destrói o modelo de solidariedade (no qual toda a sociedade contribui e é beneficiária de um conjunto de proteção social que vai muito além da aposentadoria), e visa entregar a nossa Previdência Social para bancos, os únicos que irão ganhar com a administração do regime de "Capitalização".

Estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT), demonstra que dentre 30 países que enveredaram pelo caminho da capitalização, 18 já se arrependeram e voltaram atrás, devido ao elevado custo de administração, riscos do mercado e resultados negativos que prejudicaram as contas públicas, prejudicaram a classe trabalhadora e só beneficiaram bancos que receberam as contribuições, as taxas de administração, e não tiveram que se responsabilizar pelo pagamento de qualquer benefício.

Por que o governo quer impor modelo que está dando errado no mundo todo e só beneficia bancos?

A seguir, um breve resumo dos danos provocados pela PEC 06/2019:

1. Fim da solidariedade: cada trabalhador(a) terá uma conta individual, na qual depositará a contribuição definida, porém, os bancos que irão administrar essas contas não terão obrigação alguma de pagar benefício futuro, que dependerá do comportamento do mercado financeiro e poderá ser ZERO, deixando a classe trabalhadora totalmente sem proteção. O governo também não dá garantia alguma a esse modelo. É cada um por si! Esse modelo foi implantado no Chile e quebrou! Aposentados idosos estão se tornando mendigos e se suicidando!

2. Insustentabilidade: A arrecadação do INSS que hoje compõe as receitas da Seguridade Social deixará de ser paga por aqueles trabalhadores e trabalhadoras que optarem por esse regime de "Capitalização", comprometendo a sustentabilidade das atuais aposentadorias.

3. Incerteza total: A PEC 06/2019 desconstitucionaliza as regras gerais para futuros servidores e segurados do INSS, e prevê que tais regras serão definidas posteriormente em Lei Complementar (que exige número menor de votos para ser aprovada), e não mais na Constituição.

4. Adiamento da Aposentadoria: No mínimo aos 65 para homens e 62 para as mulheres, mas a PEC está cheia de gatilhos que elevarão essa idade mínima para muito além disso.

5. Exigência de mais tempo de contribuição: No mínimo 20 anos (INSS), inclusive para trabalhadores e trabalhadoras rurais, ou 25 anos (servidores públicos), mas quem não quiser perder muito ao se aposentar terá que contribuir por 40 anos!

6. Fim da aposentadoria: Essa combinação de idade mínima avançada e contribuição mínima de até 40 anos significa o fim do direito à aposentadoria para aquelas pessoas mais vulneráveis, afetadas pela informalidade e pelo desemprego, e dentre estas sobressaem as mulheres.

7. Regras de Transição inaceitáveis: Exigência de 35/30 anos de contribuição, e mais a Regra 86/96, que sobe até chegar a 105/100 em 2033, ou seja, a soma da idade e do tempo de contribuição do trabalhador terá que dar 105, e da mulher 100!

8. Aumento da Contribuição Previdenciária: A PEC 6/2019 contém gatilhos para permitir o aumento da contribuição previdenciária do regime de servidores públicos, sem limite, o que configura confisco!

9. Fim da multa do FGTS no caso de demissão.

10. Fim das aposentadorias especiais para algumas categorias, como professores(as), bombeiros civis, vigilantes, entre outras que exercem atividades desgastantes e/ou de alto risco. Será exigida idade mínima de 60 anos e tempo de contribuição de 30 anos, para professores de ambos os sexos.

11. Redução para míseros R$ 400,00 no benefício (BPC) aos idosos miseráveis maiores de 60 anos, chegando a um salário mínimo somente a partir dos 70 anos. Adicionalmente, para ter acesso ao benefício, não se poderá ter patrimônio superior a R$ 98 mil, ou seja, basta ter uma pequena casa para perder o benefício.

12. Fim do Abono Salarial para quem ganha mais de 1 salário mínimo mensal. Com a mudança, 91,5% do total de pessoas que hoje podem receber o abono irão perder o benefício.

13. Redução da Aposentadoria por incapacidade permanente para 60%. Esse percentual só será maior para aquele(a) trabalhador(a) que ficou inválido(a) que já tiver mais de 20 anos de contribuição. Nesse caso, eleva-se 2% por ano de contribuição que exceder 20 anos. O benefício somente será de 100% no caso de invalidez causada pelas atividades do trabalho.

14. Redução do valor da Pensões por morte para 60%. Se houver dependentes, acrescenta-se 10% por dependente adicional. O valor será 100% somente no caso de morte causada pelas atividades do trabalho.

15. Redução de até 80% no caso de benefícios acumulados: Se uma pessoa recebe uma aposentadoria e passar a receber uma pensão, por exemplo, ela terá de escolher o benefício de maior valor, e sofrer uma redução de até 80% nos demais.

16. Danos extensivos a Estados e Municípios: As regras estabelecidas valem para todos os entes federados.

Por tudo isso, toda a sociedade deve participar das mobilizações e pressão sobre os parlamentares pela rejeição dessa PEC.

É preciso ter clareza de que neste momento só existem dois lados: o lado dos bancos que irão lucrar muito com essa PEC 6/2019 e o lado da Nação brasileira, que será fortemente sacrificada com essa destruição da Seguridade Social.

Maria Lúcia Fatorelli trata no Extra Classe de temas ligados à questão tributária no país. Auditora fiscal aposentada da Receita Federal, a colunista foi presidente do Sindicato Nacional da entidade e é Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida desde a fundação do movimento no ano 2001, com diversos livros publicados no país e exterior. Atuou como membro da Comissão de Auditoria Integral da Dívida Pública do Equador, assessora técnica da CPI da Dívida Pública na Câmara dos Deputados e do Comitê da Verdade sobre a Dívida Pública, instituído pelo Parlamento Grego para realizar auditoria da dívida pública da Grécia.

bRASIL DEBATE

RÓBER ITURRIET AVILA

- **Reforma da Previdência: alguns pingos nos is para entender**

11 DE MAIO DE 2019

- CARTA CAPITAL

O discurso oficial é mentiroso, mas é preciso reconhecer que gastos previdenciários não são sustentáveis

O debate sobre previdência sempre suscita paixões e ideologias. No afã de ganhar no grito, vários números são jogados de maneira distorcida e desonesta. São elencados, abaixo, alguns pingos nos is.

É preciso reconhecer que os gastos previdenciários vêm crescendo acima da variação do PIB desde 1997 e essa trajetória não é sustentável. Além disso, é verdade que a partir de 2024 haverá um aumento da população dependente derivada da ampliação da expectativa de vida e do envelhecimento populacional. Também é fato que gastamos mais em previdência do que alguns países que possuem mais idosos do que há aqui

Entretanto, diz a Constituição que cabe ao Estado uma parte do financiamento da previdência, o que não é uma peculiaridade do Brasil. França, Alemanha, Bélgica, Espanha e Portugal, por exemplo, têm contribuições estatais muito superiores ao Brasil para financiar a previdência. Atualmente, a União entra com aproximadamente 22% da despesa. Essa fatia passa de 50% na Suécia, na Irlanda, na Dinamarca e no Reino Unido.

Não é honesto que, nos documentos oficiais do governo sobre a reforma, esteja o resultado negativo atual para justificá-la. Desde 2015, o País está em um período de recessão ou estagnação econômica, isso quer dizer que as receitas fiscais e previdenciárias caíram muito, ao passo que despesas, como seguro-desemprego, aumentaram. São fatores conjunturais e o debate sobre previdência deve ser de longo prazo.

Há que considerar que atualmente 30% das receitas da União são desvinculadas. Parte delas é para financiar a previdência e está sendo distribuída para outros fins. Adicionalmente, no governo Dilma, o executivo enviou propostas de desonerações e o Congresso Nacional as ampliou a diversos setores, o que contribuiu para a redução das receitas previdenciárias. Tal fato torna ainda mais desonesto o debate a partir do quadro atual da previdência, que apresenta números muito ruins.

Parte da desonestidade no discurso oficial diz respeito aos argumentos sobre os servidores públicos. O Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), de fato, foi origem de ampliação de desigualdades e garantia de privilégios. Entretanto, já houve seis alterações constitucionais na previdência desde 1988. Em 2003, aqueles servidores públicos que recebem acima do teto do INSS, passaram a contribuir perpetuamente com uma alíquota de 11%, mesmo após a aposentaria (E.C 41/03). Essa contribuição foi fundamental para corrigir distorções, além de gerar receitas para a União.

As propostas de ampliação desta alíquota para 14% e o estabelecimento de alíquotas progressivas são razoáveis. Além disso, os servidores públicos federais que entraram após 2003 não se aposentam com a integralidade de seus salários e não há mais paridade entre os servidores ativos e inativos. Dessa forma, é falsa a afirmação que acabarão com a integralidade.

Já os servidores de todos os poderes que ingressaram após 2012, com exceção dos militares, estão limitados ao teto do INSS, tal qual o setor privado (E.C. 70/2012). Isso é válido inclusive para Ministros do STF. Caso queiram obter uma aposentadoria maior, devem contribuir separadamente. Essa última alteração,

ocorrida no governo Dilma, foi muito relevante no sentido de equalizar os regimes previdenciários no Brasil.

Dessa maneira, há um ajuste de longo prazo em curso na previdência dos servidores públicos e a despesa desses em percentual do PIB é declinante desde 2003. A partir de 2024 alguns resultados mais expressivos devem aparecer, haja vista que a parcela de servidores que se aposentaram no sistema antigo vai diminuir. No que toca aos estados e municípios, muitos já aderiram a esse sistema e aqueles que não aderiram, devem fazê-lo.

Temos um **problema mais sério nos militares**. Eles contribuem com um percentual menor, por menos tempo e se aposentam com salários maiores. Há paridade e integralidade e a proposta na mesa não busca acabar com esses direitos que os demais servidores não possuem há 16 anos. Há propostas de ampliação do tempo de contribuição e também de alíquotas previdenciárias, que continuariam mais vantajosas do que são para todos os demais cidadãos. Eles são poucos, mas a participação nas despesas é muito mais do que proporcional. De toda forma, o **famoso direito a pensão de filhas solteiras** deixou de valer para quem entrou após 2001. Há previsão de cobrança de alíquotas sobre tais pensionistas, que são bem-vindas.

Tínhamos excessos no sistema de pensões, que precisam mesmo de correção. Entretanto, mais uma vez, já houve reformas e seu resultado virá em longo prazo. Em 2015, o direito a pensão vitalícia passou a ser apenas para quem possui mais de 44 anos de idade.Já para um dependente de 21 anos, por exemplo, a pensão dura apenas três anos.

A despesa com o Benefício de Prestação Continuada deve sair do debate previdenciário. Trata-se de uma política pública assistencial, sem contrapartida contributiva. É um pacto social que não deixemos os idosos morrer de fome, eles recebem um salário mínimo e somam hoje quase 5 milhões. A despesa deve ser coberta 100% com recursos da União e o “déficit” é de 100%.

A **aposentadoria rural é também, em grande medida, uma política assistencial**. Não há exigência de contribuição, apenas de comprovação de que houve atividade no campo. Trata-se de uma compensação histórica efetuada aos trabalhadores deste segmento, haja vista que eles não possuíam direitos trabalhistas e previdenciários até 1988. Mas temos quase 10 milhões de aposentados rurais atualmente, quase todos recebem um salário mínimo e não cabe falar em “déficit”. A despesa é quase integralmente coberta com recursos da União, porque assim foi pactuado no passado. Se há desejo da sociedade alterar esse direito, que seja discutido, mas que se tire da conta esse “déficit

sso tudo posto, fica evidente que o aperto proposto nos trabalhadores urbanos é excessivo. Até pouco tempo atrás, o resultado previdenciário deste setor estava positivo. Eles compõem a esmagadora maioria da população brasileira e 2/3 desses se aposentam com um salário mínimo. Não é possível considerar “o déficit previdenciário” como um todo, dadas todas as informações expostas acima.

Estabelecer uma idade mínima de 65 anos para homens e 62 para as mulheres, com ampliação progressiva a partir de alterações demográficas é um absurdo em um país tão heterogêneo como o Brasil. Há regiões em que a expectativa de

vida é próxima a isso e há outras regiões em que as pessoas vivem muito mais. Uma regra uniforme e um corte tão elevado de idade é perverso com aqueles que começam a trabalhar antes e com quem vive menos (os mais pobres).

A **proposta de regime de capitalização** é indizível. Representa um rebaixamento previdenciário muito expressivo para a grande maioria dos contribuintes. Possui um custo de transição extremamente elevado e 60% dos países que adotaram voltaram atrás.

O debate público precisa ser mais honesto e verdadeiro. É preciso considerar os ajustes já efetuados, separar mais as contas e os tipos de previdência, considerar as desonerações efetuadas, levar em conta o quadro conjuntural e estabelecer regras menos duras com alguns cidadãos. Os excessos do passado em pensões e nos servidores públicos já estão em correção. Não podemos punir as gerações presentes e futuras pelas regras anteriores, as quais já foram corrigidas, mas seus resultados contábeis ainda não são plenos.

Economistas destroem 'mitos' da 'reforma' da Previdência e lançam manifesto

PEC de Bolsonaro não garante sustentabilidade do sistema de aposentadorias nem contribui para a retomada do crescimento, segundo especialistas ouvidos pela Frente Parlamentar em Defesa da Previdência

Publicado por Redação RBA 14/05/2019 -
https://www.redebrasilatual.com.br/economia/2019/05/economistas-destroem-mitos-da-reforma-da-previdencia-e-lancam-manifesto/?fbclid=IwAR0krC-cwZntSZ6MUHrG5qeqe26CKhH2olUxUHO_f232BpAhJG7qaAqzHX0

Reforma é "contracionista" e vai reduzir o crescimento econômico, ao contrário do discurso oficial do governo

São Paulo – A **"reforma" da Previdência** do presidente Jair Bolsonaro e do seu ministro da Economia, Paulo Guedes, foi classificada como "afronta aos

brasileiros” e “uma falácia” que não vai contribuir para o crescimento econômico, como alardeiam economistas do governo e da imprensa tradicional. Representa ainda a “destruição do sistema de Seguridade Social”, que prejudica ainda mais os prejudicados de sempre: negros e negras, os que mais sofrem com o desemprego e a informalidade. A avaliação é dos participantes do Encontro de Economistas em Defesa da Previdência Social, realizado nesta terça-feira (14) em Brasília.

O evento foi uma iniciativa da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência. Antes do debate, foi lançado manifesto assinado por dezenas de economistas, encabeçado por Maria da Conceição Tavares, Luiz Carlos Bresser-Pereira e Luiz Gonzaga Belluzzo.

O coordenador da frente parlamentar, senador Paulo Paim (PT-RS), diz que os esforços são para mostrar que as mudanças propostas pelo governo sequer são necessárias, já que o déficit registrado nos últimos anos se deve à queda na arrecadação por conta da alta do desemprego. “Se fizerem o encontro de contas, não apenas nos últimos dois anos, não há déficit. Todos os economistas dizem que a Previdência está quebrada, falida, e que não vai dar certo nunca. Esse manifesto diz exatamente o contrário”, afirmou.

Para a professora de economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Denise Gentil, a proposta, ao contrário do que diz o discurso oficial, “elegeu a injustiça como lema”. “Não existe possibilidade dessa reforma ser neutra, nem de promover um sacrifício igual para todos. O ajuste fiscal, no Brasil, é para pobres, é opressão fiscal. A classe média parece ainda não ter entendido completamente o que essa reforma vai fazer com suas vidas e uma parte insiste em apoiar. Os mais ricos permanecerão intocáveis pelo ajuste fiscal.”

Ela diz que os defensores da reforma usam o envelhecimento da população para causar terror e insegurança. “É verdade que estamos numa sociedade que está envelhecendo cada vez mais. Mas isso não significa que devemos cuidar agora do abreviamento da vida das pessoas para fazer o equilíbrio fiscal. Há outras alternativas, e os economistas sabem disso.” Ela propôs, por exemplo, um programa público de combate ao desemprego, que teria como consequência direta o aumento da arrecadação da Previdência.

O professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Pedro Rossi atacou a “falácia” da “reforma” como pré-condição para a retomada do crescimento econômico, alardeada por dez entre dez “especialistas” na imprensa tradicional. Sem pluralidade no debate, falta alguém para dizer o óbvio: que a proposta de reforma é “contracionista”.

“Qualquer proposta de reforma que corta gastos, limita as transferências e aumenta impostos, é contracionista. Reduz, portanto, o crescimento econômico, no curto, médio e longo prazo. A reforma não vai gerar o crescimento esperado. Esse discurso é baseado em mitos, que são facilmente desmontados”, afirmou Rossi.

Um dos mitos, segundo ele, é que a reforma aumentaria a confiança do mercado. “O empresário não investe porque o governo cortou gastos. O empresário investe quando tem demanda. Isso significa que o governo não pode cortar gastos? É claro que não. Depende do momento. Num momento de crise, quando os empresários não investem e a população não consome, é quando o governo deve gastar. Se cortar gastos, reforça a crise. É o que estamos vivendo nesse ciclo vicioso da austeridade.”

O economista Eduardo Moreira, que já atuou no mercado financeiro, lembra que a lógica do governo com a reforma é fazer o "enxugamento da dívida pública". O problema, segundo ele, é que o pagamento da dívida tem um "multiplicador" (quanto o capital investido acumula de retorno) abaixo de um – ou 0,71, segundo o padrão adotado pelos economistas. "O problema é que quando a gente enxuga, a gente para de crescer. Em nenhum lugar da Constituição diz que essa dívida financeira é mais importante que a dívida em saúde, moradia e educação que temos com cada cidadão brasileiro."
Segundo a economista da consultoria Necton Camila de Caso, a reforma do governo Bolsonaro é racista, "porque prejudica principalmente trabalhadoras e trabalhadores negros que sofrem muito mais com o desemprego, precarização e informalidade no mercado de trabalho." **Com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad, do IBGE), ela citou que boa parte da população negra vive na informalidade, e esse grupo responde por quase 60% dos desocupados do país, o que quer dizer que terão muito mais dificuldade de cumprir os critérios de tempo de contribuição definidos na dita "reforma".**

Por fim, os economistas da Unicamp Eduardo Fagnani e Guilherme Mello também ressaltaram que as mudanças nas aposentadorias delineadas por Guedes são "mais uma peça" no processo de destruição do Estado Brasileiro e "o maior ataque contra o povo brasileiro em toda a nossa história".
Confira a integra do debate da Frente em Defesa da Previdência

Manifesto dos Economistas em defesa da Previdência Social, contra a PEC/6
Nós, entidades e economistas de diversas formações teóricas e políticas e diferentes especialidades, viemos por meio desse manifesto defender a Previdência Social e seu regime de repartição, nos posicionar contrários à Proposta de Emenda Constitucional 6/2019 (PEC 6) e demandar dos meios de comunicação mais pluralidade no debate público/midiático sobre o tema em questão.
A Previdência Social e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) atendem a dezenas de milhões de brasileiros e tornam a pobreza na velhice um problema residual no Brasil. Seu financiamento combina contribuições de trabalhadores, empresas e do governo que estão sujeitas aos ciclos econômicos, às mudanças demográficas e às transformações no mercado de trabalho. Nesse sentido, é natural que a previdência passe por ajustes periódicos que adequem os benefícios, recomponham e repactuem novas fontes de financiamentos, corrijam inadequações, injustiças e privilégios.
No entanto, a atual PEC 6 não propõe reformar a previdência social de forma a preservar a sua natureza como um regime de repartição, tampouco garante a sua sustentabilidade fiscal. O regime de capitalização proposto no artigo 201-A da PEC 6, a ser especificado posteriormente por meio de uma Lei Complementar, aponta para a adoção de outro regime de previdência em substituição (e não complementariedade) ao atual regime solidário de repartição, o que pode resultar em um elevado custo social (como aponta a experiência internacional) além de um alto custo fiscal de transição. Para avaliação de uma proposta dessa natureza, consideramos absolutamente necessária a especificação do regime de capitalização e uma ampla avaliação de impacto em

termos do seu custo social e fiscal. Nesse contexto, na ausência da especificação desse novo regime de previdência e da disponibilização dos dados acerca de eventuais estudos de impacto dessa medida, a capitalização se apresenta como um cheque em branco com altíssimo risco social e fiscal para a sociedade brasileira.

Também nos causa preocupação a "desconstitucionalização" de aspectos do nosso sistema de proteção social uma vez que a PEC 6 possibilita a alteração de regras da Seguridade Social e de seu orçamento sem a necessidade de aprovação de Emendas Constitucionais, mas por meio de leis complementares.

Além disso, é preciso reavaliar as mudanças de regras que prejudicam especialmente a população mais pobre como, por exemplo, a redução no valor do Benefício de Prestação Continuada, as alterações na aposentadoria rural e o aumento do tempo de contribuição mínimo para aposentadorias por idade, fato que irá prejudicar especialmente as mulheres, dado que estão sujeitas a uma maior rotatividade no mercado de trabalho e menor tempo de contribuição.

Por fim, consideramos que a mídia deve proporcionar uma cobertura imparcial sobre o tema da Reforma da Previdência e contemplar economistas com opiniões diferentes, o que não tem sido observado em alguns dos principais veículos de comunicação brasileiros. As questões presentes neste manifesto, assim como outras críticas possíveis ao atual projeto do governo, não têm sido devidamente contempladas no debate público promovido pelos principais meios de comunicação brasileiros, com importantes exceções, apesar de contarem com a concordância de um grande numero de economistas. O debate democrático acerca de um tema tão sensível para o futuro do país exige uma abertura maior ao dialogo e ao contraditório por parte das instituições que promovem o debate público no Brasil.

REMÉDIO AMARGO???

Adriana Duarte – FB Acesso 19 maio

Mostre isso para aquele(a) seu(sua) amigo(a) ou parente ou irmão(ã) de igreja quando disserem que os cortes na educação e nos programas sociais e a reforma da previdência são um "remédio amargo", porque o Estado está sem dinheiro:

https://www.cartacapital.com.br/.../anistia-para-ruralistas-.../

É capaz deles dizerem: "mas isso é da Carta Capital", como se fosse possível inventar notícias do jeito que eles inventam "fake news". Aí, você mostra isso:

https://www.gazetadopovo.com.br/.../perdao-a-dividas-de-rura.../

https://www.valor.com.br/.../bolsonaro-insiste-em-anistia-rur...

https://www.portaldoagronegocio.com.br/.../bolsonaro-insiste-...

https://exame.abril.com.br/.../bolsonaro-deve-enviar-projeto.../

(Mauricio Abdalla)

Jair Soares: problema da Previdência é o desvio de seus recursos pelo governo

https://horadopovo.org.br/jair-soares-problema-da-previdencia-e-o-desvio-de-seus-recursos-pelo-governo/

Por Hora do Povo Publicado em 1 de maio de 2019

O jornalista Juremir Machado da Silva, um dos entrevistadores, publicou, no "Correio do Povo" de quinta-feira (02/05), uma coluna sobre esse encontro na Rádio Guaíba:

O outro Jair - ***JUREMIR MACHADO DA SILVA***

O ex-ministro da Previdência e ex-governador do RS, Jair Soares (foto: Luiz Antônio Guerreiro)

O ex-ministro da Previdência (governo Figueiredo) e ex-governador do Rio Grande do Sul (1983-1987), Jair Soares, entrevistado em Porto Alegre, disse algo importante, sobre a suposta "economia" de R$ 1 trilhão, que Guedes e Bolsonaro dizem que querem fazer na Previdência Social:

"*Estão dizendo que vão economizar um trilhão em dez anos, mas o governo tirou, de 2002 a 2015, um trilhão e quatrocentos bilhões da Previdência*."

Jair Soares, hoje filiado ao PP, referia-se à Desvinculação das Receitas da União (DRU), expediente através do qual, atualmente, são desviados 30% dos recursos arrecadados pelas contribuições sociais (Cofins, CSLL, PIS/PASEP), que a Constituição de 1988 destinou à Previdência e à Seguridade Social.

O desvio do dinheiro das contribuições sociais para a Previdência, desde 1994, quando foi estabelecido (nessa época com o nome de "fundo social de emergência"), é o principal componente da DRU (**cerca de 90% dos recursos desvinculados são das contribuições sociais**, como esclarece o Senado).

Quanto ao motivo para esse desvio – isto é, para onde é desviado esse dinheiro da Previdência -, a série abaixo mostra a participação da DRU na reserva para juros ("superávit primário"), transferidos do setor público para o setor financeiro:

PARTICIPAÇÃO DA DRU NO SUPERÁVIT PRIMÁRIO

(valor em R$ bilhões, deflacionados pelo IGP-DI)

2000: **72,66%**;

2001: **76,56%**;

2002: **58,92%**;

2003: **57,49%**;

2004: **53,76%**;

2005: **57,47%**;

2006: **65,27%**;

2007: **65,15%**.

(cf. Renata Teixeira de Castro Tobaldini e Vera Tieko Suguihiro, "A Desvinculação de Recursos da União – DRU e o (des)financiamento da seguridade social brasileira", IPEA, Code 2011)

A rigor, desde 1994, o governo federal transfere juros ao setor financeiro às custas da Previdência – portanto, dos aposentados, das pensionistas e dos trabalhadores da ativa.

O que Guedes quer é fazer essa praga grassar até ao ponto de acabar com a previdência pública.

A entrevista de Jair Soares foi concedida a Juremir Machado da Silva e Taline Oppitz, no programa "Esfera Pública", da Rádio Guaíba. Dela também participou o senador Paulo Paim (PT-RS).

C.L.

Jair Soares foi governador do Rio Grande do Sul e ministro da Previdência. Ele é do Progressista. O PP é considerado de direita. Paulo Paim é senador. Ele é

do Partido dos Trabalhadores. O PT é visto como de esquerda. Jair e Paim estiveram, segunda-feira, no Esfera Pública, na Rádio Guaíba, conversando comigo e Taline Oppitz. Ambos disseram a mesma coisa: não há, sem desvio de recursos pelos governos, déficit da Previdência Social. O desvio acontece por meio da DRU (Desvinculação das Receitas da União), que autoriza agora saquear 30% do bolo previdenciário.

O déficit da Previdência é uma fraude. Jair Soares repetiu articulando cada palavra: “Não há dinheiro público na Previdência”. Segundo ele, o Estado, em qualquer nível, só contribui como empregador. Paim, o petista, e Jair Soares, o progressista, defenderam em uníssono o sistema solidário de repartição e criticaram a proposta de capitalização. Sem garantia pública, explicou Jair, o trabalhador, transformado em poupador compulsório, ficará à mercê da saúde do sistema financeiro. Tanto o “esquerdista” quanto o “direitista” destacaram que o regime proposto pelo ministro Paulo Guedes fracassou no Chile. Os dois estão prontos para debater com defensores da reforma proposta pelo presidente Jair Bolsonaro.

Com excelente memória e números na ponta da língua, Jair Soares já não obtém respostas do ministro Onyx Lorenzoni para suas manifestações sobre a reforma da Previdência. Os conhecimentos do ex-governador parecem incomodar. Jair aceita o estabelecimento de uma idade mínima para a aposentadoria. Pede, contudo, ponderação: “Na Alemanha, está em 64 anos. Só chegará a 67 em 2030”. Soares salientou que de FHC para cá esta é a sexta reforma da Previdência. Afirmou que só neste ano o governo vai, por meio da DRU, tirar cem bilhões da Previdência para colocar onde quiser: “Estão dizendo que vão economizar um trilhão em dez anos, mas o governo tirou de 2002 a 2015 um trilhão e quatrocentos bilhões da Previdência”.

Soares lembrou que de 22 fundos previdenciários privados chilenos, 20 quebraram. Detonou a intenção do governo de desconstitucionalizar a Previdência para poder fazer o que bem entender. Criticou as desonerações que também sangram os recursos previdenciários. O Brasil não vai quebrar se a reforma não passar, salientou. Ironizou que os preocupados com a quebra não falam da dívida trilionária do país com seus altos juros. De quebra, disse que assina embaixo tudo o que Paulo Paim fala sobre a Previdência. Não bastasse, aos 86 anos, Jair Soares está empenhado, junto com o jornalista Flávio Tavares, em questionar a instalação de uma mineradora chinesa em Eldorado, o que poderá resultar em dano ao meio ambiente. Depois de ouvir o insuspeito Jair

Soares e o incansável Paulo Paim só há uma coisa a concluir: a reforma da Previdência é um engodo.

Pena que os debates na grande mídia nacional acontecem sem contraponto. Seria interessante ver uma entrevista de Miriam Leitão, Merval Pereira, Carlos Alberto Sardenberg e João Borges com Jair Soares.